



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Diário da Sessão

VI Legislatura

Número: 106

IV Sessão Legislativa

Horta, Quinta-Feira, 08 de Junho de 2000

Presidente: Deputado António Gomes (*Substituído no decorrer da Sessão pelo Deputado Alvarino Pinheiro*)

Secretários: Deputados José Ramos Aguiar e Natividade Luz

Sumário

(Os trabalhos tiveram início pelas 10 horas e 35 minutos)

Período de Antes da Ordem do Dia.

Depois de lida a correspondência entrada na Mesa da ALRA, passou-se ao período dedicado às intervenções de interesse político relevante para a Região. Assim, foram oradores, a diverso título, os Srs. Deputados João Forjaz Sampaio (*PS*), José Manuel Nunes (*PSD*), Manuel Brasil (*PSD*), Paulo Valadão (*PCP*), Madruga da Costa (*PSD*), João Greves (*PP*), Francisco Xavier (*PSD*), Nuno Almeida e Sousa (*PP*), José Maria Bairos (*PSD*), Eugénio Leal (*PSD*), Silva Melo (*PS*), bem como os Srs. Secretários Regionais do Ambiente (*Ricardo Rodrigues*) e da Agricultura e Pescas (*Fernando Lopes*).

Período da Ordem do Dia

— **Apreciação do relatório sobre a avaliação das condições técnicas de segurança do espaço aéreo e dos aeroportos e aeródromos do arquipélago e bem assim as respectivas condições de operacionalidade.**

Após a apresentação do relatório feita pelo Sr. Deputado Élio Valadão (*PS*), usaram da palavra os Srs. Deputados Augusto Élavai (*PS*), Berta Cabral (*PSD*), Alvarino Pinheiro (*PP*), Paulo Valadão (*PCP*), Fernando Menezes (*PS*) e o Sr. Secretário Regional da Economia (*Duarte Ponte*).

— **Pedido de Urgência e Dispensa de Exame em Comissão para a Proposta de Resolução que "Recomenda ao Governo Regional que promova todas as diligências para que sejam instalados equipamentos e implementadas medidas que melhorem a operacionalidade no espaço aéreo e nos aeroportos e aeródromos dos Açores".**

Submetido à votação, foi o mesmo aprovado por unanimidade.

— **Proposta de Resolução que "Recomenda ao Governo Regional que promova todas as diligências para que sejam instalados equipamentos e implementadas medidas que melhorem a operacionalidade no espaço aéreo e nos aeroportos e aeródromos dos Açores"**, a qual foi aprovada por unanimidade.

— **Apreciação do relatório sobre o "estudo da Toxicodependência".**

Usaram da palavra os Srs. Deputados João Santos (*PS*), a quem coube a apresentação do respectivo relatório, Fernanda Mendes (*PS*), Sandra Bessa (*PSD*), Paulo Valadão (*PCP*), Vasco Cordeiro (*PS*), Ana Carolina (*PSD*), Sidónio Bettencourt (*PSD*), Aurélio da Fonseca (*PSD*), bem como o Sr. Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais (*Álamo de Meneses*) e Sub-Secretário Regional para a Saúde (*Victor Carneiro*).

— **Petição sobre "publicitação dos Fundos do III Quadro Comunitário de Apoio".**

Submetida a debate, intervieram sobre o assunto em epígrafe, os Srs. Deputados Manuel Azevedo (*PSD*), Fernando Menezes (*PS*), Paulo Valadão (*PCP*), Madruga da Costa (*PSD*), José Manuel Nunes (*PSD*), Alvarino Pinheiro (*PP*) e o Sr. Secretário Regional da Economia (*Duarte Ponte*).

— **Pedido de Urgência e Dispensa de Exame em Comissão da Proposta de Resolução — Publicitação e Informação sobre acesso aos fundos comunitários**, o qual foi aprovado por unanimidade.

— **Proposta de Resolução que "recomenda ao Governo Regional a Criação de formas diversificadas, eficazes e múltiplas de levar a todos os cidadãos da Região a informação necessária e conveniente sobre os diversos Fundos Comunitários e outros Programas de Apoio da União Europeia"**.

Submetida à votação foi a mesma aprovada por unanimidade, tanto na generalidade como na especialidade.

— **Relatório e Parecer sobre "prestação de depoimento como testemunha do Deputado Sidónio Bettencourt"**.

O relatório em apreço foi aprovado com 47 votos favoráveis.

— **Relatório e Parecer sobre "constituição de arguido do Deputado Alvarino Pinheiro (Inq. 644/99, do Tribunal Judicial da Comarca da Horta)"** o qual foi aprovado com 42 votos a favor.

— **Relatório e Parecer sobre "prestação de depoimento como testemunha do Deputado José Ramos Aguiar"**.

O relatório foi aprovado com 47 votos favoráveis.

— **Relatório e Parecer sobre "prestação de depoimento como testemunha do Deputado Francisco Oliveira"**, que foi aprovado com 47 votos favoráveis.

— **Pedido de Urgência e Dispensa de Exame em Comissão da Proposta de Decreto Legislativo Regional sobre o Programa SIDER**, o qual foi aprovado por unanimidade.

— **Proposta de Decreto Legislativo Regional sobre o Programa SIDER.**

Após a apresentação da proposta pelo Sr. Secretário Regional da Economia (*Duarte Ponte*), usaram da palavra os Srs. Deputados Duarte Freitas (*PSD*), Paulo Valadão (*PCP*), Augusto Élavai (*PS*), Berta Cabral (*PSD*), Alvarino Pinheiro (*PP*), Jorge Valadão (*PSD*) e Fernando Menezes (*PS*).

Submetida à votação foi a mesma aprovada por unanimidade.

— **Proposta de Resolução que "declara findo o período legislativo de Junho"**.

A proposta em apreço foi aprovada por unanimidade.

(Os trabalhos terminaram às 00 horas e 40 minutos)

Presidente: Srs. Deputados bom dia.

Agradecia que tomassem os vossos lugares para se proceder à chamada.

(Eram 10 horas e 35 minutos)

(Procedeu-se à chamada à qual responderam os seguintes Deputados:

Partido Socialista (PS)

António das Neves Lopes **Gomes**

António José Tavares de **Loura**

António Manuel da **Silva Melo**

Carlos Alberto da Costa **Fraga**

Francisco Cardoso Pereira **Oliveira**

Guilherme Marinho **Pinto** de Sousa

João Carlos do Couto **Macedo**

João Manuel Pereira **Forjaz de Sampaio**

José **Élio Valadão** Ventura

José Humberto de Medeiros **Chaves**

José do Nascimento **Ávila**

João Luis Sanchez dos **Santos**

Luis Machado **Resendes**

Manuel Goulart **Serpa**

Manuel **Herberto** da **Rosa**

Maria de **Fátima** Rocha Furtado Moniz **Sousa**

Maria **Fernanda** da Silva **Mendes**

Maria da **Natividade** da **Luz**

Rui Pedro Lopes Machado **Ávila**

Vasco Ilídio Alves **Cordeiro**

Partido Social Democrata (PSD)

Alberto Romão Madruga da Costa

Ana Carolina Gomes da Silva

António Manuel Goulart Lemos de Meneses

Aurélio Henrique Silva Franco da Fonseca

Eugénio Manuel Pereira Leal

Francisco Xavier Araújo Rodrigues

João Manuel Bettencourt Cunha

José Francisco Salvador Fernandes

José Manuel Cabral Bolieiro Dias

José Manuel Avelar Nunes

José Maria Bairos

José Ramos Aguiar

Jorge Manuel Leão Themudo Valadão dos Santos

Manuel Teixeira Brasil

Manuel da Silva Azevedo

Mark Silveira Marques

Sandra Maria Sousa Garcia Bessa

Sidónio Manuel Moniz Bettencourt

Victor do Couto Cruz

Partido Popular (PP)

Alvarino Manuel Meneses Pinheiro

João Maria Fraga Greves

Nuno Barata Almeida e Sousa

Partido Comunista Português (PCP)

Paulo António de Freitas Valadão

Presidente: Estão presentes 43 Srs. Deputados.

Declaro aberta a Sessão. Pode entrar o público.

Vamos dar início aos nossos trabalhos com a leitura da correspondência.

Secretário (*José Ramos Aguiar*): Do Sr. Deputado Regional do PP, Nuno Almeida e Sousa, um requerimento do seguinte teor

"Considerando o incremento que a indústria de construção naval está tendo na Região Autónoma dos Açores;

Considerando o imperativo legal de certificação das embarcações construídas de novo, bem como das que são sujeitas a obras de melhoramento;

Considerando que as demoras dessas certificações acarretam prejuízos financeiros avultados, quer para os armadores quer para os construtores;

Considerando que aos prejuízos resultantes da imobilização dessas embarcações se juntam os dos atrasos que originam no pagamento das participações dos Fundos Estruturais Europeus, via IFADAP;

Considerando que os atrasos da Inspeção do Instituto Marítimo-Portuário constituem já um comportamento estrutural;

Considerando que a resolução deste problema é uma aspiração e um desejo muito antigo dos sectores de pesca e de náutica de recreio.

Ao abrigo das disposições estatutárias e regimentais, requeiro a V. Exa. que seja solicitada ao Governo Regional informação urgente sobre:

1 - Tem ou não o Governo noção dos prejuízos causados na indústria açoriana ligada ao sector de pesca resultantes dos atrasos dos Serviços de Inspeção do Instituto Marítimo-Portuário e das implicações que daí também resultam para a náutica de recreio?

2 - Que diligências fez o Governo para minorar ou mesmo resolver o problema das demoras da deslocação à Região dos técnicos do Instituto Marítimo Portuário?

3 - Que diligências fez o Governo Regional para que se crie, na Região uma extensão do Serviço da Inspeção do Instituto Marítimo-Portuário por forma a colmatar, localmente, os problemas existentes?

O Deputado Regional, Nuno Barata Almeida e Sousa"

Secretária (*Natividade Luz*): Do Partido Social Democrata, assinado pelos Srs. Deputados Manuel da Silva Azevedo e Duarte Freitas, um requerimento que diz o seguinte:

"Deve ser preocupação do Governo, para além da asfaltagem das estradas regionais, proceder ao embelezamento das suas bermas e ao aproveitamento urbanístico de espaços que lhe ficam contíguos, sobretudo se esses espaços são a sala de visitas da freguesia.

Essa necessidade é sentida em diversas localidades da ilha do Pico, com particular destaque na Calheta do Nesquim — Largo ao Cimo do Ramal.

Ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, solicitamos informação quanto aos espaços referidos e calendarização do seu arranjo urbanístico.

Pico, 06 de Junho de 2000.

Os Deputados Regionais *Manuel da Silva Azevedo e Duarte Nuno Freitas.*"

Secretário (*José Ramos Aguiar*): Do Sr. Deputado Regional do Grupo Parlamentar do CDS/PP, Alvarino Pinheiro, um requerimento do seguinte teor:

"Considerando que o porto piscatório dos Biscoitos, na Ilha Terceira, é um importante polo de desenvolvimento, quer para a população que aí vive, quer para a economia da Ilha;

Considerando que aquele porto proporciona directamente o ganha pão a cerca de 30 famílias que da actividade piscatória tiram os proventos indispensáveis à sua subsistência;

Considerando que essa infraestrutura, só no ano de 1999, permitiu a descarga de cerca de 24 toneladas de pescado;

Considerando que desta quantidade de pescado resultou um proveito financeiro de cerca de 17.000 contos, segundo dados do Serviço Regional de Estatística dos Açores;

Considerando que, todos os anos, sobretudo no Inverno, o mau estado do mar causa o assoreamento do acesso àquele porto, tornando a fama marítima impraticável ou de grave risco, quer para os pescadores, quer para as embarcações;

Considerando que, apesar de anualmente o Governo Regional dotar, no seu Plano e Orçamento, verbas para a reparação daquele porto, até agora o Governo Regional não

tem executado, naquela infraestrutura, as acções indispensáveis à desejável operacionalidade do citado porto;

Considerando a urgente necessidade de aí intervir, de forma profunda, para assegurar definitivamente a operacionalidade do porto, tornando-o mais seguro e economicamente mais rentável, não só em termos de presente, mas também e sobretudo em termos de futuro.

Ao abrigo das disposições estatutárias e regimentais aplicáveis, requeiro a V. Exa que seja solicitada ao Governo Regional informação urgente sobre:

1 - Tem ou não o Governo Regional vontade política para proceder às reparações técnicas que se impõem, no porto piscatório dos Biscoitos, por forma a torná-lo seguro para as embarcações e pescadores que ali operam?

2 - Quais as obras que estão eventualmente previstas a realizar?

3 - Na hipótese afirmativa para quando está previsto o início dessas obras?

O Deputado Regional, Alvarino M. M. Pinheiro"

Presidente: Do Partido Social Democrata, um requerimento a pedir dispensa de exame em Comissão da Proposta de Resolução "Publicitação e Informação sobre acesso aos Fundos Comunitários".

Presidente: Uma vez que não há mais correspondência para ser mencionada, vamos passar ao ponto seguinte do Período de Antes da Ordem, que trata da apresentação de *assuntos de interesse político relevante para a Região*, pelos Srs. Deputados.

Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado João Forjaz Sampaio.

Deputado João Forjaz Sampaio (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

As ilhas do arquipélago, caracterizadas por uma paisagem dominada pela existência de um grande número de elevações, de campos de materiais lávicos e de caldeiras, que geralmente remontam à sua própria génese, não conseguem esconder a sua origem vulcânica.

A sua localização oceânica, distante dos vários continentes e sob a influência de um clima temperado marítimo preservam um importante património vegetal que alguns botânicos consideram tratar-se de fosséis vivos, pela relação que é possível

estabelecer com a vegetação desaparecida que outrora existia na vizinha Europa continental.

Como resultado da intensa actividade humana exercida logo após a sua descoberta, as formações de espécies indígenas, relegadas actualmente às áreas de maior altitude e de difícil acesso, foram substituídas por espécies introduzidas por forma a garantirem o desenvolvimento das produções agrícola, pecuária e florestal necessárias ao abastecimento e à manutenção das populações.

Segundo vários estudos, das cerca de 850 plantas superiores que existem nos Açores, somente 56 espécies são originárias do arquipélago, por tal motivo são endémicas, isto é, não se encontram em mais nenhuma outra parte do globo.

Das restantes, a maior parte foi introduzida para cultivo ou ornamentação, restando algumas cujo endemismo se estende às outras regiões da macaronésia, Madeira, Canárias e Cabo Verde e por vezes às regiões do Sul da Europa e Norte de África.

Parte das 56 espécies endémicas açorianas não estão presentes em todas as ilhas sendo até de realçar que a espécie símbolo da comunidade do estrato arboreo-arbustivo, como o cedro do mato ou cedro das ilhas, nunca foi referenciado nas Ilhas de Santa Maria e Graciosa, havendo mesmo algumas, embora muito poucas, que habitam ambientes lacustres ou aquáticos

Só como informação e porque é digno de registo, o número de endémicas que constituem os vários géneros que vulgarmente se designam por “musgos”, é constituído por cerca de 425 espécies, possivelmente propiciadas pelas condições de humidade elevada que reclamam, constituem com as primeiras um valioso contributo para a biodiversidade que nos incumbe defender, preservar e assegurar a sua entrega às populações que nos irão suceder.

Nesse sentido, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, desejava alertar os responsáveis governamentais para estes dois exemplos que ilustram bem a necessidade da vossa intervenção.

Durante muitos anos o gigante ou gunera, planta invasora com grande capacidade de dominância somente existia na parte nascente da Ilha de São Miguel, nomeadamente na zona da Achada das Furnas, onde actualmente cobre áreas florestais e de vegetação primitiva, sendo a sua progressão para a parte poente, maciço das Sete Cidades, naturalmente dificultada pela existência de uma zona que não reúne as condições para a sua multiplicação.

Mas o que parecia naturalmente assegurado foi ultrapassado quando, há alguns anos atrás se verificou o transporte de terra para reparação de taludes da estrada Arrifes/Sete Cidades, zona do Pico do Carvão.

Ao ser detectada a existência de plantas, os Serviços Oficiais de pronto iniciaram a eliminação destas e procedem ao seu controlo, percorrendo anualmente esta zona que é em parte constituída pela Serra Devassa, área de vegetação primitiva.

Contudo, por total desconhecimento do perigo que a planta representa para todo o maciço das Sete Cidades, a planta foi por nós detectada recentemente, como ornamental — aliás, esta planta foi introduzida no parque das Furnas do Hotel Terra Nostra como ornamental e segundo informações que colhemos, passou para a zona da Achada das Furnas quando começaram a colectar os lixos da própria freguesia e naturalmente do parque na lixeira a caminho das Pedras do Galego (possivelmente, foram transportadas sementes, inadvertidamente, ela estendeu-se e hoje em dia é praticamente impossível o seu controlo) — no pequeno jardim da casa de abrigo do guarda da Mata da Lagoa do Canário que se encontra integrada no perímetro das nascentes de abastecimento de água à cidade de Ponta Delgada.

O segundo ponto, prende-se com o que por vezes ouvimos em relação aos processos de eutrofização de algumas das lagoas da Ilha das Flores e do Caldeirão do Corvo.

Naturalmente que se torna importante e prioritário resolver os problemas, com intervenção a nível das margens das lagoas, com o controlo da qualidade da água que escorre para as suas superfícies, mas qualquer intervenção na própria lagoa, terá que ser ponderada face à existência da única endémica aquática que somente existe na Lagoa Rasa, na lagoa da Lomba, na Ilha das Flores, e no Caldeirão, na Ilha do Corvo. Lembro aqui que a aplicação ou o recurso a qualquer meio mecânico, uma ceifeira que se encontra na Lagoa das Sete Cidades, a retirar parte da massa das algas lá

existentes, poderá ser perigoso, pois poderá retirar essa endémica e certamente iríamos perdê-la para sempre.

Colocados estes dois exemplos julgamos necessário que os Serviços que Vossa Excelência, Sr. Secretário Regional do Ambiente preside, desenvolvam de imediato acções de coordenação com as Autarquias, nomeadamente Câmaras Municipais e Juntas de Freguesia, já que estas entidades administram, por vezes, áreas sensíveis, e promovam igualmente acções de formação e esclarecimento envolvendo todos aqueles, técnicos e funcionários dos diversos Departamentos que têm a seu cargo a gestão e manutenção de tais espaços.

Defender, preservar e assegurar a passagem deste testemunho será não só um valioso contributo para a manutenção da biodiversidade que nos rodeia, como é também o nosso dever.

Disse.

Muito obrigado.

(Aplausos dos deputados das bancadas do PS, PP, Governo e de alguns deputados da bancada do PSD)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Manuel Nunes.

Deputado José Manuel Nunes (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

Gostaria de saber se o Sr. Secretário já está tomando algumas medidas para evitar a tão falada eutrofização das lagoas do Caldeirão?

Também gostaria de saber que medidas vai tomar ou se já está a tomar no arranjo do caminho de acesso às lagoas do Caldeirão?

Muito obrigado.

Presidente: Para pedir esclarecimentos tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Brasil.

Deputado Manuel Brasil (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

As minhas palavras são de agradecimento à excelente intervenção proferida pelo Sr. Deputado João Forjaz Sampaio, porque trouxe problemas que devem merecer a nossa atenção.

Falando concretamente na gunera que ele aqui frisou e que começa a ser uma infestante bastante pronunciada em São Miguel, gostaria de pedir um esclarecimento ao Sr. Secretário deixando, desde já, um alerta.

Para quem não conhece a gunera é uma planta. Quem visita o Miradouro do Pico do Ferro, em São Miguel, vê com facilidade esta planta que se encontra lá com muita facilidade para apanhar e trazer dentro de um saquinho para qualquer outra ilha dos Açores.

Deputado Rui Pedro Ávila (PS): Num vaso.

O Orador: Essa é a sua opinião, Sr. Deputado. Agora, eu estou a falar com o Sr. Secretário. "Cada macaquinho no seu galho", Sr. Deputado!

Deputado Dionísio Sousa (PS): Os apartes são regimentais!

O Orador: Estes também vão fazer parte da listagem.

Portanto, gostaria de saber que medidas estão a ser tomadas, no sentido de que esta infestante não ultrapasse as fronteiras de São Miguel para as outras ilhas, porque temos condições para que ela se desenvolva noutras ilhas, conforme se desenvolve naquela.

Como é uma planta vistosa, é fácil ser trazida até como planta ornamental, como o Sr. Deputado João Forjaz Sampaio frisou na sua intervenção.

Muitas das plantas infestantes que temos na nossa Região foram transportadas como meros objectos de curiosidade.

O caso da conteira, por exemplo, de uma planta inicial, hoje temos milhares nos Açores. Outro exemplo bem conhecido é o incenso que de uma planta inicial, hoje temos milhares de hectares cobertos nos Açores, tal como a lantarna que de uma simples semente, hoje existem milhares.

É preciso que sejam tomadas medidas no sentido de que estas não possam — no caso desta gunera que está só circunscrita a São Miguel — de maneira nenhuma transitar livremente sem haver uma fiscalização rigorosa, coisa que me parece que está a ser

muito desacompanhada e, inclusivamente, para que os serviços sociais tenham-na limitada, circunscrita a essas zonas a fim de ser devidamente acompanhada.

Presidente: Para pedir esclarecimentos tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Sr. Deputado João Sampaio trouxe aqui um conjunto de matérias da mais elevada importância para a nossa Região, onde com algum cuidado aliou as suas posições aos conhecimentos técnico-profissionais que efectivamente possui e que todos nós lhe reconhecemos, por isso mesmo, tudo aquilo que disse merece uma atenção especial.

Referiu aspectos interessantes e importantes relativamente às lagoas da Ilha das Flores e a meu ver chegou a uma conclusão, ou seja, por um lado são urgentes intervenções e, por outro lado, essas intervenções só podem ser feitas através de pessoas que tenham conhecimentos técnicos e através de orientações técnicas profundas.

Porém, há um aspecto que gostaria de realçar.

Em relação à Ilha das Flores, para além das entidades que citou — Secretaria Regional do Ambiente, Câmaras Municipais e Juntas de Freguesia — praticamente quem é responsável por todas as envolventes de todas as lagoas, é a Secretaria Regional da Agricultura e Pescas através dos Serviços Florestais.

Em relação àquela ilha, temos a impressão que tudo o que há a ser feito, e muito será, tem que ser fundamentalmente feito por trabalhos executados em harmonia pelos serviços de florestas e pelos serviços de ambiente.

Pensamos que na nossa ilha é muito mais fácil intervir, porque as entidades que gerem todo aquele espaço e as lagoas são regionais, são da Administração Regional, fazem parte da Administração Regional.

Também gostaria de chamar a atenção para um outro aspecto que o Sr. Deputado referiu e que tem a ver com as infestantes e que também já foi referido pelo Sr. Deputado Manuel Brasil.

Na nossa ilha, verificamos que da parte dos serviços públicos tem havido, nos últimos 3 anos, uma preocupação muito grande em relação àquilo que se passa com a vegetação autóctone na zona privada.

No entanto, verificamos — já o disse aqui, não é a primeira vez que o refiro — que nas zonas públicas, em zonas até de reserva, essa vegetação está a ser invadida essencialmente por conteiras.

Eu julgo que esta matéria devia merecer a atenção e o cuidado por parte das entidades oficiais, por parte da Administração Regional, porque na nossa opinião, na nossa ilha, é fundamental preservar as zonas do domínio público, todas elas com vegetação autóctone e aí há que fazer alguma coisa, há que preservar tudo e há que respeitar tudo.

Por isso, entendemos que seria importante que os serviços públicos canalizassem as suas atenções para aquele grande espaço que está à sua responsabilidade.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Madruga da Costa.

Deputado Madruga da Costa (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar, queria associar-me a estes relevos que têm sido dados à intervenção do Sr. Deputado João Forjaz Sampaio e cumprimentá-lo pela intervenção que fez, que constitui um motivo importante das nossas preocupações.

Permita-me, no entanto, Sr. Presidente, que avance um pouco nesta minha intervenção para, tal como ontem referia o Sr. Deputado Dionísio Sousa, nem sempre o *politicamente correcto* pode coincidir com o *socialmente correcto*.

Aquilo que politicamente não seria muito correcto ontem, mas seria extremamente correcto agora, eu tenho que o exprimir hoje.

Eu não posso deixar de me referir, sensibilizado, às palavras que o Sr. Deputado Dionísio Sousa teve a gentileza de me dirigir ontem, a propósito da intervenção que fiz nesta tribuna no primeiro dia dos nossos trabalhos. Faço-o com esta simplicidade.

Penso que compreenderá os motivos, porque ontem não me foi politicamente possível, também na altura, expressar este meu sentimento, mas fica aqui e fica nesta circunstância este agradecimento muito sincero e registo com muito apreço as palavras que teve a gentileza de me dirigir antes da sua intervenção e antes de entrar no período da política pura e dura.

Aproveito esta "boleia" que me dá o Sr. Deputado João Forjaz, que faz uma intervenção consensual nesta Câmara, para meter este meu agradecimento antes que se entrar na política pura e dura.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Para prestar esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Secretário Regional do Ambiente.

Secretário Regional do Ambiente (*Ricardo Rodrigues*): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Agradeço imenso a intervenção feita pelo Sr. Deputado João Forjaz Sampaio.

Como já foi dito, reflecte uma atitude consensual nesta Câmara, o que é sempre digno de registar e estou convencido que grande parte das áreas do ambiente são consensuais.

As riquezas e os recursos naturais dos Açores são, naturalmente, uma preocupação de todos nós, dos Srs. Deputados, mas essencialmente de quem tem o poder executivo e de quem tem por função e competência administrar essas zonas.

Não é fácil, depois de detectada uma infestante, como é o caso da gunera, debelá-la. Ela só é infestante depois de tomar as proporções que todos nós conhecemos, pelos menos na Ilha de São Miguel.

Portanto, neste momento causa grande preocupação na área ambiental.

Acontece que as instruções que são dadas aos funcionários e operativos da Secretaria Regional do Ambiente, vão no sentido de que sempre que virem gunera abatam-na e façam desaparecer aquilo que for possível desaparecer.

Como sabe, a minha área científica não é a da biologia, mas as informações que me chegam vêm no sentido de dizer que não é fácil debelar por completo e com rapidez essa espécie vegetal.

Assim, por exemplo numa intervenção que se está a fazer na Lagoa das Furnas, a instrução vai no sentido de retirar toda a gunera que é possível, só que aquilo tem raízes e mais tarde acaba por voltar a nascer.

Com outros produtos, também não tem sido fácil debelar essa espécie que foi introduzida nos Açores, tanto quanto se sabe, com fins de prazer, pensando-se que se tratava de uma planta bonita e que era possível ter-se controlada nos jardins.

A área do ambiente, como eu tenho reclamado durante algum tempo e como o próprio Governo assume, é uma área transversal e, como também disse o Sr. Deputado Paulo Valadão, são os serviços florestais, os serviços de ambiente, que naturalmente têm que ter uma posição consertada ao longo de todas as ilhas dos Açores, no sentido de evitar a proliferação dessas espécies pelas ilhas e isso tem a ver com os serviços fitossanitários.

Portanto, é sempre difícil, atenta a liberdade de circulação de pessoas e bens que é salutar entre as ilhas, fazer limitações que sejam rigorosas a 100%. De qualquer maneira, penso que é uma medida acertada se fizermos algumas limitações de circulação dessas espécies que são perigosas para a nossa natureza.

Penso que nessa matéria estamos todos de acordo.

É preciso implementar um sistema que dificulte a circulação dessas espécies infestantes, ao mesmo tempo que é necessário — e essas instruções estão dadas — controlar, se possível, e debelar quanto era nosso gosto, essas espécies infestantes.

Relativamente às perguntas concretas que têm a ver com o Caldeirão, com a sua lagoa e o arranjo do caminho de acesso à mesma, devo dizer que essa lagoa é uma lagoa complicada, porque nos últimos tempos tem-se verificado que parte da sua massa lacustre tem-se escoado e as causas desse escoamento não são fáceis de determinar, mas já pedi a quem estudasse essa matéria no sentido de verificar essa causa.

Receio que possa ser uma fissura na própria lagoa. Se for esse o caso, estamos perante uma situação bastante difícil de resolver.

Como sabem, a natureza não se pode emendar. A natureza às vezes tem dessas partidas.

Se se tratar de uma fissura, dificilmente será possível pôr cimento ou outra coisa qualquer que possa colar ou evitar que a água se esvaia daquela bonita Lagoa do Caldeirão, da Ilha do Corvo.

Quanto à questão dos arranjos do caminho, como o Sr. Deputado sabe, isso não é da minha área de competência.

De qualquer maneira, como o Corvo não tem assim tantos caminhos quanto isso, se calhar, não será difícil algum membro do Governo tomar isso em atenção.

Em breve, o Governo fará uma visita estatutária ao Corvo. Naturalmente, terá a oportunidade de responder a essa e a outras questões, no sentido afirmativo de resolver aquilo que é possível resolver na Ilha do Corvo.

Quanto à Lagoa do Caldeirão, é isso que lhe posso dizer e é isso que pretendo anunciar na Câmara quando o Governo for de visita oficial à ilha do Corvo.

Receio que se se tratar de uma fissura, será uma matéria muito complicada e muito difícil de resolver naquela ilha.

Muito obrigado.

Presidente: Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado João Greves.

Deputado João Greves (PP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Gostaria de dar alguns esclarecimentos à Câmara que julgo são necessários e congratular-me pelo esclarecimento que o Sr. Secretário Regional do Ambiente deu em relação a esta matéria.

O Primeiro esclarecimento, refere-se ao escoamento das águas da lagoa.

Eu não queria entrar em questões técnicas, como é óbvio, mas há coisas que se vêem logo à primeira vista, mesmo sem se ser técnico na matéria.

Acontece que naquela lagoa vêem-se algumas fissuras. Algumas já foram remendadas pelos próprios corvinos e nessa altura notou-se um melhoramento na subida da água das lagoas, mas o problema grave que as lagoas estão a sofrer neste momento, não se prende com a eutrofização, mas sim com assoreamento.

Na nossa opinião, o assoreamento é o problema nº 1 das lagoas.

Se a curto prazo não tentarmos travar esse assoreamento, naturalmente que depois vamos ter eutrofização, porque haverão nutrientes naturais dentro da água que irão conduzir a esse processo.

Realmente, há uma pequena mancha de plantas endémicas, como se refere o Sr. Deputado Sampaio, mas todos aqueles que habitam lá, sempre se lembram de ela lá existir e sempre daquele tamanho.

Portanto, no nosso entender, aquela mancha não causa grandes preocupações nas lagoas.

Pensamos que para ajudar a travar o assoreamento das lagoas, isso passará pela reparação do caminho.

Enquanto não entrarmos na reparação do caminho, dificilmente se poderá travar o assoreamento das lagoas.

Já agora, posso lembrar umas palavras do seu antecessor e colega de Governo, Secretário Fernando Lopes, que no dia 21 de Abril, afirmava nesta Câmara:

"Valerá a pena o investimento da reparação do caminho do Caldeirão."

O Sr. Secretário, no dia 24/4/99, já notava que era necessário este investimento.

Eu julgo que sim, que é um bom investimento.

O Governo, na sua visita, terá oportunidade de ver isto com bons olhos.

Se se tinha entrado nesta reparação mais cedo, se calhar o ambiente não se tinha degradado tanto nas lagoas do Caldeirão.

Houve necessidade de instalar alguns aparelhos, salvo erro, para medição das águas que entravam na lagoa e só para colocá-los lá, degradou-se de certeza mais o ambiente do que fazer a reparação do caminho, uma vez que se entrou com um tractor-lagartas, por aquela encosta abaixo, que ao fim de uma semana tinha mais estragos do que a reparação do caminho.

No nosso entender, foi um erro não se ter reparado primeiro o caminho, porque o tractor teria feito o seu trajecto dentro do mesmo e não por aquela encosta abaixo — os senhores vão ver com os seus olhos quando lá chegarem — que as chuvas no Inverno têm degradado e têm feito mais assoreamento dentro da lagoa.

Se o caminho tivesse sido reparado atempadamente, este erro não tinha sido verificado lá.

Era este o esclarecimento que eu gostava de deixar à Câmara.

Presidente: Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Xavier.

Deputado Francisco Xavier (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar, queria associar-me à intervenção, e ao seu conteúdo, do colega Deputado João Forjaz Sampaio.

Trata-se de uma matéria de extrema importância e não poderia deixar passar este momento em claro, sem dizer algumas palavras em relação à mesma, tanto mais que estamos no mês em que se comemorou o Dia Mundial do Ambiente, no passado dia 5 de Junho.

É uma área que naturalmente deve exigir de quem governa, quer no sector executivo, quer no legislativo, preocupação e, inclusivamente, alguma união de esforços, porque trata-se de uma matéria de grande importância no equilíbrio das nossas ilhas, isto é, o revestimento vegetal.

Já por diversas vezes nós tivemos oportunidade de abordar essa questão e uma das últimas vezes foi quando falámos aqui na Rede Natura 2000.

Um dos grandes objectivos da Rede Natura 2000 é exactamente conservar a flora endémica desta região atlântica, da macaronésia, da qual os Açores fazem parte e que nesta matéria até atribuiu grande importância a Portugal.

Os Açores, com outras regiões do Atlântico, fazem parte dessa região e permitiu-nos introduzir, numa primeira fase, os tais 23 sítios na Rede Natura 2000.

Portanto, não é uma questão, não é uma classificação que deve ser desvalorizada, pelo contrário, a Rede Natura 2000 deve ser encarada com o valor que a encerra e de forma nenhuma nós podemos desvalorizá-la.

Existe um projecto de colaboração entre a Universidade e o Governo, em relação à protecção da flora endémica, que foi assinado em Novembro de 97.

Nunca mais se ouviu qualquer resultado acerca desse estudo e isto ainda foi na altura em que o Sr. Secretário Fernando Lopes tinha esta área no seu domínio.

Portanto, se houver alguma informação neste sentido, seria importante comunicá-la ao plenário, já que estamos a falar de floresta.

É engraçado: a Secretaria Regional do Ambiente, pela importância que assume — e ainda bem, daqui dou os meus parabéns pelo facto de se ter criado uma Secretaria Regional só para o Ambiente — perdeu a floresta, até certo ponto, em termos orgânicos, porque a Direcção Regional da Floresta continua ligada à Secretaria da Agricultura e não está na área do ambiente.

Portanto, se o Sr. Secretário Fernando Lopes tiver alguma informação em relação a este assunto, julgo que seria importante que nos fornecesse.

Por outro lado, também queria lembrar uma resolução que nós aprovámos aqui, ou seja, a resolução do ananás, no período legislativo de 97/98, que também sugeria ao Governo a reposição florestal, a reposição que foi retirada da nossa superfície dos solos por causa da extracção da leiva.

Por outro lado, temos também aqui uma outra questão que foi aflorada, isto é, a eutrofização das lagoas.

O Sr. Deputado João Greves chama a atenção para um pormenor de extrema importância que até o próprio plano para as lagoas — o último — aborda muito levemente, ou seja, a questão do assoreamento.

Quando se fala em eutrofização há quem englobe essas duas vertentes, a eutrofização propriamente dita e o assoreamento, mas há quem goste de separar, ou seja, assoreamento para um lado e eutrofização para o outro.

Na minha modesta interpretação, quando eu falo em eutrofização, englobo as duas vertentes, porque o assoreamento também favorece os fenómenos tróficos dentro das lagoas, isto no aspecto da abordagem esquemática.

Quando começamos a analisar isto faseadamente, eutrofização, cobertura florestal e poderíamos enveredar por outros sectores, como os resíduos sólidos, educação ambiental, etc., etc., ao longo destes 4 anos — esta é a crítica política — o que realmente faltou foi a existência de política estratégica. Nós não tivemos um plano clarificado para os resíduos, não tivemos um plano clarificado para a educação ambiental.

O que é que eu quero dizer com um plano clarificado?

Era um plano que nos permitisse a qualquer altura saber de onde é que viemos e para onde vamos; um plano que permitisse qualquer sector da sociedade saber o que é que tinha que fazer; um plano que nos permitisse saber que o passo a seguir era esse.

Portanto, só com a existência de um plano destes, é que a própria sociedade, não só a classe política, mas toda a sociedade, pode participar e colaborar na construção dos objectivos.

Sem estes planos, vamos continuar a ter uma crítica avulsa.

Eu não estou a fazer uma crítica de 6 meses. Eu estou a fazer uma crítica de 4 anos.

Esta é a crítica política que se deve fazer à actual governação.

Outra questão que me preocupa bastante é a nova filosofia introduzida na análise política, ou seja, enveredamos agora pela desdramatização dos problemas. Os problemas não são tão graves como se diz.

Entramos numa de preferir controlar as situações do que erradicá-las.

São formas que favorecem quem governa, mas não sei se essa será a melhor forma de fazer política ambiental.

Mais. Prefere-se admitir a irreversibilidade e a irrecuperabilidade dos problemas com alguma ligeireza e não apresentar políticas para recuperar as situações e para ultrapassar os problemas.

Digamos que essa seria não propriamente uma crítica, mas uma preocupação que eu deixava à actual governação, ou seja, já que não se pode aumentar a capacidade de governar, reduz-se o tamanho dos problemas.

Muito obrigado.

Vozes dos deputados da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos dos deputados da bancada do PSD)

Presidente: Para prestar esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Secretário Regional do Ambiente.

Secretário Regional do Ambiente (Ricardo Rodrigues): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Eu gostaria imenso de responder ao Sr. Deputado Francisco Xavier, se na última parte da sua intervenção, tivesse apontado algum facto do qual eu pudesse concluir a que preocupação é que se refere.

Essa forma de dizer que agora se controla e se diz que não se erradica, mas não se é muito directo nas questões, porque não sei quê, é uma forma genérica e abstracta de fazer afirmações. Não tem qualquer conteúdo prático.

Eu gostaria imenso de responder a todas essas suas preocupações, só que a forma como discursou, a forma como colocou o problema, inibe-me de poder esclarecê-lo nas suas preocupações.

Tratam-se de figuras de retórica, de fazer alguma política e uma crítica — penso que era a sua intenção — só que na prática eu não consigo responder às suas perguntas, porque não percebi o que é que o Sr. Deputado pretende.

Nos pedidos de esclarecimentos, entende-se que se pede esclarecimento aproveitando a presença do Governo nesta Casa para esclarecer.

O Sr. Deputado fez uma crítica de carácter genérico e, na última parte da sua intervenção, à qual eu teria imenso gosto em poder esclarecer, mas não posso, porque as suas questões não foram questões, foram considerações de conteúdo genérico.

Quanto à parte concreta da Rede Natura 2000, com certeza que o Sr. Deputado sabe tão bem quanto eu, que os Açores dispõem de 16% do território regional, que estão englobados na Rede Natura 2000, que engloba os SIC, e as zonas de protecção especial, que são os habitats da nossa Região.

É uma enorme extensão, o que permite revelar que o Governo Regional dos Açores está preocupado com as espécies e com as aves que por aqui passam e se o Sr. Deputado não tem conhecimento, já no tempo do Sr. Secretário Regional, Prof. Fernando Lopes, existia um plano regional dos resíduos sólidos urbanos. Não sei porque é que não tem conhecimento, mas ele existe.

Vai ficar muito satisfeito, porque planos é algo que não lhe vai faltar nos próximos tempos.

Temos em elaboração o Plano Regional da Água, vamos ter os planos da água para todas as ilhas e vamos ter os Planos de Ordenamento da Orla Costeira para os Açores.

Esta Câmara e o Sr. Deputado, em particular, vão dispor de planos para se deleitarem a ler e verificarem quais são as políticas estruturais ao nível do ordenamento que este Governo tem para os Açores.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Xavier.

Deputado Francisco Xavier (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Quando fiz a minha intervenção tentei dividir em duas partes: uma foi a minha crítica política estrutural e foi fundamental e outra foi simplesmente uma preocupação. Não foi por acaso que a distingui.

Em relação à primeira questão, a minha crítica estrutural, refere-se aos planos estratégicos.

Se este Governo, que já tem 4 anos, fundamenta a existência de política com um Plano de Resíduos Sólidos, o Sr. Secretário sabe muito bem de que planos está a falar, de um plano que nem sequer foi posto à discussão pública, de um plano que foi para Bruxelas e todos nós sabemos porque é que foi, por isso vamos fechar o assunto.

Deputado Mark Marques (PSD): *Muito bem!*

O Orador: Não vamos agora dizer que a política estratégica do Governo deve ser baseada neste plano. Não pode ser.

Não vale a pena falarmos mais no Plano de Resíduos Sólidos.

Pede-me para demonstrar críticas. Que questões práticas devo demonstrar em relação ao facto do Governo enveredar, segundo a minha preocupação, pelo controlo em vez da erradicação, pela irrecuperabilidade das situações etc., etc.?

Tudo isto advém da forma como o Sr. Secretário Regional do Ambiente tem feito as análises na comunicação social. Não posso ir para além disto, porque governa há pouco tempo.

Portanto, da forma como aborda as questões, tenta desdramatizar.

Secretário Regional do Ambiente (Ricardo Rodrigues): Quais questões?!

O Orador: Tenta admitir que ali já não é possível fazer nada e o Faial tem um exemplo destes. Nas lagoas já se fala no controlo da eutrofização, mas antes criticavam-se os governos do PSD, porque não a erradicavam.

É uma forma diferente de abordar as questões de uma maneira diferente. O Sr. Secretário tem todo o direito de o fazer. E eu tenho todo o direito de levantar essa preocupação.

Esta é a razão que me leva e que me levou a fazer esta análises.

Se o Sr. Secretário diz que não, que vai combater a eutrofização, que vai recuperar aquilo que nós já perdemos, que esta é a vossa postura, aí muito bem, eu retiro a minha preocupação.

Muito obrigado.

(Aplausos dos deputados da bancada do PSD)

Presidente: Para prestar esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Secretário Regional do Ambiente.

Secretário Regional do Ambiente (*Ricardo Rodrigues*): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Deputado Francisco Xavier:

Podia ter começado por aí.

Se o seu problema é a questão da eutrofização, não tinha capítulo mais interessante para eu ficar aqui duas horas a falar consigo, — obviamente não tenho esse tempo — para lhe dizer o muito que já fiz, ou que este Governo já fez, nesta matéria.

Falou, mas não distingue. Se calhar não vamos entrar aqui em discussões técnicas a fim de sabermos se assoreamento e eutrofização são a mesma coisa ou se são duas facetas do mesmo problema.

Quanto ao assoreamento, há dois projectos, que vão ser entregues no dia 15 de Junho, para as bacias de retenção na Lagoa das Sete Cidades e na Lagoa das Furnas.

Deputado António Almeida (*PSD*): Projectos?!

O Orador: São projectos. Eu não posso fazer bacias de retenção sem ter os projectos, a não ser que o Sr. Deputado António Almeida consiga fazer esse milagre!

Deputado António Almeida (*PSD*): Já devia estar feito!

O Orador: Pois, já devia estar feito há muito tempo, no tempo de Vs. Exas.!

Eu lembro-me que a eutrofização foi falada nos Açores, pela primeira vez, em 1977. Os senhores estiveram 20 anos para fazer alguma coisa e não fizeram nada, foi por isso que surgiu o SOS Lagoas.

Deputado José Maria Bairos (*PSD*): Já apanhou o vírus!

O Orador: Foi no vosso tempo. Passados 15 anos de Governo, não tinham feito nada.

Não temos o arejamento da Lagoa das Furnas e da das Sete Cidades e a ceifeira.

Há aqui um problema que tem a ver directamente com os lavradores.

Obviamente que eu estou convencido que não é possível debelar por completo e a medida mais eficaz relativamente à eutrofização das Lagoas tem a ver com o uso e o ordenamento das bacias hidrográficas, mas tão responsável foi o Governo como responsável foi esta Câmara, porque só há 15 dias atrás é que aprovaram a lei que permite fazer o ordenamento nas bacias hidrográficas.

Como o Sr. Deputado sabe, os instrumentos de gestão territorial, que é uma legislação nacional que se aplica às regiões e é uma Lei Geral da República, não continha os Planos de Ordenamento das Bacias Hidrográficas, mas sim os de Albufeiras.

Não era possível fazer planos de ordenamento e essa competência de adaptação da legislação é uma competência da Assembleia Legislativa Regional.

Portanto, não se diga que foi o Governo que não fez, porque a Assembleia poderia e já deveria ter feito.

Deputado José Maria Bairos (PSD): Não haviam diplomas!

O Orador: Qual diploma, Sr. Deputado?!

Deputado José Maria Bairos (PSD): Não podemos aprovar sem termos diplomas!

Deputado Mark Marques (PSD): Não podíamos aprovar, porque o Governo não apresentou diplomas!

O Orador: Eu não estou a perceber. Os senhores têm iniciativa legislativa.

Eu estou nesta Casa há muito pouco tempo, mas já percebi que sobre iniciativas legislativas, da parte dessas bancadas, estamos conversados.

Os senhores têm constituído um trabalho interessantíssimo ao nível de resoluções e muito pouco útil ao nível de iniciativas legislativas.

Mas continuemos.

O plano de ordenamento que há pouco o Sr. Deputado Francisco Xavier tanto reclamava, só é possível fazer a partir do dia que foi publicado o Decreto Legislativo Regional no Diário da República. Tem 15 dias.

Já está a ser elaborado o caderno de encargos para a feitura do Plano de Ordenamento das Bacias Hidrográficas da Lagoa das Furnas e das Sete Cidades.

Como sabe, só depois de eu ter um Plano de Ordenamento, é que posso obrigar os particulares. Sem ter um plano e um instrumento de gestão territorial, não posso obrigar os particulares, relativamente ao uso dos solos.

Posso, através de acordo e é isso que pretendo fazer, mas também aí preciso de um modelo matemático que está em elaboração, que me permita determinar as causas concretas e por sítios específicos e concretos, relativamente a quem causa a eutrofização nas lagoas, "quem" no sentido das pessoas e no sentido dos terrenos e propriedades envolventes.

Está ainda adjudicada uma série — mas acho que aqui é fastidioso enumerar, porque estou a falar de uma coisa muito concreta, mas por sugestão sua — das lagoas e da eutrofização.

Relativamente ao Cabeço Verde, ainda bem que fala nisso, porque é lamentável que no Faial, onde a reconstrução é o "prato" favorito de V. Exas. nos últimos tempos, onde todos sabem perfeitamente que o parque habitacional foi bastante afectado (cerca de 70%), pretender impor que se pare com a exploração de bagacinas no Cabeço Verde, é de uma irresponsabilidade política a toda a prova.

Primeiro, porque trata-se de um cabeço que está em exploração de inertes há cerca de 30 anos a esta parte e a classificação como dentro da Rede Natura 2000, foi feita há cerca de 4 ou 5 anos, quando ele já estava em exploração, ou seja, não se classificou e depois iniciou-se a exploração, pelo contrário, ele foi classificado quando estava em exploração de inertes.

Eu fui lá pessoalmente, andei em todo o cabeço e só quem não foi lá é que não percebe que aquela exploração tem que continuar, porque as vertentes do cabeço são declives com raio directo e eu não posso de maneira nenhuma fazer a recuperação daquele cabeço sem continuar a exploração.

Parar a exploração tal como está o cabeço agora, significa que o Faial ficaria com uma ferida no terreno, naquele caso, para o resto da vida.

Tem que se fazer e executar um plano de recuperação daquele cabeço, tendo em atenção as necessidades existentes.

Eu anunciei variadíssimas vezes que a política do ambiente não se faz contra as pessoas, faz-se com as pessoas e para as pessoas.

Deputado Rui Pedro Ávila (PS): *Muito bem!*

O Orador: No Faial, as pessoas precisam de inertes e vão tê-los, custe o que custar.

Eu sou oriundo de um movimento ambientalista e não tenho receio, quando for este o caso de, com frontalidade, dizer que a natureza não é estática, é um processo dinâmico e temos que respeitar antes de mais quem vive nestas ilhas.

Essa preocupação é do Governo Regional, vai ser implementada neste caso concreto, o plano de recuperação vai ser executado naquele cabeço e vai ser executado ou está a ser executado porque é preciso.

Não se pode parar a exploração daquele cabeço.

Esse era mais um caso que me parecia que revelaria alguma unanimidade desta Câmara, porque é dos tais que são tão consensuais, pelo menos para mim. Só não percebe isso quem não passou por lá e está a falar de cor como se de São Miguel ou do Continente se pudesse falar dos problemas concretos das outras ilhas.

Essa é uma preocupação do Governo, relativamente ao Cabeço Verde.

Estas foram as questões que o Sr. Deputado levantou. Como está a ver, escolheu dois exemplos relativamente fracos na minha perspectiva, porque quanto a esses eu tenho posições bem claras e quanto ao Cabeço Verde bem duras, no sentido de se perceber que aqui eu estou contra os ambientalistas, pelo menos que fizeram publicar um artigo no jornal, contra todas as Associações Ambientalistas, estou contra eles e mais, estou contra a forma e o palavreado utilizado onde chamam de "criminosa intervenção".

Eu só tenho que desculpá-los pela falta de formação jurídica de quem faz tais afirmações, porquanto criminosos são outras pessoas e outras atitudes que não aquela, porque é preciso e quando for preciso para as pessoas, este Governo está do lado das pessoas e por isso vai continuar aquela exploração.

(Aplausos dos deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Almeida e Sousa.

Deputado Nuno Almeida e Sousa (PP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Três pedidos de esclarecimento ao Sr. Secretário Regional sobre esta matéria, não sem antes deixar de fazer dois reparos sobre os esclarecimentos que acabou de prestar ao Sr. Deputado Francisco Xavier.

Em primeiro lugar, o Sr. Secretário na qualidade de jurista e de político, devia saber que há uma leitura para a palavra *crime* do ponto de vista jurídico e há outra que se usa há muitos anos, há muito tempo em política, para a mesma palavra.

Quando se fala em *crime* nesta Casa, fala-se no sentido político.

Quando o senhor nos tribunais, na sua vida profissional, fala em *crime*, fala em processo crime devidamente definido como tal.

Deputado João Cunha (PSD): *Muito bem!*

O Orador: Passo agora aos pedidos de esclarecimento sobre matérias que não são tão importantes como aquelas que se têm falado aqui, a eutrofização e o Cabeço Verde, mas que muito me preocupam.

O que foi feito nos últimos meses, desde que o Sr. Secretário ocupa este cargo—perdoe-me que lhe diga, mas o senhor não tem a desculpa de que só é Secretário há 3 ou 4 meses, porque oriundo de uma organização ambientalista como foi, eu cuidei que o senhor tinha sido nomeado por 8 meses, porque sabia tudo, porque pertencia a essa organização ambientalista e tinha estado a trabalhar durante todos estes anos nesta área, portanto chegava ao Governo e ia fazer tudo porque sabia tudo, mas enganei-me — em termos de fiscalização nas seguintes áreas:

— em relação ao abandono de entulhos e de resíduos sólidos em zonas que não são para isso classificadas, nomeadamente na zona das Covas, entre a Ribeira Grande e a Ribeirinha; na zona de acesso a uma das praias mais importantes da costa Norte da Ilha de São Miguel, existe uma lixeira a céu aberto numa zona por onde passam centenas de turistas ao longo de todo o Verão e refiro-me à Ladeira da Velha do lado direito quem desce a Canada em direcção à Praia do Porto Formoso.

O Sr. Secretário Fernando Lopes, seu antecessor, passa lá muitas vezes, com certeza que vê isso.

— em relação à limpeza de entulhos na zona das Covas na Ribeirinha.

— em relação à fiscalização do abandono de lixo na orla costeira.

Eu sei que é da competência da marinha, mas o que é que foi feito em termos de Secretaria Regional do Ambiente para sensibilizar as autoridades que fiscalizam nesse sentido?

Por último, Sr. Secretário, porque os últimos são os assuntos mais importantes, gostaria de deixar uma enorme preocupação em relação ao que é que foi feito no sentido de fiscalizar a limpeza e o abandono de lixo nas ribeiras dos Açores, nomeadamente na Ilha de São Miguel, que é a ilha que conheço melhor?

Foi feita alguma coisa em colaboração com os serviços florestais e com a guarda florestal, no sentido de obrigar à limpeza de matas, uma vez que estamos a entrar no Verão e sabemos que corremos o risco de nos finais do mês de Agosto, princípio de Setembro, termos outra vez chuvadas fortes como normalmente acontece?

Lembro que por exemplo na zona do Salto do Cavalo, está uma mata, desde as enxurradas de 96, por limpar.

Houve uma ponte que foi arranjada, mas os paus continuam lá da mesma maneira.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Brasil.

Deputado Manuel Brasil (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário Regional do Ambiente:

Em relação às preocupações que V. Exa. não encontrou na intervenção do Sr. Deputado Francisco Xavier, eu quero nomear algumas.

A primeira, prende-se com um Plano Regional do Ambiente.

Esta foi uma política que este Governo nunca teve nem nunca avançou com ela, porque é num verdadeiro Plano Regional do Ambiente que assentam os planos da água, os planos dos resíduos sólidos, uma verdadeira gestão das áreas protegidas, que existe no papel mas que na prática não funciona, uma vez que não há gestão dessas áreas nesta Região e assenta sobretudo o verdadeiro plano de educação ambiental, onde uma criança no Corvo possa ter o mesmo acesso à educação ambiental que tem uma criança na Escola das Laranjeiras, em São Miguel.

São estas as verdadeiras preocupações que devem existir na área do ambiente e estas são razões fundamentais para se ter uma política de ambiente devidamente definida.

Não pode ser uma política de ambiente como existe neste momento, que é apenas uma "política de bombeiro", ou seja, apaga um incêndio aqui outro acolá, tapa um

furo ali outro furo além, ou melhor, corta umas plantas aquáticas na lagoa das Furnas, faz uma pequena intervenção na Lagoa das Sete Cidades e assim vamos andando.

Não pode ser assim. Todas as ilhas dos Açores têm direito ao ambiente e para terem um ambiente devidamente definido há que traçar as regras do jogo.

Desculpe-me V. Exa., mas neste momento não existem regras de jogo traçadas. Existe o tal "plano de bombeiro" e V. Exa. ocupou o cargo de Secretário precisamente para fazer de bombeiro nestes últimos 6 meses até às eleições.

O Sr. Secretário limita-se a apagar o fogo aqui, a tapar um buraco acolá, e aqui nos vamos mantendo.

Quando houver um verdadeiro plano do ambiente, quando as regras do jogo estiverem determinadas, todos nós sabemos aqui dentro ou em qualquer parte desta Região como é que devemos falar e porque é que falamos de ambiente.

Era apenas isto.

Deputado Dionísio Sousa (PS): Os senhores não querem planos a médio prazo!

O Orador: Isso é uma observação do "Velho do Restelo"!

Deputado Dionísio Sousa (PS): Não é do Restelo!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Xavier.

Deputado Francisco Xavier (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Cinco meses apenas de governação e o Sr. Secretário já está contra os ambientalistas.

Secretário Regional do Ambiente (Ricardo Rodrigues): Num caso concreto, o que é salutar!

O Orador: Mas já começa a estar, já é alguma coisa Sr. Secretário!

Em relação ao Cabeço Verde, o Sr. Secretário não percebeu ou não quis perceber, naturalmente, o alcance da minha crítica.

A minha crítica não se resume ao Cabeço Verde!

A minha crítica não é admitir que o Cabeço Verde pode ou não ser recuperado!

A minha crítica está no facto do Sr. Secretário dizer que o Cabeço Verde é irrecuperável e não apresentar, simultaneamente, uma política estratégica para se evitar, na Região, outros cabeços verdes. Aí é que está o mal, percebe?

É claro que em 6 meses não pode fazer isso, mas como eu disse no início das minhas intervenções, eu não estou a fazer uma crítica a um Governo de 6 meses. Estou a fazer uma crítica a um Governo de 4 anos!

Esta é que é a questão e nós não devemos fugir dela!

Esta é a realidade!

Em relação ao plano das lagoas, o Sr. Secretário sabe que é plano que também recebeu inúmeras críticas das associações ambientais e a primeira que vem logo à cabeça é um plano para os sintomas e um plano que não é para as causas.

Depois há coisas curiosas no meio de tudo isso. São mais que muitas as intenções no fim do mandato deste Governo, mas em relação a intenções não vou fazer qualquer juízo de valor.

Por exemplo:

Não se avança já com as bacias de retenção, porque afinal não se identificou correctamente o número de escorrências das bacias hidrográficas.

Sr. Secretário, ao fim de todos estes anos?

Eu já não falo em 4, porque os estudos da lagoa começaram no tempo dos governos anteriores e no dia 5 de Junho de 1997 foi apresentado em Ponta Delgada o *Workshop*, onde o Sr. Secretário Regional do Ambiente esteve presente, não na qualidade de Secretário, mas lembro-me muito bem das intervenções que proferiu lá. Ao fim de todo esse tempo como é que é possível as escorrências não estarem determinadas?!

Há poucos meses não se avançou para as bacias de retenção porque o número de escorrências não foi devidamente identificado.

Alguma coisa está mal!

Ou andou-se a brincar todo este tempo, ou então não queremos resolver o problema!

Eu estou a avaliar a acção do Governo, simplesmente pela informação que me chega pela comunicação social.

Não me venham falar em requerimentos.

Eu tentei...

Secretário Regional do Ambiente (Ricardo Rodrigues): Tentou mesmo?!

O Orador: ... fazer requerimentos aqui e levaram meses e meses a obter resposta.

O último episódio a que já fiz referência nesta Casa, e volto a repetir, foi pedir uma cópia do plano das lagoas ao antigo Secretário do Ambiente.

Levei não sei quantos meses, muitos meses, para o receber. No dia que me chegou a casa, exactamente nesse mesmo dia, o actual Secretário do Ambiente estava a apresentar à comunicação social o novo plano das lagoas.

Não estou a dizer que foi com má intenção, mas é uma curiosidade.

Deputado Aurélio da Fonseca (PSD): Eficiência!

O Orador: O que é que temos de concreto nas lagoas?

A ceifeira e o arejamento nas Furnas. Coisas do anterior Governo, por acaso, também é uma curiosidade.

Em relação à nova legislação que permitiu dar enquadramento aos Planos das Bacias Hidrográficas, o Sr. Secretário tem toda a razão. Não se poderia criar um plano vinculativo para os particulares sem essa legislação. Ela foi importante, como na altura se disse.

Também devo recordar, porque o Sr. Secretário não estava cá, que uma tentativa de legislação semelhante passou por aqui, pela Assembleia, legislação essa que resultou daquele célebre Conselho de Governo de 5 de Junho de 1998, no Pico, onde se aprovou um pacote enorme de legislação e quase toda ela falhou na Assembleia.

Em relação a essa legislação para as bacias hidrográficas, falhou exactamente porque o Governo apresentou um diploma que não tinha em linha de conta uma lei, a Lei de Bases de Ordenamento do Território, que já tinha sido apresentada e aprovada na Assembleia da República.

Felizmente que a Assembleia Legislativa Regional não andou a dormir.

Não me peçam para estar a fazer leis onde a participação técnica é importante, onde os recursos técnicos são importantes.

A Assembleia não dispõe disso...

Secretário Regional do Ambiente (Ricardo Rodrigues): Mas tem assessores políticos!

O Orador: ... nem eu disponho.

É por isso que o Governo existe e tem uma capacidade de intervenção nessa área superior à Assembleia Legislativa.

Essa é uma realidade.

Não convém estar a politizar essa realidade.

Em relação a planos, poderíamos continuar por aí fora.

Educação ambiental!

O que se fez nesta Região foram simplesmente medidas avulsas e o Sr. Secretário sabe disso perfeitamente.

Por exemplo — deixe-me apenas dizer isto, porque eu não percebo muito bem — vamos falar dos encontros regionais de educação ambiental. Muito bem!

Os anteriores governos optaram por encontros regionais de ilha. O actual governo optou por encontros regionais — muito bem, estratégias diferentes.

A primeira estratégia tem algumas vantagens e desvantagens. A actual estratégia tem outras vantagens que a anterior não tinha, evidentemente.

O que eu não percebo é que se peça 15 contos a um professor para participar num encontro desta natureza.

Secretário Regional do Ambiente (*Ricardo Rodrigues*): Isso é uma fortuna!

O Orador: Os professores de São Miguel estão a pagar 15 contos para participar num encontro de educação ambiental, ou seja, em poucas linhas:

— Primeiro encontro deste Governo feito no Pico — gratuito (estadia, passagens, tudo gratuito, independentemente de terem criado algumas dificuldades a alguns dos oradores para participar, mas isso é outra questão);

— Segundo encontro, realizado no Faial, encontro regional que deixou de ser regional e passou a ser nacional.

Como é hábito no encontro nacional, porque esse encontro resulta de representações de todo o país, paga-se a presença no mesmo.

O actual Governo aproveitou a deixa e no terceiro encontro, que já não é nacional é regional, pede aos professores da Região 15 contos.

Sinceramente, não percebo isso!

Não sei qual é o alcance dessa medida.

Muito obrigado.

Presidente: Para prestar esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Secretário Regional do Ambiente.

Secretário Regional do Ambiente (*Ricardo Rodrigues*): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Começando por uma questão que não é propriamente resposta.

Se a falta de iniciativa legislativa da vossa parte é por falta de conhecimentos técnicos, em vez dos senhores terem escolhido assessores políticos, se calhar deviam ter escolhido assessores técnicos, mas isso é uma questão que os senhores é que sabem e eu não me meto nessa área. Cada um tem os assessores que quer, pode e merece.

Relativamente às questões que são colocadas, convinha que a bancada do PSD se definisse, de uma vez por todas, isto é, ou quer planos ou quer medidas avulsas.

O Sr. Deputado Manuel Brasil fala do Plano Regional do Ambiente, mas deve ser por desconhecimento da lei, porque esse tipo de designação não existe. Eu não sei de que é que está a falar.

Esse não é nenhum instrumento de gestão quer sectorial, quer territorial. Portanto, não sei de que é que fala, porque nós para nos entendermos — esta Câmara tem este dever — devemos usar da nomenclatura e dos termos adequados para ver se falamos todos a mesma linguagem.

Esse Plano Regional do Ambiente não existe na nomenclatura e na designação dos instrumentos de gestão, portanto, não sei o que é.

Relativamente aos planos que este Governo Regional vai fazer, na área da competência da Secretaria Regional do Ambiente, eu já os indiquei mas posso voltar a referi-lo. Tem a ver com o ordenamento territorial, com a gestão da água. Esses estão em fase de elaboração.

No que se refere às bacias de retenção, eu devo ter-me explicado mal ou os Srs. Deputados não perceberam.

O que se está a fazer são projectos de execução das bacias de retenção. Isso determina só por si — que eu tenha conhecimento — quais são as escorrências, ou seja, onde é que eu vou fazer as bacias de retenção.

O que está em execução são os projectos de execução para se fazer a obra. Para se fazer a obra é preciso saber onde é que se está a fazer e o projecto de execução é disso que trata.

Quanto às saibreiras em exploração em todos os Açores, eu acho que isso é uma pretensão pertinente da sua parte. Também é minha e é deste Governo.

Numa interacção entre as competências que estão adstritas aos diversos departamentos do Governo, nesse caso, a exploração de inertes é da competência da Secretaria Regional da Economia.

Pedi ao Sr. Director Regional do Comércio, Indústria e Energia que me fizesse o levantamento de todas as saibreiras licenciadas em exploração nos Açores, porque essa competência é daquela Direcção Regional, para eu ter o conhecimento do que se está a fazer.

Faz parte do licenciamento das saibreiras. Um dos documentos indispensáveis é o plano de recuperação. Não há licenciamento de nenhuma saibreira que não contenha em si um plano de recuperação.

O que está a falhar aqui é obrigar os particulares ou as pessoas colectivas que estão a explorar saibreiras a executarem o plano de recuperação.

É essa fiscalização que é necessária fazer. Esse pedido está feito e esse levantamento está pedido, mas ainda não chegou ao meu gabinete. Logo que chegue, desencadearé os mecanismos necessários para resolver essa questão.

Quanto às perguntas formuladas pelo Sr. Deputado Nuno Almeida e Sousa, como deve saber, os resíduos sólidos urbanos, são da competência das câmaras municipais. Terei muito gosto em apoiar as câmaras municipais na recolha de entulhos, na recolha dos materiais sólidos que são depositados nos vários conselhos das nossas ilhas.

Tenho, de resto, prometido esse apoio a algumas câmaras, a algumas associações ambientalistas que têm colaborado, a escuteiros e grupos navais que limpam as orlas costeiras. Portanto, prometi essa participação e colaboração a variadíssimas associações que felizmente proliferam pelos nossos Açores. Com elas fiz protocolos de apoio, no sentido de limparem as orlas costeiras. No entanto, essa é uma competência das câmaras municipais que o Governo tem muito gosto em apoiar.

Relativamente às ribeiras e à limpeza das mesmas, mais uma vez aqui as câmaras municipais não têm cumprido a lei, ou seja, a limpeza de todas as ribeiras e das áreas

urbanas das mesmas, é da competência das câmaras municipais. Infelizmente, as câmaras municipais não têm cumprido essa sua competência.

Já está feito o levantamento, freguesia por freguesia, para sabermos a área e termos um critério na atribuição de apoios a todas as freguesias dos Açores, para eles colaborarem com o Governo Regional na limpeza das ribeiras.

Não foi um trabalho fácil, porque esse levantamento não estava feito, mas já várias ilhas entregaram-no e consta do mesmo a dimensão de cada ribeira. Serão feitos agora protocolos de colaboração, tendo por critério o cumprimento, a dimensão e o trabalho que cada uma dessas ribeiras exige, para determinar o apoio a essas juntas de freguesia.

Calculo que no mês de Junho ou de Julho estarei em condições de efectuar os protocolos com todas as juntas de freguesia, no sentido de participarem na limpeza das ribeiras, uma vez que estou consciente e convencido de que a participação dessas autarquias é indispensável, porque elas estão em cima do acontecimento, tomam essas ribeiras como suas e assim teremos, naturalmente, as ribeiras mais limpas nos Açores nos próximos tempos.

Presidente: Encerrado este debate, tem a palavra o Sr. Deputado José Maria Bairos para uma intervenção.

Deputado José Maria Bairos (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do PSD e no âmbito das suas competências regimentais — fiscalização da acção do Governo — tem percorrido os concelhos da Região Autónoma dos Açores, auscultando os responsáveis locais, nomeadamente, autarcas, agentes económicos, associações empresariais, instituições de solidariedade social, etc..

Na sua última visita aos concelhos de São Miguel e na área da agricultura, ficamos a saber aquilo que já era público. A Secretaria Regional da Agricultura e Pescas abandonou os lavradores açorianos que enfrentam, neste momento, graves dificuldades em saberem o seu futuro, porque não dispõem de informação de qual a política que o titular deseja definir.

São as quotas leiteiras que têm sido sujeitas a vários discursos de circunstância, todos eles confusos, incoerentes e que apenas indicam uma fuga para a frente, na esperança de não ter que assumir claramente, uma posição.

São os projectos à primeira instalação e outros que não são aprovados.

São os atrasos nos pagamentos de indemnizações compensatórias, por erros cometidos pelo INGA — Instituto Nacional de Garantia Agrícola — o mesmo que se enganou nos números de produção leiteira de 1998/1999, mas que o Governo Regional não tomou a mínima posição, porque entramos agora na fase de "pagamento" do bom entendimento entre o Governo Regional e o da República. O último caso público é o da renegociação do Acordo das Lages que por parte do Governo Regional e do Partido Socialista é um mar de contradições e subserviência forçada.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Que esta secretaria e o seu titular tem sido uma contradição constante entre o discurso e a acção, já todos nós sabíamos.

O melhor exemplo foi na área do ambiente que teve muitas sessões públicas de datas comemorativas, de apresentação de legislação que foi retirada mais tarde, sendo a sua actuação altamente criticada pelas associações que afirmam que nesta legislatura não houve política do ambiente. O próprio Presidente do Governo deu razão às críticas, criando uma secretaria na tentativa de desviar as atenções e dar o benefício da dúvida, ao novo titular, que tenta montar uma estrutura que não existia ao contrário das afirmações que presidiram à sua criação.

Mas na área das pescas o desnorte também é patente e verificado pelas várias portarias que são emitidas pela Direcção Regional das Pescas, que ou não entende a realidade dos nossos pescadores, ou vão contra a preservação dos stocks piscícolas, cujo conteúdo demonstra um total desconhecimento do valor social que a pesca tem na Região Autónoma dos Açores.

Quem não se lembra da polémica Portaria sobre a emissão de licenças de pesca que se baseava numa visão anti-social e económica da realidade do sector?

Felizmente esta Assembleia tomou uma posição firme e a justiça para com os pescadores foi de novo normalizada.

Mas a desorientação continua.

Os fundamentos científicos de preservação de stocks e defesa das comunidades piscatórias locais, que serviram de base a uma Portaria, em Janeiro de 2000, são totalmente abandonados e, em total contradição, passados 60 dias é publicada uma Portaria que permite tudo o que era proibido 60 dias antes.

Para melhor se perceber o que está em causa, passo a explicar:

Em 27 de Janeiro de 2000 é publicada a Portaria nº 7/2000 que no seu número 5, proibia a utilização do palangre de fundo, vulgo "lei", dentro das três milhas.

Os argumentos para tal proibição eram suportados por estudos da universidade que apontavam que a pesca junto à costa das ilhas atingia valores preocupantes e era necessário preservar os stocks existentes.

Passados dois meses é publicada a Portaria nº 18/2000, que vai contra toda a argumentação do preâmbulo da Portaria 7/2000, abrindo a pesca com a utilização do palangre de fundo dentro das três milhas e com efeitos a partir de 28 de Janeiro.

Perante tal incoerência política, resta-me perguntar:

- Qual a razão de tal mudança?
- Terão havido estudos científicos no mês de Março que apresentassem situações diferentes dos efectuados em Janeiro do mesmo ano?
- Terão aumentado os stocks das várias espécies piscícolas ao longo da costa, no espaço de 60 dias?

Espero respostas do titular...

Deputado Jorge Valadão (PSD): Não vais ter, porque ele já está de saída!

O Orador: ... para que possamos perceber o que aconteceu, embora esta mudança de política seja o resultado da desorientação no sector, do puro laxismo na produção de legislação e de se ter uma visão política que vagueia ao sabor das ondas, das pressões e principalmente dum desconhecimento do que é o sector da pesca e da sua importância económica e social para as pequenas comunidades piscatórias locais.

A abertura da utilização do palangre de fundo, dentro das três milhas, já está a ter consequências nefastas no rendimento dos pescadores de Santa Maria.

As espécies piscícolas ao longo da costa mariense estão a ser dizimadas por uma grande concentração de barcos oriundos de outras ilhas e os pescadores locais

assistem a uma total degradação dos stocks e começam a enfrentar a escassez de peixe.

Dentro de pouco tempo todos os fundos à volta da ilha estarão limpos de peixe e a confirmar esta triste realidade já se assiste ao abandonar da costa mariense, por parte de alguns barcos, em direcção à costa da Ilha das Flores.

Senhor Secretário da Agricultura e Pescas (não está),...

Deputado Mark Marques (PSD): Está na bancada do PS, no lugar do líder Parlamentar!

Deputado João Cunha (PSD): Está a treinar-se para voltar para aquela bancada!

O Orador: Ah, pois está! Mudou de lugar!

... é urgente alterar a situação actual ou além de ficar responsável por um crime ambiental — não é o crime que o Sr. Secretário se referia há pouco, é político — os pescadores locais irão pedir-lhe contas pela situação de precariedade económica e social em que lançou estes profissionais e suas famílias.

Na opinião destes profissionais, a situação tem que ser imediatamente alterada e tendo como base de trabalho, duas hipóteses:

1- Ou aplica, de novo, a Portaria nº 7/2000, de 27 de Janeiro, que proibia a utilização do palangre de fundo, dentro das três milhas;

2- Ou, na prática, vai ao encontro da sua preocupação para com as comunidades piscatórias locais e permite a pesca do palangre de fundo, dentro das três milhas, mas apenas aos pescadores residentes em cada uma das ilhas.

O tempo urge. Cada dia em que se mantenha a situação actual, é contribuir para a extinção de espécies e o arrasamento dos stocks existentes junto à costa das ilhas dos Açores.

Disse.

Deputado Mark Marques (PSD): *Muito bem!*

(Aplausos dos deputados da bancada do PSD)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Agricultura, para prestar esclarecimentos.

Secretário Regional da Agricultura e Pescas (Fernando Lopes): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Somente para dizer que a legislação existente que regulamenta as zonas onde é possível exercer a faina da pesca, relativamente às diferentes frotas (frota local, frota costeira, etc.), resultou de um esforço de concertação com as organizações de produtores e de um esforço de diálogo com essas mesmas associações.

Desse esforço de diálogo saiu esta legislação, que nalguns casos é mais restritiva do que as próprias organizações pretendiam, mas é a legislação necessária e possível neste momento.

Há um facto que é importante realçar: não é desejável que nós façamos legislação que crie direitos diferentes nesta área, por ilhas, por muito que nós queiramos respeitar as especificidades, porque não faz sentido — pelo menos é essa a interpretação do ponto de vista científico que o próprio Departamento de Oceanografia e Pescas nos faz — numa ilha ter uma determinada zona de protecção até à costa, noutra ilha ter outra e por aí adiante.

A pretensão do Sr. Deputado de eventualmente fazer ajustamentos para uma ilha específica em relação aos de fora, pode ter sentido do ponto de vista do deputado de ilha, mas não sei se terá sentido do ponto de vista do interesse regional e da unidade regional.

De qualquer forma, se entrarmos por esse caminho, inevitavelmente estaremos a abrir portas que são extremamente perigosas, não direi apenas do ponto de vista da pesca, mas do ponto de vista geral de destruímos a nossa capacidade de legislar para o conjunto da Região.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Almeida e Sousa.

Deputado Nuno Almeida e Sousa (PP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Apenas duas palavras, sendo a primeira para pedir um esclarecimento ao Sr. Secretário (se calhar vou esclarecer-lhe mais do que ser esclarecido!) e outra para tentar colaborar na solução desse problema pertinente que o Sr. Deputado José Maria Bairos nos traz aqui.

A minha participação neste debate é feita não só numa perspectiva de deputado regional, mas de deputado, como todos sabem, com ligações afectivas à Ilha de Santa Maria.

A preocupação que o Sr. Deputado José Maria Bairos nos traz não é só dos pescadores ditos artesanais da ilha de Santa Maria, mas dos pescadores artesanais da Graciosa, de São Jorge e das Flores, como ele disse.

Não me parece lógico que se encontre uma solução para este assunto com base numa proibição aos pescadores ou aos armadores de outras ilhas exercerem a pesca naquelas zonas, mas parece-me que há uma solução técnica que provavelmente terá que ser estudada para se resolver este assunto e tem a ver com a reclassificação ou com a classificação da frota pesqueira regional.

Sr. Secretário Regional:

O problema não está nos barcos de 9 metros de boca aberta que saem de Rabo de Peixe para irem à faina da pesca, porque esses não vão para as costas de Santa Maria, dentro das 3 milhas, lançar o trolley.

Há um ou outro mestre mais afoito que, num dia muito bom de pesca de Verão, se arrisca a navegar à vista até Santa Maria. Admito que consiga, mas não é por aí que se devastam também os stocks dentro das 3 milhas na Ilha de Santa Maria.

O problema está em que se classificam como embarcações de pesca local, aquelas embarcações de 13, 14 ou 15 metros, que já têm condições de navegabilidade muito diferentes dos tradicionais barcos de boca aberta, esses sim provavelmente têm que deixar de ser classificados como da frota dita artesanal e passarem a pescar fora das 12 milhas como a lei obriga.

De facto, algumas dessas embarcações já não vão para Santa Maria, inclusivamente já estão nas Flores e a semana passada uma corveta da armada interceptou uma dessas pequenas embarcações cabinadas do Porto da Lagoa, com mestres mais afoitos que vão à procura do seu ganha pão, e bem, a sul da Ilha das Flores.

Sr. Secretário Regional:

O que mais me preocupa nesta sua intervenção de esclarecimentos ao Sr. Deputado José Maria Bairos, é que V. Exa. por diversas vezes, nesta Casa, usa e abusa da afirmação de que todas as medidas que o seu Governo toma em matéria de pescas,

são vastamente dialogadas com as organizações de produtores e debatidas com os pescadores e armadores.

O Sr. Secretário podia dizer isso se eu não estivesse nesta Sala, mas com a minha presença aqui V. Exa. corre o risco de eu lhe dizer que represento uma das maiores organizações de produtores de pesca dos Açores e que o senhor só se sentou comigo numa mesa uma vez em quatro anos!

Uma vez em quatro anos, Sr. Secretário!

Arrisco ainda a dizer uma coisa que politicamente pode-me sair cara: eu já tive que meter cunhas ao Presidente do Governo para ter acesso ao seu Director Regional!

Presidente: Srs. Deputados, peço desculpa, mas vou ter que me ausentar da Sala por alguns instantes.

Por isso agradecia ao Sr. Deputado Alvarino Pinheiro que me substituísse na Mesa.

(Neste momento o Deputado António Gomes é substituído na condução dos trabalhos pelo Deputado Alvarino Pinheiro)

Tem a palavra o Sr. Deputado José Maria Bairos.

Deputado José Maria Bairos (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

De facto, a resposta que me deu não foi clarificadora.

A pergunta que lhe fiz foi muito clara, ou seja, qual a razão de fundo que levou a que no espaço de 60 dias se passe de fora das 3 milhas para o interior das 3 milhas?

Esta é a questão de fundo.

Quando foi publicada a primeira Portaria, ela baseou-se em estudos da Universidade dos Açores.

A Portaria diz: "A produção do exercício da pesca junto à costa das ilhas dos Açores, atingiria valores preocupantes para a manutenção dos níveis dos stocks na sede das unidades populacionais." Esta era uma das razões de fundo, ou seja, a preservação de stocks.

Como é que 60 dias depois, alteram-se os estudos da Universidade, ou melhor, não se faz caso deles e passa-se à pesca, com barcos até 14 metros, para o interior das 3 milhas?!

O Sr. Secretário sabe que à volta de algumas ilhas do nosso arquipélago, os pesqueiros não são muito grandes, tal como as plataformas.

Antes da segunda Portaria que anula a primeira e que teve efeitos retroactivos no dia 28 de Janeiro, inclusivamente para resolver alguns problemas de barcos multados a fim de ser retirado o efeito da multa — foi este o fundamento da sua retroactividade em Janeiro — em Santa Maria, onde não há uma grande frota de pesca, há apenas uma frota de pesca artesanal que neste tipo do palangre de fundo tem 3 barcos que praticam, quando as pessoas vão à pesca lançam à volta de 7 mil anzóis.

Neste momento, assiste-se diariamente à volta da Ilha de Santa Maria, ao lançamento de 70, 80 ou 90 mil anzóis. O pescado existente dentro das 3 milhas está sendo completamente arrasado e já o foi de tal maneira que as lanchas com maior capacidade, uma vez que têm custos muito maiores, já chegaram à conclusão que o peixe existente neste momento já não tem o valor que lhes interessa e algumas delas já estão na costa das Flores, indo depois para São Jorge, Graciosa ou até mesmo para o Corvo.

Abriu-se aqui um precedente que, em termos ambientais, de manutenção de espécies e de stocks à volta das pequenas ilhas, é de uma bradação total.

As comunidades piscatórias locais estão vendo ser devassados os fundos dos mares dentro das 3 milhas.

Eu quando lhe aponteí aqui 2 soluções, não quis impôr nem uma nem outra.

Quando respondeu que era uma questão local, gostaria de lhe dizer que não é, porque a situação que se está a verificar em Santa Maria, verifica-se de igual modo na Graciosa, nas Flores, em São Jorge, no Pico e no Corvo.

Se se tomasse uma solução tendo em vista a defesa da pequena frota — o deslize do trolley, porque são dois ou três barcos por ilha — estaria a defender a sua preocupação que está escrita nesta Portaria, ou seja, a preocupação da sobrevivência das comunidades piscatórias locais.

Se esta é uma preocupação, eu não percebo como é que faz uma Portaria que destrói o peixe que existia à volta das ilhas.

Esta preocupação, na altura, serviu apenas para colocar aqui, mas ela não é real. Se é real, então crie condições para que as comunidades piscatórias locais possam, nas suas ilhas e onde habitam, manter diariamente, ou quando possível, a pesca que lhes dê um rendimento para se alimentarem e alimentarem a sua família.

Neste momento, há graves problemas em algumas das ilhas dos Açores.

O peixe já não existe devido à alteração dada por esta portaria.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Brasil.

Deputado Manuel Brasil (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Em relação ao caso concreto de São Jorge, eu gostaria de dar daqui alguns esclarecimentos para termos uma ideia muito concreta do que se está a passar.

A semana passada, em São Jorge, uma traineira, um barco na ordem dos 14 metros, deitou qualquer coisa de trolley como entre as Velas e a Calheta ultrapassando mesmo esta zona.

Quem conhece a costa de São Jorge sabe que isto são uns largos quilómetros.

Além disso, estes largos quilómetros foram postos em lugares que eu duvido que tivessem uma milha da costa.

Há aqui duas componentes que me parecem importantes:

Primeiro, arranjar uma solução para este problema.

Eu concordo com o Sr. Secretário quando diz que não se pode travar a nível de ilha, mas pode-se travar a nível da embarcação.

Por exemplo, em São Jorge, nós temos ainda alguns pescadores e dois barquinhos cabinados que andam nos 9 metros e pouco.

Todos os outros são pescadores de barcos de boca aberta. Qualquer dia, desta forma, estão todos a morrer de fome, porque não têm onde ir pescar.

São Jorge não tem pressão sobre os barcos de boca aberta do Pico, embora fique apenas a 10 milhas, nem dos do Faial, nem dos da Graciosa que ficam a 16 milhas, nem dos da Terceira que ficam a pouco mais.

A grande pressão que existe neste momento em São Jorge, é de barcos cabinados com mais de 12 metros fora daquela ilha.

Este é um problema muito grave para o pescador jorgense.

Penso que tem que haver muito rapidamente uma solução, porque corremos o risco dos pescadores jorgenses amanhã quererem sustentar os filhos e não o poderem fazer à custa do mar, uma vez que aquela é a sua profissão.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado João Greves.

Deputado João Greves (PP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Eu estive a assistir com atenção a este debate que vem de encontro naturalmente à defesa da pesca artesanal.

Gostaria de dizer que o único pecado que encontrei neste debate, foi que se falou na defesa da pesca artesanal desde Santa Maria ao Corvo, mas naturalmente o Corvo ficou esquecido.

Na minha opinião, o pecado é grande. Porquê?

Nós temos que ver que a plataforma mais pequena de pesca é realmente na Ilha do Corvo. Se não for salvaguardada esta pequena plataforma, a comunidade piscatória que existe na ilha, vai ter muita dificuldade em sobreviver.

Eu também quando falo aqui não é só na perspectiva de deputado de ilha. Digo-lhe mais, na qualidade de deputado de ilha, tenho notado que ultimamente o volume do pescado tem aumentado devido ao esforço dos que lá estão, mas se não salvuaguardarmos esta medida que o senhor agora vem implementar, uma vez que a plataforma do Corvo é pequena, como é do vosso conhecimento, o pescado vai desaparecer no Corvo.

Uma vez desaparecido, a única coisa que irá crescer, será o rendimento mínimo, porque as pessoas não vão ter peixe para pescar e vão ter que recorrer a esse subsídio. Felizmente, hoje, não existe nenhum corvino beneficiando do rendimento mínimo e estou feliz por isso, mas se isto não for salvaguardado, se calhar vamos passar a ter.

É bom que o Sr. Secretário analise este assunto à luz da realidade e tente informar-se de como é que estas coisas estão sendo implementadas, porque com essa lei das 3 milhas, uma das ilhas mais penalizadas será o Corvo.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Pescas.

Secretário Regional da Agricultura e Pescas (Fernando Lopes): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Eu penso que esta discussão tem toda a razão de ser e é necessário que este debate se realize. Nós, como eu já disse aqui, já o fizemos com a Universidade e com os parceiros sociais.

É no seguimento desse debate que surgem as alterações aqui referidas.

Nós não consideramos que esta discussão está encerrada, mas também não podemos — inevitavelmente, porque há quem esteja desatento durante estes períodos — estar sempre a abrir discussões.

De qualquer maneira, esta discussão não termina neste momento, porque há aqui dois problemas diferentes que foram focados.

O primeiro problema, prende-se com a traineira.

A traineira ou o atuneiro, como quiserem chamar — não sei qual é a embarcação que se estão a referir, mas provavelmente terá mais de 24 metros — é uma embarcação que pesca em toda a Zona Económica Exclusiva.

Evidentemente, nós sabemos que para iscar, elas têm que se chegar junto à costa, mas essa já é uma questão de fiscalização.

No que se refere a fiscalização, como sabem, desde a primeira hora, este Governo avançou com propostas concretas que, aliás, foram "chumbadas" nesta Casa. Quanto a isso, nós não temos mais nada a acrescentar.

O tempo veio dar-nos razão no que respeita às nossas preocupações e continua a dar-nos razão no que respeita à necessidade de aumentar os meios disponíveis para exercer essa fiscalização.

O segundo problema, e julgo que também foi aqui aflorado, refere-se à classificação da frota, tal qual ela existe, e a delimitação de zonas de actuação para essa frota.

Nós estamos perante uma situação que tem a ver com a modernização da frota.

Nós passamos a ter, neste momento, muito mais embarcações cabinadas, com 13, 14 ou 15 metros, cujo raio de actuação é muito maior, tal como as condições de operação.

Nós temos pescadores que anteriormente apenas operavam na sua zona, ou seja, perto da costa da sua ilha e hoje operam num âmbito mais vasto.

Essa é uma questão que eventualmente vale a pena discutir, mas a posição do sector, a posição dos parceiros, é de que é necessário modernizar a frota e dar mais meios à comunidade piscatória no sentido de a alargar. Essa é uma preocupação.

Por outro lado, como é evidente, quanto mais avançarmos nesse esforço de modernização, maior será o esforço de pesca. Por isso, é possível falar — eu não sei se os números correspondem à realidade ou são meramente exemplificativos — de um aumento do número de anzóis largados.

É normal que quando temos este aumento da frota cabinada com um maior raio de actuação, com uma maior produtividade, um maior número de anzóis e com outro tipo de condições, o número de anzóis aumenta. Daí que tenhamos que discutir claramente, do ponto de vista científico, com os parceiros do sector, quais as medidas de protecção e aí não há soluções milagrosas.

As próprias opiniões do Departamento de Oceanografia e Pescas, têm a ver com o conhecimento científico dos stocks e com o conhecimento das plataformas existentes à volta das ilhas.

Portanto, estamos num período em que é possível haver adaptações.

Essas adaptações — e foi essa a preocupação que levantei aqui — não podem ir no sentido de criar legislação específica para a ilha A, para a ilha B ou para a ilha C, porque entramos num caminho difícil.

Nós temos que ter legislação de âmbito regional que se aplique a toda a frota e que seja consistente, salvaguardando, como é evidente, o conhecimento científico que temos no que respeita aos stocks e no que respeita às plataformas de cada ilha, mas com regras suficientemente genéricas, de modo a garantirmos a tal preocupação que vem no texto da Portaria, ou seja, não só a protecção das comunidades locais, mas a modernização e protecção dos stocks.

É para essa discussão que nós estamos abertos e para a qual eu não tenho ideias feitas, dogmáticas e pré-concebidas.

Eu tenho a abertura suficiente para, do ponto de vista do conhecimento científico, dos pareceres científicos que nos dão e também do diálogo com os parceiros sociais, conseguir a adequação correcta da legislação de âmbito regional às nossas preocupações.

As nossas preocupações são, fundamentalmente, três:

- protecção dos stocks;
- modernização da frota;
- protecção das comunidades piscatórias onde elas existam.

Deputado Nuno Almeida e Sousa (PP): Percepção da política terceiro-mundista!

O Orador: Esses são os seus adjectivos, os quais eu não comento.

Fico por aqui Sr. Presidente.

Presidente: Obrigado Sr. Secretário.

Antes de dar a palavra ao Sr. Deputado José Maria Bairos, gostaria de informar a Câmara da presença entre nós de um grupo de alunos, acompanhado pelos seus professores, da Escola Básica 2,3 Canto da Maia, de Ponta Delgada, a quem saúdo.

(Aplausos da Câmara)

Tem a palavra o Sr. Deputado José Maria Bairos.

Deputado José Maria Bairos (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário Regional:

Eu vou começar pela última parte da sua intervenção, onde afirmou que a sua preocupação prende-se com a manutenção dos stocks, ...

Secretário Regional da Agricultura e Pescas (Fernando Lopes): Gestão dos stocks!

O Orador: ... a defesa das comunidades piscatórias locais e também com uma preocupação científica. Baseia-se numa preocupação científica para poder actuar em termos de legislação.

Eu gostaria de afirmar aqui que a Portaria 8/2000 vai contra tudo isto. A Portaria 7/2000 ia ao encontro dessas preocupações, mas a que foi publicada em Março não vai.

Se abre o mar até a uma milha, onde há uma concentração de pesca muito superior à que havia, porque só era permitida a concentração de barcos para fora das 3 milhas e já dei o exemplo do número de anzóis que corresponde, ou seja, 4, 5 ou 6 mil anzóis por cada barco, quer dizer que a frota, neste momento, aumentou ao longo da costa para 10 ou 15 barcos diariamente. Estas preocupações não se notam na publicação da Portaria, antes pelo contrário, elas vinham contidas na primeira, mas a segunda põe tudo isto por terra.

Há 15 dias, o barco científico que transporta cientistas do DOP da Ilha do Faial, fez vários lançamentos, com certeza para fazer alguns estudos dos stocks existentes e das espécies.

Eles foram falar com um pescador mariense para saber o que é que tinha acontecido em 6 meses naquela ilha. O pescador perguntou por que razão colocavam aquela questão e a resposta foi que não havia peixe.

O que é que aconteceu?

Segundo o pescador, esta questão explica-se pela aplicação da Portaria.

O Sr. Secretário em Janeiro teve uma preocupação que foi deitada por terra passados 60 dias.

Eu tenho dificuldade em encontrar argumentação suficiente, dados científicos, para que se alterasse uma coisa completamente oposta.

A segunda questão que gostaria de reafirmar aqui, prende-se com o facto de referir que não pode criar legislação específica em termos de ilha, porque a legislação tem que ser aplicada no todo, em todas as ilhas da Região.

Sr. Secretário Regional:

O grande combate da Região Autónoma dos Açores vai no sentido da mesma ser compreendida com as suas especificidades próprias: o Governo perante a União Europeia, com a ultraperiferia e o combate à mesma.

Nós, internamente, como pertencemos a um arquipélago composto por 9 ilhas, temos que perceber que cada ilha tem as suas especificidades.

Não me choca absolutamente nada, e julgo que não choca ninguém que, na defesa dos pescadores e numa visão que não é apenas económica mas sobretudo social, se crie, em 6 ou 7 ilhas dos Açores, uma situação que as defenda deixando de fora as outras. Isto não me choca nada, porque vem no sentido e no caminho de tudo aquilo que temos defendido ao longo de 20 e tal anos na Região Autónoma dos Açores, ou seja, as especificidades próprias da Região e internamente das próprias ilhas, cada uma "de per si".

Deputado João Cunha (PSD): *Muito bem!*

Deputado Sidónio Bettencourt (PSD): Cada ilha é uma ilha!

O Orador: Não se pode ter um discurso quando interessa para arrecadar dinheiro e outro completamente diferente quando não se quer actuar, por interesses que neste momento ainda não descortinei.

Deputado João Cunha (PSD): Mas eles existem!

O Orador: Há aqui esta questão.

Isto não quer dizer que seja esta a posição que defendo a 100%.

Eu coloquei duas hipóteses de trabalho para serem estudadas pela sua Secretaria.

Uma coisa é certa: o Sr. Secretário tem que actuar rapidamente, porque estas comunidades piscatórias locais com certeza vão ter dificuldades no futuro.

Como disse o Sr. Deputado João Greves, eu não quero que seja aplicada neste campo, uma política generalizada, ou seja, atribuir o rendimento mínimo para não trabalharem.

Eu, pessoalmente, e os pescadores, preferimos que hajam condições para eles continuarem a exercer a sua actividade a fim de ganharem o suficiente para alimentar a sua família.

Não vamos criar aqui situações para aumentar uma total subsídio-dependência das pessoas.

Deputada Sandra Bessa (PSD): *Muito bem!*

O Orador: Isso só pode ser feito através de políticas de defesa destas comunidades piscatórias locais e que não choca nem chocará ninguém se o senhor criar uma situação destas.

Eu dou-lhe mais um exemplo:

Esta Portaria altera a Portaria criada em Janeiro por causa de duas situações que são referidas na Portaria 8/2000, isto é, a situação da profundidade batimétrica da Ilha do Pico e da Ilha de São Jorge.

Por causa de duas questões individualizadas de duas ilhas, altera-se uma política global.

Não se pode fazer o contrário?

Há aqui algo que eu não estou a perceber e gostaria que o Sr. Secretário fosse claro.

Primeiro, porque não percebo como é que uma preocupação tida no mês de Janeiro é alterada no mês de Março, ou então deixou de ser preocupação.

Segundo, talvez porque esteja convencido que neste momento existem muitos stocks à volta das ilhas, quando são os próprios cientistas que vão lá e perguntam o que é que aconteceu nos últimos 6 meses nas costas e dentro das 3 milhas, no caso concreto da Ilha de Santa Maria, onde o peixe, pura e simplesmente, está a desaparecer.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Eugénio Leal.

Deputado Eugénio Leal (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O meu colega, Deputado José Maria Bairos, trouxe a esta Câmara um assunto actual, bastante pertinente que está a preocupar os pescadores de diversas ilhas.

Se preocupa os pescadores é porque há, de facto, problemas com a gestão dos recursos.

Este é um problema que já existe há anos, mas pelos vistos está a agudizar-se. Daí a razão do Governo, ao longo deste seu mandato, ter, como é do conhecimento público e do próprio preâmbulo da portaria, encomendado estudos ao Departamento de Oceanografia e Pescas que resultaram na elaboração da Portaria 7/2000, de 27 de Janeiro.

Eu tenho que dizer, com toda a sinceridade, que ouvi alguns pescadores, falei com alguns deles e que embora estes manifestassem e percebessem que era uma medida restritiva, a maioria deles compreendia e compreendi-a neste sentido: "vamos todos

fazer um esforço durante uns anos, se calhar daqui a 2, 3, 4 ou 5 anos irá ser possível voltarmos a pescar mais próximo da costa".

Portanto, eu percebi que havia uma aceitação, por parte de pescadores, desta Portaria, embora ela fosse restritiva e viesse a causar alguns problemas.

De facto é estranho que — não são dois meses depois — justamente um mês depois, no dia 28 de Fevereiro seja assinada nova portaria e que como já aqui foi dito, tem uma filosofia completamente diferente daquela que esteve subjacente à portaria inicial, que resultou de estudos do DOP.

Uma das questões que eu gostaria de saber, por parte do Sr. Secretário, se me pudesse informar, é se o DOP deu o seu parecer favorável às alterações desta portaria? Relativamente à questão da modernização, digo com toda a sinceridade, que a modernização tem vindo a ser feita, não só para permitir melhores condições de segurança, de habitabilidade, mas para permitir ainda que se possa ir pescar mais longe, ou seja, que se abandone a pesca junto à costa e se vá para outras zonas de plataforma, de bancos, exercer a actividade da pesca. Por isso é que as embarcações estão cabinadas, têm mais autonomia, etc.. Portanto esta modernização é feita também no sentido de libertar o esforço de pesca junto à costa.

Julgo que é esse o objectivo, de maneira que também não podemos correr aqui o risco de, ao mesmo tempo que estamos a aumentar e modernizar a frota para ela ir pescar para fora das zonas costeiras, permitir depois que ela venha aumentar a pressão sobre as mesmas, onde há problemas de stock.

Agora, Sr. Secretário, é aqui que me parece que começa a surgir algum problema. É referido que se estão a lançar mais anzóis, pois se se lançam mais anzóis e há um rendimento proporcional de aumento de capturas, tudo bem! Mas o problema é outro, daquilo que me apercebi, é que estão a lançar-se mais anzóis e está-se a pescar menos. Portanto, o que significa claramente que há uma alteração dos stocks.

Esta situação é preocupante, porque o que se passa aqui nos Açores é o que se passa em Portugal, na Europa, no mundo inteiro. Os pescadores quando gerem a sua costa — os do Pico, do Faial, da Graciosa ou de S. Jorge — entre si, vão gerindo. Quando começam frotas de outras ilhas, de outras localidades ou de outros países a pescar nas

zonas que não são suas, têm uma mentalidade diferente, que é a mentalidade de sacar o mais rápido possível. Se estão em terreno alheio aquilo não lhes diz nada.

Um dos problemas que pode haver aqui, de certa forma, é não haver um cuidado regrado da parte dos pescadores.

Eu gostaria neste debate, Sr. Secretário, de fazer uma sugestão, tal como fez o meu colega José Maria Bairos, que é a seguinte: se de facto esta portaria foi alterada, tendo substancialmente em atenção os pescadores da Ilha de S. Jorge e os pescadores do sul da Ilha do Pico, que são aqueles que são referenciados aqui, porque razão então não se permite — mantém-se a regra de preservação dos stocks, da portaria 7/2000, onde há efectivamente a regra da preservação com o objectivo da preservação dos stocks — uma excepção para determinadas zonas de determinadas ilhas, onde não há outra possibilidade para os pescadores pescarem a não ser aí.

Era a sugestão que eu ia fazer, mas o meu colega fê-la, e eu subscrêvo-a neste sentido, por forma a não prejudicar as populações de comunidades piscatórias que de um momento para o outro ficaram impedidas de pescar e desta forma havia uma regra que era a da preservação dos stocks e que tinha algumas excepções.

Finalmente, Sr. Secretário, uma outra sugestão. Eu julgo que seria interessante em futuras modificações das portarias que eventualmente venham a ser feitas, que tivéssemos em conta que falamos ainda na dimensão de 14, 24, 30 metros.

De acordo com o novo Regulamento Comunitário de Dezembro, a pequena frota costeira, como o Sr. sabe, passou para 12 metros. Eu julgo que talvez fosse bom também estudar a possibilidade de na Região se adequar a dimensão à frota pesqueira, por causa dos incentivos.

É uma sugestão que eu deixo, pode haver outras implicações, mas a verdade é que efectivamente há aqui uma situação que talvez fosse bom tentar ajudar nessa matéria.

Finalmente, e agora esta num outro sentido, Sr. Secretário Regional: vieram as lanchas rápidas e a fiscalização. Não vamos debater este assunto, mas eu apenas gostaria de relembrar uma declaração, julgo eu do Sr. Almirante Comandante Marítimo dos Açores, exactamente Comandante Operacional dos Açores ao "Correio dos Açores" há uns quinze dias atrás, mais ou menos, em que ele disse que era um perfeito disparate as lanchas rápidas.

É a opinião do responsável máximo pela Marinha. Ele tem a sua opinião, mas também não ia dizer que se tratava de um perfeito disparate se efectivamente fosse uma medida tão boa como o Sr. Secretário e o Governo pretendiam na altura, fazer crer.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Brasil.

Deputado Manuel Brasil (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Muito rapidamente, vou tentar dar apenas mais uma ou duas achegas, no caso concreto de S. Jorge.

O Sr. Secretário falou na preservação dos stocks.

O senhor acha que um envolvimento de anzóis em volta de toda a Ilha de S. Jorge, a uma milha ou menos da costa, vai preservar os stocks?

Eu penso que não. Vão é limpar praticamente tudo o que existe ali em volta, passando por aquelas espécies que ainda não estão em tamanho de serem capturadas.

Portanto, não me parece que essa seja a preservação dos stocks. Por isso acho que nesse sentido há que haver uma consideração maior, estudar-se o assunto bem estudado, ter cuidado com a quantidade de anzóis que se colocam nesses aparelhos e estabelecer a lei de modo que possamos viver todos em equilíbrio.

Por outro lado, o peixe ao ser capturado não é possível — como já aqui foi dito — continuar a manter os pescadores em S. Jorge, porque esta ilha infelizmente de há muito tempo para cá vem sendo praticamente uma coutada, uma coutada para as pescas, uma coutada para a apanha das lapas, uma coutada para a apanha de cavacos, de marisco, de tudo o que existe.

(Apartes inaudíveis do Secretário Regional da Agricultura e Pescas).

O Orador: É uma coutada Sr. Secretário, porque agora quando abre o defeso das lapas, vão logo apanhadores profissionais para S. Jorge, munidos de barcos e de toda a aparelhagem fazer as suas negociatas. Embora as lapas sejam calibradas por lei, o

que é certo é que depois de estarem dentro dos sacos, falta a tal fiscalização eficiente, como falta também para a pesca e para muitas outras coisas.

Portanto, quanto a mim, há aqui duas vertentes fundamentais: uma, é definir as regras de jogo em condições; outra é haver uma fiscalização eficiente, porque mesmo que as regras de jogo sejam definidas em condições, se não houver uma fiscalização eficiente, é a mesma coisa que elas não existirem. É o caso da Caldeira de Santo Cristo, em que há regras de jogo para a apanha de amêijoas, hoje essas regras não são aplicadas, toda a gente faz o que quer e entende.

Para haver uma política em condições tem de haver as duas coisas e sem elas nada feito.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Pescas.

Secretário Regional da Agricultura e Pescas (Fernando Lopes): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Antes de falar em concreto acerca de questões que foram aqui levantadas e também contributos válidos ao longo dessa discussão, queria marcar uma diferença, em relação ao que disse o Sr. Deputado José Maria Bairos. Eu não sei se dentro da sua bancada todos comungam da mesma opinião, daí que eu tenha dito desde o princípio que provavelmente é compreensível face ao seu estatuto de deputado de ilha, a forma como a defende.

Agora, não é possível que nós, aqui nesta Assembleia, em que basta ver o Estatuto, em que os Srs. são Deputados Regionais, percamos a visão do todo.

De facto, a Região e a visão regional, foi e é bandeira de muita gente ao longo destes anos, contra exactamente a pulverização da Região, contra os ex-distritos.

Nós poderíamos de facto com essa lógica da subsidiariedade levar ao absurdo de estarmos a criar legislação especificamente para a ilha. O senhor até admitiu para outras circunscrições mais reduzidas. Eu posso-lhe dizer que desse ponto de vista, a minha posição é contrária.

Eu entendo que de facto tanto os Deputados como o Governo têm de ter uma posição regional, de defesa da Região, de defesa dos interesses da Região, embora procurem conciliar as peculiaridades regionais, mas nunca devemos ceder à tentação. Às vezes

é o caminho mais fácil de estarmos a criar fatos por medida para cada local, para cada freguesia. Estaríamos a contribuir decisivamente para a divisão dos Açores.

Desse ponto de vista eu penso que temos posições completamente diferentes.

Agora, no que respeita concretamente ao caso da pesca e ao exemplo que citou da missão do Departamento de Oceanografia e Pescas, se não sabe, eu penso que deveria saber, existe uma colaboração estreita entre a Secretaria e o Departamento de Oceanografia e Pescas e muitas das missões e trabalhos que são feitos pelo Departamento são solicitados pela própria Secretaria, de modo que não se espante que de facto haja uma missão na sua ilha, ou noutras ilhas.

De facto, por muitos estudos que tenham sido feitos, às vezes não são suficientes para esclarecer determinadas questões e é preciso colocá-las em concreto ao próprio Departamento e aos seus investigadores.

A questão da Portaria 8/2000, tem exactamente a ver com isso. Quando se encomendou o estudo ao Departamento houve aí uma omissão em termos de não atender à peculiaridade da batimetria de duas ilhas, Pico e S. Jorge e é o próprio Departamento que depois vem reconhecer isso.

No que respeita à filosofia de protecção às 3 milhas, é evidente que numa primeira aproximação, houve de facto essa reacção, que era muito restritiva. Mas há uma compreensão, porque ela foi preparada em diálogo com as organizações do sector e às vezes é necessário fazer sacrifícios, ponderar o grau de densidade desses sacrifícios, pois têm de ser feitos conjuntamente e em diálogo continuado com essas organizações e vamos continuar a fazê-lo.

Daí eu ter demonstrado a abertura para — numa lógica regional — se houver condições de uma melhor adequação em resultado de novos estudos que se estão a fazer e que são pedidos ao DOP, em resultado do diálogo continuado com as organizações, se houver possibilidade de, tentando atingir os mesmos objectivos, produzir ainda melhor legislação, eu não tenho nada contra isso, esse é o objectivo último de todos nós.

Duas últimas questões colocadas aqui pelo Deputado Manuel Brasil. Uma coisa é o número de anzóis, outra coisa é o tamanho dos anzóis. Quando nós falamos de captura de tamanhos mínimos, estamos a falar sobretudo de tamanhos de anzóis. Na

regulamentação de tamanho de anzóis, fazemos a protecção e não no número de anzóis. Pode-se lançar muitos anzóis, mas se o tamanho for adequado nós estamos na mesma a proteger os juvenis. Era só uma precisão técnica, mas que é importante, pois penso que com a seriedade com que estamos a discutir isto, é importante que estas coisas sejam ditas.

Por último, houve aqui um comentário à questão das lanchas rápidas e à declaração do responsável da Marinha, que num determinado contexto — eu não tenho aqui as declarações, mas li-as — seria um profundo disparate.

A nossa postura face à Marinha, como face a outros órgãos de soberania, é uma postura de cooperação. Nós não fazemos comentários, nem adjectivamos a atitude da marinha, não dizemos se são disparatados, se dizem coisas fora de contexto, se actuam bem ou mal.

A nossa postura com esses órgãos é de cooperação, mas de cooperação na defesa dos interesses dos Açores. A defesa dos interesses dos Açores é proporcionar a quem exerce determinadas funções, neste caso a Marinha, os meios adequados e necessários ao exercício dessas funções de soberania.

Nós entendemos que o Estado não se deve demitir do exercício das suas funções de soberania na Região Autónoma dos Açores. Nós achamos que o Estado não se pode demitir de investir nos Açores, por isso mesmo nós continuaremos numa lógica de cooperação mas sempre na defesa intransigente dos interesses dos Açores, a emitir opiniões de uma forma construtiva e a apontar soluções. Não entraremos, como é evidente, na troca de adjectivos, porque penso que isso não serve os interesses dos Açores e não serve os interesses regionais.

Muito obrigado.

Presidente: Tenho a informar que o Governo esgotou o seu tempo.

Tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Almeida e Sousa.

Deputado Nuno Almeida e Sousa (PP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Uma vez que o Governo esgotou o seu tempo e o seu direito de resposta, vou alterar o teor da intervenção que tinha para fazer, no sentido de não colocar perguntas ao Sr.

Secretário Regional. Uma vez que não tem esse direito de resposta, não seria justo da minha parte.

De qualquer forma e porque não são muitas as vezes que se fala dessas matérias aqui — como o senhor sabe é uma matéria que eu gosto sempre de falar — vou deixar mais algumas reflexões.

Quando eu estava a fazer a minha primeira intervenção e falei na representatividade das organizações, o Sr. Secretário fez uma cara como que a dizer que não concordava e percebo porquê. Provavelmente, o senhor não sabe ainda, muito embora tenha tentado explicar no Colóquio em que estivemos os dois presentes, promovido pela Associação Marítima Açoriana, a semana passada, que a organização de produtores, denominada APASA — Associação de Produtores de Atum e Similares dos Açores (já não é denominada assim, mas sim Associação de Armadores dos Açores), congrega toda a frota atuneira da Região, sem exceção, e 98% da frota do palangre, algumas das embarcações com menos de 14 metros cabinadas que quiseram aderir, com exceção de 6 embarcações da Terceira, não por falta de vontade delas ou da organização de produtores, mas por falta de organização local — terminada esta sessão legislativa e com mais tempo eu tratarei desse assunto — vão também congregarem-se nessa organização de produtores.

Provavelmente, em termos de volume de vendas, essa será a maior organização de produtores de pesca dos Açores. Talvez não seja em termos de voto, o senhor talvez dê mais importância ao número de pescadores congregados nas outras organizações de produtores, do que a essa. Para mim interessa o número de vendas e interessa que a Associação de Armadores dos Açores, seja o maior parceiro social nessa área.

Não obstante, o Governo não tenha dialogado com a Associação de Armadores dos Açores, aquando da publicação dessa Portaria, de Janeiro, Portaria 7/2000, de 27 de Janeiro, a organização de produtores — que foi ocupada com a questão dos stocks e com a questão do esforço de pesca dentro das 3 milhas, dentro da linha e encostado às pedras e além disso têm acidentes, inclusivamente porque estão ali em cima das pedras e estamos a falar de prevaricadores, de irresponsáveis — num grande empenho, conseguiu convencer os seus aderentes de que esta era uma medida que a médio e longo prazo seria extremamente vantajosa.

O Sr. Secretário sabe que em outras matérias não tem havido grande polémica pública, não obstante eu pertencer a um partido da oposição e o Sr. Presidente da Direcção pertencer a outro, temos tido o bom senso de tentar lidar com essas matérias, das portas para dentro, sem trazer para a praça pública as questões que a ela dizem respeito.

Fizemos grande esforço, dizia eu, e ficámos sinceramente boquiabertos, quando tomámos conhecimento já em Abril que em Março o Governo tinha revogado aquela Portaria, tendo deixado, no nosso entender, prevalecer o político sobre o técnico, o que em matéria de stocks, convenhamos, não é de todo razoável.

Sr. Secretário Regional, o Sr. sabe, tão bem quanto eu — o Sr. já disse aqui e ajudou para a reflexão de algumas pessoas que possam estar menos informadas sobre essa matéria, que tecnicamente possam não estar tão à vontade como eu ou o senhor — que de facto o aumento do número de anzóis, não reflecte directamente um aumento do esforço de pesca, embora tenha uma relação bastante significativa.

O que é verdade — o senhor aflorou e é preciso que seja esclarecido à Câmara, às entidades que fiscalizam e a toda a gente — é que alterar um número no tamanho do anzol pode representar o decuplicar do esforço de pesca. Isso é que me parece que é preocupante e não tem sido feito.

Não tem sido feita a fiscalização e aí, permita-me Sr. Deputado Eugénio Leal, essas considerações do alto das suas cátedras vestido de branco, diz que é um perfeito disparate termos fiscalização nos mares dos Açores, mas quando é preciso fazê-la, quem tem competência para isso não a faz, com o devido respeito, cada um diz o que quer e o que entende mas cada um assume a responsabilidade daquilo que diz.

Eu vou assumir aquilo que vou dizer, ou seja, que a Marinha Portuguesa dos Açores, não exerce fiscalização na pesca de coisíssima nenhuma e quando o faz é por represália, isto é, quando o Governo Regional — eu já escrevi isso num officio que mandei ao Sr. Secretário — diz que é preciso fiscalizar mais. O que é que a Marinha faz? Intensifica a fiscalização sobre as embarcações nos Açores e deixa as outras lá fora a fazerem o que querem e o que lhes apetece. Um simples intuito da represália. Querem fiscalização? Então vão ter. E há excesso de zelo de alguns destes militares que provocam grandes transtornos na armação.

O que é preciso ser feito — fiscalizar um aparelho, ver se o anzol é da medida correcta, se a bordo estão aparelhos autorizados — raramente é feito.

Normalmente pega-se pela falta de licença de pesca, pela falta de um colete ou de um "very light", por um "very light" que está fora de prazo e por coisas de mera responsabilidade do próprio mestre da embarcação e da companhia de seguros que lhe passa o certificado e não de ordem geral e por aquilo que prejudica a vida dos outros todos.

Eu costumo dizer que um mestre de embarcação irresponsável, que leva menos de 10 coletes para o mar ou que leva os "very lights" avariados, é preocupante do ponto de vista da segurança da tripulação, é um risco que a tripulação está a correr. Não é tanto preocupante como o esforço de pesca feito abusivamente em espécies que não estão autorizadas, o esforço de pesca feito abusivamente com artes que não estão autorizadas, que prejudica a vida e a economia de todos.

Apenas estas pequenas achegas para o debate não ficar tão fraco do ponto de vista técnico e para me dar alguma satisfação neste final de mandato, de poder falar mais uma vez de matérias que tanto me apaixonam.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Maria Bairos.

Deputado José Maria Bairos (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário Regional:

Acho que a questão já foi debatida da forma como deve ser, mas na minha última intervenção quero clarificar aqui duas questões que o Sr. Secretário levantou na última intervenção que fez.

Referiu fatos por medida, visão de ilha.

Eu quero reafirmar aqui que quando fiz a minha intervenção, tive o cuidado de pôr várias situações, como poderia ser resolvida esta questão, porque técnica e politicamente é a Secretaria que vai achar a melhor solução para isto. Essa melhor solução tem de passar pela alteração da situação actual.

Se é com uma hipótese ou outra, eu não defendo mais uma que a outra, pus apenas duas hipóteses de trabalho. Portanto essa do "fato por medida", eu não aceito a acusação, porque tive o cuidado de pôr várias hipóteses.

Na segunda questão, ou não percebeu aquilo que eu disse ou então quis dar aqui uma pequena volta ao assunto.

Não fui eu que fiquei espantado por ver o barco científico na Ilha de Santa Maria, nem fiquei espantado e sei - embora o senhor tenha dito que talvez eu não soubesse - que há colaboração com a Secretaria e o Departamento de Oceanografia e Pescas. Quem ficou espantado foi a comunidade científica que ia nesse barco, quando ao fazer a sua pesquisa e os seus estudos verificou que os stocks ao largo da Ilha de Santa Maria e dentro das 3 milhas, desceram de forma considerável. O espanto não foi meu, foi deles.

Apenas para clarificar esta questão.

Muito obrigado.

(Neste momento a presidência da Mesa coube ao Vice-Presidente Deputado Alvarino Pinheiro, na ausência do Vice-Presidente António Gomes)

Presidente: Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado João Greves.

Deputado João Greves (PP) Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Na penúltima Sessão Legislativa trazer os mesmos assuntos que foram abordados por mim nas primeiras intervenções deste período de governação socialista, é um testemunho claro de que este Governo não teve capacidade ou não quis dar resposta aos problemas mais urgentes e mais necessários do Corvo, como é o caso dos transportes entre outros.

Presidente do Governo Regional dos Açores (Carlos César): Não apoiado!

O Orador: Pode não apoiar, mas é verdade.

Nalguns aspectos podemos até dizer que está pior do que era antes, porque durante este Inverno e Primavera, foram poucos os meses em que não houve rotura no abastecimento de combustível, gás e outros produtos. Várias pessoas chegaram a socorrer-se da casa dos vizinhos que tinham alguma garrafa de gás ou alguns litros de gasóleo em stock para se precaverem das habituais roturas.

Tudo isto acontece não devido às más condições do tempo, pois, como todos nós sabemos, tivemos um Inverno dos melhores, de há muito tempo.

Isto deve-se à má política de transportes que este Governo teima em manter para aquela ilha e não está atento ao aumento do volume de cargas que se tem verificado. Até as obras tiveram de parar por falta de material, causando atrasos e prejuízos para os seus responsáveis.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

No transporte aéreo, ultimamente, também se tem verificado algumas anomalias que têm afectado a vida dos Corvinos.

Apesar do ano passado termos conseguido, contra a vontade do Governo, o aumento para 3 voos semanais para o Corvo, o facto é que já nesta altura do ano, não são o suficiente e muito menos na época alta que se aproxima.

Presidente do Governo Regional dos Açores (*Carlos César*): Isso não é verdade!

O Orador: É a realidade. Não é mentira, Sr. Presidente, e o senhor sabe disso.

E quando, na realidade, estamos a falar de um serviço público com a agravante de só termos 3 voos semanais, às vezes ficamos reduzidos a 2 quando o voo da Sexta-Feira não se efectua por más condições meteorológicas, o que se compreende. Mas o que já se não entende é por que razão o mesmo voo não é repostado no dia a seguir, em vez de transitar para a Segunda-feira seguinte.

Nem sequer pela altura das festas do Senhor Santo Cristo, onde havia também alguns Corvinos, como outros açorianos, que tinham as suas promessas a cumprir, foram os únicos que ficaram de fora, porque a SATA não repôs o voo da Sexta-Feira, no Sábado.

A única resposta que deram a esses passageiros foi a de que fossem de barco para as Flores para seguirem no voo ATP para S. Miguel. Isto é, no mínimo, falta de respeito para com os Corvinos e sobretudo para pessoas idosas, com mais de 70 anos.

Querer obrigá-los a fazer uma viagem de barco de 1H30, sem as mínimas condições, que justiça é esta?!

Que serviço público é este que todos nós pagamos?!

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Outro sector muito importante na nossa Economia é o Turismo, mas este Governo, em relação ao Corvo, não lhe está dando a mínima importância, nem sequer promoveu o aproveitamento das viagens dos ferries que escalam as Flores e não tem sido por falta da oposição lhe lembrar este aproveitamento.

Deputado Dionísio Sousa (PS): Ferry!

O Orador: Sr. Deputado, eu gostaria de lhe dizer uma coisa.

Eu tenho gostado muito dos seus apartes e digo-lhe porquê. Realmente, as únicas respostas têm ficado...

Deputado Dionísio Sousa (PS): Não posso fazer?!

O Orador: Pode fazer, porque são regimentais, mas gostaria de lhe dizer que tenho muita honra nos seus apartes, com todo o respeito, porque o senhor um dia disse nesta Casa que se reservava às grandes questões.

(Aplausos dos deputados das bancadas do PP e do PSD)

Quando o senhor manda um aparte eu fico pensando nisso. Eu tenho uma grande questão aqui, com todo o respeito. É só por isso que fico valorizado com os seus apartes.

Deputado Nuno Almeida e Sousa (PP): *Muito bem!*

Deputado Dionísio Sousa (PS): Os meus apartes são para as pequenas questões.

O Orador: Mas estas parece-me que são grandes questões e a verdade custa a ouvir!

Deputado Nuno Almeida e Sousa (PP): Brilhante!

Deputado Dionísio Sousa (PS): As grandes questões vêm ali, daquela bancada!

O Orador: Já o ano passado defendi que, pelo menos um dia, em cada viagem que o barco escalasse as Flores, também passasse pelo Corvo fazendo o desembarque dos passageiros em barcos, mas o Governo alegava falta de segurança nesta operação.

O meu colega, Deputado José Manuel Nunes, na sua última intervenção, também defendeu esta medida sem obter qualquer resposta da parte do Governo.

Estou desconfiado de que naturalmente não deve ser a falta de segurança desta operação, pois, como todos nós sabemos, há vários transatlânticos que ainda hoje

optam por esta operação como acontece, várias vezes, na Madeira, e também acontece nalgumas ilhas da nossa Região como todos nós conhecemos.

Possivelmente o que acontece é que o Governo só contrata a Açorline para escalar 8 portos da Região, deixando o Corvo de fora, mas cuidado, — já que estamos a falar de barcos, permita-me que deixe um aviso à navegação — e quem avisa amigo é, que, em Outubro próximo, os Corvinos podem lembrar-se de que se tivessem um Governo de maioria absoluta ainda mais esquecidos ficariam!

Deputados Nuno Almeida e Sousa (PP) e Sandra Bessa (PSD): *Muito bem!*

Presidente do Governo Regional dos Açores (Carlos César): Se calhar vão-se lembrar que precisam de um deputado do PS!

(Aplausos dos deputados das bancadas do PP e do PSD)

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Silva Melo.

Deputado Silva Melo (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Antes de terminar esta Legislatura queria deixar aqui algumas considerações para reflexão sobre uma instituição que tem sido tantas vezes mal compreendida, quando não menosprezada na vida política portuguesa.

Estou a referir-me à autarquia freguesia.

Instituição única na Europa, cujas origens remontam à Idade Média em que funcionava como circunscrição da Igreja — a chamada igreja paroquial — e unicamente para fins de administração eclesiástica, encontra pela primeira vez eco na legislação portuguesa em 1830, na sequência da revolução liberal, com a atribuição de funções de natureza meramente civil.

Contudo, os nossos políticos do Sec. XIX hesitaram sempre em atribuir e reconhecer à freguesia um papel importante no domínio da nossa administração pública.

O mesmo se diga em relação aos nossos administrativistas da primeira República que nunca vislumbraram o importante papel que as freguesias poderiam desempenhar na vida pública portuguesa.

Com o Estado Novo e com a restrição das liberdades cívicas e políticas, a freguesia viu-se cada vez mais esvasiada de importância e de funções.

Muitas dessas funções foram absorvidas pelo Governo Central, pelas Câmaras Municipais e até mesmo pelo Regedor.

Porque o regime era centralista e autoritário o Governo controlava as Câmaras Municipais através dos Governadores Cívicos e as Câmaras Municipais através do seu Presidente controlavam as freguesias, pelo que o campo de autonomia destas pouco mais era que zero.

No 25 de Abril a freguesia estava à beira do seu desaparecimento como autarquia. Vivia em letargia à espera de uma morte anunciada.

Deve-se à Revolução de Abril o ressurgimento e a revalorização da freguesia como autarquia de base junto das populações.

O novo quadro jurídico e constitucional relativo às freguesias instituiu um conjunto de princípios fundamentais dos quais cumpre salientar entre outros o princípio da eleição dos seus órgãos por eleição universal e directa e o princípio da independência funcional da freguesia face ao município.

Efectivamente são as Juntas de Freguesia quem prepara os seus planos de actividade e os seus orçamentos e podem desenvolver ainda a sua acção com total autonomia face à Câmara Municipal e ao Governo.

Estes princípios, aliados ao renascer das liberdades, conduziram a um verdadeiro ressurgimento das freguesias e a uma renovada importância por elas adquirida na sociedade portuguesa.

Os seus órgãos eleitos, a Junta de Freguesia e a Assembleia de Freguesia passaram a ter uma importância social impensada desde os tempos da sua criação em 1830.

A freguesia passou a ser o lugar onde se torna possível um verdadeiro exercício da democracia, enraizando-se na vida das populações e resolvendo com menos custos, com mais prontidão e mais eficazmente a maior parte dos seus problemas.

Pode-se pois dizer que se a Revolução de Abril abriu as portas da liberdade, ela veio contribuir também para o renascimento das freguesias portuguesas.

Muito embora a Constituição portuguesa consagre o princípio da autonomia autárquica e da descentralização administrativa, o que é facto é que as freguesias continuam a ter uma capacidade administrativa e financeira diminuta.

De nada serve o legislador conferir competências às freguesias se ao mesmo tempo não lhes conceder meios financeiros para a prossecução dessas mesmas competências.

Apesar do aumento significativo do Fundo de Financiamento das Freguesias, estas continuam a viver financeiramente asfixiadas e sem soluções à vista para os próximos tempos.

Podemos até dizer que o estatuto de menoridade a que o Estado Novo condenou as freguesias, não foi ainda alterado nos seus aspectos fundamentais.

As freguesias de pouco mais servem do que para passar atestados e certidões ou para fazer o recenseamento eleitoral. Outras actividades que desenvolvem, ou são delegadas pelos municípios ou devem-se à iniciativa e dedicação dos seus autarcas.

E até se lhes retiraram competências que detinham no período do Estado Novo, tal como a competência para requerer expropriações por utilidade pública ou para lançar derramas.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Há que ter a coragem de, em nome da democracia, levar até às últimas consequências o princípio constitucional da autonomia autárquica e da descentralização.

Quanto mais descentralizada for uma administração, mais próxima ela estará das liberdades cívicas e políticas. Não é por acaso que os Estados autoritários sempre foram inimigos confessos do princípio da descentralização administrativa.

Caberá perguntar então quais serão as principais medidas a tomar para conferir à freguesia um estatuto de maioria política, conferindo-lhe um papel cada vez mais interventivo na vida dos seus fregueses.

Desde logo, proceder à reformulação urgente do estatuto funcional das freguesias tendo em conta o facto de elas exercerem a sua actividade quer em áreas urbanas quer em áreas rurais.

Não restam dúvidas que os interesses da população de uma freguesia rural são substancialmente diferentes dos interesses de uma freguesia urbana e estas diferentes realidades têm de ter necessariamente reflexo no estatuto funcional da freguesia.

Depois alargar o âmbito das suas competências e atribuições reforçando ao mesmo tempo a sua capacidade financeira e dotando-a de meios técnicos e humanos.

Por último, alargar o regime de permanência aos autarcas das freguesias podendo até chegar à prestação de serviço a tempo inteiro.

O Professor Freitas do Amaral, em intervenção proferida em 1988, preconizava cinco medidas para o reforço do papel da freguesia, as quais decorridos que são doze anos, permanecem da maior actualidade.

São elas:

- Transferência de competências das Câmaras Municipais para a freguesia
- Correspondente transferência de recursos financeiros
- Continuação do apoio à construção de sedes próprias
- Remuneração efectiva dos dirigentes das freguesias
- Dinamização do papel da Associação Nacional de Freguesias.

Cabe dizer que algumas destas medidas têm vindo a concretizar-se, na prática, nestes últimos anos.

Muitas Câmaras Municipais têm celebrado protocolos financeiros com freguesias dos seus concelhos delegando nelas competências e transferindo as verbas necessárias para esse efeito.

Podemos concluir que a realidade está a sobrepor-se à própria lei. São as próprias Câmaras que reconhecem as vantagens de delegarem competências nas freguesias porque sabem que estas com menos custos e mais rapidamente podem levar a cabo certas tarefas.

Felizmente que muitas Câmaras Municipais dos Açores também têm percebido estas vantagens e são inúmeros os protocolos celebrados delegando competências várias nas Juntas de Freguesia.

Até o próprio Governo Regional tem celebrado protocolos com diversas freguesias delegando-lhes competências em áreas tão diversas como o ambiente, as obras públicas e habitação .

Mas tenhamos a noção das realidades. As competências delegáveis nas freguesias por força da recente Lei nº 169/99, de 19 de Setembro, são competências residuais.

As grandes áreas de intervenção nos domínios social e económico foram deliberadamente esquecidas pela Lei 169/99.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Deixo ficar aqui estas considerações para reflexão.

Julgo que todos temos a noção que há que alargar as áreas de competências das Juntas de Freguesia previstas na Lei 169/99. Para além de outras, essas competências devem estender-se a áreas novas como a cultura e o desporto, o combate à pobreza e a exclusão social. Felizmente, muito em breve, o Governo da República irá publicar legislação contemplando estas novas áreas de competências.

O trabalho desenvolvido pelas Juntas de Freguesia nos últimos 25 anos é por demais meritório e merece o reconhecimento de todos nós.

Todos nós conhecemos Juntas de Freguesia nestas 9 ilhas dos Açores que muito têm feito em prol das suas populações apesar do espartilho legal e financeiro em que vivem.

Não podemos esquecer que numa Região como a nossa, espalhada por nove ilhas e com muitas milhas de mar a separar-nos, a freguesia tem representado o direito à diferença de cada comunidade, com interesses e valores tantas vezes distintos, tendo assim um papel imprescindível na defesa desses mesmos interesses e valores.

E todos nós investidos nas funções políticas que nos foram conferidas devemos pugnar por uma maior dignificação da freguesia e pelo alargamento das suas competências.

Nunca nos devemos esquecer que a freguesia representa o livre exercício da democracia directa e que os eleitos das freguesias são os que melhor conhecem a realidade das comunidades que representam, por serem a estrutura administrativa que está mais próxima dos cidadãos.

Ao dignificarmos a freguesia estamos dignificar a democracia e estamos a defender esse bem supremo que é a liberdade.

Disse.

(Aplausos da Câmara)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Vamos interromper os nossos trabalhos.

Recomeçamos às 15.00 horas.

(Eram 13 horas e 10 minutos)

(Após a interrupção para almoço, a presidência da Mesa coube novamente ao Vice-Presidente Deputado António Gomes)

Presidente: Srs. Deputados, vamos recomeçar os nossos trabalhos.

(Eram 16.00 horas)

Vamos dar início ao **Período da Ordem do Dia** com a apreciação do **Relatório sobre a "avaliação das condições técnicas de segurança do espaço aéreo açoriano e dos aeroportos e aeródromos do arquipélago e bem assim as respectivas condições de operacionalidade"**.

Para apresentar o relatório, tem a palavra o relator da Comissão de Economia.

Deputado Élio Valadão (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

"Relatório sobre a avaliação das condições técnicas de segurança do espaço aéreo açoriano e dos aeroportos e aeródromos do arquipélago e, bem assim, as respectivas condições de operacionalidade.

Através da Resolução de Assembleia Legislativa Regional nº 3/2000/A, de 19 de Fevereiro, publicada no Diário da República nº 42, I Série-B, a Comissão de Economia da Assembleia Legislativa Regional dos Açores foi encarregada de elaborar um relatório contendo os elementos necessários à apreciação das condições

técnicas de segurança do espaço aéreo dos Açores e dos aeroportos e aeródromos do arquipélago e, bem assim, sobre as respectivas condições de operacionalidade.

Neste sentido a Comissão de Economia procedeu à audição de várias entidades ligadas directa ou indirectamente à segurança e operacionalidade dos aeroportos e aeródromos da Região, tendo elaborado o presente relatório.

Em anexo seguem os elementos fornecidos à Comissão por algumas das entidades ouvidas.

1. Audição ao Presidente do Conselho de Administração da SATA (em 01.03.00).

A Comissão de Economia ouviu o senhor Presidente do Conselho de Administração da SATA, o Eng^o. Manuel António Cansado, que forneceu à Comissão as seguintes informações:

- A SATA esteve 52 anos a operar sem nenhum acidente.
- Todos os voos da SATA são seguros.
- Quando os planos de voo são efectuados são já conhecidas as condições meteorológicas e se os limites forem ultrapassados, pura e simplesmente o voo não se realiza.
- O aeroporto de Santa Maria está relativamente bem apetrechado, tendo contudo um VOR com cerca de 40 anos.
- O aeroporto de Ponta Delgada tem algumas deficiências em termos de equipamentos, designadamente, tem um “Localizer” instalado para servir a pista 30, que não providencia guiamento para a pista 12, isto é, não tem *backcourse*.
- As aproximações à noite, pelo lado da Relva, são geralmente penosas o que leva a TAP muitas vezes a divergir quando o vento aconselha que a aproximação se faça esse lado. Durante a noite os pilotos não gostam de fazer essa aproximação porque não há identificação de obstáculos.
- O aeroporto da Terceira é um aeroporto bem equipado do qual nada há a dizer.
- Quanto ao aeroporto da Horta tem alguns problemas de sinalização da pista. A iluminação da pista é deficiente e seria bom que existisse um *localizer*.

- Nas Flores, o aeroporto não tem um procedimento de descida publicado.
- Os aeródromos do Pico e da Graciosa parecem não ter ainda os procedimentos homologados com base em rádio-faróis.
- O aeródromo do Corvo necessita de ter um pequeno rádio-farol.
- Relativamente a todos os aeródromos do Governo Regional, todos os procedimentos de aproximação e de aterragem são visuais.
- Em termos de operacionalidade a Região poderia ter melhores condições.
- No aeroporto de Ponta Delgada a placa W, designada de “whisky”, tem dimensões reduzidas, não permitindo o estacionamento de aeronaves em número suficiente por forma a otimizar a própria aerogare. Por exemplo, um avião do tipo Airbus 310, tem que ir sempre para a placa sul, e neste caso o tempo que os passageiros esperam pela bagagem, demora meia hora ou mais com o nítido prejuízo para a própria companhia que faz o *handling*.
- Os aeródromos da região foram considerados os melhores aeródromos do país.
- Neste momento, estão a ser feitos investimentos de remodelação e ampliação da aerogare da Graciosa e está na fase de projecto de execução a ampliação da aerogare de São Jorge.
- O Conselho de Administração da SATA tinha conhecimento que o equipamento ómega havia sido desligado há dois anos, equipamentos estes que davam informações sobre o posicionamento do avião.
- A SATA deverá instalar GPS. Este equipamento dará ao piloto informação sobre a sua localização, contudo como os satélites são militares, por questões de estratégia militar poderão sofrer alterações a qualquer momento.
- O GPS será um terceiro equipamento a fornecer a localização do avião.
- O objectivo último dos radares é garantir a separação de tráfego.
- É importante a elaboração de Planos Directores para alguns aeroportos e aeródromos da Região. Por exemplo, o aeroporto de Ponta Delgada não tem o seu plano actualizado.
- Todos os aeródromos e aeroportos dispõem de observadores meteorológicos, sendo o apoio ao nível da meteorologia muito bom.

- Nos aeródromos sem ILS, a operação só pode ser visual e só pode ocorrer entre o nascer e o pôr do sol.

2. Audição ao Director de Operações de Voo da SATA (em 01.03.00).

A Comissão de Economia ouviu o senhor Director de Operações de Voo da SATA, Comandante Emanuel Vasconcelos, que forneceu à Comissão as seguintes informações:

- Todos os aeroportos e aeródromos da Região têm uma operação segura. Os aeródromos estão destinados a uma operação diurna e em condições visuais, enquanto os aeroportos de Ponta Delgada, Santa Maria, Terceira e Horta, podem ter uma operação de 24 horas, mesmo em condições marginais de tempo.
- O óptimo, para a Região, seria uma cobertura radar do arquipélago.
- Dotar os aeroportos e os aeródromos com melhores condições de operacionalidade que permitam uma maior segurança na sua operação, embora a operação se mantenha nas mesmas condições.
- O ideal seria um ILS para todos os aeroportos e aeródromos.
- A Base das Lages tem dois ILS, sendo um para cada pista.
- Todos os ATP têm condições de efectuar aproximações com ILS-categoria 2.
- Os aviões ATP irão ser equipados com equipamento GPS.
- A não utilização dos equipamentos ómega, que foram desactivados, não tem implicações nas operações de voo.
- Cada equipamento que for colocado, aumentará necessariamente o grau de fiabilidade da posição do avião.
- Mesmo sem GPS, mas com os equipamentos existentes é possível à tripulação saber em cada momento a sua posição exacta.
- O equipamento de VOR colocado no aeroporto das Flores serve única e simplesmente, o sobrevoo, não facilitando as aproximações.
- O equipamento colocado no aeroporto da Horta não beneficia as operações nesse aeroporto, uma vez que não está certificado abaixo dos 5 000 pés.
- É urgente a colocação de um ILS na pista 30 do aeroporto de Ponta Delgada.

- É urgente também a colocação de painéis luminosos na aproximação à pista 12 do aeroporto de Ponta Delgada à pista 10 no aeroporto do Faial.
- É também necessário a aprovação do *draft* para as pistas do Pico e Graciosa.
- É ainda importante a elaboração de um procedimento apoiado no NDB das Flores. Neste momento, a pista das Flores está em igualdade de circunstâncias com a pista do Pico, Graciosa e São Jorge, ou seja, permite apenas operação visual, embora tenha já ajudas rádio.
- Aprovação de uns cones de aproximação para a aterragem e descolagem nos aeródromos do Corvo, Graciosa, Pico e São Jorge, nomeadamente com a instalação de ajudas terminais, VOR-DME, NDB ou *markage*. Inclusivamente, nestas pistas seria necessário a colocação de luzes de pista, luzes de aproximação e se possível *strong light* nas cabeceiras.
- O Instituto de Meteorologia e Geofísica dá informações permanentes sobre o estado do tempo. Estas são consideradas pelos pilotos como informações fidedignas.
- Os comandantes não são pressionados nem pela população nem pela companhia para efectuarem os voos mesmo em condições adversas.
- O ATP pode suportar ventos cruzados de 34 nós para aterrar e 36 para descolar.
- O ATP é um bom avião, como está provado, e os aeródromos e os aeroportos são seguros para a operação para que estão concebidos.
- A descida que está estipulada para o aeroporto da Horta, é uma descida que já vem desde 1975. Há pois que rever esta descida e melhorá-la.
- Existem companhias que não voam para Ponta Delgada por causa da pista 12. A operacionalidade do aeroporto não está afectada, mas podia ser melhorada. É sempre preferível aterrar na pista 30 em condições de tempo adverso.
- Na Região e nos seus aeroportos e aeródromos é seguro voar.

3. Audição ao Sindicato dos Pilotos (em 01.03.00).

A Comissão de Economia ouviu o sindicato dos pilotos que se fez representar pelo seu presidente, Comandante Joaquim Santana e pelos Comandantes Jorge Delgado,

Ângelo Felgueiras, Flávio Guerreiro e Pedro Pinho que forneceram à Comissão as seguintes informações:

- Os aeroportos da Região revelam graves lacunas na sua condição de operacionalidade, em particular nos 4 aeródromos tutelados pelo Governo Regional (Corvo, Graciosa, Pico, São Jorge).

- Existem nesses aeroportos irregularidades como: anomalias operacionais nas viaturas a nível mecânico; graves degradações a nível estrutural dos veículos de combate a incêndios; deficiente armazenagem dos agentes de extinção e falta de controlo dos relativos prazos de validade; inexistência de meios de comunicação embarcados nas viaturas (este é um requisito importantíssimo para a operacionalidade dos meios de extinção de incêndio); sobreposição de tarefas de assistência na escala e assistência em socorros (existem casos em que os próprios indivíduos que fazem a assistência ao avião, são os mesmos que têm que, em caso de incêndio, fazer o seu combate); ausência do contingente de equipamento necessário para as tarefas de salvamento, nomeadamente barcos ou embarcações que possam fazer o salvamento em caso de uma amargem, em caso de uma saída de pista ou aterragem mal sucedida que, se por acaso houver sobreviventes e ficarem a cerca de 20 metros da costa, dificilmente poderão sobreviver; ausência de meios técnicos para o apoio ao socorro marítimo; desajuste dos planos de emergência face aos recursos humanos e técnico-operacionais; potencial desarticulação local entre meios próprios e meios exteriores de salvamento e combate a incêndios em caso de emergência, dentro e fora do perímetro dos aeródromos; graves lacunas técnicas ao nível da comunicação entre as entidades envolvidas e dos planos de emergência; lacunas técnicas na compatibilização dos meios de comunicação rádio/terra, entre bombeiros voluntários locais, municipais e as entidades homólogas dos aeródromos e existe ainda uma total ausência de meios técnicos para fazer face às tarefas de desobstrução de pistas e recuperação de aeronaves em caso de acidente.

- O aeródromo de São Jorge apresenta as seguintes faltas:

- a) Colocação de uma terceira manga de vento a meio da pista.
- b) Correções na sinalização da pista.

- c) Renovação das pinturas de deslocamento das soleiras de pista e da supressão das marcas antigas.
 - d) Reparação da unidade *rail* que está inoperativa ou seja as luzes de sinalização que estão no início da pista.
 - e) Corte da vegetação junto à unidade da esquerda do indicador de descida da pista 13.
 - f) Beneficiação do estado da sarjeta no lado direito da pista 31, junto ao caminho de circulação.
 - g) Eliminação da possibilidade de acumulação de água junto do limite do caminho de circulação à entrada da pista 31.
 - h) Existência de pessoal específico para o combate a incêndios.
 - i) Recuperação da vedação.
 - j) Terraplanagem de toda a área entre a faixa de implementação da pista e a pista, bem como a área adjacente.
- O aeródromo da Graciosa apresenta as seguintes falhas:
- a) Correção da pintura das setas de deslocamento da soleira.
 - b) Regularização das bermas e arranque de erva junto à pista.
 - c) Relocalização do anemómetro junto do início da pista.
 - d) Criação de um sistema para afugentar gaivotas durante a operação.
 - e) Disponibilização de pessoal exclusivo para o combate a incêndios.
 - f) Sinalização das antenas e moinhos eólicos existentes nos montes vizinhos.
 - g) Avivamento da pintura das linhas laterais da pista e das zebras no início das pistas.
- O aeródromo do Corvo apresenta as seguintes falhas:
- a) Colocação de indicadores de ladeira mais conhecido tecnicamente por PAPIS - *Precision Aproche Part Indicators*.
 - b) Instalação de vedação adequada e montagem de cancelas junto ao terminal dos dois lados da pista, de modo a impedir o acesso à área de manobra de pessoas e animais.
 - c) Regularização das bermas da pista, aparando a relva e tapando buracos.
 - d) Retirada de todos os cones de sinalização lateral e central das pistas.

- e) Falta de meios de combate a incêndio adequados à finalidade em causa.
- f) Falta de capacidade de socorrer sinistrados no posto clínico da ilha, em caso de acidente.
 - O aeródromo do Pico apresenta as seguintes falhas:
 - a) Não está certificado sequer para a operação do Dornier 228 da SATA.
 - b) A viatura de combate a incêndios não tem monitor e não cumpre os requisitos previstos no anexo 14, da ICAO.

A Comissão foi também informada que:

- Seria necessário a cobertura radar em todo o arquipélago através de um radar de área e de um radar de aproximação.
- A *Flight Safety Foundation* tem um programa a nível mundial de sensibilização, no sentido de se eliminar as aproximações de não precisão, particularmente aquelas que têm os chamados *step down procedures*, que são procedimentos de descida em escadinhas em direcção à pista.
- O Corvo não tem rigorosamente nenhuma aproximação publicada.
- Nas Flores, é urgente a elaboração de uma aproximação VOR.
- Implementação de outra ajuda-rádio na ilha de São Jorge, que permita as aproximações ou o desenho de várias aproximações à Graciosa, à Horta, ao Pico e mesmo a São Jorge.
- A operação no aeroporto da Horta tem grandes limitações.
- Os NDB do aeroporto da Horta estão totalmente em desuso.
- Em Ponta Delgada, é fundamental colocar o que falta do ILS na pista 30.
- A pista 12 do aeroporto de Ponta Delgada não tem nenhuma aproximação publicada e necessita de um ILS que dê mais segurança nas aproximações.
- Colocação de um VOR-DME na Ilha de São Jorge.
- Por vezes existem falhas de contactos entre os aviões e os centros de controlo.
- É necessário que a bagagem de porão e a bagagem de mão passem pelo Raio-X.
- As normas internacionais não são cumpridas na SATA, designadamente ao nível do anexo 6 da ICAO.

- Foi retirado um equipamento importante, o sistema ómega, que equipava os ATP, não sendo substituído por nenhum outro, e que dava uma indicação muito mais correcta sobre o local em que os pilotos se encontravam em cada momento.
- Existe nos Açores muita pressão sobre as tripulações porque existe uma interferência grande das áreas comerciais; o Director de Operações de Voo depende da área comercial.
- Existe uma grande pressão sobre os pilotos no sentido de levá-los a executar determinados voos.
- A SATA, neste momento tem pilotos que estão a crescer como pilotos dentro de uma companhia que se habitua a furar os mínimos.
- Nos Açores os pilotos executam ciclos de 8 aterragens diárias fazendo uma aterragem e uma descolagem sensivelmente de 30 em 30 minutos.
- Se os aviões da SATA tivessem equipados com GPS o acidente de Dezembro de 1999 possivelmente não teria ocorrido.
- O INAC apontou à SATA um conjunto de irregularidades nos Açores que ainda hoje se mantêm.
- Na SATA o controlo operacional é feito pela área de exploração, ou seja, pela Direcção de Exploração o que é ilegal.
- O sistema ómega dos ATP tornou-se inactivo porque se baseava em várias estações do mundo inteiro, estações essas que foram desactivadas porque estavam ultrapassadas.

4. Audição ao Presidente do INAC (em 01.03.00).

A Comissão de Economia ouviu o Presidente do INAC - Instituto Nacional de Aviação Civil (Comandante Luís Jorge Lopes) que se fez acompanhar do Sr. Dr. Luís Almeida, membro do Conselho de Administração e responsável pelo pelouro do transporte aéreo, que forneceram à Comissão as seguintes informações:

- A segurança operacional de um aeroporto está garantida no respeito das normas internacionais para um determinado tipo de operação, claramente divulgado e sancionado pela Autoridade de Aviação Civil.
- A instalação de mais equipamentos num aeroporto, permitirá introduzir tipos de operação em condições meteorológicas mais adversas ou assegurando uma maior utilização do aeroporto mantendo sempre os níveis de segurança operacional internacionalmente exigidos.
- Uma operação aérea só poderá ser realizada em condições consideradas seguras, se houver convergência de todas as partes (operador aéreo e respectivo piloto, órgãos de controlo de tráfego aéreo e respectivos controladores, entidade gestora dos aeródromos e autoridade aeronáutica competente) no cumprimento das normas estabelecidas.
- Em termos de segurança aeroportuária, estão claramente separadas as funções de regulação, certificação e licenciamento, atribuídas ao INAC, das funções de gestão aeroportuária que podem ser exercidas por diversas entidades públicas ou privadas
- A ANA, SA é gestora dos aeroportos de Ponta Delgada, Santa Maria e Horta e do aeroporto das Flores.
- O Governo Regional dos Açores é o gestor dos aeródromos do Pico, Corvo, Graciosa e São Jorge
- Ao INAC compete licenciar, certificar e fiscalizar se os aeroportos ou aeródromos dispõem de condições de segurança para determinado tipo de operações.
- O Instituto Nacional de Aviação Civil não está ainda a operar em pleno, tendo contudo já iniciado no ano 2000 a revisão do sistema de rotas a oeste da Ilha Terceira, para serem complementadas com rotas B-RNAV (Sistema de navegação e equipamento de VOR por satélite), utilizando a constelação de satélites Norte-Americana - GPS, com o custo orçamentado de 1 milhão de escudos na primeira fase.
- Quanto aos aeródromos, aeroportos, ajudas rádio de navegação e aproximações com mau tempo, assim como dos sistemas de comunicações, o Instituto Nacional de Aviação Civil inicia de 12 a 24 Março deste ano um exercício de emergência à escala regional, envolvendo todos os meios da Região Autónoma dos Açores. Este processo de inspecção está orçado em 40 milhões de escudos

- Este programa que se inicia no dia 12 com uma equipa que se desloca para a Região Autónoma dos Açores, envolve os seguintes aeroportos e aeródromos: Santa Maria, Ponta Delgada, Horta, Graciosa, São Jorge, Pico, Flores e Corvo
- Será ainda efectuado um exercício para verificação do Plano de Emergência no Aeroporto de Ponta Delgada.
- A equipa que fará a inspecção aos aeroportos e aeródromos da região durante duas semanas será composta por 10 elementos (especialistas em operações de controlo de tráfego aéreo, engenharia de sistemas de controlo de tráfego aéreo e ajudas rádio à navegação, salvamento e combate a incêndios, operações aeroportuárias, etc).
- Depois de efectuada a inspecção o INAC procederá às recomendações que considerar necessárias.
- Já existem contudo recomendações emitidas em resultado do acidente, que chegaram à SATA muito brevemente.
- Prevê-se para breve a aquisição de equipamentos GPS e a elaboração de cartas de obstáculos.
- Para o ano 2001 está previsto poder efectuar-se descidas ILS nos aeródromos.
- O equipamento GPS permite também, sem estar nesses pontos em rota, saber a localização do avião
- O GPS melhora e facilita o trabalho da tripulação, mas contudo os procedimentos podem ser feitos sem GPS como tem acontecido ao longo de todos estes anos.
- Os corredores aéreos definidos dentro da área doméstica de Santa Maria, que engloba todas as ilhas da Região Autónoma dos Açores, cumprem os requisitos de segurança e de aeronavegabilidade definidos internacionalmente.
- O GPS não é imprescindível mas pode complementar a navegação.
- A segurança é a mesma, com GPS ou sem GPS, com ILS ou sem ILS.
- O radar, é utilizado em áreas de alta densidade de tráfego, para garantir a segurança das aeronaves que se cruzam.
- O GPS dá o posicionamento na horizontal e só passará a dar o posicionamento na vertical depois de instalado o WAAS.

5. Audição ao Presidente da NAV – (Navegação Aérea de Portugal) (em 02.03.00).

O senhor Presidente da NAV – EP, o Major Gonçalves Costa, fez-se acompanhar do Sr. João Luís Coutinho, Director de Operações Aéreas do Atlântico, do Sr. Abel Paraíba, Director de Segurança Operacional da Empresa e do Sr. Eng. Carlos Monteiro, Director de Estudos e Projectos de Navegação Aérea e simultaneamente Director encarregue do Projecto Atlântico. Esta audição teve lugar na Delegação da ALRA, em Ponta Delgada, sendo de destacar os seguintes aspectos:

- A NAV é uma empresa que tem apenas um ano de existência, dispõem contudo de um elevado índice tecnológico e presta serviço em todo o território nacional. Só nos Açores é responsável pelo controle aéreo de mais de 6 milhões de Km².
- É uma empresa dotada de equipamentos, que são homologados e está sujeita a sérias recomendações da ICAO, que não só obrigam a prestar serviços a companhias nacionais, como a seguir padrões internacionais extraordinariamente elevados.
- Só na Região de St^a. Maria, controlaram em 1995, 65.322 voos; em 1999, 88.156 voos e estão a prever que no ano 2000 se ultrapasse os 96.700, para em 2003 atingirem os 613 mil. O que representa um crescimento médio, de 1995 a 2003, de 7,1% ao ano.
- Esta é uma empresa mais baseada em equipamento do que em pessoal.
- Neste sector, em todo o mundo, são as companhias aéreas que através das taxas de rota e das taxas do controle terminal, pagam os investimentos realizados, são elas que pagam e exigem serviço de qualidade, e que no fundo suportam a existência de empresas deste género.
- Há procedimentos que estão publicados em AIP, para aproximação a um aeroporto. Esses procedimentos, antes de serem certificados pelo INAC, são sujeitos à concordância dos operadores, que se fazem representar nessas reuniões, como é óbvio, pelos principais interessados que são os pilotos.

- Tudo está certificado, ou seja, os procedimentos estão publicados, os pilotos, contribuem - como não podia deixar de ser - dando o seu acordo, ou apresentando as suas sugestões, para a implementação de procedimentos que depois são sujeitos à certificação do INAC.
- O piloto quando está dentro de uma aeronave, deve ter confiança não só nos procedimentos publicados, como também no controlador.
- Há situações, embora muito raras, em que o controlador dá indicações ao piloto, mas este pode optar por uma solução diferente, sendo este procedimento internacionalmente aceite.
- Quanto a equipamentos, os Açores renovaram nos últimos anos, praticamente todos os equipamentos de apoio à navegação aérea. Assim, em 1992 foi substituído o *Vortack* da Horta, em 1993 foi substituído o VOR-DME das Flores, em 1994 foi substituído o *Vortack* de S. Miguel, em 1995 foi substituído o *Locater* da Horta, em 1996 foi substituído o NDB de P. Delgada, em 1997 foi substituído o sistema VDF de St^a. Maria e o NDB das Flores, em 1999 foi montado DME de P. Delgada, realocado o "Locater" das Flores e substituído NDB da Horta. No ano 2000 será montado o ILS de P. Delgada, será substituído o ILS e o VOR-DME de St^a. Maria. Prevê-se ainda para 2001 a montagem de um ILS e um T-VOR, na Horta. Assim, entre 95 e 98 investiram-se nas Flores 38 mil contos, na Horta 34 mil contos, em Ponta Delgada 101 mil contos, em Santa Maria 253 mil contos e em toda a TMA, porque são projectos que envolvem mais do que uma ilha, mais 12 mil contos. Em 1999, nas Flores investiram-se 16 mil contos, na Horta 55 mil contos, em Ponta Delgada 115 mil contos, em Santa Maria 198 mil contos e mais 48 mil contos repartidos pelas diferentes ilhas. Para o ano 2000, estão previstos 95 mil contos nas Flores; 146 mil contos na Horta; 82 mil contos em P. Delgada, em St^a. Maria 156 mil contos e 123 mil contos comuns às diferentes ilhas.
- Os significativos investimentos que se registam em Santa Maria derivam do facto deste ser o último recurso numa vasta zona do Atlântico, que é cruzada em média por 300 voos diários.

- A navegação aérea tem dois equipamentos envelhecidos nos Açores, nomeadamente o *localizer* de P. Delgada, onde não há ILS, tendo contudo já sido adquirido um para esta pista.
- Existem dificuldades técnicas com a montagem do ILS de Ponta Delgada devido à proximidade da pista ao mar, sendo o espaço disponível para a construção do espelho do *glide* bastante reduzido, mas mesmo assim este equipamento será montado. Este é o problema das pistas em ilhas.
- Com o ILS montado, o aeroporto de Ponta Delgada vai ficar ao nível de qualquer aeroporto do continente.
- O único aeroporto nacional que tem um ILS, é Lisboa
- A localização da pista da Horta apresenta menos extensão de terreno do que a de P. Delgada e tem um rápido declive para o mar. Portanto, não dá espaço para a construção do *glide*.
- Do ponto de vista técnico, levanta muitas dificuldades, por causa da qualidade do sinal radiado, porque o espelho ficaria muito reduzido.
- A orografia envolvente da pista da Horta, é muito mais penalizante do que a de P. Delgada, porque tem duas ilhas muito próximas, o Pico e S. Jorge, e tem ainda a elevação do Monte da Guia.
- Devido a estes condicionalismos, não é possível optar por uma antena normal, estando esse aspecto a ser estudado. Foram já técnicos aos Estados Unidos pesquisar uma solução, com características específicas que responda às características desta pista.
- Neste momento, o Arquipélago dos Açores tem uma cobertura VOR que permite ao piloto e ao controlador, estabelecer um ponto fixo de modo a saber perfeitamente onde está e a sua posição correcta.
- Se um piloto se quiser basear, exclusivamente, no VOR e navegar o tempo todo baseado nele, obviamente que vai encontrar limitações, mas todos os aviões estão equipados com dois equipamentos de navegação em simultâneo.
- O NDB da Horta foi montado em 99 e corresponde à última geração dos NDB.
- A rádio-ajuda existente na Horta permite fazer as aproximações, dentro dos parâmetros de segurança e de operacionalidade.

- A finalidade primeira do radar é a separação de tráfego. Não existem problemas de separação de tráfego na Região.
- Um radar secundário pode custar à volta de 400 ou 500 mil contos.
- Um radar civil dá a direcção do voo, a altitude do mesmo e a identificação do aparelho.
- Para o ano 2000 a NAV prevê nos Açores investimentos de 6,8 milhões de contos dos quais 86% serão afectos à segurança (5,8 milhões de contos).

6. Audição ao Director da ANA, EP (em 02.03.00).

A Comissão de Economia ouviu o senhor Director da ANA, EP – Aeroportos de Portugal, o Dr. José Luís Alves, que forneceu à Comissão as seguintes informações:

- ANA, SA foi criada em 1998, na sequência da cisão da ANA, EP, empresa pública, que originou então a empresa NAV - Navegação Aérea de Portugal - e a ANA, SA - Sociedade Anónima Aeroportos de Portugal.
- Os Aeroportos da ANA, estão sujeitos a um corpo de legislação internacional e nacional específica e a sua aplicação local está a cargo de várias entidades, sob coordenação do INAC - Instituto Nacional de Aviação Civil - que faz a fiscalização das infra-estruturas e o cumprimento das normas em vigor.
- Entre as empresas ou entidades intervenientes, estão os Aeroportos de Portugal, Navegação Aérea, Instituto de Meteorologia, Aeroabastecedores, *catering*, a PSP, Serviços de Estrangeiros e Fronteiras, a Brigada Fiscal da GNR, Alfândega, etc.
- No âmbito aeroportuário, a segurança assume duas vertentes: a chamada segurança operacional, que é a actuação decorrente da operação normal da infra-estrutura aeroportuária e a vertente da segurança contra actos ilícitos. Este é um aspecto também da segurança em sentido lato que, a nível aeroportuário, tem uma incidência forte e que se destina a fazer a protecção contra actos de interferência ilícita à aviação civil, nomeadamente, pirataria aérea, casos de bombas a bordo, etc.
- À ANA compete, no âmbito da segurança operacional, garantir o bom estado e manutenção das Infra-estruturas utilizadas pelas aeronaves, nomeadamente, pistas,

caminhos de circulação, áreas de estacionamento e áreas de desobstrução ou servidão aeronáutica. Compete-lhe também garantir o bom estado de funcionamento e de intervenção dos meios de viaturas e pessoal do serviço de luta contra incêndios em aeronaves, na sua área de intervenção, que é restrita ao perímetro aeroportuário, podendo, contudo, ajudar equipas de salvamento, nomeadamente, lideradas pela Protecção Civil, em caso de acidentes fora do perímetro aeroportuário.

- A ANA tem assumido os custos de instalação, manutenção e utilização dos espaços ocupados pelas entidades fiscalizadoras, bem como a aquisição e manutenção de equipamentos utilizados nas medidas de segurança em vigor, nomeadamente pórticos para passageiros, aparelhos de Raio-X para bagagem de cabine e porão, vedações de segurança e sistemas de vigilância, entre outros.

- Entre 1999 e 2001 está previsto, e está a ser executado, um investimento no aeroporto de Ponta Delgada da ordem de 1,5 milhões de contos. Nas áreas operacionais, serão investidos 28 mil contos para a sinalização luminosa de aproximação à pista 12, 128 mil contos para melhoria de plataformas, caminhos de circulação e pistas, 150 mil contos para a segurança aeroportuária, 425 mil contos para a aquisição de 3 viaturas e construção de um novo quartel de serviço de socorros do aeroporto, 144 mil contos para sistemas de informação e comunicações, 124 mil contos para a melhoria das condições de conforto, nomeadamente, ar condicionado na aerogare, 25 mil contos para um sistema de detecção de incêndios em edifícios, 135 mil contos para beneficiação da aerogare em itens variados e ainda 121 mil contos para a conservação e beneficiação do terminal de cargas, *hangars* e outros edifícios que estão no perímetro aeroportuário.

- Para o aeroporto da Horta está previsto um investimento de 1 milhão 362 mil contos, entre os anos de 99 e 2001. São nomeadamente 257 mil contos para viaturas de socorros e construção do quartel de socorros e 39 mil contos para a substituição luminosa de pista.

- No aeroporto de St^a. Maria, está previsto um investimento de 597 mil contos, nomeadamente, 242 mil contos para viaturas de socorros, 36 mil contos para segurança aeroportuária, 33 mil contos para beneficiação da aerogare e maior

conforto aos passageiros, 30 mil contos para reparação da rede viária interna do aeroporto, 39 mil contos para implementação de um terminal.

- No aeroporto das Flores foi recentemente construído um abrigo para viaturas de socorros, prevendo-se ainda investir 67 mil contos na aquisição de viaturas de socorros e 37 mil contos na sinalização nocturna do aeroporto.

- Este aeroporto não está certificado para operações nocturnas de emergência, aguardando-se a sua certificação uma vez concluídas as obras.

- O aeroporto de Ponta Delgada tem carta de obstáculos no enfiamento da pista.

- O GPS é uma rede de satélites mundial, liderada pelos americanos que tem objectivos de defesa estratégica de localização e a sua utilização ainda não está assumida pela ICAO, como suficiente, porque o gestor do programa tem o direito de alterar os dados que podem ser fornecidos.

- No aeroporto de Ponta Delgada está previsto para 2001 aumentar mais um tapete de distribuição de bagagem e mais três balcões de *check in* o que permitirá, no mínimo apoiar 1 milhão de passageiros/ano (em 1999 passaram por este aeroporto 625 mil passageiros).

- O aeroporto da Horta que atingiu este ano 150 mil passageiros, com as obras previstas ficará com capacidade para 450 mil passageiros/ano.

- Ainda no aeroporto da Horta, os coeficientes de fricção estão perfeitamente dentro dos parâmetros, mesmo com chuva. São padrões internacionais que estão assumidos e todos os aeroportos têm neste momento, o coeficiente de fricção que é standardizado.

7. Audição ao Instituto de Meteorologia (em 27.03.00).

A Comissão de Economia ouviu o Delegado Regional dos Açores do Instituto de Meteorologia, Dr. José Manuel Prista, que se fez acompanhar do Dr. Pedro Mata. Nesta audição informaram a Comissão do seguinte:

- O Instituto é considerado, a nível internacional, quer pelo OMM, quer pelo ITAL, como uma autoridade nacional no domínio da meteorologia aeronáutica. Tem assim a responsabilidade de garantir, a segurança no espaço aéreo de Portugal.

- A segurança em rota é assegurada, a nível internacional, quanto aos parâmetros meteorológicos, por Centros Meteorológicos Mundiais e Regionais que produzem todo um conjunto de informações que depois é difundida em rede, pelos diversos membros da ITAL.
- No que se refere às informações para os aeroportos da região, no caso das Lages, as previsões meteorológicas são dadas pelo próprio aeroporto, enquanto nos casos de Santa Maria, Ponta Delgada, Flores e Horta as previsões são feitas no Centro Meteorológico de Lisboa que dispõe de toda a informação e faz as previsões para os chamados "TAF" que são as previsões para um determinado período para as condições existentes no aeroporto, ou seja, para a aterragem e descolagem.
- No que diz respeito aos aeródromos, eles não têm as previsões feitas em Lisboa, mas como aqui fundamentalmente o espaço entre as ilhas é muito pequeno, a observação que é feita nas ilhas dá a noção do tempo que está nos diferentes aeroportos. Assim, existem centros colocados em todas as ilhas, desde Santa Maria até ao Corvo. São 4 os centros mais importantes de observação nomeadamente Santa Maria, Ponta Delgada, Horta e Flores e existindo ainda pessoal colocado em estações meteorológicas nas ilhas Graciosa, S. Jorge, Pico e Corvo, que dão informações horárias.
- Nalgumas ilhas, como seja, o caso do Corvo e de S. Jorge, a informação é dada sempre que há um avião, estando o observador presente durante todo o tempo da operação aérea, produzindo comunicados semi-horários ou horários conforme as condições existentes no aeroporto.
- Assim, na Horta, Flores, Ponta Delgada e Santa Maria trabalha-se 24 horas por dia. Nos aeródromos trabalha-se em princípio durante o dia ou durante o período de funcionamento do aeródromo. Portanto, sempre que o aeródromo está aberto tem lá um observador que faz observações, pelo menos, horárias. Em caso de agravamento do estado do tempo serão feitas quantas observações forem necessárias sendo imediatamente transmitidas aos aviões.
- Nos aeródromos do Corvo e S. Jorge o observador só está presente quando há avião. Na Graciosa e no Pico estão durante todo o dia mesmo que não existam aviões.

- Qualquer avião que saia dos aeroportos principais, tem acesso a cartas de tempo significativo de ventos e temperaturas, aos vários níveis do voo.
- Na região existem alguns problemas devido a falta de pessoal e à necessidade de se instalar um radar.
- Ao nível de pessoal o ideal seria ter no Corvo e em S. Jorge dois observadores.
- O radar meteorológico é um instrumento de observação que é precioso, porque fornece informação dentro daquela zona circundante do radar, fornecendo também toda a informação no que diz respeito às massas nublosas, à precipitação, etc.
- Até ao momento ainda não foi possível aceder à informação desejável proveniente do radar da Base das Lages.
- Há três anos o orçamento para constituição de dois radares era de cerca de 1 milhão e 850 mil contos.
- Não está em causa, de maneira nenhuma, no aspecto meteorológico a segurança das operações da navegação aérea.

8. Audição ao Secretário Regional da Economia (em 27.03.00).

A Comissão ouviu o senhor Secretário Regional da Economia, Prof. Dr. Duarte da Ponte que se fez acompanhar do Director Regional dos Transportes e Comunicações, Eng^o Paulo Meneses, tendo fornecido à Comissão as seguintes informações:

- O Governo Regional tem a tutela dos aeródromos do Corvo, do Pico, de S. Jorge e da Graciosa. A sua gestão está atribuída à SATA.
- Foram realizadas obras de consolidação da pista do aeródromo do Corvo.
- Foi uma opção deste Governo transformar o aeródromo do Pico num aeroporto, ou seja, aumentar a sua pista, aumentar a sua capacidade para aeronaves do tipo Boeing 737. O projecto está praticamente concluído e vai custar cerca de 1,2 milhões de contos. Foram adjudicados à NAV todos os aspectos da operacionalidade deste nova infraestruturas.
- Na Graciosa foi ultrapassado o problema das gaivotas que se concentravam na cabeceira da pista através do encerramento do aterro sanitário ali existente. Neste aeródromo está também a ser construída uma nova aerogare.

- Para São Jorge está a ser elaborado o projecto da nova aerogare.
- Estão a ser desenvolvidos esforços para que seja instalado um ILS no aeroporto de Ponta Delgada.
- A segurança dos aeroportos e aeródromos da Região está adstrita a organismos nacionais.
- O Governo Regional contactou a *Atlantic Safety Foundation*, como entidade independente, para fazer um estudo, das possíveis melhorias em termos de operacionalidade dos aeroportos e aeródromos da região.
- O aeroporto que se prevê para o Pico pode funcionar muito bem como aeroporto alternativo ao da Horta, dada a alternância do sentido dos ventos dominantes
- Para o aeroporto da Horta os projectos que estão em curso ou em vias de avançar nos próximos três anos, têm a ver com testes e ensaios ao pavimento, sinalização vertical, ampliação e remodelação da própria aerogare, novo edifício para o serviço de luta contra incêndios, ampliação do terminal de carga, substituição luminosa das pistas, e vedação de segurança.
- Em Ponta Delgada prevê-se a sinalização da Rocha da Relva, adaptação da placa Oeste (W), melhorias na aerogare, edifício para o serviço de luta contra incêndios, viaturas de socorros, sistema de supervisão, sinalização luminosa das pistas, substituição dos autómatos, substituição dos postos de iluminação da placa sul, pavimentação dos caminhos de emergência, rede periférica e um conjunto de outros investimentos correntes.
- Em Santa Maria prevê-se ampliação da sala de embarque, sinalização vertical, aquisição de viaturas de socorros, reforço da plataforma de estacionamento, reparação da rede de vedação, substituição de pavimentos, reparação da rede viária, etc.
- Em termos de investimentos, nos próximos dois anos, serão gastos cerca 4 milhões de contos, segundo as estimativas da ANA.
- No caso da NAV as previsões para o corrente ano eram da ordem de meio milhão de contos, sem contar com a continuidade do projecto Atlântico que ultrapassa 1,5 milhões de contos, só para o ano 2000.

- Iluminação da pista das Flores foi conseguida devido às insistências do Governo Regional junto da ANA.
- A Secretaria Regional da Economia não dá qualquer directiva à SATA, no sentido de pressionar ou premiar os pilotos para efectuarem determinadas viagens ou abreviarem procedimentos. No entender desta Secretaria a segurança não se discute, nem se incita.
- Os investimentos que vierem a ser realizados nunca serão para aumentar a segurança, mas para aumentar a operacionalidade.
- O Governo Regional tem pressionado a ANA para que o ILS em Ponta Delgada seja montado o mais rapidamente possível e desenvolve contactos com a NAV para o estudo de viabilidade da instalação de um radar no arquipélago.

9. Conclusões

Após as audições efectuadas a diversas entidades, na sequência da Resolução aprovada pela Assembleia Legislativa Regional, no sentido de elaborar um relatório sobre “as condições de segurança do espaço aéreo dos Açores e dos aeroportos e aeródromos do arquipélago e, bem assim, sobre as respectivas condições de operacionalidade”, a Comissão de Economia concluiu:

1.- A Segurança no espaço aéreo e nos aeroportos e aeródromos dos Açores existe e não foi posta em causa, por nenhuma das entidades ouvidas pela Comissão de Economia, tendo em conta a operação para a qual estão concebidos.

2.- A operacionalidade nos aeroportos e aeródromos dos Açores pode ser melhorada. Nesse sentido, na sequência das audições efectuadas a Comissão de Economia recomenda a instalação de equipamentos e a implementação de medidas que melhorem a referida operacionalidade dos quais se destacam:

2.1- Um ILS no aeroporto de Ponta Delgada.

2.2- Luzes de sinalização de obstáculos na pista 12 do aeroporto de Ponta Delgada (Rocha da Relva).

2.3- Ampliação da Placa W, do aeroporto de Ponta Delgada.

- 2.4- Um ILS no aeroporto da Horta, e painéis luminosos na aproximação à pista 10.
- 2.5- Certificar um procedimento de descida para o aeroporto das Flores.
- 2.6- Certificar a iluminação da pista do aeroporto das Flores.
- 2.7- Instalação de um radio-farol para procedimento de descida no aeródromo do Corvo.
- 2.8- Instalação de um radio-farol, para procedimento de descida, no aeródromo de S. Jorge.
- 2.9- Certificação dos procedimentos de descida para os aeródromos dos Açores.
- 2.10- Diligenciar no sentido da Instalação de ILS, nos casos em que for viável, nos aeródromos da Região incluindo o aeroporto das Flores.
- 2.11- Promover as diligências necessárias com vista à viabilização da cobertura radar dos Açores.
- 2.12- Instalação de GPS a bordo dos aviões da empresa concessionária do concurso público.
- 2.13- Aceleração dos investimentos em curso, e dos já programados, para os aeródromos e aeroportos da Região.

Angra do Heroísmo, 31 de Maio de 2000

O Relator: Élio Valadão

O presente relatório e as respectivas conclusões foram aprovadas por unanimidade.

O Presidente: Augusto Elavai

(Os documentos anexos ao presente relatório encontram-se arquivados no respectivo processo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Augusto Elavai.

Deputado Augusto Elavai (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A Comissão de Economia ficou encarregue, através da Resolução da Assembleia Legislativa Regional dos Açores nº 3/2000/A, aprovada em 20 de Janeiro e publicada no Diário da República em 19 de Fevereiro, de ouvir as entidades públicas ou

privadas, com competência na área dos transportes aéreos, e de apresentar um relatório contendo todos os elementos necessários à apreciação das condições técnicas de segurança do espaço aéreo dos Açores e dos aeroportos e aeródromos do arquipélago e, bem assim, sobre a respectivas condições de operacionalidade, para habilitar o plenário do Parlamento Açoriano a tomar as medidas que, se for caso disso, julgar necessárias e úteis.

Quando esta Resolução foi aprovada estávamos a pouco mais de um mês do acidente com um avião da SATA em São Jorge. Todos nós estávamos ainda abalados por essa tragédia e apreensivos com os diversos debates que então houve na Comunicação Social, com técnicos e organizações ligadas à navegação aérea, que sem pôr em causa a segurança nos aeroportos regionais, confirmavam a necessidade de instalação de alguns equipamentos nos aeroportos e aeródromos regionais, para melhorar as respectivas condições de operacionalidade.

No preâmbulo da Proposta de Resolução apresentada pelo Grupo Parlamentar do CDS/PP, pode ler-se algumas das preocupações que estiveram na base da sua apresentação.

Dizia, o preâmbulo dessa Proposta que posteriormente foi aprovada:

"Perante o ambiente de suspeição que se criou, importa que esta Assembleia que representa o Povo dos Açores, não permaneça à margem de tema tão crucial e que sem dramatismos, nem alarmismos escusados e imprudentes, de forma fria e racional, tenha acesso a todos os elementos sobre as condições técnicas de operacionalidade no espaço aéreo açoriano e de todos os aeroportos e aeródromos regionais e que se apurem as respectivas condições de segurança.

Não pode estar em causa ou sequer sobre suspeita a salvaguarda de vidas humanas e a segurança dos meios aéreos numa Região onde a deslocação por avião não pode ser dispensada.

Acresce que as condições de operacionalidade e de segurança do transporte aéreo assumem também uma importância fundamental para prosseguir com êxito uma política de turismo, quer externo, quer mesmo interno, que de há longa data constitui um dos objectivos para o desenvolvimento da Região Autónoma dos Açores" — fim de citação.

Acabei de ler três parágrafos que estavam na então Proposta de Resolução apresentada pelo CDS/PP.

Assim, e na sequência do que foi dito, a Comissão de Economia decidiu ouvir diversas entidades directamente ligadas a esta questão.

As audições realizaram-se nos dias 1, 2 e 27 de Março e as entidades ouvidas foram aquelas que o relator da Comissão de Economia acabou de dizer.

Destas audições totalmente gravadas, foi elaborado um relatório, o tal relatório de que foi encarregue a Comissão de Economia pelo plenário, e do qual se extraíram as conclusões aprovadas por unanimidade apresentadas e lidas anteriormente.

Este relatório vai ser enviado a diversas entidades ligadas directa ou indirectamente à navegação aérea e, designadamente, às entidades ouvidas.

Gostaria ainda de realçar, entretanto, algumas frases do relatório proferidas pelas entidades nas audições e que consubstanciam as conclusões já apresentadas.

Assim, o Sr. Presidente do Conselho de Administração da SATA, disse que:

"Todos os voos da SATA são seguros." (pag. 2, linha 14)

"... a segurança é intocável." (pag. 3, linha 15)

"O aeroporto de Ponta delgada precisa de um ILS."

"O *Localizer* da pista 30 do aeroporto de Ponta Delgada não providencia guiamento para a pista 12."

"O aeroporto da Horta não tem ILS, é um aeroporto com problemas de sinalização de pista." (pag. 5 linhas 16 a 20)

" O aeroporto das Flores falta procedimento de descida com base num rádio farol". (pag. 5, linhas 25 a 26)

"Designadamente nos aeródromos do Pico e da Graciosa, falta certificação do procedimento de descida".

"O aeródromos do Corvo precisa de rádio farol".

O Director de Operações de Voo da Sata, referiu que "todos os aeroportos e aeródromos da região têm uma operação segura.

é urgente a colocação de um ILS na pista 30 do aeroporto de Ponta Delgada.

Também é urgente a colocação e painéis luminosos na aproximação à pista 12 do aeroporto de Ponta Delgada e pista 10 no aeroporto do Faial."

Por sua vez, o Presidente do INAC referiu que "a segurança operacional de um aeroporto está garantida no respeito das normas internacionais para um determinado tipo de operação, claramente divulgado e sancionado pela Autoridade de Aviação Civil".

O Delgado Regional do Instituto de Meteorologia afirmou que "não está em causa, de maneira nenhuma, no aspecto meteorológico, a segurança das operações de navegação aérea." (pag. 18, linhas 16 e 17)

Por último, durante estas audições foram referidos diversos investimentos em curso e programados, quer pela ANA, quer pelo Sr. Secretário ou ainda pela NAV.

Designadamente, a NAV dizia que para o ano 2000, prevê, para os Açores, investimentos na ordem dos 6,8 milhões de contos, dos quais 86% serão afectos à segurança.

Em anexo ao relatório, estão os documentos entregues por algumas entidades, nalguns dos quais se pode verificar os investimentos previstos e o seu faseamento.

Pensamos que a Comissão de Economia cumpriu assim o que lhe foi exigido.

Penso que as conclusões, em termos de segurança, satisfazem-nos a todos em termos pessoais, por ser o avião o meio de transporte essencial no arquipélago e serem muitas as vezes que o utilizamos.

Satisfazem-nos também em termos regionais — penso eu — pela imagem de segurança do transporte aéreo que é transmitida no exterior e, tal como se referia no preâmbulo da Proposta de Resolução que há pouco citei, pela importância que este meio de transporte aéreo assume no prosseguimento de uma política de turismo que de há longa data constitui um dos objectivos para o desenvolvimento da Região Autónoma dos Açores.

Relativamente às condições de operacionalidade, resta recomendar que o ponto 2 das conclusões, isto é, a instalação de equipamentos, implementação de medidas para o desenvolvimento da operacionalidade, seja efectuado pelas entidades responsáveis, tão breve quanto possível, para os aeroportos e aeródromos da região sejam cada vez mais melhor equipados no sentido de satisfazer também uma população que tem um transporte aéreo o meio mais seguro, rápido e eficaz para as suas deslocações inter-ilhas e para o exterior da Região.

Disse.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Berta Cabral.

Deputada Berta Cabral (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Analisar o passado é antes de mais prevenir o futuro.

Por isso, e por muito que queiramos esquecer o fatídico dia 11 de Dezembro de 1999, importa ter sempre presente o que nesse dia se passou no Pico da Esperança, na Ilha de S. Jorge.

O respeito pela memória dos nossos conterrâneos que ali pereceram, assim o exige.

A consciência colectiva de que no transporte aéreo a segurança está acima de tudo, impõe-nos a obrigação de não permitir negligências, nem aceitar desculpas quanto à prioridade que, numa região como a nossa, deve ser dada ao transporte aéreo e aos investimentos nesse sector.

Operadores, transportadores e autoridades nacionais e regionais, têm de juntar esforços para que na Região se viaje com segurança, fiabilidade, regularidade e qualidade de serviço.

Consciente da responsabilidade que nos cabe, como representantes e porta vozes dos que nos elegeram, a Assembleia Legislativa Regional, por Resolução de 19 de Fevereiro do corrente ano, encarregou a Comissão de Economia de proceder à apreciação das condições técnicas de segurança do espaço aéreo dos Açores e dos aeroportos e aeródromos regionais, bem como das respectivas condições de operacionalidade.

Após audição de todos os agentes e instituições directamente ligados ao transporte aéreo e à operação aeroportuária, foi elaborado pela Comissão de Economia, um relatório, que acabámos de ouvir, do qual se conclui, em traços gerais, que a segurança no espaço aéreo e nos aeroportos dos Açores não está posta em causa, desde que respeitadas as condições de operação para a qual cada um deles foi concebido.

Mais conclui, que a operacionalidade nos aeroportos e aeródromos pode ser melhorada, recomendando, nesse sentido a instalação de diverso equipamento e a certificação de alguns procedimentos.

Neste espaço dedicado à discussão do referido relatório, importa reflectir um pouco mais sobre estas conclusões, tendo em consideração que não são independentes entre si e que as declarações de alguns dos intervenientes merecem uma particular atenção. Com efeito, segurança e operacionalidade, sendo conceitos diferentes condicionam-se mutuamente, por isso mais do que abordá-los em separado, importa ter uma visão de conjunto dos principais constrangimentos identificados ao longo do trabalho da comissão.

Não fugiremos à verdade se identificarmos três áreas de preocupação:

- Condições de operacionalidade e de segurança nos aeroportos e nos aeródromos;
- Segurança no espaço aéreo;
- Condições de operacionalidade e de segurança das aeronaves.

Relativamente à primeira, ou seja, **condições de operacionalidade e de segurança nos aeroportos e nos aeródromos** e antes de mais, deve-se questionar se a operação para a qual cada um dos aeroportos e aeródromos foi concebida é a que interessa ao serviço público de transporte aéreo numa região como a nossa.

Nos Açores, onde na maioria das ligações não há alternativa ao transporte aéreo e onde as exigências de um serviço de melhor qualidade se fazem sentir cada vez mais, temos que evoluir no sentido da sofisticação da operação como forma de servir melhor as populações.

Salienta-se que os aeródromos estão equipados exclusivamente para uma operação diurna e em condições visuais, que o aeroporto de Ponta Delgada tem enormes limitações de operação nas aterragens no sentido Relva/Ponta Delgada e que o aeroporto da Horta tem problemas de sinalização e de iluminação, para além de não ter sistema de aterragem por instrumentos.

Desde o Presidente da transportadora aérea regional até às autoridades aeronáuticas nacionais, todos, sem excepção, identificaram diversos melhoramentos e equipamentos cuja instalação urge levar a efeito.

Nessa medida, chamamos a atenção do Governo para que, em conjugação com o Governo da República, se repense o tipo de operação efectuada com vista a servir melhor os açorianos residentes em cada uma das nossas ilhas e se invista de forma planeada e integrada nos nossa infraestruturas aeroportuárias.

Há muito trabalho a fazer! Muitas melhorias a introduzir!

Algumas até simples de executar...

Recomendamos, por isso, a leitura das audições, em particular dos representantes dos pilotos que, quer se goste quer não, são os que sentem mais directamente as limitações da operação e quem mais arrisca diariamente a sua vida para unir os Açores.

No que se refere à **segurança no espaço aéreo** salientamos a necessidade de se proceder à cobertura radar em todo o arquipélago através da instalação de um radar de área e de um radar de aproximação, por se considerar que só assim se conseguem níveis de segurança no espaço aéreo compatíveis com as condições climatéricas adversas que normalmente se verificam nos Açores.

Se, em regra, os radares são utilizados na separação de tráfego, a verdade é que, têm igualmente funções de acompanhamento de voo importantíssimas que não podem ser descuradas.

Temos consciência de que o retorno económico do investimento envolvido pode não aconselhar a instalação radares nos Açores, no entanto, para nós, a segurança está em primeiro lugar.

Seja no âmbito das obrigações de serviço público, seja através do tarifário praticado pelos operadores, a amarga experiência por que passámos impõe-nos que se adoptem, sem hesitações, todas as medidas tecnicamente possíveis que optimizem as condições de segurança da operação.

Quanto às **condições de operacionalidade e de segurança das aeronaves** não podemos, por dever de consciência, deixar de salientar o facto de a Sata não ter substituído o equipamento (ómega) instalado, de fábrica, nos aviões.

Este equipamento, que tinha por finalidade dar informações sobre o posicionamento, em rota, do avião, foi, por razões de ordem técnica, desactivado há cerca de dois anos sem que tenha substituído por outro equivalente.

As opiniões sobre a indispensabilidade deste equipamento variam consoante a responsabilidade das entidades envolvidas no respectivo processo.

Contudo, todos reconhecem que a sua substituição por GPS aumenta o grau de fiabilidade da posição do avião, havendo mesmo quem afirme que — passo a citar —

"se os aviões da SATA estivessem equipados com GPS, o acidente de Dezembro de 1999, possivelmente não teria ocorrido"(SPAC).

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A experiência tem demonstrado que, por norma, os acidentes não resultam, infelizmente, de uma só causa, mas da conjugação de um conjunto de factores negativos.

Porém, a afirmação do sindicato dos pilotos é grave para quem tem responsabilidades nesta matéria e preocupante para todos.

Grave porque indicia negligência e preocupante porque passados seis meses o problema continua por resolver com responsabilidades partilhadas entre a SATA e o INAC.

Não é missão deste Parlamento apurar as razões do acidente. Isso está entregue às autoridades competentes que, como habitualmente, tardam ou, nunca chegam a nenhuma conclusão.

As desculpas em matéria de segurança não são aceitáveis.

A nossa missão é esclarecer.

A segurança, para nós, não tem preço.

Todos queremos e temos o direito de exigir o melhor.

O Governo Regional tem de diligenciar junto das diversas entidades para que acatem as recomendações da comissão.

Muito obrigado.

(Aplausos dos deputados das bancadas do PSD e o PP)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro.

Deputado Alvarino Pinheiro (PP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em boa hora, o Grupo Parlamentar do CDS/Partido Popular, submeteu a esta Assembleia uma Proposta de Resolução no sentido de se vir a constituir, no seio da Comissão de Economia, a obrigação de elaborar um relatório sobre as condições de segurança e de operacionalidade dos aeroportos da Região Autónoma dos Açores.

O facto da Assembleia Legislativa Regional ter votado por unanimidade esta incumbência, na altura deixou junto de alguns deputados e até do Governo Regional, dúvidas sobre a oportunidade e sobre a pertinência da iniciativa do CDS/Partido Popular.

Alguns dos Srs. Deputados do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, na altura, foram objectivos na sua dúvida quanto à capacidade técnica, dadas as características específicas da matéria em análise, da Comissão de Economia levar por diante o seu trabalho.

O próprio Governo Regional, pela voz do Sr. Secretário Regional Adjunto, lembrou à Câmara que o Governo tinha solicitado pareceres sobre esta matéria e também secundou, na altura, as posições do Sr. Deputado Dionísio Sousa sobre as dúvidas que poderiam surgir da capacidade da Comissão levar por diante a tarefa que lhe ia ser incumbida.

Seja como for, o Parlamento entendeu fazer esse desafio. Repito: ainda bem que o fez!

Como resulta da apresentação feita aqui do relatório, por parte do relator da Comissão de Economia, das intervenções do Sr. Presidente da Comissão e da Sra. Deputada Berta Cabral, o trabalho desenvolvido, sob o nosso ponto de vista, foi profícuo, de inegável interesse para a Região e vai habilitar este Parlamento, se assim o entender, a assumir as conclusões que a Comissão apresentou a todos os Srs. Deputados.

Para o efeito, como é do vosso conhecimento, o Grupo Parlamentar do Partido Popular já apresentou uma Proposta de Resolução que assume as conclusões apresentadas pela Comissão e que, na nossa perspectiva, deve ser aprovada para que o Governo Regional possua um instrumento para, junto das entidades com responsabilidade na implementação dos 13 pontos que constituem as conclusões da Comissão, se possa rapidamente caminhar no que toca ao investimento, dando prioridade aos mesmos, e na implementação de medidas.

Gostaria de salientar aqui e de dar testemunho que talvez o êxito do trabalho desenvolvido se deva, sobretudo, ao espírito com que as diversas entidades ouvidas pela Comissão de Economia encararam esse desafio.

Na nossa perspectiva, todos eles, sem excepção, perante a Comissão de Economia, foram de uma abertura total e fizeram dos seus depoimentos uma prova de confiança, que possibilitou esse manancial de informação que, como já foi aqui dito, e repito, todos os Srs. Deputados deveriam ler atentamente, mais que não seja pelo facto de serem assíduos utentes do transporte aéreo na Região Autónoma dos Açores.

Do conjunto dos depoimentos feitos à Comissão, não foi difícil chegar às conclusões aqui apresentadas. Talvez o mérito da transparência, da sinceridade, da honestidade que os nossos interlocutores introduziram nos seus depoimentos, resultou a facilidade das conclusões a que a Comissão chegou.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Não está em causa a falta de segurança no transporte aéreo de passageiros na Região Autónoma dos Açores.

Porém, é inequívoco que das conclusões e do conjunto dos depoimentos, ficámos todos com a sensação de que os investimentos no sector do transporte aéreo na Região Autónoma dos Açores, têm ficado muito aquém da evolução do mesmo e das necessidades da Região.

Por outras palavras, não se evoluiu como se devia ter evoluído na segurança e operacionalidade do transporte aéreo na Região Autónoma dos Açores, porque muitos aeroportos continuam a ter o grau de operacionalidade que tinham no dia em que foram inaugurados. Daí, não ter havido o mínimo de correspondência entre a evolução que se deu nas frequências, a evolução que se deu no número de passageiros transportados que, de resto, constitui razoavelmente bandeira da empresa de transporte aéreo na Região Autónoma dos Açores, só que paralelamente o ritmo de investimento não foi o adequado.

A prova disso são os 13 pontos que constituem as conclusões da Comissão e, se virmos atentamente, a circunstância de estarmos aqui a registar a ausência de instrumentos fundamentais para os principais aeroportos da Região Autónoma dos Açores.

Quando se houve pela boca dos responsáveis por este importante meio de transporte as carências que os nossos aeroportos apresentam, aí ficamos com a noção exacta e a consciência plena do que há que fazer nesse domínio.

Acresce a tudo isso uma circunstância que eu queria partilhar com toda a Assembleia, ou seja, neste sector, que é vital para nós como já foi aqui salientado nas intervenções que me antecederam, haver uma ligação muito forte na análise custo/investimento à circunstância de serem as empresas que operam aqueles que suportam os custos do investimento.

Por outras palavras, acho que devemos reflectir seriamente quando as entidades responsáveis pelos investimentos nessa área nos dizem que sob o seu ponto de vista, não há nenhum problema em equipar os aeroportos dos Açores com as condições óptimas de utilização, desde que tenham presente que quem vai pagar os custos deste investimento é a empresa que opera nos aeroportos, porque os custos de operação são fixados automaticamente em função do custo real do investimento.

Portanto, aqueles que têm a incumbência de investir, só o fazem em diálogo com aqueles que têm a incumbência de pagar o investimento por via da utilização.

Aqui, permitam-me uma dúvida legítima. Este procedimento que é lógico na perspectiva da empresa, levanta nos Açores uma questão de fundo, ou seja, como a frequência dos nossos aeroportos é baixíssima, não haverá certamente possibilidade de um dia termos uma oportunidade de investimento para justificar os equipamentos que nós aqui apresentamos e que todos reconhecemos que são indispensáveis a uma melhoria de operacionalidade na Região Autónoma dos Açores.

Se me permitem a expressão, estamos aqui numa situação de "chicharro de rabo na boca", não é bem o chicharro, mas acho que é um peixinho, pescada, "pescadinha de rabo na boca".

Aqui, julgamos que entra o interesse público.

Nesse domínio, talvez o essencial da recomendação que nós aqui fazemos é que tem que existir em matéria de transportes aéreos na Região Autónoma dos Açores, um *lobbie* fortíssimo, eu diria mesmo, uma exigência do poder público regional para quebrar essa situação de ciclo vicioso.

As empresas não investem na operacionalidade, porque os utentes necessariamente não estão vocacionados, não estão, à partida, interessados em pagar os custos desse investimento.

Como a empresa transportadora garante a segurança — todos já percebemos o que é que se entende por segurança — amanhã, mesmo que não haja operação na Região Autónoma dos Açores, há segurança, isto é, a segurança total é quando não existe operação. Há medida que vai existindo operação vai diminuindo a segurança.

A maior segurança existe quando o avião está em terra, mas todos nós já percebemos, como utentes, que nos sentimos perfeitamente seguros antes dos motores serem accionados. A partir daí, entra o conjunto das condicionantes.

O apelo que nós aqui fazemos é que esta Assembleia ao aprovar as conclusões da Comissão de Economia, ela, o Governo, a futura Assembleia que se aproxima e o futuro Governo, assumam como grande prioridade regional o equipar dos aeroportos da Região Autónoma dos Açores com os requisitos considerados, no momento em que vivemos, básicos para uma boa operação.

Isto não é rentável. Isto não é economicamente viável. Mas, caros colegas Deputados e Srs. Membros do Governo, nos Açores todos nós reconhecemos que pelo princípio da viabilidade, muito pouco seria feito na Região Autónoma dos Açores.

Portanto, as características próprias, específicas da nossa Região, exigem que se quebre esse ciclo vicioso.

Só assim é que podemos com legitimidade subscrever as conclusões que aqui estão.

Ao longo desses anos não foi possível instalar ILS (Instrumentos de Aterragem Automática) nos aeroportos da Região. Temos no aeroporto das Lajes, por razões específicas e que têm a ver com o interesse militar dos Estados Unidos e não propriamente com o interesse regional, mas os restantes aeroportos apresentam as carências que aqui registamos.

Ou somos capazes de dar esse passo, ou então se não o dermos, estaremos condenados à situação mais ou menos terceiro-mundista — também há segurança no Terceiro Mundo — que caracteriza a operação nos aeroportos da Região Autónoma dos Açores, sob o ponto de vista de ajudas técnicas e de ultrapassar as adversidades climatéricas desta Região.

Nós temos imensos exemplos.

Não queria repetir questões que já foram ditas, nomeadamente na última intervenção da Sra. Deputada Berta Cabral, que foi muito clara em relação a essas lacunas.

A primeira delas diz respeito às certificações. Nós não compreendemos que um conjunto de procedimentos indispensáveis nos nossos aeroportos e aeródromos da Região Autónoma dos Açores, esteja há anos a aguardar aprovação por parte das entidades competentes.

Presidente: Sr. Deputado, agradeçia que abreviasse a sua intervenção, porque está a esgotar o seu tempo.

O Orador: Obrigado, Sr. Presidente.

Nós não compreendemos essa situação.

Apelamos para que o Governo Regional, caso se aprove a resolução, exija das entidades nacionais competentes, uma rápida aprovação desses procedimentos.

Quando se está navegando para alguns dos aeroportos da nossa Região com a consciência de que não há documentos aprovados, não é saudável que isso aconteça.

Termino com um pequeno exemplo.

Quando estive na nossa Região a aeronave inglesa durante um determinado período, por dificuldades de equipamento da Sata-Air-Açores, todos sabemos que foram feitos imensos voos nocturnos.

Muitos conhecerão a situação de incompreensão que se gerou por exemplo, no aeroporto das Lajes, porque a aeronave pilotada pelos ingleses, pura e simplesmente, não viajou para o aeroporto da Horta, porque solicitou que lhe demonstrassem onde é que havia autorização para operar o voo nocturno nesse aeroporto.

É óbvio que não lhe foi demonstrado que havia certificação legal aprovada para efectuar o voo nocturno na Horta e a aeronave deixou os passageiros na Terceira e não passou por esta ilha. Não sofreu nenhuma penalização por isso e todos ficámos a saber que se opera e bem na Horta em voo nocturno, graças à boa vontade da Sata-Air-Açores, com os seus equipamentos "caseiros", porque se utilizar equipamentos sob responsabilidade de estrangeiros, eles não operam no aeroporto da Horta à noite.

Antes de terminar, gostaria de frisar que subscrevo outro conjunto de circunstâncias que a Sra. Deputada Berta Cabral chamou a atenção.

Muito obrigado, Sr. Deputado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Estamos a analisar o relatório que a Comissão de Economia produziu referente às condições de operacionalidade nos nossos aeroportos.

Em boa hora, em nosso entender, este trabalho foi executado. Estamos convencidos que ele poderá servir para todos nós, para a administração da Sata e para a administração regional poder, em consciência, dia-a-dia, melhorar as condições existentes nas operacionalidades de voo em relação à nossa Região.

Não podemos esquecer que este trabalho é feito após e em consequência do desastre aéreo ocorrido na Ilha de São Jorge.

Também é de realçar que todas as entidades que poderiam opinar sobre a matéria, foram ouvidas pela Comissão.

Se podemos concluir aspectos que consideramos altamente positivos, também há que concluir aspectos que temos que considerar preocupantes e que exigem que sejam tomadas medidas para que as condições de operacionalidade possam melhorar no dia-a-dia.

Neste relatório é afirmado, categoricamente, que nos aeroportos e nos aeródromos da Região, é seguro voar. É uma conclusão a que se chegou e que é de realçar, mas no mesmo relatório diz-se que os aeroportos da Região revelam graves lacunas. Estes são aspectos que penso que têm que ser conjugados.

Quem faz a afirmação de que existem graves lacunas nos aeroportos da Região, é nada mais nada menos, do que aqueles que são responsáveis pela operação de voo, ou seja, o Sindicato dos Pilotos. Aliás, isso é comprovado no texto e nas declarações feitas no relatório.

No entanto, são os próprios responsáveis pela Sata que afirmam que nos aeroportos das Flores, do Pico, da Graciosa, de São Jorge e do Corvo, apenas é possível efectuar operações visuais. Este aspecto nós já conhecíamos, mas temos que pensar nele, porque estamos numa Região separada pelo mar; estamos numa Região onde da Ilha de São Miguel, ou da Ilha do Faial à Ilha das Flores, é necessário fazermos um percurso de uma hora e todos nós sabemos, essencialmente que no percurso do Faial para as Flores, é frequente sair-se do Faial com condições aceitáveis nas Flores e ao

chegar lá uma hora depois, as condições transformaram-se e não é possível efectuar a aterragem.

No relatório também são apontadas necessidades, algumas das quais no entender daqueles que foram ouvidos, são classificadas como urgentes.

Já foi aqui referido, por exemplo e consta do nosso relatório, que é urgente a elaboração de uma aproximação VOR em relação ao aeroporto das Flores.

Várias certificações apontadas em relação a alguns aeroportos também são apresentadas no relatório.

É opinado por um dos declarantes que — e cito — "se os aviões da Sata estivessem equipados com GPS, o acidente de Dezembro, possivelmente, não teria ocorrido".

À frente é indicada, por parte das pessoas ouvidas, a necessidade de haver a colocação dos GPS nos aviões, porque, também é afirmado, "o sistema ómega dos ATP's tornou-se inactivo, porque se baseava em várias estações do mundo inteiro, estações essas que foram desactivadas porque estavam ultrapassadas".

É importante que todos nós, em consciência, procuremos pensar com seriedade na necessidade de melhorarmos, de dia para dia, as condições de operacionalidade dos nossos aeroportos.

Neste relatório, também é afirmado que o INAC apresentou à Sata um conjunto de irregularidades nos Açores que ainda se mantêm. Se há irregularidades elas têm que ser corrigidas.

O que está em causa é a nossa segurança, é a segurança de todos aqueles que utilizam os aviões para se deslocar dentro da nossa Região.

Os próprios responsáveis do INAC que foram ouvidos, afirmam que estão a efectuar uma inspecção. Dizem que após a mesma se procederá às recomendações consideradas necessárias.

É fundamental que perante essas recomendações que o INAC afirma que irá proceder, elas sejam tidas em conta, no sentido de resolver todas as possíveis anomalias com a urgência que seja possível, para podermos viajar com condições excepcionais de operacionalidade, porque é isso que está em causa e é isso que todos nós desejamos.

Também existem aqui afirmações por parte de determinadas entidades que valerá a pena salientar.

Por exemplo, os responsáveis pelo Instituto de Meteorologia dizem, e vem transcrito no relatório, que "na Região existem alguns problemas devido à falta de pessoal e à necessidade de se instalar um radar".

Se este instituto diz que há necessidade de pessoal e se esse pessoal é exactamente para o seu serviço, nós não percebemos como é que o Instituto de Meteorologia e Geofísica diz que há necessidade de pessoal e que os seus responsáveis — foi ouvido um dos altos responsáveis deste Instituto — não procedam no sentido de contemplarem os seus próprios serviços com o pessoal que eles dizem que falta.

Falam também no radar meteorológico que consideram ser importante.

Também se refere no relatório, e todos nós sabemos, que a iluminação do aeroporto das Flores foi conseguida mas ainda não está certificada.

Efectivamente, a parte substancial do investimento foi feita.

Estou convicto, e aliás o Sr. Secretário poderá esclarecer, de que a iluminação do aeroporto está executada. Portanto, penso que não será muito difícil, nem muito complicado ou demorado, fazer-se a certificação que é necessária.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Estamos perante um trabalho executado por uma Comissão desta Assembleia e, em nosso entender, ele é muito meritório. Este trabalho merece ser estudado e merece, sobretudo, que se continue a pensar com seriedade na necessidade que nós temos de, a cada dia que passa, procurarmos melhorar as condições de operacionalidade de todos os nossos aeroportos.

É esta, em nosso entender, a grande conclusão que se tira deste relatório, ou seja, a necessidade de não se considerar que o que existe é suficiente, mas haver aquela ânsia necessária e natural de se melhorar cada vez mais e de sentirmos que existe o desejo de procurarmos viajar cada vez mais em melhores condições de operacionalidade nos nossos aeroportos e em condições de segurança, mesmo quando as condições de tempo são difíceis.

Nós, pela nossa parte, vamos votar favoravelmente a Proposta de Resolução que foi apresentada e que transforma em resolução as conclusões deste relatório, porque

entendemos que há que ter em conta o trabalho que foi executado, há que ter na melhor conta este trabalho.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Economia.

Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu gostaria de dizer que fui uma das pessoas inquiridas durante o decorrer do trabalho desta Comissão.

Eu próprio, quando aconteceu o acidente, interroguei-me a mim mesmo se haveria alguma falha nossa em termos de segurança, porque a segurança é um assunto que deve preocupar todos nós.

A segurança não se discute.

A segurança é um assunto que está acima de qualquer disputa partidária, porque está em causa, no fundo, a vida das pessoas.

Por isso nós solicitámos, através da Sata, que a Flight Safety Foundation viesse aos Açores e observasse em detalhe todos os nossos sistemas de operação da Sata, a par da investigação que está a ser feita pelo INAC após o acidente.

Como sabem, todos os aspectos de segurança e de certificação dos aeroportos e aeródromos, não são da competência do Governo Regional dos Açores.

São competências de instituições nacionais, do INAC, da NAV, da ANA ou do Instituto de Meteorologia.

Nós temos feito sempre o possível para sensibilizar as instituições nacionais para a melhoria das condições de operacionalidade dos nossos aeroportos, introduzindo mais aparelhos de ajuda que vão facilitar toda a operação entre as diversas ilhas dos Açores, as ligações entre o Continente e os Açores e mesmo agora entre os Açores e o exterior.

É um assunto que deve interessar a todos nós.

Eu concordo perfeitamente com aquilo que diz o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro. Há investimentos aqui que não são rendíveis para a própria empresa.

Quando temos um voo por dia num determinado aeroporto ou num determinado aeródromo, ele nunca irá pagar a instalação de um ILS ou de um outro equipamento mais sofisticado, mas nós vivemos em ilhas, ilhas estas que sofrem problemas com

nevoeiros intensos durante algumas épocas do ano e problemas com ventos normalmente de superior intensidade aos verificados no Continente, por isso é que os nossos aeródromos têm uma operação mais difícil que os aeródromos do Continente. Os nossos aeródromos estão bem equipados se compararmos com os aeródromos que existem no Continente, mas o tipo de clima que nós temos, em épocas especiais, obriga a que haja outro tipo de equipamento para que a operacionalidade seja maior. Uma coisa é a operacionalidade, outra coisa é a segurança, porque existem limites de segurança para todos os aeródromos e estes limites nunca foram, até que se saiba, ultrapassados.

É preciso dizer que o ano passado realizaram-se mais de 10 mil voos.

A Sata voa entre as ilhas dos Açores há 52 anos sem sofrer qualquer acidente.

Nós estamos aqui a falar em mais de um milhão de voos. Aconteceu um acidente.

É evidente que o acidente aconteceu por razões muito variadas. É muito difícil saber o que é que aconteceu e ainda não se sabe ao certo.

Infelizmente aconteceu e isso deve servir para meditação de todos nós.

Em termos de operacionalidade, existe algo que deve ser melhorado.

O relatório aponta para isso.

Eu concordo e aprovaria, se fosse deputado, este relatório. Eu julgo que ele transcreve a realidade dos Açores.

Não se trata do sector ómega da Sata ter sido desligado, porque não foi a Sata que o desligou, mas as estações óegas militares que há dois anos e meio desapareceram, não estando neste momento operacionais.

A situação do GPS também é semelhante, porque depende de satélites militares e isso é um assunto que está em discussão franca entre a Sata e o INAC, ou seja, se se deve ou não optar por GPS. Ainda não é seguro. É um dado técnico e nós estamos ainda a analisar.

É claro que o radar facilitaria muito as operações nos Açores, porque daria o acompanhamento integral do avião, desde a saída até à aterragem.

É evidente que os Açores não têm tráfego suficiente que possa pagar este radar, mas é preciso encarar este investimento como, por exemplo, é encarado o investimento da ampliação do aeroporto do Funchal, na Madeira.

Os 120 milhões de contos investidos na Madeira não são, a curto e a médio prazo, recuperáveis só pelo aumento do tráfego.

Nós temos que ter nos Açores e temos que fazer ver às entidades nacionais, que há necessidades de aumentar o grau de operacionalidade dos aeroportos e dos aeródromos dos Açores.

Eu estou completamente de acordo com o relatório apresentado.

Tudo farei para que as medidas aqui apontadas venham a ser postas em execução dentro do meu âmbito de competências, dentro das minhas limitações próprias, mas o que gostaria de realçar tranquilizando todos, é que a segurança não está posta em causa, apesar de termos tido um acidente há cerca de 6 meses atrás.

Gostaria de afirmar que todos podem viajar nos aviões da Sata, nos aviões da TAP, tanto quanto viajavam antes, porque não foi detectada até agora nenhuma falha de segurança nos procedimentos da Sata ou de qualquer outra companhia que venha aos Açores.

A evolução das tecnologias poderão eventualmente criar novos tipos de equipamento que venham facilitar a operacionalidade dos nossos aeroportos.

Existe um aspecto que pode ser melhorado, ou seja, o nevoeiro, com aparelhos de ajuda. Mas há outros, como por exemplo o vento, que por vezes é forte em determinadas épocas do ano, inviabilizar determinadas operações. Para ele não há nenhum aparelho que nos ajude. Apenas o cumprimento estrito das regras de segurança de cada aeródromo e de cada aeroporto, é que garantirá a segurança das populações que viajam nos aviões.

Mais uma vez volto a afirmar que concordo com o relatório.

O Governo Regional estará atento a essas orientações e tudo fará, dentro das suas possibilidades, para que de uma forma atempada se possa resolver alguns problemas que existem ainda nos nossos aeródromos, mas é preciso ter em atenção que se trata por vezes de investimentos de elevado montante que não podem ser feitos de um dia para o outro e alguns deles terão que ser feitos a fundo perdido.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Berta Cabral.

Deputada Berta Cabral (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário Regional da Economia:

Uma precisão:

O que importa esclarecer não é se os equipamentos ómega estão desactivados, porque as estações terrestres foram desactivadas ou ao contrário. Isto é uma questão de linguagem.

O que precisa esclarecer é que os equipamentos que vieram de fábrica, nos aviões, não funcionam, não dão informação para a qual foram concebidos e não há uma alternativa. Essa é que é a questão essencial.

Se não falasse nisso, eu não tinha voltado a falar. Mas como fez questão em mencioná-lo, eu tenho que esclarecer.

A questão que está aqui em causa é que ainda não houve uma substituição desses equipamentos. Mas vamos ao resto, porque eu quero saber uma questão muito concreta.

Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte): A Sra. Deputada é que compra os aviões?!

A Oradora: O Sr. Secretário Regional tinha conhecimento de que esse equipamento não estava em funcionamento? — é uma pergunta concreta e objectiva.

Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte): Tinha!

A Oradora: Tinha conhecimento antes do acidente de que este equipamento não estava em funcionamento?

Deputado Rui Pedro Ávila (PS): Onde é que isso está escrito?

Deputado Mark Marques (PSD): Na página 8 do relatório!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Augusto Elavai.

Deputado Augusto Elavai (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Por alguma razão esta parte do equipamento ómega não está nas conclusões do relatório, que são as conclusões a que a Comissão chegou.

Como deve notar, também não está na Proposta de Resolução apresentada pelo CDS/PP, porque, de facto, não é consensual.

Deputado José Maria Bairos (PSD): O equipamento já não existe. Ainda não percebeu?

O Orador: Não é consensual, porque não se dá ao sistema ómega a importância que está a dar a Deputada Berta Cabral.

Eu não sou especialista nessa matéria, portanto, não vou dar a minha opinião pessoal. Vou apenas dar a opinião do Director de Operações de Voo da Sata, que acho que tem competência na matéria.

Deputado José Maria Bairos (PSD): Sabe o que são operações de voo? Não sabe!

O Orador: Ele dizia:

"A não utilização dos equipamentos ómega, que foram desactivados, *não tem* implicações nas operações de voo."

Era apenas isto que eu queria deixar aqui claro, para não se pensar que o equipamento ómega daria mais segurança ou não ao transporte aéreo na Região.

Volto a repetir: o Director de Operações de Voo da Sata, diz que "a não utilização dos equipamentos ómega, que foram desactivados, **não tem** implicações nas operações de voo".

Nós estamos aqui a tratar da segurança que existe e da operacionalidade que pode ser melhorada. Isso todos nós entendemos e é para isso que servem as conclusões da Comissão.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Berta Cabral.

Deputada Berta Cabral (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Apenas para recordar ao Sr. Presidente da Comissão a conclusão 2.12 que diz: "Instalação de GPS a bordo dos aviões da empresa concessionária do concurso público".

Se o Sr. Presidente da Comissão não sabe que o GPS é o equipamento que deve substituir o equipamento ómega, eu penso então que não deve estar atento aos trabalhos da Comissão.

Deputado Rui Pedro Ávila (PS): Pelo amor de Deus! Depois dos elogios que deu ao Sr. Presidente da Comissão!

Deputado Augusto Élavai (PS): Sra. Deputada, nós estamos a tratar de matéria consensual e não pessoal!

A Oradora: Eu vou concluir a minha intervenção dizendo que quando se conclui, por unanimidade, as conclusões, as diversas recomendações e no ponto 2.12 se diz: "Instalação de GPS a bordo dos aviões da empresa concessionária do concurso público", só se diz isso porque o equipamento ómega já não está em funcionamento.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em relação a esta matéria eu penso que o relatório é perfeitamente claro. Fica claro que os equipamentos ómega não funcionam, porque o sistema em que se baseava o seu funcionamento foi desactivado. Penso que isso está claro.

As pessoas ouvidas, inclusivamente os senhores do INAC, colocam uma alternativa, ou seja, o GPS...

Deputado Mark Marques (PSD): Ora aí está!

O Orador: ... quando eles dizem que o GPS não é imprescindível, mas pode complementar a navegação. Não sou eu que estou a dizer, não foi a Sra. Deputada Berta Cabral que o disse, foi o Presidente do INAC e os Srs. Deputados escreveram no relatório.

Mais, é dito que prevê-se para breve a aquisição de equipamentos GPS, ou seja, prevê-se que nesta Região vai ser possível a utilização dos GPS. Ora, a utilização desse equipamento é fundamental para os próprios aviões da Sata e é essa a interpretação que eu dou às conclusões do relatório.

Eu penso que esta matéria, a nível de relatório, está perfeitamente clara. Porém, é necessário que todos nós tenhamos consciência de que efectivamente se há determinado equipamento que deixou de funcionar, se houve a desactivação de determinado sistema e se há possibilidade de substituí-lo por outro, todos nós queremos viajar nas condições máximas de segurança. É isso que todos nós pretendemos.

Presidente: Sr. Deputado, agradecia que concluísse porque o seu tempo já terminou.

O Orador: Termina já, Sr. Presidente.

Porém, que se afirme que economicamente não é compensável, é evidente, mas todos nós sabemos isso.

Portanto, Sr. Presidente e Srs. Deputados, o fundamental — e julgo que isso foi conseguido — é termos consciência de que são necessárias as melhores condições de segurança.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Augusto Elavai.

Deputado Augusto Elavai (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Apenas para completar aquilo que o Sr. Deputado Paulo Valadão leu e que eu iria ler. Não se diz no relatório que o GPS é para substituir o equipamento ómega e nem tão pouco, quando me levantei há minutos atrás, era para referir que o sistema ómega não tem a importância que na minha opinião a Dra. Berta Cabral aqui referiu.

Deputado José Maria Bairos (PSD): Não tem. Neste momento não tem nenhuma importância, porque não funciona!

O Orador: Em relação à substituição do GPS, como disse e muito bem o Deputado Paulo Valadão, o Presidente do INAC disse que o GPS não é imprescindível, mas pode complementar a navegação".

Como referem aqui várias entidades, qualquer equipamento pode complementar a navegação e quantos mais equipamentos melhor.

Mas diz mais e eu não me teria levantado a segunda vez se o Sr. Deputado Paulo Valadão tivesse referido a linha seguinte, ou seja, "a segurança é a mesma com o GPS ou sem GPS, com ILS ou sem ILS". Foi o Presidente do INAC que referiu isto.

Como eu já disse, o Director de Operações da Sata dizia que a não utilização dos equipamentos ómega que foram desactivados não tem implicações às operações de voo.

Portanto, não queiramos dar importância a equipamentos que foram desactivados há 2 anos, porque até hoje têm-se feito voos com segurança. Não vamos dar a importância que eles não devem ter, porque eles nem tão pouco estão nas conclusões.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Economia.

Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu penso que está bem esclarecido o que é de importante realçar neste debate.

Segurança não se discute, tudo o que vem a favor da segurança, será sempre feito.

Não se pode pôr em causa a segurança no transporte aéreo. Ele é fundamental para os Açores, é fundamental para toda a actividade económica dos Açores e para a boa imagem do nosso arquipélago.

Segurança não se discute.

Em relação a aparelhos de ajuda, quantos mais houver, melhor.

O "céu" é o limite.

Os Açores poderiam ter os equipamentos que tem, por exemplo, o aeroporto de Boston, só que esse aeroporto tem um tráfego extremamente intenso. Portanto, paga o custo da montagem dos equipamentos.

Aqui, nós temos que nos submeter um pouco à situação que temos e por isso a operacionalidade diminui, porque não temos os mesmos equipamentos que tem um aeroporto mais equipado.

Em relação à substituição do sistema ómega pelo GPS, a situação está em discussão com o INAC, uma vez que este ainda não nos deu uma forma clara da sua utilização, porque o GPS depende também de satélites militares que podem ser desligados a todo o momento.

O piloto que está no avião pode de um momento para o outro se desligar do sinal do GPS. Esse não pode ser o único sistema, tem que haver outros sistemas de apoio e eles existem actualmente.

Como disseram o Presidente da administração da Sata e o Presidente do INAC, não está posta em questão a segurança. O grau de operacionalidade aumenta e é isso que está aqui em causa.

A conclusão final que se chega é que nós, Governo Regional, estamos atentos a estas orientações. Nós já tínhamos consciência delas.

Estamos a viver numa Região que tem dificuldades.

Durante todo o ano, existem alturas em que à luz do dia é muito fácil aterrar nos nossos aeródromos e nos nossos aeroportos, mas durante o inverno existem situações piores em que o grau de operacionalidade baixa significativamente.

Também existem aeródromos que têm maiores dificuldades comparados com outros.

Há aparelhos de ajuda que irão aumentar a operacionalidade, mas há situações em que todos os aparelhos de ajuda colocados nesses aeródromos, não vão melhorar a situação, ou seja, quando o vento está a uma determinada intensidade ou numa determinada direcção.

Portanto, temos que ter consciência de que há sempre limitações nos nossos aeródromos e nos nossos aeroportos. Essas limitações existem em todo o mundo e existem mais nos Açores devido à sua orografia, devido às suas condições climáticas. É isso que está aqui em causa.

Segurança é uma coisa, operacionalidade é outra. Que estes dois conceitos fiquem bem separados.

A segurança não se põe em causa.

Quanto à operacionalidade, nós vamos trabalhar para que ela aumente em todos os aeroportos e aeródromos dos Açores.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Berta Cabral.

Deputada Berta Cabral (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Uma primeira reflexão.

Dentro da cabine do avião não há equipamentos que não sejam necessários. O espaço é pouco e tudo o que lá está é porque é necessário. Portanto, todo o equipamento que lá está tem que funcionar, nem que seja uma luz de sinalização. Todos sabem isso, é um problema de segurança.

Se o equipamento estava lá instalado, é porque era necessário.

Quando foi desactivado, devia ter-se procurado imediatamente uma alternativa.

Essa alternativa é uma responsabilidade partilhada — e eu disse isso — do INAC e da Sata, por isso mesmo recomendei ao Governo que pressionasse as autoridades, para que definam as rotas GPS, para que os equipamentos possam ser instalados no avião, para que ele consiga voar nas rotas GPS. Isso tem directamente a ver com os equipamentos que foram desactivados.

Não separemos as coisas, porque nos convém.

Estamos a falar nisto, porque queremos esclarecer os assuntos.

Ninguém quer pôr aqui em causa a segurança.

Há sempre vários aparelhos alternativos nos aviões, em tudo, não é só nisto. Felizmente, há sempre aparelhos alternativos, por isso é que este também tem alternativas.

Uma coisa é certa, por isso fiz-lhe uma pergunta que o Sr. Secretário não me respondeu, os aeroportos são os mesmos, as condições são as mesmas, a única condição que varia é esta, ou seja, 52 anos sem acidentes e isso o senhor não pode esconder.

A pergunta que eu tinha feito era se tinha conhecimento que esse equipamento estava desactivado. Não me respondeu e eu gostava de saber.

Outra questão que gostaria de colocar prende-se com o seguinte:

Todos os Presidentes, tanto o do INAC, como o da Sata ou do NAV, podem dizer isso, disseram e nós registámos todas as declarações. Mas também registámos — e essa não pode ser esquecida em favor das outras — as afirmações do representante Sindicato dos Pilotos que diz claramente que se os aviões da Sata estivessem equipados com GPS, o acidente de Dezembro de 99, possivelmente, não teria ocorrido. Isto não se pode esquecer.

Deputado Rui Pedro Ávila (PS): Ninguém pode provar isso!

Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte): Se estivessem a andar, também seria possível.

Isso é demagogia!

A Oradora: Pode-se invocar as afirmações de todos.

Não se pode é esquecer uma em particular, porque isso revela alguma inconsciência de que está aqui uma questão melindrosa.

Voltando à questão inicial, eu gostaria de saber se o Sr. Secretário Regional tinha conhecimento desta situação.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Fernando Menezes.

Deputado Fernando Menezes (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em minha opinião, há assuntos que não devem servir de arma ou de arremesso político, nesta Casa e com todo o respeito pelas opiniões e pela liberdade de informação e de debate, este é um desses assuntos.

São necessários investimentos para melhorar a segurança dos nossos aeroportos.

A vida humana vale mais do que um punhado de notas de banco. Isto é verdade para qualquer um de nós aqui sentados e também é verdade para o Governo Regional dos Açores.

O Governo, naturalmente junto do INAC, do NAV e da ANA — onde for preciso — vai, seguramente, bater-se para que sejam criadas melhores condições de segurança nos aeroportos dos Açores. Isto é assim para nós, é um dever do Governo e não temos qualquer dúvida nisso.

Lemos atentamente este relatório e chegámos à conclusão de que ele não é conclusivo, contrariamente a algumas afirmações aqui feitas.

Acabou de ser feita uma afirmação que não é rigorosamente verdade, porque diz-se logo abaixo: "mesmo sem GPS, mas com os equipamentos existentes, é possível a tripulação saber, em cada momento, a sua posição exacta".

Portanto, tenhamos cuidado com as afirmações que fazemos, porque isto pode ter repercussões muito importantes no exterior desta Assembleia.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): *Muito bem! Apoiado!*

O Orador: Esta, repito, é uma das questões que não deve servir de arma política.

O Grupo Parlamentar do PS termina aqui este debate e eu, em nome do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, informo esta Câmara que vamos votar favoravelmente aquelas recomendações, na certeza de que o Governo Regional não necessitava delas, porque tudo tem feito e vai continuar a fazer, para garantir a nossa segurança e a segurança de todos os cidadãos dos Açores.

(Aplausos dos deputados da bancada do PS)

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Berta Cabral.

Deputada Berta Cabral (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Esta Assembleia foi mandatada por Resolução, para esclarecer uma situação e é isso que se está a fazer, nem se podia esperar outra coisa deste Parlamento.

Ninguém está a utilizar aqui, seja o que for, para arma de arremesso político-partidário.

Vozes dos deputados da bancada do PS: Não!!!

A Oradora: Se o Sr. Presidente do Grupo Parlamentar do Partido Socialista tivesse feito essa intervenção quando terminámos a leitura de cada uma das intervenções dos grupos parlamentares, esta discussão não teria tido o rumo que teve.

Ela teve este rumo, porque houve quem tentasse manipular as conclusões do relatório!

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

A Oradora: Eu não aceito, não admito, nem nunca me calarei, que aqui se manipule seja o que for, dizendo que eu fiz a intervenção que fiz e farei sempre que achar que é oportuno.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Apoiado!

A Oradora: Subscrevo as suas preocupações em matéria de eco fora desta Assembleia.

Deputado Luís Resendes (PS): Não convence ninguém!

A Oradora: Daqui deste lugar lhe disse, em aparte, que deveria acabar com a discussão.

O Sr. Presidente acabou quando já estava a discussão longe demais. Por isso é que lhe disse que se tivesse feito mais cedo, mais cedo ela tinha terminado.

Deputado Dionísio Sousa (PS): Possivelmente!

A Oradora: Manipulações não aceitamos, as questões devem ser esclarecidas até ao fim!

A Comissão trabalhou com todo o rigor. Ouviu todas as entidades directamente ligadas a esta questão e fez um relatório rigoroso, aprovado por unanimidade.

Não havia necessidade, como diz o outro, de manipular as conclusões na altura da discussão. Esta é que é a questão, porque todas as conclusões e eu posso voltar a lê-las, estão lá, inclusivamente esta do GPS que acabámos de discutir.

Secretário Regional Adjunto da Presidência (Francisco Coelho): E tem outras que dizem o contrário!

A Oradora: Desculpe, Sr. Secretário, mas não deve conhecer o relatório. Não há nenhuma que diga o contrário. O contrário era a não instalação e a conclusão diz *instalação*.

Estamos a falar do relatório e das conclusões do relatório e não das audições. Portanto, "está a meter os pés pelas mãos".

Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais (*Álamo de Meneses*): A Sra. Deputada sabe o que é um ómega?

A Oradora: É bom que não se continue com mal entendidos, porque senão a discussão continua sem qualquer vantagem para o Governo, cuja resposta sobre este assunto ainda não me foi dada.

Muito obrigada.

Secretário Regional da Economia (*Duarte Ponte*): Nem lhe vou dar!

(Aplausos dos deputados da bancada do PSD)

Deputado Victor Cruz (*PSD*): E o Sr. Secretário não fala!

O que é que está fazendo aí?

Secretário Regional da Economia (*Duarte Ponte*): Eu falo do que eu quero e quando eu quero!

Eu não vou em jogos destes. Isto é manipulação!

Deputado Victor Cruz (*PSD*): Então pode-se ir embora!

Presidente: Srs. Deputados, terminado o debate sobre o relatório vamos passar ao ponto seguinte.

Como sabem, deu entrada na Mesa um **Pedido de Urgência e Dispensa de Exame em Comissão para a Proposta de Resolução que "Recomenda ao Governo Regional que promova todas as diligências para que sejam instalados equipamentos e implementadas medidas que melhorem a operacionalidade no espaço aéreo e nos aeroportos e aeródromos dos Açores"**.

Vamos passar à sua votação.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como se encontram.

Secretário: O Pedido de Urgência foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Por uma questão de metodologia, vamos passar à apreciação da respectiva Proposta de Resolução, isto é, à **Proposta de Resolução que "Recomenda ao Governo Regional que promova todas as diligências para que sejam instalados equipamentos e implementadas medidas que melhorem a operacionalidade no espaço aéreo e nos aeroportos e aeródromos dos Açores"**. Está aberta a discussão na generalidade.

(Pausa)

Não havendo intervenções, vou submetê-la à votação.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como se encontram.

Secretário: A Proposta de Resolução foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Esta Proposta é constituída por 13 pontos.

Se estiverem todos de acordo, eu poria à discussão e votação na especialidade todo este conjunto de pontos que constituem esta Proposta de Resolução.

(Pausa)

Não havendo objecções, vamos passar à votação.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como se encontram.

Secretário: Os 13 pontos que constituem a Proposta de Resolução foram aprovados por unanimidade, na especialidade.

Presidente: Passemos então à votação final global.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como se encontram.

Secretário: A Proposta de Resolução foi aprovada, em votação final global, por unanimidade,

Presidente: Vamos passar ao 2º ponto da Ordem do Dia, ou seja, à **Apreciação do Relatório sobre o "Estudo da Toxicodependência"**.

Para apresentá-lo, tem a palavra o relator da Comissão Eventual.

Deputado João Luís Santos (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Relatório sobre a problemática da droga na Região Autónoma dos Açores.

Ponta Delgada, 31 de Maio de 2000

ÍNDICE

I - Introdução

II - Objectivos

III - Definição de conceitos

IV - Metodologia utilizada

V - Actividades desenvolvidas

1. REUNIÕES E VISITAS

1.1. Instituições de Saúde

1.2. Estabelecimentos escolares

1.3. Instituições policiais e judiciais

1.4. Organizações não governamentais

1.5. Reuniões científicas

2. QUESTIONÁRIO

VI - Considerações finais

VII - Recomendações

I - INTRODUÇÃO

O presente relatório expressa o contributo da Comissão Eventual para o Estudo da Toxicodependência na Região Autónoma dos Açores em relação a um problema tão actual e preocupante como é o do consumo e do tráfico de drogas nos Açores.

Tal como vem sucedendo noutros países e regiões, o problema do consumo e tráfico de drogas em Portugal, em geral, e na Região Autónoma dos Açores, em particular, tem vindo a assumir proporções cada vez maiores desconhecendo-se os seus verdadeiros contornos e dimensões, o que levou a Assembleia Legislativa Regional a dedicar-lhe especial atenção.

Assim, em Fevereiro de 1997, foi deliberado em Conferência de Líderes Parlamentares, realizar-se a 9 de Setembro, uma sessão Plenária, com a participação de jovens das Escolas Secundárias, a fim de se debater a problemática da "Droga" nos Açores.

Para o efeito a Comissão de Juventude e Assuntos Sociais foi incumbida, pelo Presidente da Assembleia Legislativa Regional dos Açores, de proceder à recolha de dados sobre a situação da problemática da toxicodependência e posterior elaboração de um relatório, por forma a servir de base ao referido debate parlamentar.

Para a concretização do trabalho foi constituída pela Comissão de Juventude e Assuntos Sociais uma subcomissão eventual, representativa de todos os partidos com assento parlamentar, com a seguinte constituição:

Maria Fernanda Mendes e Maria de Fátima Sousa do PS, Ana Carolina Silva e Sidónio Bettencourt do PSD, José Monjardino do PP e Paulo Valadão do PCP.

Na sequência do relatório apresentado e do debate que teve lugar no Plenário de 9 de Setembro, ficou patente a necessidade de se aprofundar o conhecimento do problema da toxicodependência. Por proposta do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, a Assembleia Legislativa Regional dos Açores aprovou, por unanimidade, em 17 de Outubro de 1997, a resolução n.º 11/97/A, de 12 de Dezembro, que cria a "Comissão Eventual para o Estudo da Toxicodependência na

Região Autónoma dos Açores", com o objectivo de obter um conhecimento o mais rigoroso possível da dimensão e natureza da problemática da toxicoddependência na Região.

A Comissão deveria desenvolver o seu trabalho durante dois anos, ao fim dos quais elaboraria um relatório acerca dos elementos recolhidos sobre a matéria.

Constituída pelos Deputados Fernanda Mendes, Fátima Sousa, Francisco Sousa, Vasco Cordeiro e João Santos, do PS, Aurélio da Fonseca, Sidónio Bettencourt, Ana Carolina, Mark Marques e João Cunha, do PSD, Nuno Almeida e Sousa e João Greves, do PP, e Paulo Valadão, do PCP, a Comissão iniciou os seus trabalhos a 16 de Março de 1998, reunindo na Delegação da ALRA de Angra do Heroísmo. Nesta reunião para além da definição de objectivos e metodologia a utilizar, foi eleita a mesa da Comissão que ficou assim constituída: Presidente - Fernanda Mendes (PS), Relator - João Santos (PS) e Secretário - Aurélio da Fonseca (PSD).

Durante o período de trabalhos da Comissão e na sequência da Resolução da Assembleia Legislativa Regional nº 1-A/99/A, de 28 de Janeiro de 1999, que fixa o elenco e composição das Comissões especializadas permanentes, teve lugar uma redução do número de deputados que a constituem. Saíram os deputados Francisco Sousa (PS) e João Cunha (PSD). A Mesa da Comissão manteve a mesma constituição.

II - OBJECTIVOS

O objectivo da Comissão Eventual para o Estudo da Toxicoddependência na Região Autónoma dos Açores é obter um conhecimento o mais rigoroso possível da dimensão e natureza da problemática da toxicoddependência na Região, conforme definido na Resolução n.º 11/97/A.

Na reunião de 16 de Março de 1998, por entendimento unânime dos deputados, a Comissão definiu como objectivo específico do seu trabalho, aprofundar o conhecimento sobre toxicoddependência nas vertentes de tráfico e consumo, na sequência do "Relatório sobre a Problemática da Droga na Região Autónoma dos Açores", apresentado em Setembro de 1997, pela Comissão de Assuntos Sociais.

III - DEFINIÇÃO DE CONCEITOS

Neste relatório, ao utilizarmos a palavra "droga" estamos a referir-nos apenas a produtos tóxicos que produzem dependência psíquica e física, cuja comercialização e uso são proibidos por lei e ao utilizarmos a palavra "toxicod dependência" referimo-nos exclusivamente a utilização habitual dos referidos produtos e a consequente aquisição do síndrome de dependência.

Em termos etimológicos e segundo o Dicionário de Língua Portuguesa da Porto- Editora - 7.^a Edição, toxicod dependência é definida como "estado de Toxicod dependente" e toxicod dependente é definido como "pessoa que está viciada no consumo regular de substâncias tóxicas de efeitos sedativos ou estupefacientes".

Segundo a classificação das Perturbações Mentais e de Comportamento da CID-10 (Classificação Internacional das Doenças da Organização Mundial de Saúde) o Síndrome de Dependência pode ser definido como um conjunto de fenómenos fisiológicos, comportamentais e cognitivos, no qual o uso de uma substância ou uma classe de substâncias alcança uma prioridade muito maior para um determinado indivíduo que outros comportamentos que antes tinham maior valor. Uma característica descritiva central da síndrome de dependência é o desejo (frequentemente forte, algumas vezes irremediável) de consumir drogas psicoactivas (as quais podem ou não terem sido medicamente prescritas), álcool ou tabaco. Pode haver evidência que o retorno ao uso da substância após um período de abstinência leva a um reaparecimento mais rápido de outros aspectos da síndrome do que o que ocorre com indivíduos não dependentes.

IV - METODOLOGIA UTILIZADA

Na reunião de 16 de Março de 1998, por entendimento unânime dos Deputados presentes na reunião, a Comissão decidiu utilizar a seguinte metodologia:

- . Contactos com as autoridades policiais, nomeadamente Polícia de Segurança Pública (PSP), Polícia Judiciária (PJ), Brigada Fiscal da Guarda Nacional

Republicana (GNR) e Polícia Marítima a fim de recolher dados e informações sobre tráfico e venda de drogas;

- Contactos com diversas entidades ligadas ao problema da toxicoddependência na vertente do consumo, nomeadamente Serviços de Psiquiatria, Casas de Saúde Psiquiátrica, Centros de Tratamento e Centro das Taipas;
- Contactar com os Conselhos Directivos e Associações de Estudantes das Escolas Secundárias a fim de se perceber a sensibilidade dos docentes e alunos face à problemática da toxicoddependência;
- Solicitar à ALRA, autorização para um estudo, a realizar pela Universidade dos Açores, sobre o consumo de substâncias tóxicas lícitas e ilícitas;
- Efectuar uma nova recolha de dados, utilizando para o efeito o formulário que serviu de base ao relatório da Comissão de Juventude e Assuntos Sociais (Anexo 1), junto das mesmas instituições (Anexo 2), procedendo-se exactamente ao mesmo tratamento por forma a compararem-se cenários com aproximadamente dois anos de diferença.

Na reunião realizada no dia 14 de Outubro de 1999, convocada para fazer-se o balanço dos trabalhos, foram efectuados alguns reajustes quer na metodologia a seguir, quer no programa de trabalhos previsto, a saber:

- Informar o Sr. Presidente da ALRA de que o pedido de autorização para mandar efectuar um estudo no meio escolar, sobre hábitos de consumo de álcool e outras substâncias, tinha deixado de fazer sentido, uma vez que a Secretaria Regional de Educação e Assuntos Sociais tinha conseguido que um estudo nacional com um propósito semelhante fosse alargado à Região.
- Pelo facto das entidades a quem fora enviado o questionário poucas terem respondido foi decidido reenviá-lo. Pelo facto de algumas das respostas serem pouco esclarecedoras o questionário foi acompanhado de um ofício mais pormenorizado, no que respeita aos objectivos (Anexo 3).

Foi decidido que a Comissão visitaria a GNR e Polícia Judiciária em Ponta Delgada, bem como Esc. Sec. Padre Jerónimo Emiliano de Andrade, e GNR em Angra do Heroísmo.

V - ACTIVIDADES DESENVOLVIDAS

1 - REUNIÕES E VISITAS

1.1 - INSTITUIÇÕES DE SAÚDE

- Casas de Saúde Psiquiátricas
- Serviços de Psiquiatria dos Hospitais
- Centros de Saúde
- Centro de Atendimento de Toxicodependência - CAT- TAIPAS

1.2 - ESTABELECIMENTOS ESCOLARES

- EB 2,3/S Cardeal Costa Neves
- EB 2,3/S de S. Roque do Pico
- EB 3/S P. Jerónimo Emiliano de Andrade

1.3 - INSTITUIÇÕES POLICIAIS E JUDICIAIS

- Comando da PSP
- Brigada Fiscal da GNR
- Polícia Judiciária
- Estabelecimentos Prisionais

1.4 - ASSOCIAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS

- Associação Alternativa

1.5 - REUNIÕES CIENTÍFICAS

- Seminário de Toxicodependência - P. Delgada
- V Encontro do SPTT - Lisboa.
- IV Conferência Europeia - E.R.I.T. - Porto.

2 - QUESTIONÁRIO

1 - REUNIÕES E VISITAS

De Outubro de 1998 a Dezembro de 1999 a Comissão Eventual para o Estudo da Toxicodependência na RAA, ouviu um representativo conjunto de personalidades e de especialistas em matéria de droga, fossem eles representantes ou responsáveis por serviços públicos ou por organizações não governamentais.

Durante este período a Comissão realizou também visitas de trabalho e de contacto directo com organismos e instituições, quer públicas, quer privadas, que exercem a sua actividade na área da prevenção do consumo de drogas, no tratamento de toxicodependências e ainda a estabelecimentos prisionais.

Em todas as visitas efectuadas foi exposto, aos representantes das instituições, o âmbito da visita e os objectivos da Comissão, e foi entregue um exemplar do “Relatório sobre a Problemática da Droga na Região Autónoma dos Açores”.

Das informações recolhidas nos contactos, acima referidos, dá-se conta de seguida.

1.1 - INSTITUIÇÕES DE SAÚDE

CASAS DE SAÚDE PSIQUIÁTRICAS

CASA DE SAÚDE NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO - S. Miguel (6/4/99)

A Comissão foi recebida pela Directora - Irmã Josefina Paulos, pelo Director Clínico - Dr. Carlos Paz Ferreira e pela Enfermeira Directora - Leopoldina.

A Comissão visitou as instalações, nas quais existem dois grandes sectores:

- Sector de doentes de evolução prolongada em que a média de idades ronda os 60 anos, onde grande parte das doentes se encontra internada por motivos sociais;
- Sector de agudos, com 19 camas, onde a média de internamento é de 26 dias e a patologia predominante é a depressão grave;
- A Instituição dispõe de cerca de 200 camas sendo, a sua ocupação actual de 168 doentes;
- Cada andar da Instituição tem 1 sala de espera, 1 gabinete médico e 1 gabinete de enfermagem, existindo uma Irmã responsável por cada andar;
- A Instituição não tem neste momento Assistente Social, pois estes técnicos por não poderem fazer carreira permanecem pouco tempo na instituição;
- Internamentos de toxicodependentes: Média de Idades - 20 anos (Heroína), 1997 - 1 doente, 1998 - 2 doentes, 1999 - 2 doentes;
- Depois da construção da Clínica de dependências de São João de Deus, esta Casa de Saúde funciona apenas como alternativa;
- De 1990 a 1999 a procura por parte de doentes com problemas de alcoolismo tem vindo a aumentar: 1997 - 12 casos, 1998 - 21 casos - -(médias de idades 30 - 40 anos).

INSTITUTO DE S. JOÃO DE DEUS - CASA DE SAÚDE DE S. MIGUEL (7/4/99)

A Comissão foi recebida pelo Director - Dr. Aires Gameiro e pelo Director Clínico — Dr. Sampaio de Nóvoa, bem como por outros elementos da Instituição.

Foi distribuído aos membros da Comissão uma pasta contendo vária documentação, onde é feita uma caracterização da Instituição e do trabalho nela desenvolvido. (Anexo 4).

A Comissão visitou as instalações - unidade de desintoxicação e comunidade terapêutica.

- . Reconhece-se que os hospitais de dia são a melhor solução para estas situações;
- . Começam a aparecer cada vez mais jovens a iniciar o consumo, não através das drogas ditas leves, mas sim através da heroína (fumada).

CASA DE SAÚDE DE S. RAFAEL - Terceira (11/2/99)

A Comissão foi recebida pelo Director - Irmão Matias e pela Directora Clínica - Dra. Fernanda Rosa.

Os membros da Comissão visitaram as instalações da instituição. Primeiro a área de internamento e de seguida a área reservada às futuras estruturas de apoio a toxicodependentes.

- . A Instituição apoia presentemente 140 doentes no internamento e faz aproximadamente 80 consultas por mês;
- . Começou a funcionar na Instituição, no dia 1 de Fevereiro, a Unidade de Alcoologia. Nesta são internados 6 doentes de 15 em 15 dias permanecendo durante 4 semanas, ficando posteriormente com um acompanhamento mensal, em ambulatório;
- . A equipa composta por Psiquiatra, Psicólogos e Animadores Sociais, presta apoio aos doentes e famílias;
- . A instituição vai iniciar um trabalho de divulgação da unidade de Alcoologia, junto da comunidade, para o qual já foram feitos os primeiros contactos com as Juntas de Freguesia;

CASA DE SAÚDE DO ESPÍRITO SANTO - Terceira (11/2/99)

A Comissão foi recebida pelo Dr. Flores Brasil e pela Directora Clínica - Dra. Margarida Moniz.

Os membros da Comissão visitaram as instalações.

- . A Instituição esteve sempre disponível para dar resposta à saúde mental;
- . Entende-se que a Toxicodependência é uma patologia da saúde mental;

- . A instituição sempre fez internamento de doentes com essa patologia;
- . Foi solicitado pelo Secretário da Educação e Assuntos Sociais uma proposta para uma Unidade de Desabilitação, uma vez que existia uma lacuna nesta área;
- . Nesse sentido foi proposta uma unidade mista com capacidade para 9 utentes; a proposta foi aprovada e adiantada verba para o projecto, que não se encontra ainda concluído.

SERVIÇOS DE PSIQUIATRIA DOS HOSPITAIS

HOSPITAL DE PONTA DELGADA - Serviço de Psiquiatria (7/04/99)

A Comissão foi recebida pela Directora do Serviço - Dra. Joana Gago da Câmara e restante equipa.

- . Não existem dados fiáveis disponíveis em relação à toxicoddependência; Só se pode fazer referência a números aproximados, dada a deficiência que existe ainda a nível de registos;
- . Aumento do fenómeno com a chegada dos repatriados;
- . Os doentes têm média de idades muito próxima dos 20 anos;
- . Poucos toxicoddependentes recorrem ao serviço de Psiquiatria do hospital, porque possivelmente estarão a ser encaminhados para a Clínica S. João de Deus;
- . Consideram ser importante a introdução de Metadona nos Açores;
- . O fenómeno da toxicoddependência está a propagar-se nos meios rurais e na população de fracos recursos, pois o tráfico é uma importante fonte de receita.

HOSPITAL DE ANGRA DO HEROÍSMO - Serviço de Psiquiatria (10/2/99)

A Comissão foi recebida pelo Director do Serviço, - Dr. Madeira que se fez acompanhar pelos restantes membros da equipa.

- . Os médicos do serviço consideram a situação nos Açores preocupante pelo número de indivíduos consumidores, pelo tipo de substâncias utilizadas, bem como pela falta de recursos e meios existentes;
- . Iniciou-se no princípio de Janeiro terapia de grupo com 6 utentes, orientada pela Dra. Fernanda Rosa e acompanhada pela Psicóloga Dra. Susana Alves;
- . Pensa-se na implementação de uma unidade de administração de Metadona.

HOSPITAL DA HORTA - Unidade de Psiquiatria (4/05/99)

A Comissão foi recebida pelo Dr. Jorge Pires, responsável pela unidade.

- . A maior parte dos toxicodependentes chega através do serviço de urgência;
- . Só é aceite em nova consulta quem se disponha cortar com o consumo;
- . Neste momento só existem 2 toxicodependentes em consulta;
- . A grande maioria dos consumidores são estudantes no Continente, onde iniciam o consumo;
- . Raros são os indivíduos que chegam por iniciativa própria, normalmente é por pressão da família;
- . Este ano lectivo (até Dezembro) 8 estudantes abandonaram os estudos no Continente por problemas relacionados com drogas;
- . Os jovens regressaram com a ideia de cortar com o consumo de drogas afastando-se do local de consumo;
- . A droga mais comum é a heroína.

CENTROS DE SAÚDE

CENTRO DE SAÚDE DA HORTA (4/5/99)

A Comissão foi recebida pela Directora - Dra. Maria Augusta Costa.

A Comissão visitou as instalações que ainda não estão a funcionar a 100% consequência dos danos provocados pelo sismo de 9 de Julho de 1998.

- . Os casos de toxicodependência que aparecem no Centro de Saúde são referenciados para a unidade de Psiquiatria do Hospital;
- . O Centro de Saúde não tem qualquer estrutura de internamento;
- . No ano de 1998 foram 5 os casos de internamento na Clínica S. João de Deus, por casos de álcool ou outras drogas;
- . Considera-se que falta uma equipa multidisciplinar (psicóloga, assistente social, etc.) de apoio aos toxicodependentes;
- . Os toxicodependentes que fazem um programa de desabilitação em Ponta Delgada, ao regressarem à Horta sentem a falta desse apoio.

CENTRO DE SAÚDE DAS LAJES DO PICO (5/5/99)

A Comissão foi recebida pelo Director - Dr. Ivo Soares.

- . O número de alcoólicos registados não chega a 100 numa população de 5600 habitantes, não estando a maior parte dos casos registados. É um problema com expressão;
- . Não existe nenhum registo de toxicodependentes neste Centro de Saúde;
- . Existem toxicodependentes que se conhecem particularmente;
- . Existe a convicção que os jovens bebem cada vez menos, começando a fazê-lo cada vez mais tarde, estando este facto associado ao maior interesse pelas actividades desportivas.

CENTRO DE ATENDIMENTO DE TOXICODPENDÊNCIA - CAT TAIPAS - Lisboa (12/10/98)

No dia 12 de Outubro de 1998 a Comissão, reuniu com o Sr. Director do CAT Taipas - Lisboa, em conjunto com o Sr. Presidente do Conselho de Administração do Serviço de Prevenção e Tratamento da Toxicodependência - S.P.T.T. e com o Sr.

Presidente da Direcção Regional de Lisboa e Vale do Tejo do S.P.T.T. que após terem agradecido a visita relataram as suas experiências e o funcionamento dos Serviços do C.A.T. – Taipas.

- O CAT - Taipas encontra-se em funcionamento desde 1987;
- A intervenção técnica centra-se na luta pela abstinência e na redução de danos;
- O CAT funciona em vários concelhos e freguesias da área de Lisboa em parceria com as respectivas Autarquias, Centros de Saúde e Hospitais;
- O CAT - Taipas e suas extensões atendem mais de cem doentes diariamente;
- Os doentes de 1.^a consulta situam-se na faixa etária dos 25/30 anos;
- Nota-se um aumento de doentes portadores de tuberculose pulmonar, o que exige uma intervenção rápida de modo a evitar a propagação da doença;
- Além do atendimento em ambulatório o Centro das Taipas dispõe de uma unidade de internamento com 10 camas para desintoxicação de doentes com situações clínicas complicadas e de um Centro de Dia com várias actividades numa perspectiva de ressocialização;
- O Centro fornece diariamente metadona a doentes devidamente acompanhados;
- A Direcção do CAT - Taipas disponibiliza-se para prestar todo o apoio que a Região vier a necessitar, nomeadamente, estágios para técnicos.

1.2 - ESTABELECIMENTOS ESCOLARES

EB 2, 3 CARDEAL COSTA NUNES – Madalena do Pico (5/5/99)

A Comissão foi recebida pelo Presidente do Conselho Directivo - Dr. Manuel Tomás.

- Existem alguns casos de alcoolismo, cerca de 5, directamente relacionados com problemas sociais;
- Em relação a outras substâncias existe uma grande preocupação em relação às oportunidades para os primeiros contactos;

- . Falta policiamento pelo que é frequente a aproximação de gente estranha e suspeita às imediações da escola;
- . Existe uma diminuição acentuada do consumo de álcool nos jovens do Pico, para o que muito tem contribuído o desporto e o envolvimento dos jovens em hábitos de vida saudáveis;
- . Existe a convicção de que o consumo de substâncias aumenta durante as campanhas de esclarecimento pela curiosidade que desperta nos jovens.

EB 2, 3 / S DE S. ROQUE DO PICO (5/5/99)

A Comissão foi recebida pela Presidente do Conselho Directivo - prof.^a Manuela Veríssimo.

- . A população escolar é de 470 alunos do 5º ano ao 12º ano e 320 alunos no pré-escolar e 1º ciclo;
- . Não existem problemas de toxicodependência na Escola, tendo-se verificado apenas o caso de um aluno que já não frequenta o estabelecimento;
- . A falta de vedação na Escola é neste momento o seu maior problema, pois não existe forma de vedar o acesso a pessoas estranhas;
- . Os alunos ocupam muito do seu tempo nos clubes escolares e em actividades desportivas e musicais.

**ESCOLA SECUNDÁRIA PADRE JERÓNIMO EMILIANO DE
ANDRADE - TERCEIRA (2/12/99)**

A Comissão foi recebida pelo Presidente da Comissão Executiva - Dr. David Cota e dois professores do grupo ligado à prevenção e estudo do problema da toxicodependência.

A Comissão visitou as instalações.

- . Um dos problemas desta escola é o consumo de drogas;
- . No início do ano criou-se um grupo de trabalho para o estudo deste problema;

- . Fez-se um levantamento das necessidades da escola;
- . Existem já ideias para minimizar o consumo numa estratégia concertada com a PSP;
- . A PSP faz visitas regulares à escola;
- . A situação que era bastante grave no fim do ano anterior é neste momento muito melhor;
- . Todos os dias tem de se retirar pessoas estranhas da Escola, contribuindo para isso as más condições de vedação;
- . A falta de funcionários não permite um melhor controlo dos espaços;
- . O quadro dos funcionários está muito envelhecido sendo frequentes os atestados médicos por doença;
- . A Escola necessitaria de pelo menos 68 funcionários;
- . Dos 48 funcionários existentes faltam em média 12 por dia;
- . Os funcionários em situação de doença são substituídos por funcionários contratados;
- . Este ano já se realizou uma acção de formação na área da toxicodependência para auxiliares de acção educativa estando programada uma para pessoal docente;
- . Um dos objectivos é minimizar o risco de contacto com as drogas;
- . A Escola trabalha com o apoio da SREAS;
- . O consumo de drogas na escola é fundamentalmente Haxixe mas existem já consumos de Heroína;
- . A Escola tem problemas na ocupação dos tempos livres por falta de pessoal e de espaços;
- . Neste momento não existe psicólogo na Escola, por opção da escola que está a aguardar mais algum tempo por forma a ver se conseguem que seja transferida uma técnica que já trabalhou na Escola.

1.3 - INSTITUIÇÕES POLICIAIS E JUDICIAIS

COMANDO DA PSP DE PONTA DELGADA (6/4/99)

A Comissão foi recebida pelo Comandante Furtado Dias e pela Sr^a Comissária Anabela.

- . O Sr. Comandante fez uma exposição documentada abordando os seguintes pontos: Funções e competências da PSP, áreas fundamentais da acção da PSP e evolução da intervenção da PSP na área das drogas (tráfico e consumo).
- . Ao longo dos tempos a vertente repressiva da acção da PSP tem vindo a dar lugar à vertente preventiva.
- . A PSP apostou na intervenção nas escolas como forma de aproximação aos jovens.
- . O actual programa "Escola Segura" começou por ser o programa "Brincar em Segurança" em 1987 e foi evoluindo, ao longo dos anos, sendo sempre crescente a aceitação das iniciativas, até à altura em que a situação se inverteu e passaram a ser as escolas a solicitar as iniciativas da PSP.
- . Foi distribuído um videograma sobre a problemática do alcoolismo "Você é que é o juiz", a todas as escolas dos 2º e 3º ciclos e secundárias de São Miguel e Santa Maria, obtido pelo Sr. Comandante no Canadá, traduzido por uma agente do comando e legendado na RTP-Açores;
- . Foram apresentados os dados estatísticos de 1996 a 1998 sobre condução sob efeito do álcool e tráfico e consumo de estupefacientes;
- . A PSP está também atenta ao que se passa no interior da própria força de segurança, nomeadamente, ao que respeita ao alcoolismo. Nesse sentido implementou várias acções de sensibilização e prevenção;
- . Em relação ao número de efectivos a situação está bastante melhor mas faltam ainda, face ao quadro orgânico, aproximadamente 60 efectivos;
- . A divulgação dos cursos da Escola Superior da Polícia e da Escola Prática de Polícia, tem dado resultado pelo que a procura por parte dos jovens tem vindo a aumentar;
- . O Sr. Comandante está a aguardar autorização para colocar uma página do Comando na Internet, onde será feita a divulgação dos cursos das Escolas de

Polícia e através do qual será possível apresentar queixas ou fazer reclamações sem deslocação à esquadra.

COMANDO DA PSP DE ANGRA DO HEROÍSMO (10/2/99)

A Comissão foi recebida pelo Sr. Comandante Simão Nunes.

- . O Comando de Angra do Heroísmo abrange as Ilhas Terceira, S. Jorge e Graciosa;
- . No panorama global do País a situação actual na Região não é significativa;
- . No ano de 1998 efectuaram-se 14 detenções por pequeno tráfico, das quais 8 numa só operação, que se saldou ainda pela apreensão de 14,7 g de Heroína, 90 g de Haxixe e 48500\$00 em dinheiro;
- . Das 14 detenções referidas, 13 efectuaram-se na ilha Terceira e 1 em S. Jorge, na sua maioria consumidores/traficantes, com idades compreendidas entre os 16 e os 30 anos, permanecendo 6 deles detidos;
- . O Decreto Lei 81/95 criou as Brigadas Anti-Crime possibilitando actuar na área do combate ao tráfico de estupefacientes;
- . Existem na ilha Terceira três brigadas, das quais duas em Angra do Heroísmo e uma na Praia da Vitória;
- . Estão em prática outras formas de combate, como sejam palestras proferidas por oficiais da PSP nas escolas (principalmente nas secundárias), e o programa "Escola Segura" em que duas brigadas e respectiva viatura, procedem, à vigilância e ao apoio a professores e alunos, com muito boa aceitação por parte da população em geral e da comunidade escolar em particular.
- . A PSP continua a ter vagas por preencher, faltam cerca de 70 efectivos, mas o Sr. Comandante admite que a situação já esteve bastante pior;
- . 80% a 85% do pequeno furto tem origem no fenómeno das Toxicodependências;
- . Com o reforço policial e o aumento do número de operações, existem dados objectivos que apontam para uma efectiva diminuição da criminalidade e principalmente para a diminuição da condução sob o efeito do álcool;

COMANDO DA PSP DA HORTA (4/5/99)

A Comissão foi recebida pelo Comissário Maurício, em substituição do Sr. Comandante.

- . O Comando da Horta abrange a ilha do Pico, Faial, Flores e Corvo;
- . Os traficantes que existem no Faial são pequenos traficantes;
- . 3 detidos em flagrante em 1997 e 3 em 1999;
- . São frequentes as operações conjuntas entre as várias forças de segurança;
- . O Comando da Horta é o que tem o índice de criminalidade mais baixo do país;
- . Existem no Comando brigadas Anti-Crime;
- . Receia-se que os operários que estão a trabalhar na reconstrução possam trazer novos problemas nomeadamente os ligados à toxicodependência.

BRIGADA FISCAL DA GNR – Angra do Heroísmo (2/12/99)

A Comissão foi recebida pelo Capitão Ferreira Dias.

- . Foi distribuído aos membros da Comissão um quadro com números relativos às detenções por posse de droga e um mapa de quantidades apreendidas;
- . Neste momento existe mais ou menos 7 agentes a trabalhar na área do tráfico de droga;
- . Têm diminuído as quantidades apreendidas por indivíduo, mas tem aumentado o número de transportadores;
- . Outra situação que se verifica é a diversificação dos locais de entrada.

Brigada Fiscal da G.N.R. – Ponta Delgada (3/12/99)

- . O principal problema é o do tráfico marítimo;
- . O tratamento que as polícias têm vindo a dar ao consumidor é diferente do passado, hoje trata-se estas pessoas como cidadãos doentes e não como drogados;
- . Entendem que se devia apostar na despenalização do consumidor;

- Seria pertinente fomentar um debate alargado na Região sobre a problemática e só depois tomar medidas, pois não defendem a despenalização isoladamente, ou seja, Portugal não o pode fazer sózinho pois poderia tornar-se o paraíso da droga.

POLÍCIA JUDICIÁRIA – Ponta Delgada (3/12/99)

- Existe a convicção que o consumo é crescente;
- Uma parte dos repatriados está ligada ao consumo e ao tráfico;
- 18/20 anos é a média de idades dos consumidores;
- O consumo está generalizado a toda a Ilha de São Miguel;
- As Ilhas mais problemáticas são S. Miguel, Terceira, Faial e agora o Pico;
- A Ilha de Santa Maria é onde tem existido menos situações;
- Nos Açores o problema do alcoolismo é mais grave do que o consumo de drogas ilícitas;
- A influência do grupo é determinante no consumo ou não de drogas;
- Não é verdade que o consumo de drogas leves leve inevitavelmente ao consumo de drogas pesadas;
- Nota-se um aumento e modificação da tipologia da criminalidade;
- Até ao momento já foram detidos 54 indivíduos por tráfico em toda a Região;
- Há muita gente ligada a o pequeno tráfico nos estratos sociais mais baixos;
- Temos de encontrar um discurso eficaz pois a mensagem é difícil de passar.

ESTABELECIMENTO PRISIONAL REGIONAL DE PONTA DELGADA (7/04/99)

A Comissão foi recebida pelo Director do Estabelecimento - Dr. Luís Monteiro.

Os membros da Comissão visitaram as instalações.

- O Director entregou a cada grupo parlamentar representado uma pasta com os seguintes documentos: Comunicação apresentada na "I Workshop sobre Toxicoddependência em Meio Prisional" 1998, relatório do Provedor de Justiça,

Plano de actividades da EPR PDL, entrevista ao Jornal "A Vila" - balanço do trabalho desenvolvido, folheto destinado a facultar informações ao recluso no momento de acolhimento, folheto destinado a facultar informações ao visitante, história do estabelecimento Prisional Regional de Ponta Delgada (Anexo 5);

- . Este estabelecimento tem a designação de estabelecimento regional fruto da divisão dos estabelecimentos prisionais por níveis de segurança, nele existindo condenados a penas até 18 anos;
- . O estabelecimento é um dos dois, entre os 50 do sistema, referidos pelo Provedor da Justiça que cumprem os requisitos estipulados;
- . Os membros da comissão visitaram as instalações;
- . Sempre que entra um recluso consumidor de substâncias ilícitas é imediatamente observado pelo médico e, na falta deste, é encaminhado para os serviços de urgência do Hospital de Ponta Delgada;
- . Está a ponderar-se uma zona especial de segurança destinada a reclusos mais problemáticos;
- . O estabelecimento possibilita ao recluso visitas conjugais íntimas.

ESTABELECIMENTO PRISIONAL DE ANGRA DO HEROÍSMO (10/2/99)

A comissão foi recebida pela Directora - Dra. Bela Simões.

Os membros da Comissão visitaram as instalações.

- . O estabelecimento prisional da Horta encontra-se sobre a mesma jurisdição e presta serviço de apoio;
- . No estabelecimento de Angra do Heroísmo existem 68 detidos dos quais 29 preventivos (24 H e 5 M) e 39 condenados (todos H), 23 detidos por tráfico/consumo - 15 preventivos e 8 condenados (3 entre os 20-30 anos, 16 entre os 30-40 anos e 4 com mais de 40 anos);
- . No estabelecimento da Horta existem 29 detidos dos quais 14 preventivos e 15 condenados: 5 detidos por consumo/tráfico - 4 preventivos e 1 condenado.
- . 30% dos detidos estão condenados ou indiciados por consumo/tráfico.

- . A maioria dos detidos por crime (roubo ou furto) presume-se que esteja ligada às drogas;
- . Não existem neste momento problemas de falta de pessoal;
- . 1 Psiquiatra dá apoio ao estabelecimento 1 vez por semana e sempre que necessário;
- . 1 médico de Clínica Geral presta assistência diária;
- . Existe um acordo com a Cruz Vermelha Portuguesa para a prestação de serviços de enfermagem;
- . Quando é necessário analisar uma substância suspeita encontrada (introduzida) no estabelecimento é solicitada colaboração à Brigada Fiscal da GNR;

ESTABELECIMENTO PRISIONAL DA HORTA (4/05/999)

A Comissão foi recebida pelo guarda Cardoso.

A Comissão visitou as instalações.

- . O Estabelecimento tem lotação para 16 reclusos, tendo neste momento 29 dos quais 7 preventivos;
- . Este é um estabelecimento de apoio;
- . A maioria dos reclusos, com idades compreendidas entre os 20 e 35 anos, está detida por tráfico de droga ou crimes associados;
- . Neste momento dois reclusos trabalham no exterior do estabelecimento;
- . Funciona no estabelecimento um curso de formação de sapateiros;
- . O estabelecimento tem 8 guardas, pelo que cada turno só tem dois guardas. Assim, quando um guarda tem de sair para ir ao Tribunal ou ao Hospital acompanhar um recluso, fica só um guarda no Estabelecimento. Esta situação implica, por exemplo, que frequentemente os reclusos não tenham as horas de "pátio exterior" que estão estipuladas por cada dia.

1.4 - ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS

ASSOCIAÇÃO ALTERNATIVA (7/04/99)

A Comissão foi recebida por elementos da Direcção da Associação.

Os membros da Comissão visitaram as instalações.

- Foi exposta a sensibilidade dos membros da Associação face à problemática da toxicoddependência;
- Neste momento a Associação apoia mais ou menos 15 pessoas;
- Já passaram cerca de 50 pessoas pela Instituição.

1.5 - REUNIÕES CIENTÍFICAS

SEMINÁRIO DE TOXICODEPENDÊNCIA - Ponta Delgada (15 e 16/1/99)

A Presidente e o Relator da Comissão participaram em representação da Comissão no "Seminário de Toxicoddependência" realizado em Ponta Delgada.

As conclusões dos dois grupos de trabalho constituídas neste Seminário, sobre a Prevenção e Tratamento/Reinserção, encontram-se em Anexo. (Anexo 6)

V ENCONTRO DO SPTT - Lisboa (18 E 19/11/99)

Uma representação da Comissão Eventual para o Estudo da Toxicoddependência (Fernanda Mendes, João Santos, Fátima Sousa, do PS, Aurélio da Fonseca, do PSD e Paulo Valadão, do PCP), deslocaram-se a Lisboa nos dias 18 e 19 de Novembro de 2000, a fim de participarem no V Encontro do SPTT.

As conclusões deste encontro encontram-se em anexo (Anexo 7).

IV CONFERÊNCIA EUROPEIA - E.R.I.T - Porto (3, 4 e 5/2/2000)

Uma representação da Comissão Eventual para o Estudo da Toxicoddependência (Fernanda Mendes, João Santos, Fátima Sousa, do PS, Aurélio da Fonseca, Sandra

Bessa, do PSD e Paulo Valadão, do PCP) deslocaram-se ao Porto, nos dias 3, 4 e 5 de Fevereiro de 2000, a fim de participarem na IV Conferência Europeia - E.R.I.T. "Consumos, Danos e Dependências", organizado pela Federação Europeia de Associações de Intervenientes em Toxicodependência.

Os resumos desta Conferência encontram-se em anexo (Anexo 9).

2 - QUESTIONÁRIO

O modelo de questionário utilizado nesta acção foi o mesmo que foi utilizado em 1997 e cujos resultados serviram de base ao relatório da Comissão de Assuntos Sociais.

Na altura foi elaborado um questionário que se pretendia simples, conciso e de fácil compreensão, que não desse oportunidade a dúvidas ou a interpretações divergentes, mas que permitisse recolher a informação que se pretendia.

Para o efeito, o questionário foi elaborado contendo quatro questões. A primeira questão pretende quantificar o número de toxicodependentes detectados/observados/internados de modo a obter-se uma visão da dimensão actual do universo envolvido no problema.

A segunda questão pretende conhecer as medidas adoptadas face aos Toxicodependentes detectados/observados/internados, ou seja, que encaminhamento lhes foi dado.

A terceira questão diz respeito à especificação das drogas mais utilizadas e sua hierarquização.

Por último, uma pergunta aberta, em que se pudesse tecer os comentários achados por convenientes acerca da temática em questão.

A recolha de dados deveria ser feita junto das Instituições que habitualmente se vêm confrontadas ou lidam com esta problemática.

Entendeu-se que se deveria proceder exactamente ao mesmo tratamento dos dados recolhidos por forma a compararem-se cenários com aproximadamente 2 anos de diferença.

Assim, foram enviados 135 questionários a 29 Escolas dos 2º e 3º Ciclos do Ensino Básico e Secundário, 29 Associações de Estudantes, 29 Associações de Pais e Encarregados de Educação, 12 Instituições Particulares de Solidariedade Social, 16 Centros de Saúde, 3 Serviços de Psiquiatria dos Hospitais, 4 Casas de Saúde Psiquiátricas, 4 Médicos Psiquiatras com Consultório Privado, 3 Comandos de Polícia de Segurança Pública, Guarda Nacional Republicana, Polícia Judiciária, 3 Estabelecimentos Prisionais e Instituto de Reinserção Social. (ANEXO)

RESULTADOS OBTIDOS

Dos 135 questionários enviados, apenas foram devolvidos 66, o que corresponde a 48,9%.

As respostas foram ordenadas e agrupadas por Instituições e/ou Entidades a funcionar na Região Autónoma dos Açores e por Ilhas, constituindo assim 16 quadros e 1 gráfico, de modo a obter-se dentro do possível uma visão tanto parcelar como global a nível regional.

Quadro I - Escolas

ENTIDADES	HOMENS		MULHERES		DROGAS	COMENTÁRIOS	TOTAL
	Nº. CASOS	M/IDADES	Nº. CASOS	M/IDADES	TIPO	SIM/NÃO	
EBI - BISCOITOS	0		0			Sim	0
EBI/S - FLORES	0		0			Sim	0
EB3/S-RIBEIRA GRANDE	Não dispõe de Dados						
EB3/S-D. REBELO	0		0			Sim	0
EB2,3-A. HEROÍSMO	6	15	4	14	Haxixe	Sim	10
EB2,3-RUL.G.CARVALHO	0		0			Sim	0
EB2,3-PJIA LAGOA	0		0			Sim	0
EB3/S-LARANJEIRAS	0		0			Sim	0
EB2,3-ROB. IVENS	0		0			Não	0
EB3/S-A. HEROÍSMO	Não tem Dados						
EB3/S-PRAIA VITÓRIA	0		0			Não	0
EB2,3-ARRIFES	0		0			Não	0
EBI-POVOAÇÃO	0		0			Sim	0
EB2,3-G. FRUTUOSO	0		0			Não	0
EBI/S-NORDESTE	0		0			Não	0
EB.2,3 - V. F. CAMPO	0		0			Sim	0
EBI/S - SANTA MARIA						Sim	
EBI/S-MADALENA PICO	0		0			Não	0
EBI/S-S. ROQUE PICO	0		0			Sim	0
EBI/S-LAJES PICO	0		0			Não	0
EB2,3 - HORTA	0		0			Não	0
EG/B-DR.MAN.ARRIAGA	1	20			Haxixe	Sim	1
EBI/S-CALHETA	0		0			Não	0
EBI/S-STª C. GRACIOSA						Não	
EBI/ CORVO	0		0			Sim	0

Hax

- Xaxixe

Como podemos verificar dos 29 questionários enviados às Escolas, foram devolvidos 25. Neles podemos constatar que foram detectados ou observados 11 casos de toxicod dependência, ou seja de consumo habitual e/ou dependência de droga ilícita.

Todos os casos mencionados referem-se ao consumo de Haxixe.

Entre os comentários formulados por 9 das 25 Escolas que responderam ao questionário, destacam-se os seguintes:

- Número significativo de consumidores de álcool e tabaco;

- O consumo inicia-se muito cedo (entre os 11 e os 14 anos) e no caso do álcool muitas vezes com os próprios pais;
- Têm conhecimento de que alguns alunos já tiveram experiências e outros consumos esporádicos com Haxixe e Marijuana;
- Os números em relação a drogas ilícitas podem não ser reais.

Foi salientada por várias Escolas a necessidade de se efectuar formação sobre esta problemática essencialmente dirigida a professores e auxiliares de acção educativa.

Também foram referidas como positivas todas as acções de esclarecimento e debate realizadas nos estabelecimentos escolares sobre este tema e outros com ele relacionados .

Quadro II - Associações de Estudantes

ENTIDADES	HOMENS		MULHERES		DROGAS	COMENTÁRIO	TOTAL
	Nº. CASOS	M/IDADE	Nº. CASOS	M/IDADE	TIPO	SIM/NÃO	
EBI/S - SANTA MARIA	Não forneceu dados						

Dos 29 questionários enviados só uma Associação de Estudantes respondeu mas não forneceu dados.

Quadro III - Associações de Pais e Encarregados de Educação

ENTIDADES	HOMENS		MULHERES		DROGAS	COMENTÁRIO	TOTAL
	Nº. CASOS	M/IDADES	Nº. CASOS	M/IDADES	TIPO	SIM/NÃO	
EBI/S - NORDESTE	5	16	5	16	Hax/Alc.	Sim	10 a)
EBI-BISCOITOS	0		0			Sim	0
EBI/S-VELAS	0		0			Sim	0
EBI/S-MADALENA	0		0			Sim	0
EB3/S-RIB.GRANDE	0		0			Sim	0

Hax - Haxixe Alc - Álcool

a) 2 Haxixe 8 Álcool

Conforme se pode observar nos quadros acima apresentados, o número de respostas devolvidas foi reduzido em relação ao número de questionários enviados.

2 das 5 Associações de Pais e Encarregados de Educação que responderam ao formulário, referem que não foram identificados, mas existem consumidores, sendo o consumo de tabaco e álcool bastante frequente.

**Quadro IV - Instituições Particulares de Solidariedade Social
e Outros**

INSTITUIÇÕES	HOMENS		MULHERES		DROGAS	COMENTÁRIOS	TOTAL
	Nº. CASOS	M/IDADES	Nº. CASOS	M/IDADES	TIPO	SIM/NÃO	
CCS - S. PEDRO	4	60	1	70	Alcoól	Sim	5 a)
ASS. ALTERNATIVA	40	30	8	29	Hero/Coca	Sim	48 b)
CSPP-PEDRA							

Her. - Heroína Coc. - Cocaína

a) Todos dependentes de álcool;

b) 18 dos 48 casos mencionados foram

encaminhados para a Clínica S. João de Deus.

Das 12 Instituições a quem foram enviados questionários apenas responderam 3 sendo as Drogas mais referidas o álcool, a Heroína, a Cocaína e o Haxixe.

Quadro V - Centros de Saúde

INSTITUIÇÕES	HOMENS		MULHERES		DROGAS	COMENTÁRIOS	TOTAL
	Nº. CASOS	M/IDADE	Nº. CASOS	M/IDADE	TIPO	SIM/NÃO	
C. NORDESTE	8	30	0		Her/Coc/Hax	Não	8
C.S. STªCRUZ FLORES	3	25				Sim	3
C. VILA FRANCA	6	20-24			Her/Hax	Não	6
C. RIBEIRA GRANDE	2	20-30			Hax	Não	2
C. SAÚDE P. DELGADA	18	24	3	20		Sim	21
C.S. A. HEROÍSMO	173	23-24	66	22	Her/Coc/Alc/Hax	Não	239 a)
C. S. PRAIA VITÓRIA	18	25	0		Coc/Heroína	Sim	18 b)
C. SAÚDE VELAS	2	20	1	33	Hax/Coc	Não	3
C.S. S. ROQUE PICO	0		0			Não	0
C.S.MADALENA PICO	0		0			Não	0
C.S. CALHETA S. JORGE	0		0		Alcoól	Sim	0
C.S. GRACIOSA	0		0			Não	0
C. S. LAJES PICO			1	28	Coc.Hax	Sim	1

a) Her.- Heroína b) Hax - Haxixe Coc.- Cocaína Alc. - Álcool

a) 55 casos de consumo de drogas ilícitas; b) 14 casos são seguidos nos serviços psiquiátricos

Como podemos verificar 9 Centros de Saúde referem terem observado casos de toxicod dependência, totalizando 301 indivíduos e destes apenas 71 são do sexo feminino.

Dos comentários feitos pelos responsáveis de 5 Centros de Saúde destacam-se:

- O consumo de álcool é mais elevado na população masculina dos meios rurais;
- São frequentes as situações em que os toxicod dependentes se tornam violentos;
- O número de toxicod dependentes é sempre avaliado por defeito.

As "Drogas" detectadas como sendo as mais utilizadas foram Heroína, Cocaína e Haxixe.

Quadro VI - Psiquiatras/Hospitais/Casas de Saúde

ENTD/INST.	HOMENS		MULHERES		DROGAS TIPO	COMENTÁRIO SIM/NÃO	TOTAL
	Nº. CASOS	M/IDADE	Nº. CASOS	M/IDADES			
DR. PAZ FERREIRA (PDL)	48	28	4	23	Her/Coc/Hax	Sim	52 a)
DR. ANTÓNIO PIRES (PDL)	9	25	3	23	Her/Hax/Coc	Sim	12 b)
DR ^a . MARG.MONIZ (AH)	3		2			Não	5
C.SAÚDE-S.RAFAEL (AH)	49	26	7	24	Her/Hax	Sim	56
C.S. N ^ª . S ^a CONCEIÇÃO(PDL)			2	23	Her/Hax/Co	Não	2
C.S.ESPÍRITO SANTO (AH)			9	27	Hax/Coc	Sim	9
C.S. S. MIGUEL (PDL)	105	2	12	23	Her/Hax/C	Sim	117
HOSPITAL P. DELGADA	18	20-30	7	20-30	Her	Não	25
HOSPITAL A. HEROÍSMO	30		7		Her/Hax	Sim	37
HOSPITAL HORTA	10	25	4	20	Her/Hax	Sim	14 c)

Her. - Heroína Hax - Haxixe Coc. - Cocaína; a) 12 foram encaminhados para a clínica de S. João de Deus; b) 2 foram consultados por outros médicos; c) 3 foram enviados para a Casa de Saúdede S. Miguel.

Como se pode verificar, entre especialistas e Instituições de saúde psiquiátricas da Região, foram observados 329 casos, sendo 272 do sexo masculino e 57 do feminino. Nos homens a média de idades é aproximadamente 26 anos e nas mulheres aproximadamente 23,5 anos.

As “drogas”, apontadas como sendo as mais utilizadas foram a Heroína e Haxixe.

São vários os comentários que referem o abuso de consumo de bebidas alcoólicas por parte dos jovens, que embora pertencendo ao rol de comportamentos ligados à experimentação, poderão funcionar como facilitadores de posterior utilização de outras substâncias tóxicas, bem como a entrada no alcoolismo.

No que respeita à Casa de Saúde de S. Miguel registaram-se 117 casos, sendo 105 do sexo masculino e 12 do sexo feminino.

No caso dos homens os 105 casos dividem-se em 70 internamentos e 35 em ambulatório, dos quais 20 provenientes do estabelecimento prisional de Ponta Delgada.

No caso das mulheres os 12 casos dividem-se em 11 internamentos e 1 em ambulatório, proveniente do estabelecimento prisional de Ponta Delgada.

Expressivos são os números referentes a alcoólicos: 207 casos sendo 200 do sexo masculino e 7 do sexo feminino.

Do total de 207 casos, 204 estão internados.

Os responsáveis do Hospital de Angra do Heroísmo referem que os 30 casos apresentados são só a Ponta do "Iceberg". Pois têm conhecimento de muitos indivíduos que não procuram tratamento.

No caso da Casa de Saúde do Espírito Santo refere-se que a população de toxicodependentes é flutuante, com frequentes abandonos e retornos.

O número de internamentos tem vindo a baixar apontando-se como causa provável a maior oferta de consultas regulares, 10 dos casos em consulta externa.

Quadro VII - Polícias/Estabelecimentos Prisionais e Instituto de Reinserção Social

ENTD/INST.	HOMENS		MULHERES		DROGAS	COMENTÁRIOS	TOTAL
	Nº. CASOS	M/IDADE	Nº. CASOS	M/IDADE	TIPO	SIM/NÃO	
P.S.P. P. DELGADA	16	25	1	23	Lia./Her./ Hax.	Sim	17
P.S.P. A. HEROÍSMO	15	28	1	23	Hax. Her.	Não	16
P.S.P. HORTA					Várias	Sim	20
EST. PRIS. P. DEL.	47	30	5	24	Her./ Hax./ C	Sim	52 a)
EST. PRIS.A. HEROÍSMO	24	28	1	21	Her./ Hax./C	Não	25
GUARDA NAC. REP.	0	0	0	0		Sim	0
POL. JUD. P. DELGADA						Não	
IRS - A. HEROÍSMO	39	28	1	23	Hax./Her.	Sim	40
IRS - HORTA	10	29	0	0	Her./ Hax.	Sim	10 b)
CIR.JUDICIAL DE PDL	15	28	1	37	Her./ Hax.	Sim	16

H

er. - Heroína Hax. - Haxixe Lia - Liamba Coc. - Cocaína

a) 35 foram enviados à clínica de S. João de Deus e para a Associação Alternativa

b) Foram encaminhados para o Centro de Saúde da Horta e para a clínica de S. João de Deus.

O quadro agrupa Instituições Policiais, Estabelecimentos Prisionais e Instituto de Reinserção Social, cujo número de casos detectados, correspondem a um total de 196. Destes, 186 dizem respeito ao sexo masculino e 10 ao sexo feminino. A média de idades no caso dos homens é aproximadamente 28 anos e no caso das mulheres aproximadamente 26,1 anos, refira-se no entanto que este valor é influenciado por um caso de uma mulher de 37 anos. A média de idades dos restantes caso é de aproximadamente 22,8 anos.

A análise dos números indicados é de difícil interpretação pois estes reportam-se quer a indivíduos ligados apenas ao tráfico, quer ao consumo e tráfico, identificados e ou detidos pelas forças policiais.

Para dificultar ainda mais esta análise, não podemos esquecer que parte desses indivíduos foram já mencionados noutros quadros, na medida em que foram observados ou seguidos por Entidades/Instituições/Associações já referenciadas.

É de acrescentar que neste quadro se englobam duas Instituições que indicam números de âmbito Regional a saber: Instituições de Reinserção Social e a Guarda Nacional Republicana.

No que se refere à Polícia Judiciária, esta não apontou números porque o seu âmbito de acção se exerce no sentido de identificar os traficantes e só excepcionalmente surgem situações com consumidores, as quais não são objecto de tratamento estatístico.

As drogas referenciadas e de maior consumo, são indiscutivelmente a heroína, o haxixe, e a liamba.

O comando da Horta da PSP refere que, mesmo não existindo números, percepciona-se existirem na sua área de comando entre os 200 a 250 toxicodependentes com idades compreendidas entre os 18 e os 25 anos. Refere-se ainda que o consumo aumentou neste último ano.

O comando de Ponta Delgada refere que não podem quantificar casos por falta de provas. Sentem que a fiscalização deveria ser mais eficaz.

No caso do estabelecimento prisional de Ponta Delgada dos 52 casos, 35 foram encaminhados para a Clínica S. João de Deus e uma parte para a Associação Alternativa.

A maioria destes indivíduos são fumadores e tem associados acentuados problemas de alcoolismo.

A equipa da Horta do Instituto de Reinserção Social refere que os 10 indivíduos detectados, foram encaminhados para o Centro de Saúde da Horta e para a clínica S. João de Deus em Ponta Delgada.

De seguida entendeu-se agrupar as respostas por ilha, a fim de se obter uma dimensão da problemática em cada uma delas.

Ilha de S. Miguel

INSTITUIÇÕES	HOMENS	MULHERES	DROGAS	TOTAL
	Nº. CASOS	Nº. CASOS	<u>TIPO</u>	
ESCOLAS	0	0		0
ASS. PAIS ENC. EDUCAÇÃO	5	5	Hax/Alc.	10
I.P.S.S. E OUTROS	44	9	Her/Coc/Álc.	53
CENTROS DE SAÚDE	24	3	Her/Coc/Hax.	27
PSI/HOSP/C. SAÚDE	180	28	Her/Coc/Hax.	208
FORÇAS POLICIAIS	16	1	Lia/Her/Hax	17
ES. PRISIONAIS	47	5	Her/Coc/Hax	52
C. JUDICIAL	15	1	Hax/Her	16

Ilha de Santa Maria

INSTITUIÇÕES	HOMENS	MULHERES	DROGAS	TOTAL
	Nº. CASOS	Nº. CASOS	<u>TIPO</u>	
ESCOLAS	0	0		0
ASS. ESTUDANTES		Não forneceu dados		

Ilha Terceira

INSTITUIÇÕES	HOMENS	MULHERES	DROGAS	TOTAL
	Nº. CASOS	Nº. CASOS	<u>TIPO</u>	
ESCOLAS	6	4	Haxixe	10
ASS. ESTUDANTES	0	0		0
ASS. PAIS ENC. EDUCAÇÃO	0	0		0
CENTROS DE SAÚDE	191	66	Alc/Her/Coc/Hax	257 a)
PSI/HOSP/C. SAÚDE	82	25	Her/Coc/Hax	107
FORÇAS POLICIAIS	15	1	Her/Hax/Coc	16
ES. PRISIONAL	24	1	Her/Hax/Coc	25
INS. REI. SOCIAL	39	1	Hax/Her	40

a) 55 casos de consumo de drogas ilícitas

Ilha de S. Jorge

INSTITUIÇÕES	HOMENS	MULHERES	DROGAS	TOTAL
	Nº. CASOS	Nº. CASOS	<u>TIPO</u>	
ESCOLAS	0	0		0
CENTROS DE SAÚDE	0	0		0

Ilha Graciosa

INSTITUIÇÕES	HOMENS	MULHERES	DROGAS	TOTAL
	Nº. CASOS	Nº. CASOS	<u>TIPO</u>	
ESCOLAS	0	0		0
CENTROS DE SAÚDE	0	0		0

Ilha do Faial

INSTITUIÇÕES	HOMENS	MULHERES	DROGAS	TOTAL
	Nº. CASOS	Nº. CASOS	<u>TIPO</u>	
ESCOLAS	1	0	Haxixe	1
PSI/HOSP/C. SAÚDE	10	4	Her/Hax	14
FORÇAS POLICIAIS			Várias	20
INS. REI. SOCIAL	10	0	Her/Hax.	10

Ilha do Pico

INSTITUIÇÕES	HOMENS	MULHERES	DROGAS	TOTAL
	Nº. CASOS	Nº. CASOS	<u>TIPO</u>	
ESCOLAS	0	0		0
ASS. PAIS ENC. EDUCAÇÃO	0	0		0
CENTROS DE SAÚDE	2	1	Hax/Coc	3

Ilha das Flores

INSTITUIÇÕES	HOMENS	MULHERES	DROGAS	TOTAL
	Nº. CASOS	Nº. CASOS	<u>TIPO</u>	
ESCOLAS	0	0		0
CENTROS DE SAÚDE	3			3

Ilha do Corvo

INSTITUIÇÕES	HOMENS	MULHERES	DROGAS	TOTAL
	Nº. CASOS	Nº. CASOS	<u>TIPO</u>	
ESCOLAS	0	0		0

VI - CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo por objecto a obtenção de um conhecimento, o mais rigoroso possível, da dimensão e natureza da toxicodependência, ou seja, da problemática relacionada com as drogas ilícitas, a Comissão Eventual para o Estudo da Toxicodependência na Região Autónoma dos Açores constatou que:

1- O fenómeno da toxicodependência continua a pertencer ao âmbito das representações sociais de ordem moral, razão pela qual ainda é um assunto tabú, na nossa Região.

Esse facto terá contribuído para os Estabelecimentos de Ensino, Associações de Estudantes e Associações de Pais e Encarregados de Educação terem fornecido os elementos que constam dos quadros I, II e III;

2 - Mantêm-se as dificuldades verificadas no Relatório anterior no que respeita à obtenção de um número exacto de toxicodependentes na Região porque, além de se ter constactado a utilização de conceitos diferentes nas respostas dadas no

Questionário, existiram, também números sobrepostos entre os indicados pelas diversas Entidades/Instituições;

3 - Embora não pertencendo ao objecto do trabalho da Comissão, foi salientado pela maioria das Entidades/Instituições ser o consumo de bebidas alcoólicas o maior problema relacionado com a dependência, na Região.

4 - A droga ilícita mais consumida pelos toxicodependentes observados nas Instituições de Saúde especializadas em saúde mental é a heroína.

5 - Há uma maior sensibilização por parte das diversas Entidades/Instituições contactadas no sentido do consumidor/traficante ser encarado mais na sua vertente de doente do que na de traficante, visto o toxicodependente ser sempre um doente.

VII - RECOMENDAÇÕES

Na sequência da análise efectuada aos dados recolhidos a Comissão entende que:

1 - A prevenção primária, a ser iniciada na escola, é essencial como uma das formas privilegiadas para a contenção do aumento do número de toxicodependentes.

Essa deverá ser efectuada no âmbito da promoção da saúde e abordada de uma forma global incluindo todas as substâncias possíveis de causar dependências e por consequência danos para a saúde;

2 - Deve-se continuar a ter em atenção a publicidade que possa induzir ao consumo excessivo de substâncias lícitas que provovam dependência, designadamente as bebidas alcoólicas;

3 - Deve-se incrementar a vigilância junto às escolas e locais frequentados por jovens, de modo a reduzir os riscos de aliciamento para o consumo de drogas;

4 - Deve-se actuar no sentido da efectivação das disposições legais no que respeita à proibição da venda de bebidas alcoólicas a menores;

5 - Deve-se prosseguir na implementação de serviços de tratamento de toxicodependentes, nomeadamente, as estruturas previstas para a Casa de Saúde de S. Rafael e Casa de Saúde de Santo Espírito, na ilha Terceira.

Ponta Delgada, 31 de Maio de 2000.

O Relator: João Santos

O presente relatório, foi aprovado por unanimidade.

A Presidente: Maria Fernanda Mendes

** (Os documentos anexos ao presente relatório, encontram-se arquivados no respectivo processo)*

Presidente: Está aberto o debate sobre este relatório.

Tem a palavra a Sra. Deputada Fernanda Mendes.

Deputada Fernanda Mendes (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A Comissão Eventual para o Estudo da Toxicodependência na Região Autónoma dos Açores, findou o seu trabalho. Está convicta de ter desencadeado os mecanismos estratégicos viáveis e adequados a prossecução do que lhe fora proposto, ou seja, contribuído de uma forma efectiva para um melhor conhecimento da realidade Açoriana sobre a referida problemática.

A base de partida era os resultados obtidos pela Comissão de Juventude e Assuntos Sociais sobre a toxicodependência nos Açores, contidos num relatório por ela efectuado e mote para um participado debate sobre essa matéria, realizado por esta Assembleia no dia 17 de Outubro de 1997.

Após a apresentação pelo relator dos resultados do trabalho realizado pela Comissão Eventual e das diversas intervenções efectuadas sobre a matéria ao longo desta Legislatura, poderíamos afirmar que praticamente tudo ficou dito e que qualquer intervenção, mesmo que curta, seria uma repetição do já dito e redito.

Entre esse risco e o de não aproveitar este contexto para discorrer sobre alguns aspectos do percurso efectuado por todos nós, acerca das questões relacionadas com a toxicodependência, é como se o nosso trabalho ficasse amputado de uma componente essencial, nomeadamente de pistas para reflectirmos sobre as medidas a tomar no futuro, em congruência com essa mesma evolução.

Algumas iniciativas legislativas, em sede de Comissão competente já entradas na Assembleia da República, enquadram-se nesta linha de pensamento, da qual não podemos nos alhear, mesmo tratando-se de esferas de competências próprias do Estado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em 1977, na I Legislatura, foi criada por esta Assembleia uma Comissão Eventual para estudar o problema da pornografia no cinema. Logo de seguida essa Comissão entendeu que, e passo a citar, “para um conveniente e tanto quanto possível profundo estudo sobre a matéria, haveria necessidade de estudar conjuntamente outros possíveis males sociais, como o alcoolismo, a droga e a prostituição, com os quais o primeiro se afigurou interligado e todos entre si, pelo que difícil se não impossível se tornaria tratar sectorialmente as matérias.”

Trata-se de um trabalho condizente com as preocupações da sociedade Açoriana da época, sustentado num corpo teórico de ordem médico-científica, sociológica e moral, que espelha as conceptualizações das diferentes problemáticas estudadas, para além da correspondente análise das respostas aos questionários relativos a cada uma das matérias, enviados a uma amostra da população de todo o Arquipélago.

É um trabalho com quadros de difícil e árdua leitura, publicado a 23 de Novembro de 1977, num suplemento ao Diário da Assembleia Regional, que importa conhecer como um documento de relevo no que respeita a vários aspectos relacionados com os temas, designadamente a percepção e a atitude dos cidadãos açorianos sobre as questões inquiridas.

É sempre importante, quando possível, referenciar as linhas de continuidade entre o presente e o passado, quanto mais não seja para nos apercebermos das mudanças, positivas ou não, das realidades de ontem e a continuidade das suas manifestações hoje, embora noutra contexto, como uma das questões que merece, a meu ver, uma reflexão o mais aprofundada possível.

A determinada altura o relatório, diz, e passo a citar: “Na nossa Região existe droga e existem drogados. É um problema que esta Comissão Eventual julga não atingir a gravidade que já é um facto nos países ocidentais, incluindo Portugal Continental, mas que começa a surgir e para a qual é necessária uma resposta adequada. É

chegada a altura das pessoas se consciencializarem para o problema, medir as suas eventuais consequências na Região e na sociedade e procurar métodos eficazes para o prevenir.” Mais adiante, no Capítulo das conclusões pode-se ler, e passo novamente a citar: “...ela (a toxicodependência) é uma doença de consequências nefastas, que não pode ser ignorada pela sociedade e que esta não pode tomar uma atitude meramente passiva e moralista perante ela. Só uma acção conjunta das autoridades, dos educadores e do meio social...” — vejam a diferença, aqui fala-se só de autoridades, dos educadores e do meio social — ...” poderá impedir que ela tome proporções alarmantes na Região, comprometendo o próprio futuro.”

As medidas apontadas deveriam ser de ordem legislativa, educacional e social.

O âmbito era mesmo como uma doença social, no sentido em que era um problema dos jovens e de revolta contra a sociedade, numa sequência da lógica dos anos 60.

Entretanto, nesse mesmo Relatório também é referido, e passo a citar, “...o alcoolismo ocupa um lugar cimeiro entre nós, nas doenças médico-sociais dos nossos dias.” E quanto às acções futuras concretas, havia que procurar, “desenvolver cuidados imediatos dirigidos ao doente, isto é, fazer o diagnóstico e promover o tratamento adequado; adoptar cuidados especiais, tendo como objectivo, conservar a saúde da população em geral, promovendo uma educação para uma melhor saúde, utilizando meios que visem a profilaxia do mal.”

E no que respeita às acções no âmbito médico-social a desenvolver contra o alcoolismo, entre outras, preconizavam “maior divulgação de conhecimentos básicos sobre alcoolismo e problemas afins à população em geral e de forma particular a responsáveis pela educação, legislação, regulamentação de venda e de consumo de bebidas alcoólicas, condições de trabalho, na condução rodoviária e noutros campos; criação de sistemas de controle da publicidade às bebidas alcoólicas; combater o alcoolismo, não combatendo o consumo moderado do álcool; aliciar e promover o tratamento dos alcoólicos; reestruturação das casas de repouso (sinónimo — casas de saúde), criação de novas e de casas de recuperação alcoólica; obter um conhecimento mais profundo da dimensão do alcoolismo na Região alargando as investigações existentes às ilhas dos Açores e nos diversos níveis sócio-culturais.”

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Não pretendendo com o levantar desta questão desmerecer a importância que todos atribuímos ao problema das drogas ilegais ou ilícitas na nossa sociedade e a importância das acções concertadas nas vertentes educacional, judicial e médica, privilegiando a primeira como fundamental, porque englobada nas estratégias preventivas, *não restam dúvidas que o álcool* continua a ser entre as substâncias psicoactivas a que, na nossa Região, tal como em outras regiões do nosso país, a que mais danos acarreta. Esta foi também uma das conclusões do nosso trabalho como foi referido, embora não sendo do âmbito do mesmo, porque o âmbito eram as drogas ilícitas, todos os inquiridos comentaram nesse sentido, principalmente as escolas.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Se olharmos para o passado, podemos constatar que embora o drogado, hoje designado por toxicodependente — a própria linguagem sofreu uma evolução devida a conotação pejorativa do termo —, fosse já apontado como um doente, esta seria ainda uma mera referência conceptual teórica, porque não era apontada para a Região qualquer medida de carácter médico relacionada com o tratamento dos doentes, enquanto que para o alcoolismo era clara a indicação nesse sentido.

O cunho de doença de ordem social e moral prevalecia e este facto acrescido à atribuição de acto criminoso ao consumo por se tratar de substâncias ilegais têm dificultado, até hoje, a aceitação do toxicodependente como uma pessoa doente e não como um marginal *ab initio* e só depois, em certas circunstâncias, um doente.

A compreensão do fenómeno tem evoluído, quer no conhecimento mais aprofundado das substâncias psicoactivas ilícitas, designadamente na constatação da existência de princípios activos perigosos que criam uma dependência grave com um síndrome de privação intenso e doloroso, cuja dose excessiva pode levar à morte. Essencialmente, devido a este tipo de doentes, os dependentes dos derivados do ópio, como a heroína, foi e continua a ser necessário criar cuidados médicos especializados com abordagens específicas.

Esses cuidados são exigidos pela nossa sociedade como essenciais bem como a Prevenção, tal como é definida por Keplin (1996), como um conjunto de estratégias, destinadas a criar e manter estilos de vida saudáveis, englobando, para o efeito, o

envolvimento das comunidades, incluindo famílias, escolas, igrejas e dos seus sistemas tais como os políticos, forças de segurança, meios de comunicação social.

Para além destes cuidados, começou em 1995 a surgir na Holanda a expressão “redução de danos” para se referir a uma nova estratégia a complementar as anteriores, para tratar esses doentes. Mal compreendida no seu início rapidamente a nossa sociedade percebeu o seu alcance, e temos hoje, nos Açores, cerca de 100 doentes medicados com a substância actualmente a mais indicada para o efeito, a Metadona.

Assim, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, a Toxicodependência, por força da sua abrangência é uma questão em aberto, que sofre as influências de uma economia e mercados paralelos, estes sim, verdadeiramente marginais e de complexa resolução devido a sua universalidade; de uma classificação de substâncias ilícitas arbitrária, porque não baseado no efeito das substâncias no indivíduo qualificando-se da mesma maneira drogas como o haxixe, a heroína e a cocaína, entre outras; de uma discrepância entre o conhecimento e aceitação de grande parte da sociedade do dependente como um doente e o corpo legislativo ainda existente no nosso país reflecte esta diferença e esta incongruência; das características individuais do próprio sujeito e da sociedade onde está inserido no que respeita às suas interdições, seus rituais e suas crenças religiosas, e o seu desenvolvimento, bem como das características individuais, quer do ponto de vista psicológico, quer biológico, no que respeita a maior predisposição ou não para a aquisição de uma dependência, porque este é também um factor muito importante e a levar e consideração.

Perante estas questões, o empenho de todos é imprescindível para que os açorianos possam de uma forma adequada e conseqüente, lidar com esta problemática integrando-a, no que ela tem de semelhante e diferenciando-a no que tem de específico, nos problemas mais gerais relacionados com a saúde, o direito e a cidadania.

Disse!

(Aplausos dos deputados da bancada do PS)

Presidente: Para uma intervenção, tem a palavra a Sra. Deputada Sandra Bessa.

Deputada Sandra Bessa (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Uma das considerações finais deste relatório confirma aquilo de que todos suspeitávamos: entramos num terreno em que a única certeza são as incertezas, a falta de dados objectivos e concretos que nos possibilitem com rigor traçar a situação actual.

Os efeitos contabilizáveis e não contabilizáveis é que nos fazem adivinhar os contornos deste universo clandestino: os primeiros repercutem-se no sistema regional de saúde e no aumento da criminalidade; os segundos vão desde o insucesso escolar, aos problemas familiares e sociais, às faltas ao trabalho e correspondente perda da rentabilidade e produtividade.

É, por tudo isto, um assunto preocupante, pertinente e actual, que nos toca a todos, directa ou indirectamente.

Interessa, pois, aprofundar os nossos conhecimentos nesta área, nomeadamente através de estudos técnico-científicos: temos que identificar o problema para melhor poder agir.

Esta não é uma luta conjuntural: estamos a lidar com um fenómeno estruturante e como tal, deve ser enfrentado através do combate ao narcotráfico, à prevenção junto dos nossos jovens, a par do tratamento e apoio aos consumidores, felizmente já encarados como, de facto, o são: doentes.

Lamentamos que durante estes 4 anos o Governo Socialista não tenha nem definido, nem implementado uma verdadeira política de combate à toxicodependência.

Esta Comissão, três anos após a subcomissão que apresentou o seu relatório a 9 de Setembro de 1997, conclui praticamente o mesmo, e as recomendações quase idênticas são a prova da ineficácia do Governo Socialista nesta área.

A outra grande consideração, talvez mais fácil de perceber, porque socialmente mais bem aceite, mas não menos preocupante, é o aumento do álcool nomeadamente entre os jovens.

O não à permissividade e a efectivação das disposições no tocante à proibição da venda de bebidas alcoólicas a menores impõem-se.

Disse.

(Aplausos dos deputados da bancada da PSD)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

As causas do consumo de drogas ilícitas estão profundamente associadas à sociedade em que nós vivemos e as suas consequências são particularmente sentidas pelos consumidores, mas também afectam as suas famílias, aqueles com quem eles vivem e de uma maneira geral toda a sociedade, embora os mais atingidos, os mais prejudicados, aqueles que sofrem mais com este problema, são os próprios utilizadores.

Pelo nosso relatório, podemos concluir que hoje na Região Autónoma dos Açores, existe o consumo de heroína, de haxixe e de cocaína e que estes consumos não estão cingidos a determinado meio urbano ou local.

Infelizmente, para todos nós, hoje, o consumo de substâncias proibidas abrange e atinge, de um modo geral, toda a nossa sociedade. Não é por acaso que das respostas aos inquéritos que recebemos, existem registos de consumo, se a memória não me falha, em 6 das nossas ilhas. Isto prova claramente que o fenómeno existe e está espalhado.

Por outro lado, é de supor que aqui como no resto do país, e de um modo geral em todo o mundo, também possam existir já as chamadas drogas sintéticas. São reconhecidas e estão muito espalhadas no continente português.

Esta situação de consumo de substâncias ilícitas, é uma situação preocupante para todos nós, para toda a sociedade e coloca cada vez mais maiores exigências, quer na prevenção, quer na intervenção e no combate à toxicodependência.

Por isso mesmo, julgamos que são necessários outros estudos, mais estudos, talvez estudos mais aprofundados por parte das entidades responsáveis, nomeadamente os diversos governos regionais, em relação à existência deste fenómeno.

É evidente que ninguém tem todas as soluções na mão para este problema que é reconhecido por todos. É um problema vasto e complexo.

É necessário que exista uma abertura total para a discussão destas matérias, o que aliás se verificou no trabalho da nossa Comissão. Isto é fundamental, porque só assim é que aqueles tabus que todos nós reconhecemos e que estão mencionados no relatório, poderão ir, passo a passo, desaparecendo no sentido do fenómeno poder ser discutido e analisado, porque só conhecendo-o é que é possível combatê-lo.

Entendemos que é fundamental que se faça a prevenção no meio escolar. Para que possa ser feita essa prevenção, é fundamental a formação e a preparação dos docentes em relação a esta matéria, porque é impossível que existam respostas por parte das famílias e das escolas, se o assunto não for analisado, discutido e se não for feita, sob o aspecto técnico, uma preparação, no sentido dos educadores e professores poderem, perante as situações, dar as respostas mais convenientes, aquelas que são fundamentais, inclusivamente para a detecção do fenómeno.

Por outro lado, há uma situação que é transparente no nosso relatório e que nós verificamos, ou seja, hoje, nas nossas prisões, existem pessoas que foram ou são consumidores de substâncias proibidas e ilícitas.

Há que pensar que estas pessoas amanhã sairão dessas prisões e elas têm que ser integradas na nossa sociedade.

Julgamos que para a reinserção social destes e de um modo geral de todos aqueles que foram atingidos por este flagelo, deve haver da parte da sociedade, da parte dos responsáveis, tudo o que for possível, no sentido de ser concretizada a sua reinserção. Só integrando estas pessoas na nossa sociedade, é que é possível combater o fenómeno, é que é possível diminuir a apetência pela qual eles próprios foram atingidos na utilização destas substâncias.

Por isso, o tratamento e a reinserção social, neste momento, são aspectos fundamentais no combate à toxicodependência, encarando o toxicodependente, como aqui já foi dito, como um doente, um doente que precisa de ajuda e de tratamento,

porque é através da defesa da sua própria saúde, é através do conceito de que aquela doença pode e deve ser curada, que é possível efectivamente combatermos este flagelo que estamos a tratar.

Por isso, é necessário que aqueles que ainda não foram atingidos sejam preparados, no sentido de os dissuadir de entrar no consumo de substâncias proibidas.

Também já aqui foi referido, e não queria deixar passar esta oportunidade sem o referir, que existem outras drogas, como a Sra. Deputada Fernanda Mendes referiu ali em relação ao relatório antigo, que nós — estou convencido — pelo facto de estar na ordem do dia as consequências visíveis na nossa sociedade destas que tratamos, muitas vezes estamos a esquecer um pouco as outras, ou seja, as drogas lícitas, as que são mais aceites pela sociedade, as que muitas vezes e nalguns meios são encaradas como naturais. Estou a referir-me concretamente ao uso e abuso do álcool, ao uso e ao abuso do tabaco.

Efectivamente, não é possível contabilizar os prejuízos individuais para a sociedade do uso das drogas ilícitas e das drogas lícitas.

No entanto, uma realidade que se verifica por exemplo nas respostas aos nossos inquéritos, é que havendo talvez algum tabu em relação às ilícitas, há, neste momento, por parte de muitos responsáveis, o chamar de atenção para as outras, ou seja, para o álcool e para o tabaco.

Todos nós temos consciência de que efectivamente ao lado das drogas ilícitas, nas nossas escolas, nos nossos meios sociais, na nossa sociedade, quer o uso e abuso do álcool, quer o uso e abuso do tabaco, são flagelos que nos atingem.

Hoje mesmo, um órgão de informação refere um estudo feito ao nível deste país, onde se fala na média de utilização de álcool puro por habitante na ordem de 11 litros em Portugal. Isto é aflitivo, por isso é um aspecto que nos deve preocupar.

Eu não acredito que na Região Autónoma dos Açores o problema seja diferente do todo nacional, bem pelo contrário, todos nós sabemos que se procurarmos analisar o fenómeno das drogas ilícitas nos jovens, verificamos que é muito mais fácil detectar que estes jovens, muitos deles, nos mais diversos aspectos da sua convivência social, usam e abusam do álcool. É esta uma realidade que não podemos dissociar do uso das substâncias ilícitas. O mesmo se poderá referir em relação ao tabaco.

Nós entendemos que é fundamental enfrentar estes flagelos, estudá-los e haver da parte de todos os responsáveis e de um modo geral de toda a sociedade, a capacidade de fazer tudo o que for possível no sentido de darmos o nosso contributo para uma sociedade mais saudável, mais sã, mais capaz de enfrentar as contrariedades e pugnar por uma vida entendida com uma normalidade dentro daquilo que se considera a não utilização de substâncias prejudiciais à própria saúde do cidadão.

Disse.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Vasco Cordeiro.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Apenas para deixar duas ou três considerações relativamente a esta matéria, mais concretamente à apreciação que se está a fazer do relatório.

Em boa hora e se o relatório não tivesse mais mérito, certamente que teria o de provocar o debate, a discussão, a análise sobre esta questão da toxicodependência e da sua incidência na Região Autónoma dos Açores.

Felizmente, esta discussão que hoje aqui temos, ocorre na mesma altura em que a nível nacional, nomeadamente na Assembleia da República, estão em discussão diversos diplomas ou propostas de projecto de diploma, que visam dar um tratamento diferente a esta questão, certo que é no âmbito dos poderes e das competências que assistem à Assembleia da República de definição de tipos legais de crime.

Mas o que neste momento será de importante realçar, é efectivamente as condições que se reúnem ao nível da sociedade portuguesa, para que este problema nas suas mais variadas facetas, seja decididamente encarado de uma forma diferente.

Se é certo que é muito bonito, justo e correcto afirmar-se que o toxicodependente é um doente, que o toxicodependente deve ser tratado como um doente, também não é menos verdade que enquanto não se der o passo final neste raciocínio, nomeadamente ao nível de expurgar do elenco dos ilícitos criminais a própria questão do consumo, sendo certo que agora tem ao nível jurisprudencial um tratamento diferente, a questão ao nível da lei permanece exactamente a mesma.

O relatório, quanto a mim, — parece-me que este aspecto já foi referido aqui nas variadas intervenções — não tem seguramente o objectivo e o mérito de dar a visão

de régua e esquadro daquela que é a situação da toxicod dependência nos Açores. As razões porque isso não acontece, são perfeitamente naturais e compreensíveis.

Porém, é importante que ao nível da Assembleia Legislativa Regional exista todo o interesse em que este assunto seja debatido, naquela que é a vertente essencial para nós, enquanto região.

Essa vertente, quanto a mim, é exactamente aquela em que a Região tem a competência — já não falo no dever — de agir, ou seja, tem a competência de agir ao nível da prevenção, seja ela primária, secundária ou terciária. É disso que curamos.

Eu queria manifestar de uma forma muito sincera, a minha discordância relativamente a algumas das observações que foram feitas pela Sra. Deputada Sandra Bessa. Por um lado, quanto à própria forma como se referiu ao relatório, em que penso que as palavras utilizadas terão sido *a única certeza são as incertezas*.

Sra. Deputada, efectivamente assim é, mas não por falha da Assembleia, não por falha do Governo

Deputada Sandra Bessa (PSD): Eu não disse isso!

O Orador: Eu também não estou a dizer que disse isto — tenha calma! Ouça-me até ao fim, se me dá licença.

A própria natureza do problema a isso leva.

Agora, é possível conhecer-se com mais detalhe essa realidade, pois certamente se calhar até será. Daí que esta consciência e esta posição da Assembleia Legislativa Regional, sirva também de um sinal ao Governo Regional de que os estudos tecnicamente mais aprofundados possam ser desenvolvidos, no sentido de se saber não só o quanto, mas também o como, a forma como este flagelo incide ao nível dos estratos sociais, ao nível de uma série de outras considerações e categorias sociais.

Por outro lado, as referências que fez de que é lamentável que não tenha sido implementada uma verdadeira política de prevenção da toxicod dependência, isto é, a questão da ineficácia do Governo Socialista, Sra. Deputada Sandra Bessa, fosse tão simples a solução para o problema da toxicod dependência e da prevenção e todos nós culparíamos o Governo por causa disso, mas não é.

O facto é que está para além da vontade de qualquer governo. Não é do Governo Socialista! É de qualquer governo!

As respostas que se podem dar, ou que os principais visados dão a esse tipo de políticas, isto é, o que é que se exige a um Governo, é que actue nesta matéria.

Muito sinceramente, Sra. Deputada, nesta questão, este Governo Socialista está muito à vontade, porque efectivamente a actuação não é só ao nível da campanha mediaticamente apelativa, não só ao nível da campanha que efectivamente aparece nos jornais e aparece em determinado tipo de publicações. Não é isso o fundamental.

O fundamental é que exista uma determinada estratégia de combate de prevenção ao fenómeno da toxicodependência, que pode até não revestir as formas que tradicionalmente são identificadas com as campanhas de prevenção da toxicodependência, com os cartazes, com os spots televisivos, com os spots de rádio.

Aliás, esse tipo de campanhas tem merecido variadíssimas críticas da parte dos entendidos na matéria, quanto ao facto de essencialmente ter um efeito contraproducente e não efectivamente de prevenir alguma coisa.

Por último, não será tanto um reparo, mas efectivamente uma questão que foi levantada pelo Deputado Paulo Valadão e que se refere à prevenção no meio escolar.

Efectivamente é importante, mas é fundamental não cairmos no erro de considerarmos que o fenómeno da toxicodependência incide apenas, por exemplo, dentro da categoria dos jovens, naqueles que estudam.

Hoje, é conhecido por todos por experiência que certamente todos têm do amigo, do vizinho que se sabe. Essas coisas acabam também por se saber.

A questão da toxicodependência não conhece qualquer tipo de limites e tanto pode atingir aquele que é jovem, como pode atingir aquele que já não é jovem.

A dificuldade, se calhar, é de lidar e de definir políticas de prevenção que possam abranger todo este universo.

Poderão haver soluções diferentes, de políticas de prevenção especialmente dirigidas a determinados grupos.

Às vezes, em algumas intervenções, eu tenho ouvido que se cai neste erro, cai-se no erro de considerar que efectivamente são os jovens e é preciso ter cuidado com os jovens!

Não!

Os jovens aqui não podem ser considerados como a parte fraca que está, à partida, mais vocacionada ou vulnerável — o termo exacto será este — a este problema.

Não podemos pensar desta forma.

O fenómeno atinge todas as idades, todos os estratos sociais, todas as categorias profissionais se quisermos ir, até por esta via.

No fundo e aquilo que eu queria deixar aqui como nota de registo, é que essa preocupação que é uma preocupação que desde sempre tem sido manifestada pelo Partido Socialista, enquanto tal e em especial pela Juventude Socialista, no caso dos Açores pela Juventude Socialista-Açores, esta preocupação com a questão da toxicoddependência continua efectivamente a ser uma preocupação nossa.

Agora, o facto de se reconhecer que algum trabalho está a ser feito, que muito trabalho está a ser feito, não significa que todo o trabalho esteja feito.

Deputada Sandra Bessa (PSD): "Algum... Muito..."

O Orador: Sra. Deputada, se quiser brincar com as palavras, também brincamos.

Esta é uma tarefa contínua e é uma tarefa tão importante que o que mais interessa aqui não é considerarmos que fez-se ou conseguiu-se fazer a campanha aqui, promoveu-se a publicação daquilo acolá.

O que é mais importante neste tipo de comportamento, dada a dimensão dos interesses em causa, é reconhecer-se que este é um trajecto, um percurso, é um caminho que se faz não de uma só vez, mas sim aos poucos.

Há muitos recuos e efectivamente tem que os haver. Há muita reanálise que tem que ser feita, recuos em termos de políticas, consideração de outras soluções, mas a intenção de lutar contra este problema é que é importante.

Quanto a isto, quer o Partido Socialista, e já agora dentro do PS a Juventude Socialista pela postura que tem mantido, merecem da nossa parte o aplauso e no caso do Governo Regional todo o apoio para que continue neste rumo que tem definido que, quanto a nós, parece-nos o rumo mais correcto para lidar com este problema.

Disse.

Deputado Dionísio Sousa (PS): *Muito bem! Muito bem!*

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado João Luís Santos.

Deputado João Luís Santos (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sra. Deputada Sandra Bessa:

Eu de início e até meio da sua intervenção não fazia intenção de proferir alguma intervenção referindo-me a ela, não fosse — e perdoe-me a expressão — a forma desastrada ...

Deputada Sandra Bessa (PSD): Sr. Deputado!

O Orador: ... como a Sra. Deputada terminou a sua intervenção, lamentando a falta de implementação de uma política de combate à toxicod dependência por parte deste Governo.

Sra. Deputada, isso não!

Em Janeiro de 1999, eu fiz nesta Assembleia uma intervenção sobre toxicod dependência e já nessa altura e só a título de exemplo, eu tive oportunidade de referir algumas das medidas tomadas por este Governo nesta matéria. Passo rapidamente a lembrá-las:

— equiparação dos toxicod dependentes a qualquer outro doente para efeitos de apoio a deslocações para tratamento;

— alteração das diárias em aproximadamente mais 50% para as instituições que tratam toxicod dependentes;

— apoio à construção e funcionamento da Clínica de São João de Deus;

— criação de um grupo de trabalho para a elaboração de um Plano Anual de Prevenção e Tratamento;

— assinatura de protocolos com várias associações, e na altura dei o exemplo da associação alternativa em que o Governo se comprometia prestar apoio técnico e financeiro, bem como a formação técnica e a reciclagem dos profissionais que se encontravam ao seu serviço, isto já para não falar nos inúmeros programas de combate à pobreza.

Deputada Sandra Bessa (PSD): Fale dos outros programas!

O Orador: Sra. Deputada, na altura tive também oportunidade de dizer que muito faltava ainda fazer e avancei para uma série de medidas que considerava importantes que o Governo tomasse nesta matéria, isto em Janeiro de 99, Sra. Deputada.

Pouco mais de um ano depois, faço-lhe rapidamente o seguinte balanço:

— Referi na altura a criação de condições para se ter um conhecimento aproximado da realidade através de um estudo tecnicamente fundamentado e cientificamente credível.

Por acção deste Governo conseguiu-se que o estudo europeu de consumo em meio escolar que é feito pela terceira vez em Portugal, fosse pela primeira vez estendido aos Açores e encontra-se em fase de tratamento final de dados.

— Aumento das comparticipações dos medicamentos para tratamento de toxicodependentes, medicamentos do foro psiquiátrico que são utilizados no tratamento dos toxicodependentes, nomeadamente os antidepressivos.

— Estabelecimentos de parcerias e realização de protocolos para introdução na Região de medidas de redução de danos. O protocolo que foi celebrado entre a Secretaria e o SPTT.

— Programa de tratamento de toxicodependentes com opiácios de substituição. Já está em aplicação em Ponta Delgada e em Angra do Heroísmo.

— A possibilidade de obtenção de formação específica na área da toxicodependência para os médicos de família. Já está implementado através do mesmo protocolo.

— Fornecimento de informação e possibilidade de formação para todos os agentes educativos da Região. Já está em implementação e dou-lhe como exemplo e próximo da sua realidade, a Escola Secundária de Angra do Heroísmo, onde as acções de formação para pessoal docente e para pessoal auxiliar estão a decorrer.

— Formação de mais técnicos nas áreas ligadas à toxicodependência. Também já está em aplicação através do mesmo protocolo.

Podia continuar por aqui fora.

Sra. Deputada, resta-me dizer que realmente lamento esta sua postura de crítica fácil e gratuita que só revela a falta de sentido de oportunidade e de noção da realidade.

Sra. Deputada, a sua intervenção e as suas críticas foram dirigidas com alguns anos de atraso e ao governo errado!

Vozes dos deputados da bancada do PS: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos dos deputados da bancada do PS)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais.

Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais (*Álamo de Meneses*): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Faço apenas uma breve intervenção para prestar alguns esclarecimentos, na sequência das intervenções que foram aqui feitas pelos Srs. Deputados.

Foi referida por várias vezes a falta de dados objectivos e concretos sobre o fenómeno da toxicodependência nos Açores.

É evidente que essa é uma realidade com a qual eu concordo, mas é uma realidade inerente ao próprio fenómeno. Portanto, trata-se de um fenómeno essencialmente clandestino.

É evidente que a obtenção de dados objectivos e concretos é sempre difícil.

De qualquer forma foi feito nos Açores e com a metodologia que já foi testada a nível europeu, um inquérito que já terminou e do qual nós já temos algum conhecimento dos resultados. Ele veio trazer alguma luz sobre aquilo que é a realidade dos Açores.

Eu gostava de vos dizer, Srs. Deputados, que ao contrário daquilo que aconteceu com o inquérito que foi realizado no âmbito da Comissão, que foi um inquérito com uma metodologia diferente e dirigida a um alvo diferente, este inquérito que foi realizado nos Açores permite, com o tratamento estatístico que é próprio das sondagens, dos trabalhos na área sociológica, obter resultados com algum grau de credibilidade, embora não permita ter um conhecimento directo da realidade, porque esse nunca o teremos.

Os resultados preliminares dos quais nós temos ainda um conhecimento que não é total, indicam que efectivamente nos Açores o fenómeno da toxicodependência merece já alguma atenção.

O consumo e o contacto com a droga é referido em toda a Região. É um fenómeno que existe entre nós e está espalhado por todo o arquipélago.

Por outro lado, gostaria de chamar a vossa atenção para alguns factos.

Nós temos recebido na nossa Região, vindos do exterior, muitas pessoas. Estão recenseadas cerca de 250 pessoas que têm um problema grave de toxicodependência.

Essas pessoas mantêm esse problema entre nós e tendem a agravar a situação existente.

Por outro lado, o funcionamento das unidades de distribuição da Metadona, permitiu ter um conhecimento mais directo do historial e do consumo. Aquilo que se verifica efectivamente é que o consumo de droga entre nós não é um fenómeno recente, porque aparecem pessoas à procura de tratamento com mais de uma década de consumo e nalguns casos bastante mais.

O problema da droga chegou Açores há muito e tem-se mantido de forma subterrânea durante muito tempo.

Foi interessante ouvir aquilo que a Sra. Deputada Fernanda Mendes leu num relatório de 1977, em que já se manifestava algumas preocupações e eu posso garantir-vos que essas preocupações de 77 eram legítimas, porque a história clínica daqueles que agora aparecem no tratamento, vem demonstrar exactamente que algumas das situações têm raízes que vêm dessa época.

Portanto, o fenómeno da toxicodependência nos Açores não é de maneira nenhuma um fenómeno novo, é antigo e já tem uma apreciável dispersão. Daí que eu queira juntar a minha voz à preocupação dos Srs. Deputados e louvar o trabalho que foi feito pela Comissão, porque nunca é demais chamar a atenção para estas matérias.

Naquilo que é a distribuição etária do problema, conforme o Sr. Deputado Vasco Cordeiro já aqui referiu e muito bem, não se trata apenas de um problema de juventude, não são apenas os mais jovens. Infelizmente há muitos da nossa geração e quem sabe algum de nós tem esse problema.

Estas questões não são apenas escolares, ou apenas desta ou daquela área sociológica. Há muitas pessoas que estão a receber tratamento agora que todos nós conhecemos e que púnhamos "a mão no fogo" que não tinham esse problema. Isto para vos dizer que não um problema de marginais, não é um problema de jovens, não é um problema deste ou daquele, é de todos nós.

Eu creio que face a isto e face aos conhecimentos que se vão obtendo felizmente na Região, cada vez mais faz sentido, no meu ponto de vista, a política que tem vindo a ser seguida pelo Governo, ou seja, a política de não irmos para grandes campanhas, para grandes alardes. Não faz sentido voltarmos àquilo que já se fez na Região, ou

seja, spots concretos contra a droga que eram patrocinados simultaneamente pelo Governo Regional e por uma empresa cervejeira.

Temos que fazer um trabalho sério nos lugares em que esse trabalho deve ser feito, quer dentro do sistema de saúde, quer dentro do sistema educativo, mantendo a vigilância e apoiando aqueles que caem nestas situações.

Por outro lado também, eu creio que a nossa Região está em boas condições para aproveitar a experiência que já foi obtida, quer nos Estados Unidos, em que este fenómeno tem uma enorme prevalência, quer em vários países europeus.

Está muito claro, da experiência obtida nesses países, que não é com campanhas a dizer "não à droga", não é com cartazes ou com acções mediáticas, que se resolvem estes problemas. Pelo contrário, há sempre o risco de nós com eles estarmos a contribuir para, particularmente entre os mais jovens, despertar curiosidades que não são necessárias.

Daquilo que diz respeito ao meio escolar, que é o meio que merece uma particular preocupação, porque é por lá que passam todos os nossos jovens, têm sido feitas muitas e variadas acções.

Os senhores deputados tiveram oportunidade de visitar as escolas e certamente ouviram falar delas nos jornais, porque inclusivamente houve algumas que geraram notícias.

Tem-se vindo também a fazer um esforço, no sentido de dotar todas as escolas com psicólogo e com um grupo de pessoas, a chamada *equipa multidisciplinar de apoio*, que foi criada nas escolas no sentido de dar algum apoio dentro dela. Isto não é uma solução milagrosa, nunca foi em lado nenhum, portanto, também não será nos Açores, mas pelo menos consegue-se dar um apoio personalizado e esclarecer as questões, porque não é passando filmes nas salas de aula, nem fazendo outras acções deste género que se resolvem estes problemas. É preciso uma acção directa e continuada, quase personalizada, junto de cada um dos alunos e dos jovens. É assim que o problema está sendo encarado e é assim que creio que tem que continuar a ser feito.

Portanto, não esperem ver campanhas de televisão da parte deste Governo, nem campanhas de rádio, nem concertos, manifestações ou corridas contra a droga, porque já está provado que isso não produz efeitos.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): *Muito bem! Muito bem!*

O Orador: Esperem sim, um trabalho continuado dentro das escolas, um trabalho personalizado. É isso que temos que fazer.

O próximo ano lectivo vai arrancar com todas as nossas escolas devidamente equipadas com o seu psicólogo, com a sua equipa multidisciplinar.

Já foram feitas muitas acções junto dos professores e mais serão feitas.

Junto dos auxiliares de acção educativa há um trabalho enorme de formação nas escolas que tem que ser feito, particularmente visando a reconversão dos quadros, mercê do diploma que foi aprovado ontem nesta Casa. Tudo isso tem que ser feito.

Por outro lado, é preciso também mantermos aquilo que temos vindo a fazer, ou seja, considerar os toxicodependentes como doentes, uma medida tomada por este Governo, e apoios dentro do serviço de saúde, de forma a que eles obtenham o tratamento de que precisam. Com discrição, com humanidade e com respeito, porque no fim de contas são parte da nossa sociedade, são pessoas como nós.

É isso que temos vindo a fazer e que queria terminar, da minha parte e da parte do Governo Regional, agradecendo a esta Comissão o trabalho que fez, porque foi um trabalho extremamente válido, mas ao mesmo tempo avisando que estes resultados que foram obtidos pela Comissão não podem nem devem daqui a alguns meses quando sair o inquérito europeu, ser comparados com outro inquérito, porque o âmbito e o objectivo são diferentes e como verão os resultados serão completamente distintos.

Muito obrigado.

(Aplausos dos deputados da bancada do PS)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Peço que tenha em atenção que dispõe de poucos segundos.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu vou procurar ser o mais breve possível, fazendo apenas duas ou três precisões.

Em relação à prevenção no meio escolar, eu considero que é necessário fazer uma prevenção primária que é fundamental e nós sabemos — e a minha intenção quando referi o assunto era exactamente essa — que o meio escolar hoje recebe todos os jovens.

O problema não está apenas nos jovens, mas o facto do meio escolar receber todos os jovens, uma prevenção primária pode ser feita lá e pode evitar que muitos se venham a contaminar com aquilo que nós consideramos ser uma doença.

Por isso é necessário haver a preparação das pessoas para isso.

Todos temos que concluir que infelizmente muitos dos nossos professores não têm essa preparação, até porque a preparação académica, a preparação técnico-científica, nas nossas escolas, nas escolas portuguesas, hoje, infelizmente, ainda não dá para lidar com o fenómeno.

Isto é uma coisa que penso que tem que ficar esclarecida.

Outro aspecto que gostaria de frisar, vem na sequência do que foi referido pelo Sr. Deputado Vasco Cordeiro, ou seja, o problema de considerarem-se doentes e a necessidade de legislação nacional.

É apenas para dizer que o meu partido, o Partido Comunista Português, tem neste momento uma série de projectos na Assembleia da República, onde a despenalização do consumo é proposta e onde é tida em conta a necessidade do tratamento como doença e da reinserção social. Estes são aspectos fundamentais em nosso entender.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Ana Carolina.

Deputada Ana Carolina (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O problema já é grave na Região Autónoma dos Açores.

O problema existe!

Não interessa fazer demagogia.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Demagogia, Sra. Deputada?

Quem é que está a fazer demagogia?!

A Oradora: Sinceramente, eu não percebo a atitude fatalista do Deputado Vasco Cordeiro. Quando ele diz *se fosse assim tão simples...*, eu acho que isso é de uma incompreensível inevitabilidade.

Os problemas existem, têm que se resolver.

O facto de serem simples ou complexos, não impede que se actue.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): A Sra. Deputada não ouviu o que eu disse!

A Oradora: O Sr. Deputado disse: "Se fosse assim tão simples, estava tudo resolvido!"

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Se fosse assim tão simples culpar o Governo!

A Oradora: E a culpa é do Governo. Certamente não é desta Assembleia que fez o seu papel nestes 4 anos em que criou uma subcomissão e uma Comissão para a toxicodependência que por acaso, ironicamente, aparece com as mesmas recomendações 3 anos passados, mas não vamos por aí.

Sr. Deputado Vasco Cordeiro, a verdade é que o senhor bem como o Sr. Deputado João Santos, não acompanham politicamente a actividade da Juventude Socialista, porque se acompanhassem sabiam que o Sr. José S. Bento — que eu saiba ainda militante do vosso partido e ainda líder da Juventude Socialista — disse, alto e bom som, publicamente, para a comunicação social, que este Governo Socialista, *o seu Governo Socialista*, não tinha a política de toxicodependência que era preciso para a Região Autónoma dos Açores.

Vozes de alguns deputados da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais (Álamo de Meneses): Esse recado não nos chegou. Deve ter-se perdido no correio!

A Oradora: José S. Bento!

Deputado António Almeida (PSD): Eles não sabem quem é!

Deputado José Maria Bairos (PSD): Não conhecem!

Deputado João Cunha (PSD): Que fogueira ficou aqui a arder. Esta deve ser já para São João!

A Oradora: Pode entretanto telefonar para confirmar.

Em segundo lugar, Sr. Deputado João Santos, para mim, uma verdadeira política de intervenção na luta e combate à toxicodependência, não se pode resumir a acções

esporádicas e pontuais para cumprir calendário e, à pressa, em fim de mandato, fazer balanços eleitorais.

Isto não é a política de toxicodependência que os Açores merecem!

Voices de alguns deputados da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos dos deputados da bancada do PSD)

A Oradora: Finalmente, para um Governo de boas intenções, faço lembrar que esta Casa, no fim da última legislatura, aprovou o primeiro e único Decreto Legislativo Regional sobre "Toxicodependência" que entre muitas acções, muitas medidas, dizia num dos seus artigos da necessidade — aliás, obrigava o Governo Regional — de criar uma linha telefónica SOS para toxicodependentes.

Nesta Casa falou-se agora de uma linha telefónica para planeamento e educação sexual. Com este Governo, daqui a 4 anos vai-se estar falando também na hipótese, porque se este executivo não fez para a droga, também não vai fazer para mais nada. É um Governo de boas intenções que quer a todo o custo, no fim do mandato, fazer uns balançoziños, mas não conseguiu!!

Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais (*Álamo de Meneses*): A gente não precisa de intenções. Bastam as acções.

Não precisamos dos seus concertos contra a droga com a venda de cerveja incluída!

A Oradora: Infelizmente para os jovens açorianos não conseguiu!

Voices de alguns deputados da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Sidónio Bettencourt.

Deputado Sidónio Bettencourt (*PSD*): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Aproveito a circunstância para "puxar a brasa um bocadinho à minha sardinha" que, como sabem, tem a ver com o desporto e com a comunicação social.

Já agora, como a toxicodependência é um problema complexo, é mundial, é nosso, e porque sei que há algum cepticismo em relação a algumas campanhas contra cartazes, contra espectáculos, contra a droga porque não resultam, eu entendo, e já o disse na Comissão, que nós não podemos deixar de dissociar o fenómeno da

toxicod dependência de outros latentes, paralelos e complementares, no estado onde nos encontramos nos Açores.

Eu não consigo dissociar o tabagismo e o alcoolismo e tudo o que envolve a sociedade açoriana face aos jovens e à toxicod dependência.

Se não há toxicod dependência nas escolas e há toxicod dependentes — eles são jovens — de onde é que eles vêm? Esta é que é a questão que me preocupa.

Eu já apresentei imensos espectáculos de música. Nos dias a seguir aos grandes concertos — há muitos nos Açores! — não faltam seringas e toda a gente sabe disso.

Eu não vejo nenhum controlo sobre os espectáculos, as promoções dos espectáculos, inclusivamente há festivais da cerveja, promove-se a cerveja.

Porque há muita gente que às vezes não sabe qual a diferença entre serviço público de televisão e o serviço privado, cá está um bom exemplo de como eu, por exemplo, não aceito que um serviço público de televisão faça promoção de uma cerveja, seja ela SAGRES ou não, à custa dos ídolos portugueses da selecção nacional, com os símbolos das Quinas...

Deputado Mark Marques (PSD): *Muito bem!*

O Orador: ... em que se diz que a melhor cerveja é a nossa, é a nacional. Esta campanha é feita na nossa televisão de serviço público.

Numa televisão privada façam o que quiserem. No serviço público é proibido e o Governo tem que tomar uma medida.

Por exemplo, na minha terra, custa ver-me o João Pinto a dizer que aquela cerveja é que é boa. O João Pinto e outros atletas estão associados aos jovens da minha escola, onde depois fazemos campanhas para dizer que é mau beber bebidas com álcool.

Nos espectáculos há festas da cerveja!

Há semanas académicas em que se promove a cerveja como fim único!

Há espectáculos por todo o lado.

Eu penso que pode não fazer-se o concerto a favor da campanha contra a droga. O que é preciso é que talvez tenham que haver medidas, por exemplo, em relação aos bares nocturnos e à idade com que se bebe nesses bares.

Eu não posso aceitar que chegue ao bar da Assembleia Regional uma escola qualquer e que o pequeno almoço seja cerveja com alunos *teenagers*. Isto acontece. Onde é

que eles aprenderam a beber cerveja? Não foi em casa. Foi nos bares das escolas com certeza.

Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais (*Álamo de Meneses*): Não há álcool nas escolas!

O Orador: Não há álcool nas escolas. Então onde é que esta gente aprende a beber cerveja?

Os *teenagers* que eu vejo a beber e a pôr os cigarrinhos nas garrafas de cerveja, onde é que aprendem?

Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais (*Álamo de Meneses*): É preciso também ver que eles não estão todo o dia na escola!

O Orador: Eu entendo que estes espaços de ocupação dos tempos livres, o facto de haver mais ocupação para o desporto, são úteis, mas não se deve utilizar o desporto como veículo de promoção de actividades económicas como o tabagismo.

Uma vez nos Estados Unidos, eu fui posto na rua, porque estava a entrar numa loja a fumar cachimbo. Eu ia fazer uma grande compra e puseram-me na rua.

Eu não sei se nos Açores alguém coloca outra pessoa na rua pelo facto de estar a fumar ou por uma criança estar a beber fora de horas.

Antigamente, houve uma campanha para acabar com o vinho de cheiro, porque não tinha qualidade — eu não estou a dizer para acabar com o vinho de cheiro, até porque eu gosto — e hoje vende-se vinho de cheiro à vontade. Alguém o bebe.

Nós não podemos meter a cabeça na areia.

O problema da toxicodependência é complexo, mas utilizando as armas que temos, seja serviço público de televisão ou campanhas a favor da saúde, podemos proibir um jovem com 16 ou 17 anos de entrar num bar, mesmo que acompanhado, para beber. Quem será prejudicado não é aquela criança, o pai ou quem o acompanhar, mas o senhor que vendeu.

Nós temos que tomar medidas e não esperar por medidas especiais. Nós é que as temos que tomar, porque senão, não avançamos. Isso para mim é que é uma medida específica, porque vai criar um estádio latente de laxismo, passe a expressão.

No Verão, nas nossas tasquinhas, todos se habituam a beber, *a passar*, a dar. É esse medo que eu tenho como pai.

Eu nunca sei onde é que está o meu filho antes da escola, depois da escola, no Verão, na companhia de quem.

Eu sei que se faz de tudo e mais alguma coisa para evitar, mas é preciso recuperar o toxicodependente, criar condições, prevenir e paralelamente a isto, é preciso tomar medidas para que haja um momento, uma concentração de um estádio que seja propício à prática de várias coisas, entre elas — e cada vez mais se sabe que se bebe mais nos Açores — o tabagismo, o alcoolismo e a droga estão directamente associáveis.

Penso que é possível nos Açores tomar medidas, utilizando os mecanismos e os meios que temos ao nosso dispor.

Deputado António Meneses (PSD): *Muito bem!*

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Sandra Bessa.

Deputada Sandra Bessa (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Vasco Cordeiro:

Primeiro, não pense que indirectamente vou aceitar que se tenha percebido que eu tenha feito alguma crítica ao relatório ou à Comissão, quando referiu que se este relatório tem algum mérito e foi por aí fora.

O relatório tem todo o mérito. A Comissão fez um trabalho extraordinário, fez tudo o que estava ao seu alcance. A questão não é essa.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Eu não disse isso. Eu disse que se não tivesse mais méritos, pelo menos tivesse esse!

A Oradora: Disse "se não tivesse", depois tentou mudar as coisas.

A crítica foi dirigida ao Governo e não à Comissão. A Comissão fez o seu papel e fez muito bem. Resta saber se o Governo fez o seu.

Todo o trabalho que aqui se faz tem que ter uma leitura política, senão, não vale a pena.

A leitura política que eu faço é que se depois de todo este trabalho, passados 3 anos, não chegamos às mesmas conclusões — não foi por falta de trabalho ou falta de contactos — é porque a situação continua igual, só não se chega às mesmas conclusões. Esta é a leitura política que eu faço e quero rebatê-la.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): As conclusões não são as mesmas, Sra. Deputada!

A Oradora: Em relação aos dados, que eu saiba, até à data, nem o Governo Nacional, nem o Governo Regional têm dados alguns, porque não tomou iniciativa para isso. Só o observatório europeu é que fez algumas projecções.

Subsecretário Regional da Saúde (*Victor Carneiro*): Projecções, estimativas!

A Oradora: Dizem que se está a fazer o trabalho. Ainda bem, fico muito contente, mas tenho pena que se há 3 anos chegaram às mesmas conclusões, não se tenha tomado a iniciativa nessa altura de fazer o inquérito, fazer o estudo que se está a fazer agora. Penso que para final de legislatura, é manifestamente insuficiente estar-se agora com estas preocupações de obter os dados. Não teria sido agora, mas há 3 anos. Mais uma vez refiro, acho que a Comissão da Assembleia fez o seu papel, mas o Governo não fez.

Sabem uma coisa, Srs. Deputados João Santos e Vasco Cordeiro? A insatisfação não é só do líder da JS, que o disse publicamente, mas de muitos militantes vossos, inclusive de alguns responsáveis de associações de estudantes. Eu também ando na rua, também falo com eles. Eles referem que em relação ao que dissemos aqui não se tem feito nada.

Depois, acho engraçado os argumentos facciosos e contraditórios. Tanto o Sr. Deputado Vasco Cordeiro como o Sr. Secretário Regional diziam, em relação às campanhas, que está provado que ainda podem induzir os jovens a consumir nem que seja por curiosidade.

Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais (*Álamo de Meneses*): Há anos que se diz isso!

A Oradora: Está provado que as opiniões são diversas.

Acho que é manifestamente pobre dizer que não se faz, porque até acha-se não sei quê. Dizem que não se faz, porque pode induzir os jovens ao consumo e depois referem algo que é completamente inverso, ou seja, que os jovens não são o único público alvo da droga e se calhar até nem são o principal.

As campanhas têm o sucesso que têm dirigidas de uma forma ou de outra a quem interessa. Se as campanhas dirigidas aos jovens não dão resultado porque podem induzir, então dirijam aos encarregados de educação, aos pais ou ao outro público que consome droga.

Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais (*Álamo de Meneses*): Mas para que é que vamos fazer campanha para eles?

A Oradora: Porque o problema é difícil, o que não se pode é não fazer nada e ficar contente com meia dúzia de medidas no final de legislatura.

Se é isso que querem, estão a menosprezar o problema.

Deputado Vasco Cordeiro (*PS*): Isso é ofensivo, Sra. Deputada!

A Oradora: Eu não estou satisfeita nem há nenhum argumento que tenham dado, que me deixe satisfeita.

Muito obrigado.

Vozes de alguns deputados da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Fernanda Mendes.

Deputada Fernanda Mendes (*PS*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu gostaria de efectuar aqui algumas considerações acerca do trabalho e do debate que aqui se está realizando.

Em primeiro lugar, gostaria de responder ao Deputado Sidónio Bettencourt que nós estamos sempre nesta bivalência, todos nós, os técnicos e todos os peritos que estudam a toxicodependência e eles não têm posições definitivas.

Quem participou da conferência no Porto, a conferência de todas as associações e serviços que trabalham na área da toxicodependência, ouviu os países nórdicos dizerem que, acerca da prevenção, têm que efectuar estudos e avaliações, porque de facto não têm ainda estratégias consideradas razoáveis para o efeito, isto para nós termos uma ideia da dificuldade.

Portanto, quando um problema é grave, quando um problema é complexo e quando é multi-factorial, eu acho que temos ter o bom senso de que as nossas metas são: minorar, impedir que cresça.

Quem pensa que pode acabar com o problema, pode descansar sentado, porque nunca vai consegui-lo.

Deputada Sandra Bessa (*PSD*): Descansados já estão eles!

A Oradora: Nós, sociedade, políticos, pais e Governo, temos que ter os pés no chão.

Eu gostaria de chamar a atenção para uma coisa muito importante. É verdade que quando este Governo tomou posse havia um Decreto Legislativo Regional que deveria ser regulamentado.

Deputada Sandra Bessa (PSD): É verdade.

A Oradora: É verdade! Mas também é verdade que boas acções e boas intenções rima, mas não quer dizer a mesma coisa.

Portanto, eu acho que este Governo optou — não poderia, porque não tinha técnicos para fazer tudo — por uma coisa que eu considero que foi muito importante, ou seja, por investir com os próprios recursos técnicos que tinha no doente, porque nessa altura não haviam serviços para tratar o doente toxicodependente.

O Decreto dizia, porque na época tudo indicava que talvez fossem os serviços de psiquiatria que iam tratar os toxicodependentes, que se deviam criar sectores no serviço de psiquiatria nos hospitais, mas esse era um período de grande evolução e de grande dinâmica na própria Região, no que se refere a esta problemática e em todas as suas vertentes, negativas e positivas.

O Governo optou por criar serviços o que foi importante para a nossa Região, porque governar é optar, uma vez que não se pode fazer tudo ao mesmo tempo.

Ele assume isto, mas julgo que em nome dos próprios doentes, foi uma boa acção e boa decisão.

Presidente: Sra. Deputada, agradecia que fosse breve, porque o Partido Socialista já esgotou o seu tempo.

A Oradora: Eu já termino, Sr. Presidente, dizendo o seguinte:

Nós temos mesmo que ter muito cuidado com esta matéria no que diz respeito a dois aspectos: não banalização, mas também não diabolização.

É preciso actuar!

É preciso políticas de prevenção!

Acho que era essencial e está-se fazendo, criar serviços para tratar os toxicodependentes, não nos hospitais, mas como está sendo, ou seja, nas Casas de Saúde.

Não podemos voltar atrás.

O caminho é para a frente e penso que nós estamos todos na mesma luta e penso que todos nós sabemos que não é fácil resolver esse problema, porque ele engloba várias vertentes e nós não conseguimos dominá-las todas ao mesmo tempo e quando dominamos uma a outra está-nos escapando.

Tenhamos bom senso, porque as coisas são assim.

Eu acredito que nós vamos melhorar, vamos conter e vamos minorar.

Deputado Dionísio Sousa (PS): *Muito bem!*

(Aplausos dos deputados da bancada do PS)

Presidente: Sr. Deputado Vasco Cordeiro, o Partido Socialista esgotou o seu tempo.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Sr. Presidente, com a devida vénia...

Deputada Sandra Bessa (PSD): O PS esgotou o seu tempo!

Deputada Ana Carolina (PSD): Qual é a figura que está usando?

O Orador: Tenha calma, Sra. Deputada, deixe-me falar e depois faça o barulho que quiser.

Foram proferidas afirmações, quer pela Sra. Deputada Sandra Bessa, quer pela Sra. Deputada Ana Carolina, nomeadamente acusando-me de eu ter encarado esse assunto de forma demagógica, de ser pobre na minha avaliação, de menosprezar esse problema que eu considero manifestamente ofensivo da minha consideração e da honra com que traz esse problema.

Portanto, eu queria exercer a faculdade que o Regimento me concede...

Deputado Victor Cruz (PSD): Qual?

O Orador: O artigo 104º, de reagir contra uma ofensa à honra.

Se o Sr. Presidente me dá licença...

Presidente: Sr. Deputado, eu vou conceder-lhe a palavra, mas gostaria que fosse o mais breve possível, porque o Partido Socialista não dispõe de mais tempo.

Vozes de alguns deputados da bancada do PSD: Não é defesa da honra!

O Orador: Eu vou limitar-me aos 3 minutos do Regimento.

Em primeiro lugar, a questão da acusação que foi feita do assim tão simples...

(Apartes inaudíveis de alguns deputados da bancada do PSD)

O Orador: Eu vou ser breve, mas é se me deixarem falar.

Deputado Mark Marques (PSD): Está aberto um precedente!

O Orador: Eu vou limitar-me apenas às acusações que foram feitas.

Em primeiro lugar, a questão de ser pobre na minha avaliação quando disse, nomeadamente a Sra. Deputada Ana Carolina, que eu tinha dito que se fosse assim tão simples.

A afirmação que eu fiz exactamente foi: se fosse assim tão simples resolver este problema, todos nós culparíamos o Governo Regional! — foi isto que eu disse. Eu não disse que o problema era simples, simplista até, nem muito menos a insinuação que a Sra. Deputada lhe quis dar.

Em segundo lugar, no que se refere à questão de eu ser demagógico, nomeadamente a referência que fez de eu não acompanhar — eu estou a reagir ponto por ponto àquilo que considero ser as ofensas à minha honra — ...

Deputado Mark Marques (PSD): Mas não é comigo, é com a minha colega. Fale!

O Orador: ... e as posições que foram expandidas aí a propósito da Juventude Socialista, gostaria de dizer que me congratulo pelo interesse que V. Exa. demonstrou em acompanhar a actividade política da Juventude Socialista/Açores. Mas já que quer fazer isso ao menos que faça bem feito.

O que a Juventude Socialista disse sempre foi que, o que é necessário, é mais, mais, mais e isso até o próprio Governo reconhece que é preciso mais. Portanto, reconhece que está a fazer cada vez mais!

Deputada Ana Carolina (PSD): Não senhor!

O Orador: Por fim, a questão de menosprezar este problema — vamos no terceiro. De forma nenhuma.

Presidente: Sr. Deputado...

O Orador: Eu já termino. Apenas dois segundos.

Deputado Mark Marques (PSD): Um bom exemplo. Numa situação idêntica, o Sr. Presidente não me concedeu a palavra!

O Orador: Agora, eu não quero transformar este problema num cavalo de batalha para o que quer que seja.

Fiz algumas considerações e por último apenas quero dizer que se efectivamente a senhora está interessada, como acredito que está, e empenhada seriamente na resolução deste problema, reconheça ao menos a vontade de eu querer estar nesse aspecto da mesma forma.

Portanto, as acusações de demagógico, de pobre e de menosprezar este problema, Sra. Deputada, não colhem de forma nenhuma.

Muito obrigado.

Deputado Duarte Freitas (PSD): A sua honra está muito sensível!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Subsecretário da Saúde.

Subsecretário Regional da Saúde (Victor Carneiro): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O problema da toxicoddependência é, provavelmente, um dos problemas mais complexos da nossa sociedade.

Penso que é de louvar o trabalho efectuado pela Comissão, assim como esta discussão traz contributos que são meritórios para a compreensão do problema.

É um problema complexo que nós não conhecemos em toda a sua amplitude. Raras são as sociedades — se é que existem — que o conhecem em toda a sua dimensão.

É um problema com uma componente clandestina em que é difícil, mesmo usando os melhores métodos de epidemiologia e das ciências sociais, conhecê-lo em toda a profundidade.

Esta abordagem que é feita pela Comissão permite-nos ter uma panorâmica do que na Região se está a passar.

Sra. Deputada Sandra Bessa:

Eu penso que encara o problema da toxicoddependência segundo um paradigma que, durante os anos 60/70, foi utilizado nos Estados Unidos para abordar o combate ao tabagismo, ou seja, informar as pessoas para saberem, sensibilizar as pessoas para que não fumem e fazer campanhas para informar e sensibilizar e esperar que as pessoas deixassem de fumar.

Eu falo muitas vezes dos profissionais de saúde, que estão plenamente informados de que o fumo, o tabagismo é prejudicial à saúde, estão perfeitamente sensibilizados, e nem por isso deixam de fumar.

Há aqui um passo seguinte, ou seja, o passo de interferir, de modificar os comportamentos que são adquiridos.

Para se passar a esta etapa, parece-me que são aconselháveis grandes campanhas publicitárias. Muitas vezes é preferível actuar no terreno, com alguma discrição, actuar discretamente, mas de forma eficaz.

Podem-se desencadear e preparar campanhas, onde se obtenham resultados, sem que se chegue propriamente a falar no fenómeno.

Eu refiro-me à aquisição por parte dos jovens e da sociedade, de estilos de vida saudáveis e uma das formas de obter estilos de vida saudáveis, e até uma boa integração na própria sociedade, é o desporto.

Saliento, por exemplo, que uma boa manifestação disto são os jogos desportivos escolares que, por exemplo, decorrem na nossa Região. É uma forma dos nossos jovens adquirirem estilos de vida saudáveis, estarem plenamente integrados na sociedade e adquirirem segurança de si próprios e de auto-estima.

Penso que o paradigma em que a Sra. Deputada raciocinou, hoje está ultrapassado em termos de prevenção, de fenómenos deste tipo.

Quanto àquilo que o Governo Regional tem feito, concretamente na área da saúde, o Sr. Deputado João Santos elencou muitas das medidas que foram sendo tomadas desde Janeiro do ano passado, nomeadamente a implementação dos programas de dinamização de danos, que estão a decorrer quer em Angra do Heroísmo, quer em Ponta Delgada.

No Hospital de Ponta Delgada vai ser aberto um hospital de dia, a nível da psiquiatria, onde pontualmente vão ser tratados doentes com opiácios de substituição. Neste momento, existe uma experiência a decorrer no Centro de Saúde de Ponta Delgada, dirigida a uma população alvo e muito restrita, em colaboração com o CAT e ao abrigo do acordo firmado entre o SPTT e a Secretaria Regional da Educação e Assuntos Sociais, em que um médico clínico geral, especialmente treinado e

vocacionado para o tratamento da toxicod dependência, está a colaborar no tratamento de uma população restrita.

Estamos a fazer um esforço para que haja mais clínicos gerais que comecem a trabalhar com este profissional e que adquiram competência para eles próprios começarem a lidar com esta situação e, progressivamente, a Região deixe de ter necessidade de recorrer ao SPTT para que um profissional se desloque a Ponta Delgada.

Esta é uma primeira experiência, porque os nossos clínicos gerais na faixa etária em que estão e na altura em que se formaram, as áreas curriculares nas faculdades não lhes permitiram adquirir um conhecimento adequado para lidarem de forma eficaz e eficiente com este problema.

Quando tivermos os resultados desta experiência, vamos tentar aplicá-la em ilhas que não tenham hospital.

Recordo que os serviços de psiquiatria existem apenas nos hospitais, ou seja, em Ponta Delgada, na Terceira e na Horta. Nas outras 6 ilhas, não existem hospitais.

É necessário e importante que os clínicos gerais tenham uma formação específica para que possam lidar com este problema de uma forma que seja eficaz.

Por outro lado, ainda no domínio da formação dos clínicos gerais e ao abrigo do acordo que existe com o SPTT, vão-se efectuar cursos, sobretudo direccionados para os profissionais que trabalham em ilhas sem hospital, porque são ilhas onde as dificuldades ao acesso de cuidados especializados são muitas.

Ainda no âmbito do tratamento, brevemente vai ser firmado um acordo entre a Direcção Regional da Saúde e o SPTT, de forma a que permita que aos doentes açorianos que necessitem de tratamentos de desintoxicação que não sejam possíveis realizar na Região, por motivos da sua complexidade ou por outros motivos, esses doentes tenham acesso a clínicas convencionadas, especialmente vocacionadas para o tratamento desta situação.

Penso que estamos no bom caminho. Vamos prosseguir.

Há muito trabalho feito e acredito que muito mais haja para fazer.

Nós iremos prosseguir nesta senda.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Aurélio da Fonseca.

Deputado Aurélio da Fonseca (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu gostaria que num assunto delicado como este que corre transversalmente em toda a nossa sociedade e que tem os seus reflexos nos estabelecimentos de educação e ensino, como não podia deixar de ter, que pelo menos se utilizasse o bom senso que a Dra. Fernanda Mendes aqui enunciou e que se falasse verdade.

Falar verdade é admitir que muito daquilo que agora cada vez mais próximo das eleições se propagandeia como estando a ser feito ou que já foi feito, falássemos verdade e disséssemos o que é que efectivamente na prática acontece.

Ao longo de muito tempo, sempre que a oposição denunciou lacunas, faltas, nomeadamente nos estabelecimentos de educação e ensino, em relação a instalações e em relação a recursos humanos e materiais, em relação a apoios especiais, a tónica do Governo foi sempre acusar a oposição de estar mal informada, não estar no terreno, não ir às escolas, de não ter o pulso da situação.

Contudo, a oposição, e falo pela bancada do Partido Social Democrata, nas suas visitas às escolas — o nosso Grupo Parlamentar fê-las ao longo do tempo — pôde constatar que na prática essa situação não correspondia, de facto, à realidade.

Há uma infinidade de pequenas/grandes coisas que continuaram a ser proteladas...

Deputado João Santos (PS): Não quer dizer que tenham mentido, Sr. Deputado.

O Orador: ... continuaram a não ser feitas, muito obstante persistir-se em dizer que estava tudo a andar.

Eu lembro-me que sempre que denunciei aqui problemas de falta de pessoal auxiliar, falta funcionamento das equipas multidisciplinares e outras formas de apoio, o Sr. Secretário sempre respondeu que isso estava resolvido, que haviam psicólogos nas escolas, que as equipas trabalhavam, que estava tudo a andar como o Sr. Secretário tinha concebido.

Eu não vou citar os exemplos colhidos, e foram bastos, ao longo dos tempos pelas visitas do nosso Grupo Parlamentar.

Cito apenas e rapidamente, porque o tempo também é escasso, alguns dos que foram apresentados à Comissão — os vossos camaradas socialistas também estiveram

connosco e ouviram — aquelas pequenas/grandes coisas, algumas dispendiosas com certeza, que podiam ter sido resolvidas, não foram e que preocupam as escolas.

Acho que é inconcebível que numa escola como a EB 2/3 de São Roque do Pico, na visita que lhe fizemos, voltássemos a ouvir que uma das grandes preocupações da escola neste âmbito, o seu grande problema, era a falta de vedação.

Quando visitámos a Escola Padre Jerónimo Emiliano de Andrade, onde estivemos há muito pouco tempo — estivemos lá antes do Natal, portanto há escassos meses — a situação era bastante grave no fim do ano transacto, mas neste momento é muito melhor (relatório, página 24). Nós quando ouvimos isto ficámos muito satisfeitos, porque era sinal que tinha havido uma evolução, mas em seguida, vêm os vários esclarecimentos: "porque passou a haver uma cooperação muito mais estreita e maior com a PSP, que supriu durante a maior parte do tempo as faltas e as lacunas que a escola continuou a ter ao longo deste tempo de governação socialista."

Isto é fácil de verificar, é ler apenas o relatório, não é o Aurélio da Fonseca que o diz, é o relatório que o refere e foi o Sr. Presidente do Conselho Executivo que disse a todos nós.

"Todos os dias tenho de retirar pessoas estranhas da escola, contribuindo para isso as más condições de vedação.

A falta de funcionários não permite um melhor controlo dos espaços. Dos 48 funcionários existentes — o quadro tem funcionários muito idosos — faltam em média 12 por dia.

São frequentes os atestados médicos. São morosas as substituições dos funcionários, por funcionários contratados." etc..

Na verdade, na prática, existem estas situações que contrariam esta imagem *cor-de-rosa* que constantemente é propagandeada e agora, mais perto das eleições, vai ter o seu normal seguimento de folhetim e irá por aqui fora tentando *atirar areia para os olhos das pessoas*.

Era bom que se falasse verdade e que estas coisas fossem ditas.

O Sr. Secretário diz sempre que esta tudo em curso. Com certeza que agora vai-me dizer que o quadro dos funcionários já foi alterado, que haverão mais funcionários...

Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais (*Álamo de Meneses*): Eu juro que não vou dizer isso, porque já lhe disse várias vezes!

O Orador: ... que há obras que estão em curso e que vão seguir agora a um ritmo muito melhor nas férias. Na prática é isto que acontece.

Estamos em vésperas de eleições. Só nas vésperas das eleições é que vão avançar as obras da Francisco Ornelas da Câmara; só em vésperas de eleições é que se vão acentuar as obras na Secundária de Angra.

Os senhores é que disseram durante anos que isso era muito fácil e que faziam isso de um dia para o outro.

Na prática, os resultados estão à vista.

Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais (*Álamo de Meneses*): Isso é que é verdade. Estão à vista!

O Orador: Os alunos continuaram durante todo este tempo pior do que estavam, porque apanharam as instalações com mais 4 anos em cima, em situações piores do que aquelas que se encontravam.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Sandra Bessa.

Deputada Sandra Bessa (*PSD*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Caríssimo Amigo Deputado Vasco Cordeiro:

Nunca na minha vida pensei que iria ofender a sua honra. Pelo amor de Deus!

No entanto, parece-me pouco razoável — e volto a insistir nisto — que tendo tido o Governo acesso às conclusões e recomendações feitas pela então Subcomissão para este estudo da toxicodependência há 3 anos, só agora é que comece a reagir.

Deputado Vasco Cordeiro (*PS*): Não é verdade, Sra. Deputada!

A Oradora: Tudo o que elencou e o Sr. Subsecretário Regional da Saúde voltou a frisar, ou seja, que se começou desde Janeiro deste ano a elencar...

Deputado Vasco Cordeiro (*PS*): Não elenquei hoje. Elenquei em Janeiro de 99!

A Oradora: ... o que lhe digo é que me parece pouco razoável, assim como parece pouco razoável que só agora se procure ter um estudo técnico-científico com factos e dados concretos.

Deputado João Santos (*PS*): A Sra. Deputada esteve 1 ano!

A Oradora: Parece-me pouco razoável. Não lhe parece a si, fico felicíssima da vida. Parece-me demasiada lentidão.

Eu sei que o problema é difícil, se fosse fácil já estava resolvido.

Contudo, parece-me que a reacção está a ser extremamente lenta e as acções são muito poucas.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Só é lenta de há 3 anos a esta parte, não é?

A Oradora: Quer defender novamente a honra?!

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Se a Sra. me ofender, volto a defender!

A Oradora: Se quiser defender novamente a honra, use o Regimento por favor!

Sr. Subsecretário Regional, a metodologia dos anos 60 não fui eu que tomei. Eu fui verificar para ter a certeza.

Eu, na minha intervenção, não falo uma única vez de campanhas. Quem falou em campanhas foram os Srs. Deputados Vasco Cordeiro e João Santos e o Sr. Secretário Regional, para justificar que não faziam campanhas — quem trouxe as campanhas para aqui não fui eu — porque achavam que estas, em última análise, poderiam induzir as criancinhas ou os jovens a ter a curiosidade de consumir, quando por outro lado diziam que esta preocupação com os jovens lhes parecia incrível, uma vez que não só não são o único público alvo das drogas, como está aqui provado que são o principal.

O que eu digo é que isto é uma metodologia, uma desculpabilização. Não sou eu quem escolhe a metodologia.

Eu gostava que os senhores tivessem alguma metodologia, uma política para combater a toxicodependência. Era só isso.

Em relação à metodologia, se querem a dos anos 60, muito bem, até porque eu acho que os senhores não querem nem a dos anos 60, nem a dos 80, nem a dos 90. Os senhores querem é andar sempre para a frente, 2010, 2020.

Deputado João Santos (PS): Queriam a do PSD, Sra. Deputada?!

A Oradora: Julgo que estamos conversados, a menos que haja mais alguma defesa da honra.

Muito obrigada.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais.

Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais (*Álamo de Meneses*): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Aurélio da Fonseca:

O Sr. Deputado já fez essa intervenção, creio eu, para aí umas 10 vezes. Eu já lhe respondi outras 10. Portanto, não vale a pena fazermos o jogo do costume.

Deputado Dionísio de Sousa (*PS*): Mas a luta continua!

O Orador: Exactamente, a luta continua.

Eu queria apenas deixar aqui dois ou três números, já que o senhor falou em verdade e em questões.

O número de funcionários no quadro das nossas escolas nos últimos anos, Sr. Deputado, cresceu em mil cento e qualquer coisa — não lhe sei precisar exactamente quantos. Isso dá uma ordem de magnitude da alteração que aconteceu.

Sr. Deputado, as nossas escolas nunca tiveram tantos funcionários como têm agora e nesta altura têm menos alunos do que tinham quando o Sr. foi Secretário Regional.

Quanto à questão que para si parecia fundamental, ou seja, a questão das vedações, eu gostaria de lhe dizer que não acredito que transformar as nossas escolas em campos de concentração, seja parte da resposta a este problema.

Não é com vedações que o problema se resolve. As vedações ajudam e há muitas mais escolas vedadas, do que aquelas que existiam. Se o Sr. Deputado der uma volta pelas escolas, verá que a generalidade está vedada.

As duas escolas que o Sr. Deputado referiu, por acaso, — eu não vou dizer aquilo que o Sr. Deputado pensou que eu ia dizer — são duas escolas que estão a ter grandes intervenções neste momento e incluem, no fim, a vedação.

O Sr. Deputado devia falar noutras escolas que não estão vedadas, porque existem ainda escolas que não estão, mas são poucas, muito poucas. Elas vão ser vedadas.

A meu ver, essa não é uma das prioridades.

Não é com vedações, não é com a construção de muros que se resolvem estes problemas. Estes são problemas bem mais sérios que não se resolvem colocando

apenas um fio em volta da escola. Se assim fosse, Sr. Deputado, todo o mundo já tinha resolvido este problema e ele já não existia.

A vedação é importante, não quero menosprezar isso, mas não é de maneira nenhuma o mais importante. Neste caso até, creio que é relativamente marginal em todo o processo.

A outra questão que o Sr. Deputado frisou e que se prendia com o adiar das coisas e as más condições das escolas, gostaria de referir que nunca se investiu tanto nas escolas como agora.

Este ano, com aquilo que os senhores deputados aprovaram já nesta Sessão, o nosso investimento ultrapassou a barreira histórica dos 4 milhões de contos num ano.

A obra está à vista e o Sr. Deputado referiu isso. Está à vista, toda a gente vê!

O Sr. Deputado dê uma volta pelas escolas. Eu sei que tem dado, que tem entrado e tem gostado do que viu.

A verdade é que as escolas estão muito mudadas. Estamos muito longe da perfeição.

Nenhuma região é perfeita e nós nunca teremos a perfeição, mas a verdade é que estamos muito longe da situação das escolas de 96. Elas estão irreconhecíveis, mas eu ainda não estou satisfeito e continuo a dizer que é preciso manter este esforço de investimento durante mais uma década para termos escolas aceitáveis na Região, mas isso apenas quer dizer que nós partimos de um nível muito baixo, apenas isso.

Temos feito um esforço gigantesco, um esforço que produziu resultados e se há uma coisa de que este Governo pode orgulhar-se, não é *atirar areia para os olhos* de ninguém, é de que as escolas mudaram e mudaram para melhor, de forma radical..

Deputado Vasco Cordeiro (PS): *Muito bem! Apoiado!*

O Orador: ... e não se comparam com aquilo que elas eram.

O Sr. Deputado sabe onde é que o Conselho de Governo tem reunido agora, quando visita as Ilhas?

É nas escolas, Sr. Deputado. Sabe porquê?

É porque é o melhor edifício que está disponível na maioria das ilhas, mas isso não acontecia no seu tempo Sr. Deputado, onde era melhor fugir de lá.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Sempre a fugir às câmaras do PSD!

O Orador: Nós temos reunido nas escolas, porque elas estão arranjadas, porque elas têm condições, porque nós nos orgulhamos das escolas que temos.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Ana Carolina.

Deputada Ana Carolina (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Um esclarecimento e uma observação.

Sr. Deputado Vasco Cordeiro, achei muito interessante a maneira como tentou suavizar as críticas do líder da JS. Ele não estava insatisfeito, ele só queria era mais.

Aliás, o líder da Juventude Socialista não disse que não queria mais. Ele disse que não havia política de toxicodependência.

Deputada Sandra Bessa (PSD): Muito bem! Foi isso mesmo que ele disse!

A Oradora: O Sr. Deputado já teve tempo para telefonar, não sei porque é que não fez. Podia telefonar e confirmar isso pelo telefone.

Deputado João Santos (PS): Eu não preciso de telefonar para saber!

A Oradora: Foi por isso que isto foi notícia e foi notícia no sentido da insatisfação e da crítica à ausência de políticas de toxicodependência. Que eu saiba, não vi qualquer desmentido.

Deputado João Santos (PS): Não vai desmentir. A diferença é que não há o *meter a cabeça na areia* como fizeram durante 20 anos! Isso é que não há!

A Oradora: Os senhores vivem no passado! Vão partir o pescoço a olhar para trás!

Deputada Sandra Bessa (PSD): Muito bem!

A Oradora: Sra. Deputada Fernanda Mendes, uma observação:

O diploma e o decreto legislativo em causa, não era só sobre saúde — percebo a sua atenção e o seu cuidado em só referir esta área — era sobre educação, sobre a criação de uma linha SOS. Era um diploma muito complexo e muito completo.

Este Governo tem todo o direito de optar e de seguir pelas políticas que bem entende. Não pode é arrumar na gaveta, 4 anos, um decreto legislativo regional que esta Casa aprovou, mesmo com a abstenção do Partido Socialista, e nem sequer se dar ao trabalho de dizer: "nós não concordamos com este, mas vamos fazer um novo e propor a revogação deste!" Era o mínimo.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais (*Álamo de Meneses*): Os senhores não iam revogar.

Aquele decreto não serve para nada e a Sra. Deputada sabe disso!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Aurélio da Fonseca.

Deputado Aurélio da Fonseca (*PSD*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Muito rapidamente só para lembrar ao Sr. Secretário Regional da Educação que nos tempos dos governos do PSD nós também já reuníamos muitas vezes, nas visitas às ilhas, nas escolas, porque escolas grandes, boas e modelo, já as tínhamos na nossa época e os senhores não têm nenhuma para mostrar, porque fomos nós que as fizemos (Vitorino Nemésio, Laranjeiras, Cardeal Costa Nunes).

(Aplausos dos deputados da bancada do PSD)

O Orador: Os senhores não têm nenhuma. Zero!

A Escola Cardeal Costa Nunes, foi uma inauguração de chave na mão. Não se esqueça dessa inauguração!

Por aí não vamos a parte nenhuma, é só uma achega, uma pequena lembrança.

Quanto ao psicólogo, por exemplo, na Escola Jerónimo Emiliano, continuam à espera dele — o Sr. Secretário diz que há psicólogos por todo o lado — porque a escola quer, porque já lá trabalhou, continua com dificuldades de ser transferido. É só uma achegazinha, Sr. Secretário.

Deputado João Cunha (*PSD*): Muito bem, Sr. Deputado!

Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais (*Álamo de Meneses*): Muito obrigado pela sua achega!

Deputado João Cunha (*PSD*): Estão no fim do mandato!

Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais (*Álamo de Meneses*): Estamos no início!

Deputado João Cunha (*PSD*): Acredito que sim!

Presidente: Não havendo mais inscrições, vamos passar ao ponto seguinte relativo a uma **Petição sobre "Publicitação dos Fundos do III Quadro Comunitário de Apoio"**.

Tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Azevedo.

Deputado Manuel Azevedo (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Compete-me apresentar este relatório, uma vez que por motivos de agendamento de outros trabalhos parlamentares, o relator não esteve presente na maior parte das reuniões em que tratámos este assunto da Petição.

Não é muito frequente aparecerem petições nesta Assembleia. Esta tem algum significado não só pelo tema em si, mas também porque é subscrita por 109 peticionários encabeçados pela Sra. Dra. Natália Almeida.

Como toda a gente sabe, e tal como está dito na Constituição e na Lei, a petição é um pedido feito a um órgão de soberania, para que tome, adopte ou proponha determinadas medidas num dado sentido. E é por isso que, curiosamente — e embora eu esteja aqui meramente a apresentar este relatório, mas acho que posso avançar um pouco mais — há uma proposta de resolução em consequência desta Petição. Ou seja, como que se cumpre aquilo que a lei 43/90 diz no seu Artº 2º, no sentido de que "se tome, adopte ou proponha determinadas medidas". É isso que faz a Resolução.

Curiosamente, e porque não há muito o hábito de virem aqui petições — é importante dizer que isto é de facto um exercício de participação política democrática, consoante diz também o Artº 4º da Lei, isto é, trata-se de um "direito universal e gratuito", os peticionários têm liberdade e não podem ser coarctados nessa mesma liberdade, para se dirigirem aos órgãos de soberania.

Esta Petição deu entrada na Comissão de Política Geral e Assuntos Internacionais no dia 10 de Maio, logo depois de ter entrado na Assembleia, tendo sido apreciada como manda o Regimento, pretendendo a mesma, com base na experiência do nosso passado, desde a nossa adesão à CEE relativamente ao acesso aos fundos comunitários, que sejam publicitadas, a todos os cidadãos da Região, as informações necessárias e convenientes, para que todos possam beneficiar dos fundos

comunitários e com isso possam melhorar o seu nível de vida e o nível de produtividade e riqueza da Região Autónoma.

A Comissão entendeu que estavam verificadas as condições impostas pelo Regimento, para que a Petição fosse discutida em plenário, isto é, que a mesma tivesse relevância económico-social. Mas entendeu também que devia ouvir o Governo, no sentido de saber se já estavam previstas algumas acções para satisfazer esta ideia central da mesma. E, de facto, ouviu-se o Sr. Secretário Regional da Presidência para as Finanças e Planeamento, que reconheceu que embora estejamos numa sociedade de informação, não significa isso que exista para ela a informação desejável, querendo dizer com isto que, se calhar, nem toda a gente poderia ter acesso àquilo que o Governo disponibiliza na Internet. Por isso, deu-nos os endereços para que possamos ter acesso à informação que há na Internet.

Por outro lado, recordou que não obstante o cidadão normal não ter acesso aos fundos estruturais, poderá perfeitamente, por outras vias e por desdobráveis que vão chegando a casa de cada um e que pensa o Governo pôr à disposição das mesmas, ter acesso a esta informação.

Em relação ao PRODESA, informou que o mesmo não pode ainda ser publicitado, porque não foi sujeito à assinatura na Comissão Europeia.

Foi isto o essencial que foi informado, é isto que está agora em cima da mesa. E devemos reconhecer que se trata de um justo interesse e genuíno direito dos cidadãos, com reflexos profundos e amplamente positivos nos domínios social, económico e cultural.

Por isso mesmo, se apresenta este relatório que depois, naturalmente, terá a sua consequência na discussão que o Regimento prevê e que irá acontecer de seguida.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Fernando Menezes.

Deputado Fernando Menezes (PS): Sr. Presidente, eu peço a palavra apenas para um aparte... não sei se pode ser, mas como se falou tanto em apartes aqui...

Presidente: Tem a palavra, Sr. Deputado.

Deputado Fernando Menezes(PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sobre esta matéria o Grupo Parlamentar do PS tem a dizer que, do nosso ponto de vista e do ponto de vista do Governo Regional, há todo o interesse, como é óbvio, e é mesmo fundamental, que haja a maior divulgação dos fundos comunitários, designadamente sobre o PRODESA, bem como dos programas dele resultantes.

Essa divulgação é absolutamente fundamental, ninguém aliás põe isso em causa, e esses programas destinam-se aos cidadãos e às empresas, logo aos açorianos, e mal seria que houvesse alguma ocultação relativamente a isso.

Portanto, em nossa opinião, é absolutamente fundamental que exista a maior divulgação.

Por outro lado, e de resto como já foi de alguma forma referido no relatório, gostaria de dizer que existem muitas formas e meios de se proceder a essa divulgação. Desde logo, através dos parceiros sociais, das associações agrícolas, de pescadores, etc., enfim, de todas as organizações que existem nas diversas actividades económicas nesta Região.

Dizia-me há pouco o Deputado Manuel Serpa que não acredita que haja algum lavrador ou pescador que desconheça os apoios que já teve e os que terá, porque sabemos que existe também essa preocupação por parte das pessoas.

Para além da divulgação que irá ser feita através dos parceiros sociais, gostaria ainda de dizer que nas juntas de freguesia, por iniciativa do Partido Socialista, existem hoje computadores com acesso à Internet, portanto, basta pedir ao funcionário da junta que faça a ligação para obter de imediato e em tempo real o PRODESA e outros programas comunitários.

Posso também acrescentar que já foram distribuídos aos autarcas, em recente encontro realizado na Ilha do Pico, o livro e o CD-Rom que tratam dessa matéria, logo, também isso está disponível nas Câmaras Municipais.

Para além disso, e como foi dito aqui pelo Sr. Presidente da Comissão, vão ser elaborados desdobráveis e o próprio Governo Regional também vai fazer a divulgação desses programas em destacáveis a saírem nos principais jornais dos Açores.

Creio que deste modo estão criadas as condições para que exista uma ampla divulgação do PRODESA. Compreendo, porém, a preocupação das pessoas,

designadamente dos subscritores desta Petição sobre essa matéria, mas não vejo grandes razões para estarem assim tão preocupados, porque é óbvio que este programa é fundamental que seja divulgado.

É por isso que, quanto a nós, não seria necessário recomendar essa divulgação, pois ela é tão evidente, mas vamos certamente votar a favor, apesar de termos este entendimento e de estarmos conscientes de que esse é também o objectivo do Governo, para que não se diga que o nosso grupo parlamentar eventualmente quer obstaculizar essa divulgação.

Portanto, embora esta Petição nos pareça despicienda, bem como a respectiva recomendação, nós vamos votá-la a favor para que seja feito um grande esforço de divulgação dos programas comunitários.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Não tem sido muito frequente nesta Assembleia Legislativa Regional chegarem petições por parte dos cidadãos.

Neste momento, estamos a analisar uma dessas petições, ou seja, um modo de análise que, como disse no início, é de certo modo pouco usual nesta Casa.

É importante, por outro lado, realçar que esta Petição que deu entrada nos serviços desta Casa no dia 9 de Maio, seja discutida. Ou seja, isto é um sinal de que da parte de todos nós, há boa vontade em dar resposta aos cidadãos quando eles se dirigem a esta Assembleia.

Entendo que numa altura em que se verifica, nomeadamente na comunicação social, uma grande preocupação em descobrir as falhas desta instituição, penso que todos nós também temos que realçar as qualidades que ela tem, no seu dia a dia, e que pode manifestar perante a sociedade.

É importante que este assunto seja aqui discutido e analisado e é importante que também haja uma resposta legislativa concreta que, neste caso, através de Proposta de Resolução por parte do PSD, a qual nós vamos votar favoravelmente.

A matéria em si é complexa, porque tal como o Sr. Deputado Fernando Menezes referia há pouco, todos os cidadãos têm conhecimento dos programas e dos apoios no campo da agricultura e pescas.

No campo da agricultura há uma estrutura montada nas 9 ilhas dos Açores e que faz chegar a todos os interessados e a todos os cidadãos em geral, uma informação muito frequente, com muitos meios, através de muitos contactos directos, editais, desdobráveis, isto é, há todo um serviço montado, baseado numa grande experiência que vem desde o início, o que faz com que apresente um serviço exemplar.

Já no capítulo das pescas, onde os serviços não são tão institucionalizados, onde não existem técnicos em todas as ilhas, a situação é mais complicada, pois nesta área profissional muitas vezes as pessoas vão a determinado serviço para obterem informações e é necessário estabelecer-se um correio com os serviços centrais para que ela chegue efectivamente. E estamos, por exemplo, a pensar em apoios dentro da mesma Secretaria Regional, embora servida por serviços operacionais externos diferentes.

Por isso mesmo, penso que acho que há razão de ser em colocar-se a necessidade dos serviços oficiais darem uma informação o mais ampla possível relativamente aos fundos comunitários e à possibilidade de aceder-se a novos projectos.

Poderia referir outros exemplos onde existe um serviço informativo capaz, mas também há realmente outros serviços onde existe uma informação deficiente. Aliás, este é um problema que já vem desde há muitos anos, não é de agora, nem é um problema que se possa imputar a este Governo, mas sim um problema que vem do início da aplicação dos programas comunitários. Ou seja, em nosso entender e é a essa conclusão que queremos chegar, é necessário continuar-se a fazer um trabalho profundo e grande, no sentido da administração chegar cada vez mais próximo dos cidadãos, da mesma ter cada vez mais meios disponíveis para uma informação junto dos cidadãos, que seja dada com clareza e no local aonde ela pretende chegar.

Não podemos contentar-nos com a existência, a nível de determinadas ilhas e certos serviços, da informação que é para toda a Região e para todos os cidadãos da mesma.

Por isso mesmo, pensamos que deve haver um esforço, no sentido do esclarecimento, da informação e da divulgação, o qual deve estar presente em todos nós e fundamentalmente em todos os serviços da administração regional.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Economia.

Secretário Regional da Economia(*Duarte Ponte*): Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu queria apenas dizer de uma forma muito simples o que é que se passa a nível do PRODESA, naquilo que diz respeito à Secretaria Regional da Economia, bem como aquilo que nós vamos fazer em termos de publicitação ou promoção dos diversos sistemas de incentivos que irão ser aprovados nesta Assembleia.

Para começar, há aqui duas vertentes que eu gostaria de referir, ou seja, o III QCA, onde se inclui o PRODESA, já tem uma decisão final da Comissão, já foi homologado e a sua publicação vai acontecer no dia 19 de Junho, portanto, estamos a falar de coisas ainda recentes; há também o Programa Operacional de Economia que foi aprovado a 5 de Maio; nos dias 27, 28 e 29 de Junho nós, em conjunto com o Governo da República, e os representantes do POC, vamos percorrer os três centros tradicionais — P. Delgada, Angra do Heroísmo e Horta — para fazermos com as câmaras municipais, as câmaras do comércio e associações empresariais, uma divulgação intensa dos sistemas de incentivos nacionais e, porventura, se tivermos já os regulamentos prontos, também dos sistemas de incentivos regionais.

Nós fazemos campanhas publicitárias dos sistemas de incentivos nacionais, são exemplo as campanhas para o RIME, o SAJE, o PROCOM, portanto não há na Região, na área que me diz respeito, falta de informação, antes pelo contrário, penso que ela tem sido boa, o que mostra de uma forma clara o conjunto de pessoas que se têm dirigido aos sistemas de incentivos.

Em conclusão, não há falta de divulgação no meu entender, embora quanto mais divulgação melhor. Não tenho nada contra o aumento da publicitação e estamos a fazer tudo o que podemos, para que se atinja todos os empresários desta Região e que para todos eles tenham acessibilidade, facilidade em tomar contacto com o III QCA e com as regras que vão ser impostas para a actividade empresarial.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Madruga da Costa.

Deputado Madruga da Costa (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Gostaria de salientar em primeiro lugar que se por acaso eu estivesse de "candeias às avessas" com o Sr. Secretário da Economia, hoje teria ficado reconciliado com ele. É que nas diversas intervenções que já fez nesta Casa durante esta tarde, por várias vezes afirmou que "quanto mais melhor" — ainda bem Sr. Secretário.

Efectivamente, temos é que ter cada vez mais possibilidades e fazer cada vez melhor as coisas que nos competem.

Nesta matéria que estamos aqui a analisar, gostaria de salientar que será de saudar, primeiro que tudo, o aparecimento desta Petição, que significa a preocupação da participação democrática dos cidadãos na nossa vida colectiva. É por uma questão simples, uma questão que, como há pouco referiu o Sr. Deputado Paulo Valadão, ainda tem alguma tradição em muitas áreas governativas de informação dos diversos programas que estão acessíveis a todos os agentes económicos e aos cidadãos da nossa Região, que tem sido feita de uma forma mais ou menos sistemática, com a colocação de informação quer nas juntas de freguesia, quer nas câmaras municipais, até nas próprias associações de lavoura e noutras instituições.

Penso que, porém, não se perde nada em avançar com mais informação, colocando-a nas escolas, nas casas do povo e por tudo quanto é sítio, inclusivamente, ter alguma informação preparada que possa ser enviada para as pessoas que a solicitarem.

Julgo, no entanto, que seria útil que pelo menos estas grandes questões, o caso do PRODESA, do POC de que falou há pouco o Sr. Secretário Regional, que houvesse uma brochura, uma publicação um pouco mais bem acabada, para poder-se dar informação sobre o PRODESA que é uma situação que vai prolongar-se no tempo e por vários anos, porque esse é o nosso quadro de referência para se obter mais fundos comunitários durante a vigência deste III QCA.

Já agora, gostaria de dizer mais duas ou três coisas sobre aquilo que avança o relatório da Comissão.

Relativamente à Internet, pois sim senhor, de facto ela existe nas juntas de freguesia, mas ainda esta manhã ouvimos falar o nosso colega e querido Deputado Silva Melo

sobre as *agruras* por que passam os responsáveis pelas juntas de freguesia, já com o trabalho que têm, tendo em conta a pouca remuneração que auferem, para carregá-lhes com mais esta tarefa de estarem a atender pessoas para irem à Internet, o que é complicado, mas de facto é uma solução.

Por outro lado, a Internet não está tão estendida na nossa Região, quanto eventualmente se desejaria e mesmo que todas as famílias se tivessem a reconverter em clubes de informática e a recorrer a apoios para aquisição de computadores, à ciência e à tecnologia, isso ainda ia levar algum tempo, primeiro que lá se chegasse.

Penso que deverá encontrar-se formas de informação mais directa e mais expedita, para chegar às pessoas.

Por outro lado, também é feita uma referência neste relatório ao departamento regional de planeamento na Internet, mas como é sabido — e naturalmente os Srs. Deputados que o têm visitado sabem - esse *site* não tem tanta informação quanta poderia vir a ter e quanto há-de vir certamente a ter com o andar do tempo, aliás a Internet também não está instalada há séculos.

De qualquer forma, e se me permitem mais um reparo, julgo que para se chegar a todas as entidades interessadas, dever-se-ia criar os folhetos, a todas as pessoas. Por acaso, se alguém tiver alguma dificuldade em saber como é que há-de fazer isto, é fácil: basta recorrer ao Sr. Secretário Regional da Habitação e Equipamentos, que produz notícias dessa natureza com fotografia e tudo, não sei se algum dos Srs. Secretários quererá arriscar-se com uma fotografia desta natureza, pois poderá ficar melhor ou pior na foto, mas esse é um caso que então deixo à vossa consideração.

(Risos dos deputados da bancada do PSD)

De todo o modo, a escola está feita, basta segui-la.

O que é bom não é a acção governativa, é um pouco pior e tem menos qualidade, mas enfim, fica o registo que é pior e tem menos qualidade.

Para finalizar, quero saudar a Petição e os subscritores, porque julgo que ela é importante, bem como esta Assembleia, com esta resolução que venha a aprovar

aqui, e conforme já tem garantido o apoio dos outros grupos parlamentares, dê também um sinal da sua própria resposta a esta preocupação dos cidadãos.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Manuel Nunes.

Deputado José Manuel Nunes (PSD): Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Quando se fala aqui na informação, de facto tem-se perdido alguns apoios pela falta dela, nomeadamente na Ilha do Corvo e por esta não ser bem divulgada.

Eu sei de um caso concreto de uma pessoa que recorreu a um apoio na área de hotelaria e por falta de informação não teve acesso ao mesmo.

Por outro lado, também vemos na televisão através de *spots* publicitários, indicação para o cidadão dirigir-se aos Serviços de Desenvolvimento Agrário mais próximo da sua respectiva ilha. Ora, nós no Corvo para nos dirigirmos ao Serviço de Desenvolvimento Agrário mais próximo, temos que andar 15 milhas, porque ele está nas Flores, logo como é que vamos recorrer a esses apoios?

Portanto, penso que primeiro é preciso dotar **todas as ilhas** de técnicos credenciados, para depois então e no caso concreto da Ilha do Corvo, as pessoas poderem candidatar-se a esse tipo de apoios comunitários.

Muito obrigado.

Deputado Alvarino Pinheiro (PP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Uma rápida intervenção que vem na linha do que foi referido pelo Sr. Deputado Madruga da Costa.

É, sobretudo, para saudar aqueles que tiveram a iniciativa de em vez de elaborar um abaixo-assinado dirigido ao Sr. Presidente do Governo Regional, tiveram a sensibilidade — e isto deve ser para todos nós motivo de satisfação — de, por um lado, conhecerem as competências desta Casa, estando actualizados quanto a um instrumento que na verdade não tem sido utilizado nos Açores com grande frequência. E, portanto, pelo facto de ter surgido esta Petição, para nós é importante, tal como já foi aqui muito bem desenvolvido pelo Sr. Deputado Madruga da Costa.

É uma deferência e um reconhecimento a esta Casa e ao papel que nos está reservado.

A circunstância de uma comissão parlamentar ter elaborado o seu trabalho e hoje estarmos perante uma Proposta de Resolução, do nosso ponto de vista, tudo isso insere-se em todo o aspecto positivo que rodeou esta iniciativa.

Queria ainda dizer que temos perfeita consciência que nos Açores, e não só, inclusivamente parece que já se criou uma classe de profissionais de aproveitamento do subsídio, portanto, talvez estejamos perante mais um dualismo da nossa sociedade. Ou seja, por um lado temos um segmento que sabe demais e até já sabe de tal forma, que inclusivamente consegue subsídio quando, à partida, não se imaginava que fosse possível. E também admito que ainda há um segmento de potenciais utentes que, por força de alguma exclusão, acabam por não ter apoios.

Nós todos constatamos isso, quando nos deslocamos e andamos por esta Região e até às vezes passamos por zonas de periferia dentro dos Açores, onde nos choca o facto das pessoas terem iniciativas, de avançarem com coisas que nalguns casos ou não tiveram apoio por falta de enquadramento — às vezes incompreensível — ou então nem solicitaram o apoio e ainda se gabam de não tê-lo solicitado, que é uma coisa que eu julgava que já tivesse desaparecido, mas parece que ainda não. E então ouvimos coisas como "Eu graças a Deus fiz isto, mas sem o apoio de ninguém!", porque pensam que possivelmente será um favor, ou que receber o apoio gera dependência.

Portanto, o princípio em si é nobre, é positivo. O Governo, por seu turno, também dá mostras de estar motivado para criar a maior divulgação possível, logo da nossa parte, aprovaremos esta Petição. E queremos salientar que não se trata bem de *chover no molhado*, porque é importante que, Assembleia e Governo, façam um esforço conjunto para que a informação chegue sobretudo àqueles que, de boa fé, acabam por não utilizar os apoios, tal como referiu o Sr. Deputado José Manuel Nunes o caso concreto da Ilha do Corvo, bem como de outras sociedades mais afastadas dos centros de decisão desta Região, pois é realmente importante sensibilizar essas pessoas para alguns proveitos que infelizmente ainda não acontecem.

Portanto, o nosso voto favorável, no sentido de que tudo o que se faça nessa direcção será bom para os cidadãos.

Presidente: Terminado o debate, vamos proceder à votação do Pedido de Urgência e Dispensa de Exame em Comissão.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como se encontram.

Secretário: O Pedido de Urgência e Dispensa de Exame em Comissão foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Está aberta a discussão da Proposta de Resolução, na generalidade.

(Pausa)

Não havendo intervenções vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como se encontram.

Secretário: A Proposta de Resolução foi aprovada por unanimidade na generalidade

Presidente: Está aberta a discussão na especialidade.

(Pausa)

Não havendo intervenções vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como se encontram.

Secretário: A Proposta de Resolução foi aprovada por unanimidade na especialidade.

Presidente: Passamos à votação final global.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como se encontram.

Secretário: A Proposta de Resolução foi aprovada por unanimidade na globalidade.

Presidente: Os próximos 4 pontos da nossa ordem de trabalhos, tratam de votações por escrutínio secreto. Por isso, eu incluí-los-ia num só ponto, uma vez que cada boletim para votação tem cor diferente.

Eu peço aos funcionários para procederem à distribuição dos boletins de voto, chamando a atenção dos Srs. Deputados que vamos votar o parecer da Comissão.

(Neste momento procedeu-se à votação e chamada em consequência das quais deram entrada na urna 47 votos)

Peço aos líderes Parlamentares e ao Sr. Deputado Paulo Valadão, o favor de darem uma ajuda na contagem dos votos.

(Pausa)

Estiveram presentes nesta votação 47 Srs. Deputados.

Peço ao Sr. Secretário da Mesa, o favor de anunciar a votação.

Secretário: Em relação ao **Relatório e Parecer sobre "prestação de depoimento como testemunha do Deputado Sidónio Bettencourt"**, votaram sim, 47 Srs. Deputados.

No que se refere ao **Relatório e Parecer sobre "a audição como arguido do Deputado Alvarino Pinheiro (Inq. 644/99, do Tribunal Judicial da Comarca da Horta)"**, votaram 47 Srs. Deputados, sendo 42 votos sim e 5 não.

Em relação ao **Relatório e Parecer sobre "prestação de depoimento como testemunha do Deputado José Ramos Aguiar"**, votaram 47 Srs. Deputados sendo 47 votos sim.

Quanto ao **Relatório e Parecer sobre "prestação de depoimento como testemunha do Deputado Francisco Oliveira"**, também votaram 47 Srs. Deputados, sendo também 47 sim.

Presidente: Srs. Deputados, atingimos a hora regimental.

Uma vez que ainda temos dois pontos agendados para hoje, pedia aos líderes parlamentares e ao Sr. Deputado Paulo Valadão, o favor de se aproximarem da Mesa, para decidirmos a nossa ordem de trabalhos.

(Pausa)

Srs. Deputados, vamos dar continuidade aos nossos trabalhos com o **Pedido de Urgência e Dispensa de Exame em Comissão da Proposta de Decreto Legislativo Regional sobre o SIDER.**

Para apresentar o mesmo, tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Economia.

Secretário Regional da Economia (*Duarte Ponte*): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Este diploma foi analisado com diversas entidades, nomeadamente a Câmara de Comércio e Indústria dos Açores, a Associação de Jovens Empresários, a Associação de Municípios dos Açores e também o Conselho Regional de Incentivos.

Em primeiro lugar, eu gostaria de falar um pouco dos antecedentes.

Como sabem, o II Quadro Comunitário de Apoio, terminou no dia 31 de Dezembro de 99, o que significa que o SIRAA, que tem diversos sistemas de incentivos já bem conhecidos (SIRALA, SIRAPA e o SIRAPE), deixou de funcionar, ou seja, a partir de Janeiro deste ano os empresários que se queriam candidatar a estes sistemas de incentivos, deixam de ter um sistema operacional. O mesmo acontece com o SITRAA que termina no final deste ano.

O III Quadro Comunitário de Apoio, iniciou-se em Janeiro. Aliás, a partir de 19 de Novembro de 99, já se pode imputar despesas ao III QCA, mas era necessário que os documentos correlacionados com o PRODESA na Região Autónoma dos Açores e com o Programa Operacional da Economia que está estreitamente relacionado com tudo o que diz respeito aos sistemas de incentivos, estivessem publicados e tivessem uma forma clara.

Como sabem, no caso do Programa Operacional de Economia, ele foi publicado no dia 5 de Maio deste ano. O PRODESA, no início de Maio, foi objecto de uma decisão final da Comissão e já está homologado, sendo publicado no dia 19 de Junho.

No caso do Programa Operacional de Economia, embora já tenham sido publicados os regulamentos — alguns já estão publicados, outros não — eles são conhecidos. Portanto, estava na altura, embora já tivéssemos ideias claras de como devia ser essa Proposta de Decreto Legislativo Regional, de verificar o que é funcionava bem no sistema de incentivos anterior, e o que estava menos bem, e que depois de longas conversas com os parceiros sociais, nomeadamente com a Câmara de Comércio e Indústria dos Açores, fôssemos aperfeiçoando um modelo que considero estar perto

do que se pode considerar não um consenso generalizado, mas possível — nunca é possível ter o consenso de todos os parceiros sociais, — e que de facto enforma esta Proposta de Decreto Legislativo Regional.

Como sabem, o Programa Operacional de Economia, que está adstrito à Região Autónoma dos Açores, tem cerca de 27,4 milhões de contos.

Nesse Programa, a medida 1.1 — investimentos até 30 mil contos, não está adstrita aos Açores e à Madeira, ou seja, não é aplicável aos Açores ou à Madeira a medida 1.1 que já foi publicada em regulamento. Portanto, nós teremos que ter um sistema alternativo completamente autónomo do Programa Operacional de Economia.

Assim, os Açores e a Madeira decidiram criar um sistema de incentivos próprio que no fundo vem, de certo modo, criar um sistema diferente, mas parecido com o SIRALA, ou seja, agora o SIRALA tem um objectivo um pouco mais amplo, vai até aos 30 mil contos, e a filosofia que enforma este novo sistema de incentivos, que vai ser designado aqui por um subsistema do sistema global SIDER, o chamado SIDEL (Sistema de Incentivos de Desenvolvimento Económico Local), tem uma filosofia e uma gestão semelhantes ao SIRALA, mas tem uma maior capacidade de acção, isto é, vai até aos 30 mil contos.

Depois há um sistema de incentivos dedicado ao turismo e há um outro sistema de incentivos de prémios, porque na medida 1.2 — projectos a nível nacional que vão de 30 mil contos para cima — a Região Autónoma dos Açores tem 13.2 milhões de contos de incentivos, o que dividido por 7 anos, dá um investimento bastante elevado.

Depois de consultados os técnicos de Bruxelas, para sabermos a possibilidade de baixarmos — havia o SIRAPE que era um sistema de prémios que era só a partir de 1 milhão de contos — e se poderíamos aplicar a partir dos 30 mil contos, foi-nos dada uma resposta positiva e por isso em conversações com a Câmara de Comércio, numa tentativa de aproveitamento do máximo de recursos, de procurar que os recursos que existem nos sistemas de incentivos nacionais também fossem utilizados pelos empresários regionais, dado que existe pela primeira vez um sistema da locação de verbas à Região Autónoma dos Açores e à da Madeira, criou-se um sistema de

prémios que vai de 30 mil contos para cima e serve ao turismo, à indústria, ao comércio e todas as áreas.

Para além disto, existe também um sistema de prémios para os projectos que possam eventualmente não vir a ser aprovados a nível nacional, mas que têm um efeito estruturante na Região Autónoma dos Açores. Portanto, são projectos que no fundo vêm cobrir o tal SIRAPE.

Há determinadas áreas que nós consideramos extremamente importantes para a Região Autónoma dos Açores, que podem por alguma razão não ser aprovadas a nível nacional. Então, dentro do sistema de prémios, considerámos também esta área. Desta forma institui-se o Sistema de Incentivos para o Desenvolvimento Regional, designado por SIDER e constituído por 3 subsistemas, o SIDEL, o SIDEPE e o SIDET, um dedicado ao desenvolvimento local, no fundo ex-SIRALA, o outro ao desenvolvimento do turismo, que vem cobrir o SITRAA, e o outro vem cobrir o SIRAPE.

Há algumas inovações que terão que ser vistas caso a caso.

Nas condições de acesso aos promotores, nós fizemos de uma forma abrangente, porque por exemplo no caso do SITRAA actualmente, associações sem fins lucrativos podem candidatar-se. É o tal problema das promoções que nós consideramos que é importante que associações sem fins lucrativos, empresas mesmo de capital maioritariamente público, possam concorrer ao sistema e se existe no SITRAA, aqui está salvaguardado, porque os promotores são os mais variados.

Isto está da mesma forma que está no Programa Operacional de Economia.

No fundo, podem concorrer as empresas, associações de qualquer natureza, sob qualquer forma jurídica.

Aqui não encontrámos consenso em relação aos diversos parceiros sociais. Compete, pois, à Câmara de Comércio decidir.

De facto, isto não é para ser aplicado em todos os sistemas, mas em casos particulares na regulamentação específica na qual se indicará o respectivo universo dos beneficiários.

Em relação a outros pontos que não são consensuais, um deles diz respeito à forma como gerir o sistema.

Enquanto que o quadro institucional anterior é basicamente a Secretaria Regional das Finanças, o Conselho Regional de Incentivos, as Câmaras Municipais e a Câmara de Comércio e Indústria dos Açores, nós introduzimos aqui um sistema diferente, ou seja, a Secretaria Regional de Economia que tem um gabinete de sistema de incentivos.

O Conselho Regional de Incentivos passa a ter uma vocação diferente. Passa a ter mais a função de avaliação dos subsistemas e do grau de sucesso dos respectivos projectos de investimento.

A comissão de selecção é uma comissão adstrita a cada subsistema. Assim, para o SIDEL (Sistema de Incentivos de Desenvolvimento Económico Local), haverá uma comissão de selecção. É preciso perceber que a comissão de selecção deve ter uma composição diferente de quem analisa, para haver uma completa separação de quem analisa e de quem selecciona. Portanto, tem que haver uma composição diferente no caso do SIDEL, do SIDEP e do SIDET.

É extremamente importante para nós, para que haja credibilidade no sistema, que a comissão de selecção tenha obrigatoriamente pessoas ligadas aos mais diversos sectores, para que não haja a mínima suspeição que possa ser lançada nos sistemas de incentivos.

Todos nós temos em vista o que aconteceu com o IIPA, por isso não quereríamos que o novo sistema de incentivos, o quadro institucional que aqui vamos aprovar, dê azo a que haja suspeições. Nós estou a dizer que já há qualquer problema, mas que as suspeições sejam arredadas, porque na comissão de selecção existirão sempre pessoas de fora, pessoas que não estão envolvidas na análise e será mais difícil haver qualquer perturbação ou qualquer grau de suspeição.

Em relação ao quadro institucional, a Câmara de Comércio e Indústria dos Açores, no seu parecer, pretende que seja só a Câmara de Comércio e as suas associadas e os jovens empresários pretendem que sejam as associações empresariais.

Como isto é um Decreto Legislativo para 7 anos, nós achámos que não devíamos restringir à Câmara de Comércio e Indústria dos Açores, mas devíamos colocar associações empresariais, porque vai permitir uma maior possibilidade, uma maior maleabilidade, uma maior abrangência do processo.

De resto, penso que as posições assumidas pelas diversas associações empresariais e pelo Conselho Regional de Incentivos, foram entendidas na sua globalidade, mas estamos prontos, no debate, a explicar de uma forma mais concreta o que é que se pretende aqui do SIDER.

Basicamente são 3 subsistemas, um para projectos de pequena dimensão que vai até 30 mil contos, outro para o turismo de uma forma separada e outro para um sistema de sinergia com os sistemas de incentivos nacionais, no fundo, para premiar os empresários que vão buscar recursos ao Programa Operacional de Economia e ao PIDAC, não envolvendo o orçamento da Região.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Duarte Freitas.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O PSD já se tinha disponibilizado para, se fosse necessário, fazer uma sessão extraordinária da Assembleia para discutirmos este diploma dada a importância que ele tem.

Sabemos de um grande número de empresários que além de terem várias vezes reclamado em face dos atrasos do SIRAA, nomeadamente dos SIRALAs, além desses projectos estarem atrasados, continuam sem ver a aprovação dos que já entraram.

Por outro lado também, até a este momento, estão sem saber como é que vai ser o novo sistema de incentivos ao investimento da Região Autónoma dos Açores.

Por isso, da nossa parte, da parte do PSD e do Grupo Parlamentar do PSD, estivemos desde logo disponíveis para resolver este problema rapidamente, no que competir ao processo legislativo.

Esperamos também que da parte regulamentar, o Governo possa rapidamente resolver as restantes questões, para que o sistema fique em funcionamento e paralelamente seja feito o saneamento do sistema anterior que ainda não aconteceu.

Devo dizer também que o Partido Social Democrata vai votar favoravelmente este diploma, mas artigo a artigo, iremos pôr as questões que entendermos, porque não

podemos deixar passar uma série de dúvidas que temos, uma vez que este diploma não foi discutido na Comissão.

Nós não podemos passar por isto *sobre brasas*, sob pena de estarmos a dar uma vaga autorização legislativa ao Governo para enquadrar todo o processo de todo o sistema de incentivos económicos da Região Autónoma dos Açores.

Será desnecessário discorrer aqui sobre toda a importância que este diploma tem, mas há uma essencial, ou seja, o efeito, até mais social do que económico, que nomeadamente o SIDEL vai ter, porque são investimentos de pequeno montante que vão ter um efeito muito grande em todas as nossas pequenas comunidades, como aliás, os SIRALAs tiveram, não só na criação de emprego, mas também no fortalecimento do tecido económico e na sua modernização.

Por isso mesmo, é mais uma razão — não é só uma razão do desenvolvimento da economia e dos empresários terem os meios ao seu dispor — social que faz com que tenhamos maior atenção e maior premência em facilitar tudo o que seja possível para que o sistema entre rapidamente em vigor.

Já agora gostaria também de fazer alguns comentários, não muito de pormenor, mas entrando um pouco naquilo que se vai discutir.

Desde logo, fala-se no preâmbulo em sectores estratégicos, mas por outro lado não se concretizam as prioridades, ou pelo menos não nos é dado observar a concretização dessas prioridades, antes pelo contrário, temos aqui o projecto que irá abranger desde ginásios e salas de musculação, até à indústria passando pelo turismo. Portanto, com uma horizontalidade em termos de toda a actividade económica, praticamente total, exceptuando os investimentos que serão feitos no âmbito dos apoios do FEOGA.

Gostaríamos de saber se já há alguma informação sobre quando é que este sistema poderá entrar em funcionamento, nomeadamente pela notificação à comunidade, ou seja, se já foi feita alguma coisa nesse sentido, se vai ser feita ou quais as perspectivas que os nossos empresários terão para esta questão?

De resto — é mais uma pequena crítica em termos políticos — este é um sistema que vem na sequência do anterior SIRAA que alarga a sua horizontalidade abrangendo muitas mais classificações das actividades económicas, englobando a parte que também era abrangida pelo SITRAA. Portanto, vai englobar todos os incentivos à

actividade económica nos Açores, à excepção daqueles apoiados pelo FEOGA, como já disse.

No entanto, continuamos a desconhecer se haverá modelações ou não neste sistema, e é uma das coisas que gostaria que o Sr. Secretário explicasse, porque podemos ver na parte da discussão na especialidade, mas desde já esta questão das modelações podia ser posta.

Também gostaríamos de saber quais as razões de se ter perdido um pouco da base regional que existia no âmbito do SIRAA, na medida em que este Projecto de Decreto Legislativo Regional empurra os projectos superiores a 30 mil contos para sistemas nacionais, dando apenas um prémio regional, prémio esse que, como o Sr. Secretário referiu, está previsto para os investimentos superiores a 1 milhão de contos. Isto é, alargou-se na horizontalidade, actualizaram-se os montantes elegíveis, relativamente ao que havia em relação aos SIRALAs, mas pensamos que se deu na base regional com todas as consequências e é esta a nota política que eu gostaria de deixar neste momento.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Economia.

Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Uma breve crítica feita em relação aos SIRAPAs, SIRALAs e SITRAAs.

Devo dizer que os SIRAPAs estão todos em dia, todos pagos. Portanto, não há nenhum atraso.

Os SITRAAs idem aspas.

Quanto aos SIRALAs, as Câmaras de Comércio receberão este ano 400 mil contos. Eu estou à espera dos recibos das Câmaras de Comércio.

Em relação ao atraso, Sr. Deputado, o II Quadro Comunitário de Apoio, entrou em vigor em 1994.

O primeiro Decreto Legislativo sobre o SIRAA, surgiu no dia 20 de Fevereiro de 1995 (14 meses depois).

O SITRAA surgiu no dia 14 de Junho de 96 (dois anos e meio depois).

Eu penso que estamos a trabalhar. Mais depressa do que isto, não podia ser, porque o PRODESA foi aprovado em Maio. O Programa Operacional de Economia, que tem

muito a ver com isso, só em Maio é que ficou mais ou menos definido e os regulamentos ainda não estão todos publicados.

O facto de haver um bom entendimento entre este Governo e o Governo da República, o facto de conhecermos antecipadamente os regulamentos que vão ser efectuados e que vão ser publicados para esta Região, permitiu-nos divisar esse sistema de incentivos.

As conversações que nós temos tido com as Câmaras de Comércio, não são de agora. Até na definição da locação das verbas às diversas medidas, houve reuniões com as Câmaras de Comércio.

Portanto, nós já conhecíamos a locação para as diversas medidas do Programa Operacional de Economia, foi feita uma discussão aberta com as Câmaras de Comércio e com elas divisámos esse sistema, que surge agora mas já vem de uma longa conversação com as Câmaras de Comércio.

As Câmaras de Comércio conhecem a filosofia que ia enformar este Decreto Legislativo, sabem desde o início o que é que iria acontecer, aconteceu da forma mais rápida possível.

É evidente que eu gostaria que esta Assembleia tivesse muito mais tempo para analisar esse sistema. Só o facto de haver aqui umas férias, que apareceram por acaso, é que nos obriga a utilizar a figura regimental de pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão. Foi só um facto, porque poderia ter acontecido em Março ou em Abril.

Este Governo e a Secretaria Regional da Economia que esteve encarregada de resolver este assunto, fê-lo num mês. Foi o prazo de consultas desde o início, elaboração do texto, a consulta aos diversos parceiros sociais, absorver as diversas sugestões e voltar a conversar (tivemos 3 sessões com as Câmaras de Comércio, com as associações dos Jovens Empresários e com o Conselho Regional de Incentivos). Tudo isto foi feito, foi elaborado e chegámos ao consenso possível, que nunca poderia ser total.

Quanto aos sectores estratégicos, os projectos de investimento que visam a criação de novas empresas, a expansão e a modernização das existentes, bem como a alteração

da localização de estabelecimentos, serão definidos e apoiados nos termos dos regulamentos.

De facto, este Decreto Legislativo Regional compete ser abrangente. É assim que também é definido no Programa Operacional de Economia, ou seja, com abrangência, e depois nos respectivos regulamentos haver modelações para os diversos incentivos nas diversas áreas, que não serão apoiadas sempre da mesma forma durante o decorrer dos 7 anos.

Nós estamos a fazer um Decreto Legislativo para 7 anos. Portanto, temos que ter aqui quase todas as áreas, porque se repararem a medida 1.1 não é aplicável à Região Autónoma dos Açores, nem à Madeira.

Nos Açores pode haver pessoas que queiram concorrer para estas áreas, que estão no Programa Operacional de Economia e que aqui terão que ser colocadas.

Os consensos foram obtidos com as Câmaras de Comércio, com a Associação de Jovens Empresários e com alguma ou outra excepção, pensamos que este acordo e esta proposta que nós lançamos aqui, tem um alargado consenso.

Quanto à notificação da Comunidade, imediatamente após a publicação deste documento que pode ser alterado aqui, devo dizer que nós já enviámos um pré-projecto para a Comissão, os técnicos já o analisaram e aquilo que nós estamos a colocar aqui é consensual na Comissão, mas não poderá ser enviado só como for aprovado aqui, porque pode ser totalmente alterado. Só aí é que podemos fazer a notificação real.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Na generalidade, nós vamos votar favoravelmente esta Proposta de Decreto Legislativo Regional, na medida em que consideramos que é importante dotar os meios empresariais desta Região dos mecanismos legais que possam concorrer a incentivos, no sentido de melhorar o nosso tecido empresarial.

Não vamos entrar em pormenor em relação à análise do diploma, mas de qualquer modo, gostaríamos de colocar uma questão ao Sr. Secretário Regional.

As candidaturas ao SIDEL vão ser analisadas pelas associações empresariais mediante protocolo entre a Secretaria.

Na altura em que forem assinados esses protocolos, vai haver por parte da Secretaria a garantia de que em tempo útil todos os processos entrados nas diversas associações empresariais, vão ter um despacho atempado?

Eu coloco esta questão, porque em relação aos mecanismos que têm estado em execução, alguns empresários queixam-se das demoras que existem na análise dos processos.

Esta é uma situação que muito recentemente foi-nos colocada e eu gostaria de colocá-la aqui, porque é importante que sejam as associações empresariais a fazer a análise dos documentos, mas elas têm que ter técnicos com capacidade de, em tempo útil, fazer a análise desses processos, uma vez que é fundamental haver uma certa rapidez no evoluir de todas estas situações.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Duarte Freitas.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu devo lembrar que felizmente logo a seguir ao PSD ter vindo a público dizer que estaria disponível para, em qualquer momento, reunir em plenário a fim de resolver esta questão — não sei se terá alguma coisa a ver com isto ou não — apareceu logo este diploma para poder vir a ser discutido neste plenário.

Quanto a atrasos, Sr. Secretário, é bom lembrar que o senhor agora tinha todo um edifício que foi feito de novo quando se começou com o SIRAA, aliás, inovador a nível nacional e europeu, elogiado a esses dois níveis — penso que o senhor sabe — e que, pela primeira vez, juntou no processo decisório e no processo de instrução os agentes privados, nomeadamente as Câmaras de Comércio e o poder local.

A nível do turismo havia também uma série de diplomas que depois foram compilados num apenas e estou a falar do SITRAA.

Neste momento, o que foi feito foi pegar num edifício já construído, com provas dadas, alargar a sua horizontalidade, não criando as tais modelações como referi e ceder na base regional.

Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte): Não é cópia nenhuma!

Não há nenhum artigo igual!

O Orador: Certamente que foi discutido com as Câmaras de Comércio, com toda a gente como tem que ser, mas o processo para construir este Projecto de Decreto Legislativo Regional, foi necessariamente muito mais simples e breve do que aquele que foi necessário para construir tudo aquilo que existia e que foi feito de novo, com originalidade, para que agora se possa assim compilar aquilo que havia no SITRAA e aquilo que havia no SIRAA.

Em relação às prioridades, o Sr. Secretário fala que depois, por aquilo que eu percebi, em termos regulamentares, serão definidas as prioridades. Eu acho que isto é uma coisa estranhíssima.

As prioridades políticas são definidas no Decreto Regulamentar, mas as despesas elegíveis são todas definidas no Decreto Legislativo Regional! Há aqui qualquer coisa que falha.

Preocuparam-se com o pormenor, vendo o que é que eram despesas elegíveis e despesas não elegíveis e esqueceram-se de definir as prioridades políticas. Não sei se existem ou não ou se estão reflectidas.

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): *Muito bem! Muito bem!*

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Augusto Élavai.

Deputado Augusto Élavai (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Estamos a analisar uma Proposta de Decreto Legislativo Regional que se prende com o Sistema de Incentivos para o Desenvolvimento Regional dos Açores.

É um diploma importante que vai enquadrar o sistema de incentivos da Região nos próximos 7 anos e é constituído, como já foi referido pelo Sr. Secretário, por 3 subsistemas: SIDET, para o turismo, o SIDEL para o desenvolvimento local e o SIDEPA para prémios.

É um instrumento fundamental que servirá para fortalecer e modernizar a economia regional, a diversificação da oferta de bens e serviços e também a criação de emprego.

Gostaria de realçar o que é dito no preâmbulo desta Proposta de Decreto Legislativo Regional, no que diz respeito à filosofia de maior exigência.

De facto, este documento enforma uma filosofia de maior exigência e nós pensamos que esta atitude junto com a de um maior rigor, vai fazer com que o desenvolvimento dos Açores se concretize de um modo mais sustentável.

Achamos que o sistema de incentivos deve requerer sempre rigor e exigência.

Por isso, nós, Grupo Parlamentar do PS, vamos votar favoravelmente este diploma.

Antes de terminar e a *talho de foice*, já que são conhecidas as propostas de alteração do PSD, gostaria de dizer que na generalidade, quando votarmos artigo a artigo, também somos favoráveis às alterações que o PSD apresentou.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Economia.

Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Um breve esclarecimento ao Sr. Deputado Paulo Valadão e um pequeno comentário às afirmações feitas pelo Sr. Deputado Duarte Freitas.

Em relação às associações empresariais, isso preocupa-nos, não todas, mas algumas, aquelas que têm maiores dificuldades que outras. Este é um assunto que nós estamos a trabalhar com eles (não existe em São Miguel nem na Terceira, mas existe aqui no Faial).

De facto, existem programas nacionais que podem permitir a aquisição de técnicos.

Como estamos aqui a trabalhar para 7 anos, vamos encontrar com certeza um protocolo para esta ilha, que permita a estabilidade dos técnicos a fim de analisarem as candidaturas com a rapidez e celeridade necessárias. Daí termos que fazer um protocolo, caso a caso, porque no Faial a situação é uma, em São Miguel é outra e na Terceira é outra. Isso vai evoluindo com o tempo.

Nós estamos aqui a trabalhar para 7 anos e temos isso em consideração.

Sabemos que as dificuldades que existem na Câmara de Comércio do Faial e muitos atrasos que existem nesta ilha, muitas vezes são derivados não do pagamento, mas da análise dos próprios processos.

Quanto ao não estar aqui de uma forma muito clara e muito explícita quais os sectores estratégicos, eu devo dizer que este é um processo para 7 anos. Não é nenhum plano quinquenal, soviético, que tenha o dirigismo de dizer que isto é estratégico para todo o sempre.

Nós sabemos o que queremos para os próximos anos, mas achamos que este documento deve ser abrangente, deve permitir a entrada. É na modelação que se vai fazer dos regulamentos, que podem variar ao longo dos 7 anos, que podemos definir e criar as condições para que este sector seja privilegiado em relação a outro sector.

Não vale a pena criar programas dirigistas. Se reparar bem, o Programa Operacional de Economia que também é feito para o país inteiro, adopta a mesma filosofia.

É assim que é feito lá fora e é assim que pensamos que deve ser feito aqui, ou seja, haver uma abertura muito grande na base, mas ao longo do tempo ir aperfeiçoando quais os sectores estratégicos.

É essa a nossa visão e achamos que não valia a pena frisar aqui o turismo, porque todos nós sabemos que queremos desenvolver o turismo nos Açores e vamos colocá-lo como sector estratégico pelos incentivos que vamos dar, por isso é que tratamos o SIDET como sendo um subsistema à parte. Não colocamos misturado com os outros, mas colocamos o SIDET (Sistema de Incentivos ao Desenvolvimento do Turismo).

Os outros sistemas de incentivos seriam para nós complexos num decreto legislativo. Agora, é este serviço que vai ser prioritário, é aquela indústria que vai ser prioritária, as coisas evoluem. Nós estamos num mercado em que a evolução tecnológica é grande e aquilo que é verdade hoje, amanhã pode já não ser verdade e pensamos que é preferível haver uma abrangência grande e com o tempo possibilidade de haver modelação através dos decretos regulamentares.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Duarte Freitas.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu devo dizer que as explicações do Sr. Secretário acerca da não priorização de sectores estratégicos, não me convenceram totalmente. Aliás, o diploma, no seu preâmbulo, baseia-se inclusivamente no privilegiar acções integradas nos sectores considerados estratégicos para o desenvolvimento regional. Quais são?

Secretário Regional da Economia (Duarte): Vão ser definidos os subsistemas!

O Orador: Eu repito: está aqui, no último parágrafo da primeira página do preâmbulo.

Se o diploma se baseia nisto, como é que não há uma ideia de quais são os sectores considerados estratégicos?

Pelo que percebi, Sr. Secretário, ao nível da regulamentação vão ser criadas condições de modelação. Se bem entendi, essas condições de modelação terão a ver com as tais prioridades de definições estratégicas.

E em relação a modelações que tenham a ver com condições geográficas, nomeadamente, em face da nossa realidade arquipelágica e em face do tecido económico de cada uma das ilhas?

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Economia.

Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em relação a este ponto, é muito simples.

Nós temos uma experiência do passado: o SIRALA, o SIRAPA, o SITRAA existem, estão a funcionar.

Nós estamos em diálogo com as Câmaras de Comércio, temos o Conselho Regional de Incentivos para avaliar o grau de sucesso. Portanto, temos todos os mecanismos de avaliação do próprio sistema.

É com esses mecanismos de avaliação, é com esta metodologia que vamos encarar os próximos 7 anos, sem regras fixas à partida, com bastante flexibilidade e com a certeza de que há sectores estratégicos que estão definidos, até mesmo estão implícitos aqui, ou seja, o turismo que tem um sistema de incentivos próprio e há depois um conjunto de áreas muito vasto, que vai sendo avaliado conforme o decorrer do próprio processo de sistema de incentivos.

Nós preferimos a abertura e a flexibilidade.

Não queremos criar regras rígidas que daqui a dois ou três anos podem ser postas em causa.

É essa a nossa filosofia, é essa a nossa maneira de ver a questão.

Nós não acreditamos no dirigismo dos planos quinquenais soviéticos.

Nós acreditamos que o mercado vai mostrando quais os vectores que têm maior possibilidade de sucesso e quais aqueles que vale mais a pena apostar, por isso criámos o Conselho Regional de Incentivos que vai fazer a avaliação do próprio

sistema. É por isso que ele vai trazendo novos encontros ao sistema, permitindo que o Governo que estiver a actuar possa ir mudando os subsistemas, mudando os regulamentos dos subsistemas e criando uma conjuntura de sistema de incentivos favorável ao desenvolvimento económico.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Berta Cabral.

Deputada Berta Cabral (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário Regional da Economia:

Não pode deixar de me surpreender essa sua justificação quanto aos sectores estratégicos, porque é o próprio documento que vem do Governo que diz que este sistema tem um carácter inovador, quer nas actividades, quer na tipologia. Aqui o inovador é o ser mais abrangente, não tem nada de inovador.

Eu ainda não percebi onde é que está a inovação na tipologia dos instrumentos que utiliza, quais são os novos instrumentos, qual é a nova tipologia de instrumentos que aqui é utilizada, para eu poder identificar. Depois diz: "privilegiando acções integradas nos sectores considerados estratégicos para o desenvolvimento regional".

Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte): Então e o SIDER?

A Oradora: Não sou eu nem somos nós que queremos dirigismo. O Sr. Secretário é que diz no preâmbulo do seu documento que esta proposta vai privilegiar as acções integradas nos sectores considerados estratégicos.

O mínimo que nós lhe podemos perguntar e o mínimo que temos o direito de saber, é quais são os sectores estratégicos. Não é um problema de dirigismo.

Qual é a orientação estratégica deste diploma?

O que é que o Sr. Secretário quer incentivar, privilegiadamente, conforme aqui diz, com este documento?

Se me diz que quer privilegiar o turismo, mais isto, mais aquilo por enquanto, amanhã pode querer privilegiar outros, cá estamos. Da mesma maneira que vai alterar os regulamentos, porque já disse que é nos regulamentos que vai definir os sectores estratégicos, altere também o diploma na Assembleia.

Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte): Então o que é que estamos a fazer todos os dias?

A Oradora: Não faz sentido dizer que não põe no Decreto Legislativo os sectores estratégicos, porque os quer alterar, mas põe no Decreto Regulamentar, porque os quer alterar. Altera qualquer um!

Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte): Não é assim!

A Oradora: Tanto os decretos regulamentares, como os Decretos legislativos, são revogáveis e alteráveis a qualquer momento.

O que é preciso é que se saiba neste momento em que estamos a aprovar isso, o que é que se quer privilegiar do ponto de vista do desenvolvimento económico e não uma amálgama de divisões, de classificações económicas, que como aqui já foi dito, vai de uma ponta a outra, sem se perceber o que é que se quer privilegiar. Não se percebe.

Eu penso que isso é o mínimo quando se pega num documento que pretende — e ele próprio diz — ser estratégico no que se refere ao incentivo dos sectores económicos da economia.

Também gostaria de sublinhar uma outra preocupação que já aqui foi dita, mas eu queria salientá-la uma vez mais.

O SIRAPA desaparece, o sistema que apoia investimentos entre 30 mil — o SIRALA já ia até 30 mil em dois anos, dois projectos, como sabe — e 100 mil, e que se quer coadonar muito bem com as necessidades de investimento da nossa pequena e média empresa.

Sei que vai passar para o Plano Operacional de Economia, mas também sei, como todos sabem, que à semelhança do que se passou com o RIME e com outros sistemas nacionais, é diferente. Os centros de decisão estão mais longe e isto é apenas uma preocupação.

Os protocolos devem pensar em tudo isto, ou seja, que não há sistema alternativo regional. Portanto, deve-se facilitar, flexibilizar e criar mecanismos regionais a fim de facilitar a vida aos nossos empresários. Isto é apenas uma preocupação.

Eu não estou a dizer que não deve passar para lá, que não deve aproveitar os fundos que o Programa Operacional de Economia põe à disposição da Região. Eu estou a chamar a atenção para o facto de, enquanto no anterior Quadro Comunitário de Apoio os empresários podiam optar por sistemas nacionais e sistemas regionais, a

partir deste momento deixam de ter essa opção, isto é, a partir do momento em que se elimina o SIRAPA que ia entre 30 a 100 mil contos.

Eliminando isto, tem que haver uma maior preocupação nos protocolos com o Ministério da Economia ou com o IATMEI naturalmente, para que a Região tenha aqui a capacidade de decisão e só vai lá se tiver que ir — se não tivesse ainda era melhor, bastava que nós geríssemos a quota, que ela fosse posta à disposição — para homologação. Se não fosse, tanto melhor, porque deixava nas suas mãos, nas mãos da Secretaria Regional da Economia, que é quem tem uma visão correcta e realista da dimensão do nosso tecido empresarial, aquilo que deve ser feito e a forma como devem ser apoiados os nossos empresários.

É apenas uma preocupação que eu tenho, sobretudo têm os empresários, e que faço questão de trazer aqui como eco das suas palavras pelo facto de aqui não poderem estar.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Economia.

Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Esta discussão sobre os sectores estratégicos pode eternizar-se aqui.

Eu já disse e volto a repetir que o Programa Operacional de Economia segue uma metodologia semelhante.

Nós não tivemos num sector, num mercado em que tudo é definido pelo Governo. As forças do mercado é que vão dizer o que é que é melhor, conforme as modificações tecnológicas, situações diversas que nós não podemos prever.

Claramente apostamos no turismo e criámos um sistema de incentivos à parte.

Também apostamos no desenvolvimento integrado, por isso criámos o SIDET para projectos integrados.

A filosofia que está neste preâmbulo está aqui colocada.

Quando se fala no SIRAPA que vai de 20 mil a 100 mil — a Sra. Deputada até pela sua experiência profissional sabe muito bem disso — muitos dos projectos acima de 100 mil (150 mil, 180 mil, 200 mil) já não podiam entrar.

Hoje, haviam projectos com a necessidade absoluta de serem também privilegiados e que não havia nada para eles. A alternativa era o PEDIP e este não dava quase incentivo nenhum.

Com este sistema de prémios e com a medida 1.2, nós conseguimos fazer uma modelação efectiva de todos os investimentos, não só de 20 a 100 mil, mas de 20 até aonde a senhora quiser. Vão buscar o incentivo lá fora, porque têm 13,2 milhões de contos para os Açores, coisa conseguida por este Governo, uma quota efectiva, para todos os investimentos nesta área. À medida que os regulamentos sofrerem alterações lá fora, nós aqui também vamos modificando os regulamentos, para que o sistema de incentivo dado aos empresários seja o melhor. Isto foi de acordo com os empresários e a Câmara de Comércio concorda com isto, tal como a Associação dos Jovens Empresários.

Este foi um assunto amplamente discutido com os empresários.

O valor que foi atribuído às quotas nas diversas medidas no Plano Operacional de Economia, foi discutido com eles, por motivo de alterações.

Este é assunto de grande importância no sistema.

Agora passamos a ter projectos não só de 20 a 100 mil contos, como também passamos a ter projectos de 150 mil, 180 mil e escusam de haver pessoas que estão no fundo a aldrabar o sistema, dizendo que são autónomos dos projectos, porque não são. Todos nós sabemos que são dois projectos, são o mesmo.

Agora passam a ter 150 mil, 200 mil ou 300 mil. Vão lá fora e recebem esse sistema de incentivos.

Os regulamentos do subsistema que estamos aqui a falar, do SIRAPE, também está a ser feito e está a ser negociado com a Câmara de Comércio e Indústria dos Açores. Eles sabem mais ou menos qual é a modelação que vamos empregar.

Isto está a ser feito de acordo com as Câmaras de Comércio e de acordo com os empresários. Nós não estamos a esconder nada e se isto for aprovado nesta Assembleia, eu devo dizer que muito provavelmente no final deste mês nós teremos os regulamentos cá fora, pelo menos para discussão final com as Câmaras de Comércio e com a Associação de Jovens Empresários.

Vai ser uma tarefa difícil, mas os meus técnicos já estão há muito tempo a trabalhar nestes subsistemas de incentivos.

Se nós conseguirmos até ao Verão ter todos os subsistemas a funcionar, seria óptimo, pelo menos os Decretos Regulamentares seria óptimo.

É evidente que é preciso fazer notificação, queremos que a mesma ocorra e isso pode atrasar o processo.

Se tudo correr bem e tivermos o cuidado de previamente contactar os técnicos da Comissão para verificar se uma proposta prévia seria aceite, isso já foi evoluindo ao longo do tempo, como nos parece que não vão haver problemas na notificação, tudo nos indica que a meados do Verão isso estará pronto a funcionar com os diversos subsistemas.

Este é um assunto complexo, por isso vamos ver, vamos negociar, porque ainda não estamos na fase final, estamos a trabalhar para isso.

Devo dizer que é inovador, porque aqui já não só são aprovados sistemas até 100 mil contos, mas podem ir até 200, 300, 400, 1 milhão, 2 milhões ou o que for.

Vão ao sistema nacional, recebem o seu sistema de incentivo e receberão o sistema de incentivo de prémio.

Isso foi negociado com o Programa Operacional de Economia e foi negociado com a Comissão se se podia baixar para 30 mil contos e aceitaram essa medida.

A Sra. Deputada tem que confiar nisto, tem que concordar como os empresários concordaram com o processo aqui indicado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro.

Deputado Alvarino Pinheiro (PP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Na perspectiva do Grupo Parlamentar do Partido Popular, trata-se de uma Proposta de Decreto Legislativo Regional fundamental e que vai servir de matriz a todos os apoios ao investimento na Região Autónoma dos Açores nas áreas aqui contempladas.

Normalmente, julgo que era bom considerarmos que estaríamos perante um diploma importante que iria ser objecto de um aprofundado trabalho da Comissão competente do Parlamento.

Seria talvez, sem desprimor para outros importantes diplomas, um dos mais importantes e estruturantes diplomas da política económica regional, que extravasa até um pouco o mandato do Governo Regional, como V. Exa. salienta e muito bem, dado o período de duração da vigência deste diploma.

Portanto, quer os parceiros sociais, os interessados, quer nós próprios, temos consciência de que a análise desta matéria seria o momento alto de trabalho técnico-parlamentar e naturalmente um momento alto de apreciação e discussão no plenário da Assembleia Legislativa Regional dos Açores.

Quis as circunstâncias que o Sr. Secretário Regional, em nome do Governo, desse aqui um conjunto de explicações, mas sabe bem que toda a opinião pública na nossa Região Autónoma via com ansiedade passar as semanas e o Governo não fazia entrega na Assembleia da sua iniciativa.

Os Grupos Parlamentares, aqueles que tiveram contactos com as Câmaras de Comércio, tinham como assunto principal das conversas o futuro sistema de incentivos. Digamos que a economia regional estava expectante relativamente a esta matéria, por isso é que eu disse que o destino quis que estivéssemos hoje, em fins de sessão, perante uma iniciativa do Governo com urgência e dispensa de exame em Comissão.

Vamos ser objectivos:

Na óptica do CDS/PP, o Governo *encosta esta Assembleia à parede*. Aliás, alguma da terminologia que o Sr. Secretário aqui utilizou é um pouco esta.

O coração e a boca às vezes dão uma simbiose perfeita. Só faltou dizer, "os senhores não têm outro remédio", aliás disse isso mesmo e disse também "isto é assim e depois será alterado".

Eu queria dizer aqui formalmente que o Grupo Parlamentar do Partido Popular não se conforma com isso.

Certamente ninguém vai querer assumir a responsabilidade — nós também não a vamos assumir — de, perante as circunstâncias, ignorar o calendário a que estamos todos sujeitos — o Governo também foi vítima desse calendário, em parte — mas a verdade é que hoje estamos no fim desta Sessão.

A Sessão de Setembro é uma sessão de encerramento dos trabalhos.

Deputado Paulo Valadão (PCP): E já é tarde!

O Orador: E já é tarde, muito bem Sr. Deputado.

Portanto, parece-nos, sinceramente — embora seja saudável e louvável a atitude que o Grupo Parlamentar do PSD anuncia que está disponível para uma sessão extraordinária, os empresários perguntaram-nos a nós, Partido Popular, se estávamos disponíveis para uma dessas situações — que temos que ser realistas nestes casos.

De qualquer das formas, Sr. Secretário, eu diria "aqui d'el rei" se a maioria absoluta que governou a Região até 1996 apresentasse argumentação a esta Câmara, como alguma que V. Exa. utilizou para justificar, por exemplo, a não definição dos sectores estratégicos num diploma como este!

Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte): Veja o que eles fizeram!

O Orador: Na altura, havia de ouvir das boas do Grupo Parlamentar do CDS/PP e do Grupo Parlamentar do PS que havia de estar sentado ali.

Deputado João Cunha (PSD): E há-de estar!

O Orador: Na altura, nós também engolimos muita coisa e engolimos algumas, porque não era possível a oposição corrigir as deficiências do Governo. Só que agora, por ironia do destino, é ao contrário.

Felizmente a oposição poderia fazer isso, mas os calendários e a situação se calhar estão criando-nos aqui dificuldades práticas para tal, porque reconheço que possivelmente baixando à Comissão, também não é em 4 ou 5 dias que a Comissão vai resolver este assunto, porque há aqui questões que são um bocadinho de fundo, como seja dizer muito claramente qual a matéria de definição que cabe ao legislador fazer e o que é que é matéria de regulamentação.

De facto, parece-nos que há aqui lacunas na matéria que é tipicamente de legislação e que cabe por excelência a esta Assembleia que tem tradição neste domínio. Ai de nós se prescindirmos dessas competências.

V. Exa. pede para darmos o benefício da dúvida, para acreditarmos e vermos se as regulamentações serão consentâneas com a expectativa criada.

É legítimo que pense assim. É sempre o pensar do Governo, mas julgo que tem que reconhecer que o pensar do Parlamento deve ser exactamente o contrário.

Foram postas aqui questões que têm toda a legitimidade, sob o nosso ponto de vista.

O Sr. Deputado Duarte Freitas chamou a atenção para as eventuais modelações. É por ilhas? É por sectores?

Como sabe, é tradição desta Assembleia — na óptica de alguns se calhar com excesso de regulamentação — e algumas críticas foram feitas a ela, por fazer diplomas agarrando aspectos que seriam naturalmente regulamentares.

Eu julgo que o Parlamento tem que admitir que nalguns casos se calhar foi um pouco longe demais na legislação.

Eu lembro-me que num sistema de incentivos anterior, o Governo — era outro mas estava aí sentado — queixava-se que estava um bocadinho atado, porque às vezes era preciso fazer adaptações em matérias que deviam ser regulamentares, mas tinha que as trazer a esta Casa, porque estavam consagradas no Decreto Legislativo Regional.

Hoje, estamos perante uma situação oposta. Matérias que nós devíamos definir como entidade legisladora (somos nós, esta Casa é que tem que legislar) o Governo tem que executar.

Da forma como as coisas estão neste diploma, há matérias que não ficam consagradas aqui e que deveriam ficar.

Era este tipo de posição que o Partido Popular devia assumir aqui.

Temos consciência de que o interesse regional é relevante e digo politicamente e de forma muito transparente, que nós não queremos assumir o ónus de amanhã — quando digo amanhã, digo até ao fim deste mandato — o Governo atribuir ao Parlamento responsabilidades nalguma falha, nalgum atraso, nalgum prejuízo que possa resultar para os empresários, porque esta Assembleia foi mais "papista que o Papa".

Aliás, ainda outro dia, ilustres representantes dos empresários açorianos alertavam-nos a nós, Grupo Parlamentar do Partido Popular, numa reunião em Ponta Delgada e de forma legítima, dizendo para termos consciência, porque precisam urgentemente do Decreto Legislativo Regional dos Açores, portanto tínhamos que resolver isto.

Com todo o respeito, eu virei-me para um dos dirigentes da Câmara de Comércio e Indústria de Ponta Delgada e disse, pura e simplesmente, que é pena que esse grau de exigência, esse grau que é legítimo, essa expectativa, esse dedo no ar, os senhores não utilizem em relação ao Governo Regional.

Secretario Regional da Economia (*Duarte Ponte*): Eles sabem porque é!

O Orador: Eles sabem porque é que são menos exigentes em relação ao Governo.

Secretario Regional da Economia (*Duarte Ponte*): Eles sabem o que é que estamos a fazer!

O Orador: Pois. E os da Câmara de Comércio de Ponta Delgada, também sabem rigorosamente, eles e o Juiz da Comarca.

(Risos do Secretário Regional da Economia)

Secretario Regional da Economia (*Duarte Ponte*): Mas eu tenho aqui a declaração do Luís Dutra!

O Orador: Mas Sr. Secretário, a questão é essa. É que a opinião pública naturalmente faz exigência aos órgãos de Governo próprio da Região.

Se eu fosse empresário e não tivesse experiência parlamentar, eu diria também os senhores que se entendam.

O Governo apresentou este documento um bocadinho fora de horas, não deu tempo da Comissão se pronunciar, porque se os senhores tivessem entregue isso 8 dias mais cedo, a Comissão Parlamentar tinha reunido, o senhor tinha ido à Comissão, tínhamos o ouvido e tínhamos trabalho.

É verdade que era em cima de brasas, mas tinha-se feito alguma coisa.

Secretario Regional da Economia (*Duarte Ponte*): Eu tentei!

O Orador: O diploma entrou quando o plenário já estava em funcionamento.

É com muita boa vontade que um Parlamento, perante um Governo que não tem maioria, venha viabilizar, no fundo, uma coisa destas.

Acho que os açorianos têm que compreender isso.

O Governo tem que dar graças a Deus por ter um Parlamento consciente, se porventura sair daqui com um diploma e com as alterações que estão aqui previstas pelo Partido Social Democrata e que em nome do Grupo Parlamentar do PP quero dizer, desde já, que tem a nossa concordância, mas no fundo não é o diploma que devia sair, sobretudo com equilíbrio em matéria de competências.

Mas o Grupo Parlamentar do Partido Popular, não vai inviabilizar. O Governo Regional fica com este instrumento, embora com as condições e as observações que aqui fizemos. Acho que esta Câmara em consciência há-de reconhecer que da nossa parte é uma atitude de coerência, porque nós nesta bancada sempre actuámos dentro dessa linha.

Para nós, o facto deste Governo ser minoritário, não vai fazer com que o Grupo Parlamentar do PP não colabore numa situação que podia ser evitada. Repito: 8 dias antes, Sr. Secretário, este processo tinha tido um outro tratamento e acho que todos iríamos beneficiar com isto.

É pena que não tenha acontecido.

É esta a posição do Partido Popular.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Berta Cabral.

Deputada Berta Cabral (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Quando pedi a palavra, o Sr. Deputado Alvarino ainda não tinha feito a sua intervenção. De algum modo aquilo que eu tinha para dizer ficou aqui dito e diz respeito à falta de apreciação pela Comissão.

De certa forma, queria secundar essa questão da falta de oportunidade que este Parlamento teve de apreciação do diploma em Comissão.

Se isso tivesse acontecido, muitas das coisas que agora estamos aqui a discutir, estavam esclarecidas. Não tem mal nenhum. Nós podemos ficar aqui até amanhã de manhã a discutir este diploma. O problema é que se está a fazer aqui um trabalho — é preciso que se perceba — neste plenário, que já podia estar feito em Comissão, por muito desagradável que seja para os Srs. Deputados do Partido Socialista, por muito desagradável que seja para o Governo, a verdade é que nós temos que fazer este trabalho, porque ele não foi feito na Comissão.

Também gostaria de referir que habitualmente decretos legislativos que como este remetem quase todos os artigos para regulamentos, é habitual o Governo apresentar os regulamentos quando se aprova um Decreto Legislativo Regional.

Não faltam deputados nesta Casa que podem testemunhar isso, porque acontecia sistematicamente e é a forma de se perceber, porque as coisas estão tão ligadas que é

fundamental ter-se conhecimento dos regulamentos para se perceber muitas das coisas ou pelo menos as intenções que estão no Decreto Legislativo Regional.

Sempre nos exigiram os Decretos Regulamentares, quando os Decretos Legislativos Regionais eram vagos como é o caso.

Este Decreto Legislativo, esta proposta que aqui está, é praticamente uma autorização legislativa.

Portanto, seria de toda a utilidade que tivéssemos os regulamentos.

Como isso não aconteceu e não pode acontecer, porque o Governo não pode entregar os regulamentos em plenário e também já se percebeu que não estão feitos, como disse o Sr. Secretário há pouco, vamos passar à discussão na especialidade e ponto por ponto vamos continuar a esclarecer, artigo por artigo.

Muito obrigada.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Economia.

Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu queria esclarecer mais uma vez esta questão do porquê da apresentação deste documento neste momento.

Como vos disse, só a partir do início de Maio é que podíamos trabalhar nesse sistema com alguma segurança.

Reparem: os regulamentos da medida 1.1 do Programa Operacional da Economia, foram publicados há coisa de uma semana e nada têm a ver com este, mas servem de base para vermos isso.

No entanto, os regulamentos da medida 1.2, embora tenhamos conhecimento deles, ainda não foram publicados. Isto tem influência directa nos decretos regulamentares subsequentes a estes.

Se nós temos um sistema de prémios, a modelação do prémio vai ter em atenção aquilo que realmente for dado a nível nacional, isto na medida 1.2. Não estamos a falar de pouco dinheiro, estamos a falar de 13,2 milhões de contos, ou seja, 2 milhões de contos de investimento, de incentivo, por ano, que os nossos empresários podem ir buscar ao sistema de incentivos nacional, isto é, fundos estruturais

nacionais, portanto europeus, mas que são adstritos ao todo nacional e ao PIDAC. Isto é extremamente importante para nós.

Não pudemos trabalhar mais cedo, por isso talvez a estratégia do Governo Regional anterior, aquando do II Quadro Comunitário de Apoio, foi publicar passado um ano. Já estava tudo pronto, tudo certo, os regulamentos estavam claros e podia fazer tudo isso com muita limpeza.

Os empresários ficaram sem o sistema de incentivos, mas não podemos fazer uma coisa nem outra, ou seja, ou somos suficientemente rápidos e o tempo de intervalo em que os empresários não têm sistemas de incentivos a funcionar é pequeno, ou somos lentos e vamos fazer as coisas com mais tempo.

É evidente que em todo este processo tivemos um pouco de azar, porque se tivesse sido um mês mais cedo — eu gostaria imenso que isto tivesse passado pela Comissão — a discussão aqui era mais frutífera, porque as pessoas tinham-se debruçado sobre isso a sério.

O facto é que no mês de Julho estão em férias e eu recebi o último parecer da Associação de Jovens Empresários no dia 5 de Junho. Eu tive reunião com eles no dia 5 e recebi o parecer nesse mesmo dia.

No dia 6, convoquei o Conselho de Governo para resolver este assunto.

Eu não podia entregar nem um dia mais cedo. Eu gostaria imenso. Não foi de propósito que eu entreguei isto no dia do plenário, foi porque foi o último dia em que eu pude fazê-lo. Outro tanto, seria adiar para Setembro, mas julgo que seria inconveniente para todos.

Se eu pudesse tê-lo feito mais cedo, faria.

Quanto aos sectores estratégicos, Sr. Deputado Alvarino Pinheiro — serve para si, serve para todos os que intervêm nesta discussão — basta ler os decretos legislativos anteriores que foram feitos com muito mais tempo e ver onde estão definidos os sectores estratégicos nesses decretos. É uma boa leitura e eu aconselho a todos. Basta ler, já estão definidos os sectores estratégicos e vão ver a definição destes sectores que eles têm lá. Isso é o suficiente.

O Decreto Legislativo tem que ser suficientemente amplo e abrangente.

É evidente que por detrás disto já está uma filosofia, isto é, o turismo que tem um sistema de incentivos à parte.

De facto há projectos integrados, mas é evidente que estes vão variando com o tempo.

O Conselho Regional de Incentivos vai mostrar qual o grau de sucesso de cada sistema de incentivos, qual o grau de sucesso dos próprios investimentos feitos e isso vai trazer *aportes* para que o sistema funcione melhor. Não se pode ter sistemas estáticos.

Digo mais uma vez: nós estamos no Mundo Ocidental, numa sociedade de mercado. Portanto, as forças vão demonstrando com o tempo e com as modificações tecnológicas, o que é que é mais rentável fazer, o que é que é mais importante apostar.

Nós não podemos definir *a priori*, por 7 anos, quais os sectores estratégicos.

Sabemos o que queremos. Está aqui definida implicitamente a sua filosofia.

É essa a nossa filosofia e foi essa também a filosofia que os empresários, através das suas associações, demonstraram querer.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Duarte Freitas.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Uma das inúmeras razões porque seria importante talvez discutirmos este diploma na Comissão, seria desde logo esta. Se o Governo não tinha intenção de definir quais eram os sectores estratégicos, desde o início não colocava esta terminologia no preâmbulo.

Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte): Mas ela não está correcta!

O Orador: Se isto tivesse sido visto em Comissão, se calhar teria sido retirado.

O Sr. Secretário em vez de reconhecer que talvez, até com estes argumentos, pudesse ser retirado, tem vindo a insistir no sentido contrário.

Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte): Nós não concordamos com isto!

O Orador: Se calhar, mesmo admitindo por hipótese académica que o senhor teria razões na não definição dos sectores prioritários, dos sectores estratégicos, não

começava o preâmbulo dizendo *privilegiando as acções integradas nos sectores considerados estratégicos*, quando não sabe quais são os sectores considerados estratégicos.

Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte): Eu não disse que não sabia!

O Orador: Além do mais, no preâmbulo do outro diploma que o Sr. Secretário estava a falar, eu não encontrei nenhuma referência neste sentido. Ele não tinha uma amplitude tão grande como este tem.

Gostaria também de solicitar ao Secretário — penso que estamos a terminar esta apreciação na generalidade e julgo que isto é importante — que não se esqueça de nos explicar qual a sua visão sobre as modelações, não eventualmente em termos de sectores porque já percebemos que talvez ainda não tenha possibilidade de fazer este documento, mas em termos geográficos?

O que pensa das modelações em termos geográficos? Está a pensar? Não está? O que é que está a pensar nesses termos?

Julgo que isto é muito importante, porque vivemos numa Região com 9 ilhas, com concelhos dentro de cada uma delas muito diferenciados em termos de tecido económico, de desenvolvimento, de bioportunidades e de ameaças a esse mesmo tecido.

Portanto, julgo que é importante o Sr. Secretário explicar a esta Assembleia, neste momento, quais são as ideias do Governo a este nível.

Para terminar, gostaria de fazer uma nota de rodapé, na sequência daquilo que foi dito pelo Sr. Deputado Alvarino Pinheiro em relação às Câmaras de Comércio.

Eu não me admiro das Câmaras de Comércio não terem protestado de se diminuir a base regional dos incentivos, no âmbito deste diploma, relativamente ao que vem detrás, nomeadamente no que diz respeito aos SIRAPAs.

Talvez foi o próprio Sr. Secretário que disse aqui há alguns meses que tinha atrasado as verbas para os SIRALAs propositadamente, para que as pessoas fossem para os incentivos nacionais.

Ora, se o Sr. Secretário diz isto, se as Câmaras de Comércio sabem isto, já sabem que não vale a pena estarem a fazer fincapé nesta matéria, uma vez que o Sr. Secretário já revelou que a sua postura era empurrar para os programas nacionais.

Eles já estão a sofrer na carne esta situação.

O Sr. Secretário disse dessa bancada, que tinha sido propositada esta medida, algo que eu acho completamente anormal na definição da actuação de um governo nestas matérias.

Portanto, os empresários estavam obviamente condicionados, se calhar não só por aquilo que o Deputado Alvarino Pinheiro referiu e que eu não tenho conhecimento de causa, mas também porque já sabiam que lhes poderia acontecer o que já lhes tinha acontecido, até porque o Sr. Secretário com algum, julgo eu, desplante, perdoe-me, disse que tinha sido propositado.

É claro que face a isto, os empresários não podem acreditar que podiam fazer fincapé a outro nível.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário da Economia.

Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Esta discussão preliminar está a alongar-se, mas de qualquer maneira devo dizer que no sistema de incentivos nacionais no II Quadro Comunitário de Apoio, não havia quotas para os Açores. De facto, nós tínhamos, de certo modo, que estimular os nossos empresários a concorrer aos sistemas de incentivos nacionais.

Deputado Duarte Freitas (PSD): E no RIME e no SAJE, como é que foi?!

O Orador: Foi por isso que nós, através de um protocolo que efectuámos com as Câmaras de Comércio e com os Jovens Empresários, fizemos publicidade, uma campanha forte do PROCOM e do SAJE, com o risco de alguns desses sistemas de incentivos não terem sido apanhados a tempo.

Mesmo assim, no caso do RIME, nós fomos buscar um milhão e meio de contos de investimento a nível nacional.

No caso do PROCOM, fomos buscar 5 milhões de contos de investimento a nível nacional.

O que nós temos que fazer, uma vez que estamos a viver numa Região em que os recursos são sempre escassos, é procurarmos todos os meios, todos os recursos que existem na Região e que nos foram atribuídos através do PRODESA, mais aqueles

que não estão na Região, estão lá fora, e que nós contratualizámos com as pessoas, porque são sistemas de incentivos claros e objectivos.

A Madeira que é um exemplo claro destes, o que é que fez?

Acabou com os sistemas de incentivos regionais e pôs todos os empresários a concorrer aos sistemas de incentivos nacionais.

O que nós mantivemos foi o nosso sistema de incentivos regionais a funcionar.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Criado por nós!

O Orador: Há credibilidade no sistema!

É evidente que estimulamos com todas as nossas forças, para que as pessoas fossem concorrer a nível nacional, porque os nossos recursos são escassos, nunca são suficientes.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Atrasaram as verbas propositadamente!

O Orador: O dinheiro que nós temos tem que ser bem gasto.

Se pudermos procurar outras fontes de financiamento no exterior, todas elas são bem-vindas.

Por isso, nós não estamos a retirar no sistema o SIRAPA, nós estamos é a ampliá-lo, porque contratualizamos com o Governo da República, 13,2 milhões de contos na medida 1.2 que são 2 milhões de contos de incentivos por ano!

Deputado Duarte Freitas (PSD): Oxalá que isso não seja como as quotas leiteiras!

O Orador: Dois milhões de contos é bem mais que o sistema de incentivos que actualmente temos para o comércio, indústria e energia.

Repare bem: a nível nacional vamos ter mais para a medida que existe no plano — Programa 11 — que tem à volta de 1,3, 1,4, 1,5 milhões de contos. São 2 milhões de contos por ano a nível nacional.

De facto, temos que procurar este recurso, procurar sinergias com o sistema de incentivos nacional.

Os senhores não conseguiram isso no passado, porque alguns dos sistemas não foram utilizados cá.

Nós aproveitámos algumas das vossas experiências...

Deputada Sandra Bessa (PSD): Quase todas!

O Orador: ... nomeadamente, o SIRAPE, que era um sistema de prémios, tentámos pô-lo a funcionar cá e já está a funcionar. Agora vamos baixar o SIRAPE, no fundo transformá-lo no SIDEP, num sistema de incentivos que vá dos 30 mil para cima. Eu acho isto extremamente importante e o seu sucesso é o sucesso do nosso sistema de incentivos.

Eu posso ir buscar 27,4 milhões de contos, no sistema de incentivos nacionais, que é mais do que nós temos no próprio PRODESA.

Isso é que vai fazer o sucesso da actividade empresarial dos próximos 7 anos.

É essa a interacção positiva do sistema de incentivos nacional e do sistema de incentivos regional.

Quanto mais os nossos empresários se habituarem a concorrer nos sistemas de incentivos nacionais melhor.

Nós não queremos criar na Região Autónoma dos Açores um oásis.

Nós sabemos que temos constrangimentos regionais que estão a ser esbatidos, mas precisamos que cada vez mais os nossos empresários possam competir a nível nacional e possam ir buscar reservas a esse nível que nos fazem falta. Isso é extremamente importante.

Quanto ao resto, julgo que já foi dito e redito várias vezes.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Remodelação geográfica!

O Orador: Elas vão ser contempladas com as conversações que vamos ter com as Câmaras de Comércio e com as Associações Empresariais e vamos verificar se existem para as áreas, tal e qual como diz aqui no documento: *consoante a sua localização, são definidas e apoiados os diversos sistemas de incentivos*. Agora, de um momento para outro, não posso explicar se é na área do comércio, da indústria, do turismo ou em determinada ilha.

Este assunto terá que ser discutido com a Câmara de Comércio, com o Conselho Regional de Incentivos, com a Associação de Jovens Empresários, com todos, para verificar se essa modelação está correcta ou não.

É um assunto que vai ser trabalhoso.

Nós temos ideias que já estão a ser discutidas, mas precisamos de conhecer em profundidade os regulamentos a nível nacional na medida 1.2. Portanto, não lhe vou

dizer se vou dar 50 mil contos ou 60 mil contos em determinadas áreas. Serão possivelmente utilizadas modelações geográficas, mas não lhe vou dizer em áreas ou em que aspectos.

Presidente: Srs. Deputados, terminado o debate na generalidade, vou submeter o diploma à votação.

Os Srs. Deputados que concordam na generalidade com este diploma, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O diploma foi aprovado na generalidade por unanimidade.

Presidente: Passamos à discussão na especialidade.

Está aberta a discussão para os artigos 1º, 2º, 3º e 4º.

Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Valadão.

Deputado Jorge Valadão (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Como já foi aqui referido pela Sra. Deputada Berta Cabral, uma vez que este diploma não foi visto em Comissão, propúnhamos que a metodologia a seguir na votação na especialidade, fosse artigo a artigo.

Presidente: Sendo assim, está à discussão o artigo 1º.

(Pausa)

Não havendo intervenções, vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O artigo 1º foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Artigo 2º.

Está aberta a discussão.

(Pausa)

Não havendo intervenções, vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O artigo 2º foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Está aberta a discussão para o artigo 3º.

Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Valadão.

Deputado Jorge Valadão (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário Regional da Economia:

Esse artigo 3º, conforme já foi aqui referido, embora o preâmbulo do diploma diga que isso privilegia as acções integradas no sector estratégico, é uma amálgama que prevê como susceptíveis de apoio no âmbito do diploma.

Há questões aqui que são quase caricatas e que merecem da nossa parte alguma perplexidade e algum motivo de esclarecimento por parte do Sr. Secretário.

Há aqui uma série de divisões e eu começava por referir a divisão 61 ou mesmo a divisão 60.

Por que razão, Sr. Secretário, em relação a algumas divisões não há excepções, incluem a divisão no seu tempo e noutras há subclasses?

Por exemplo na divisão 60, por que razão é que os transportes de passageiros e veículos ligeiros estão previstos e os outros transportes terrestres de passageiros não estão previstos, como era susceptível estar no âmbito deste diploma?

Por outro lado, se formos ver a divisão 71, por que razão é que o aluguer de veículos automóveis está previsto e o aluguer de outros meios de transporte, nomeadamente bicicletas, motorizadas ou barcos, não está previsto como sendo objecto no âmbito deste diploma?

Mais à frente, na divisão 92, que se refere a actividades recreativas, culturais e desportivas — esta é mais sintomática — por exemplo, a produção de filmes e de vídeos está prevista no âmbito do diploma. No entanto, a distribuição de filmes já não está prevista.

A produção de filmes está prevista no âmbito do diploma, as actividades de rádio não estão previstas. Por que razão houve essa preocupação, Sr. Secretário?

Se era tão abrangente como o Sr. Secretário aqui referiu, há situações que até estão dentro da mesma categoria, e houve a preocupação do Governo em incluir umas no âmbito do diploma e excluir abertamente outras.

Por que razão, por exemplo, é que a produção de filmes faz parte do diploma e as actividades de teatro e música que tinha mais lógica fazer parte, são excluídas do âmbito do diploma?

Outra situação mais caricata, vem referida na divisão 93.

Por exemplo, os ginásios estão incluídos no âmbito do diploma. Os salões de cabeleireira não estão incluídos.

Houve a preocupação de retirar aqui apenas os salões de cabeleireira. Qual a razão?

Não há aqui um critério relativamente ao outro diploma. Houve o cuidado de excluir subclasses — não sabemos qual a razão porque são excluídas — quer rent-car, quer outras categorias.

Há alguma razão específica para que houvesse a preocupação de nessas diversas divisões excluir algumas subdivisões como aquelas que aqui referi?

Por que razão é que, por exemplo, a produção de filmes está incluída e a actividade de teatro não está?

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário da Economia.

Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Todas as actividades aqui colocadas foram longamente negociadas pelas Câmaras de Comércio e elas fazem as críticas. Todas aquelas que eles não concordam estão aqui bem explicitadas, pela Associação de Jovens Empresários.

Nós tivemos o cuidado deste sistema de incentivos não ser sobreposto a outro sistema qualquer que desse subsídios, seja na cultura ou nos transportes de passageiros, que já têm sistemas de incentivos apropriados.

Houve aqui o cuidado de separar aquilo que já é auxiliado pela cultura, aquilo que é auxiliado no âmbito dos transportes de passageiros e aquilo que fora disso deveria ser auxiliado.

Depois, houve longas conversações com a Câmara de Comércio, sobre actividades que são importantes. Algumas foram, outras não foram.

Portanto, apesar de ser abrangente, foi feita alguma selecção. Nós retirámos as farmácias, por exemplo, que existiam a nível nacional.

Portanto, foram retiradas algumas actividades que existiam no Programa Operacional de Economia e onde chegámos a acordo que não necessitariam de ser apoiadas.

Houve aqui um critério de diálogo com os empresários, um critério de saber quais as actividades que não eram apoiadas em nenhum outro sistema de incentivos a nível

regional e que não era normalmente tradição ser apoiado por este sistema de incentivos, ficando aqui aquilo que nós consideramos importante para as actividades económicas. Basicamente é isto.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Berta Cabral.

Deputada Berta Cabral (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Naquilo que diz respeito às farmácias, eu aceito a justificação do Sr. Secretário Regional. Em relação às outras, não me parece, porque no que diz respeito aos teatros, podem dizer que há apoio na cultura, mas em relação por exemplo à produção de filmes, se calhar também há e eles estão incluídos aqui, mas a sua distribuição já não está.

Repare: há aqui incongruências que até parecem distrações!

Na divisão 93, fazem a classe 9301 e 9304 e deixam expressamente a 9303 que são cabeleireiros. Estão apoiados por outro?

Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte): São apoiados pelo PROCOM!

Deputado José Maria Bairos (PSD): São apoiados pelo PROCOM nas zonas onde ele existe!

A Oradora: Que eu saiba não estão.

Depois, aceita a manutenção física, que são os ginásios.

Eu não tenho nada a favor nem contra uns ou outros. Não vejo é a razão de ser.

Se me dissesse como está aqui no FEOGA *exclui-se todos os que são apoiados pelo FEOGA*, podia criar um artigo dizendo que exclui-se todos os são apoiados por outros sistemas já existentes, mas não faz isso. Faz pontualmente e como tal, pode correr o risco de deixar uma ou outra de fora como parece que é o que está aqui a acontecer em algumas situações.

Vai-me dizer, por exemplo que o aluguer de bicicletas, de motorizadas, de barcos está abrangido por outro sistema?

A justificação tem que ser plausível e tem que ser para todos.

Retirou expressamente no apoio ao aluguer, que é a classe 71 — o aluguer de veículos automóveis que está incluído — o aluguer de outros meios de transporte

terrestre ou transporte marítimo, que não está. Até mesmo o transporte aéreo não está e isso não é porque esteja incluído noutra sistema de incentivos.

São estas questões que carecem de explicação porque podem ser também — não podemos excluir — erros ou lapsos na formulação deste diploma, porque sei que esta não foi a primeira, nem a única versão. Houve várias versões e pode acontecer isso.

A única preocupação é esclarecer, tal como disse anteriormente, porque não tivemos oportunidade de o fazer em Comissão.

É bom que se veja se alguma coisa falta não foi por vontade, mas por lapso.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário da Economia.

Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em relação a isso, nós tivemos o cuidado de verificar o que existia no Programa Operacional de Economia.

Por exemplo, na medida 2.4 está lá o PROCOM e tem um sistema de incentivos que nunca mais pode sofrer qualquer prémio, porque a percentagem vai ser mantida, que são 66,6% de incentivo a fundo perdido.

Os salões de cabeleireira estão lá representados e não há hipótese nenhuma de eles virem para aqui. Para que é que vamos gastar dinheiro nesta área, se eles podem ir para o PROCOM?

A intenção foi essa.

Quanto ao aluguer de algumas actividades que estão aqui colocadas, é preciso ter em atenção que existem actividades que pelo seu carácter, a única coisa que nos vão apresentar como projectos, é a compra de bicicletas ou a compra de motos para alugar. Isso nós não vamos fazer.

Mesmo quando há transporte aqui, nós nos regulamentos vamos ser extremamente restritivos em termos de compra de equipamentos móveis, de automóveis, carros ou camiões, porque achamos que isso não é nenhuma inovação.

Por exemplo, um transitário que está aqui colocado nos regulamentos, não vai renovar a sua frota à custa dos sistemas de incentivos. Não faz sentido. Poderiam apresentar no sistema de incentivos a renovação da sua frota e isso foi

cuidadosamente feito e estudado, de forma a que nos regulamentos isso possa ser retirado.

Existem actividades que poderiam estar aqui, só que houve uma selecção cuidadosa com a Câmara de Comércio, com os técnicos da minha Secretaria e com os Jovens Empresários, de forma a retirar as actividades que não têm nenhuma inovação no processo. Ou seja, no fundo, elas vão apresentar projectos que têm apenas como finalidade a compra de equipamentos para renovar o existente. Isso foi retirado propositadamente.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Berta Cabral.

Deputada Berta Cabral (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário Regional:

Ou nós não nos estamos a entender, ou então o que diz está no seu pleno direito de dizer, ou seja, de que o Governo não quer apoiar esses sectores. Nós aceitamos.

Porém, quero fazer-lhe ver que está a incluir aqui o aluguer de veículos automóveis e não está a incluir o aluguer de outros meios de transporte, designadamente terrestres, aéreos ou marítimos. Não está.

Agora, vem dizer-me que não está porque isso não é inovação.

Que eu saiba, o aluguer de veículos automóveis também não é inovação e, no entanto, está incluído.

Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte): Mas tem um sistema informático por detrás. São as rent-car!

A Oradora: Depois vem dizer-me que não é para os transitários renovarem a sua frota. Nós não estamos a falar de transitários, mas de empresas de aluguer de veículos automóveis ou de outros meios de transporte.

Se me diz que o Governo não quer, muito bem. Veículos sem ser automóveis, o Governo não apoia não por esquecimento, mas porque não quer.

Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte): Pronto é isso!

A Oradora: Eu fico esclarecida, o que eu não quero é que fique a dúvida que isto pode ser um lapso. Assuma claramente que não quer e não arranje desculpas que não

é inovação, porque o aluguer de automóveis já existe há dezenas de anos, se calhar há centenas.

Não é um problema de inovação, nem é um problema de transitários. É um problema de opção.

O Governo optou por apoiar os automóveis e não apoiar barcos, motociclos, helicópteros ou outra coisa qualquer de aluguer. É uma opção, mas que fique claro para sabermos o que é que vamos votar.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

Na primeira intervenção já dissemos, mas volto a repetir: isto é uma matéria que todos nós temos consciência que os empresários têm pressionado no sentido de isto ser aprovado, porque eles necessitam disto.

Nós, da nossa parte, entendemos que o Governo fez as suas opções. Aqui, vamos ter que, no fundo, aceitar essas opções, porque a sociedade exige a aprovação deste diploma. Esta é a realidade que aqui temos.

Agora, que o Sr. Secretário queira convencer que isto está tudo justo, que isto está tudo devidamente organizado, isso aí já é mais complicado. Aliás, o assunto que há pouco surgiu, é um dos mais flagrantes dentre deste contexto, porque o Sr. Secretário dá apoio em termos de rent-car.

Acontece, por exemplo, que nas Bermudas é proibida a existência de rent-car.

Qualquer um de nós quando lá chegar é que tem que alugar uma motocicleta. Há lá empresas com dezenas, centenas de motocicletas para alugar.

Pelo facto de serem uma ilha, de preservarem o ambiente, quererem menos poluição e acidentes, o próprio Governo não permite as rent-car.

Pergunto: que lógica é que tem, por exemplo, aqui nos Açores, dentro deste contexto, não poder existir empresas de motocicletas para aluguer, como por exemplo já se vê na cidade do Funchal, na Região Autónoma da Madeira? Por que razão?

Não será isso inovação?

Isso não poderá ocupar alguns trabalhadores?

Não poderá isso ser um motivo de desenvolvimento dentro desta Região?

Isto são das tais coisas que como lhe disse, Sr. Secretário, eu vou votar favoravelmente. Eu entendo que os nossos empresários aí fora estão a exigir que os deputados que aqui estão, permitam que o Governo ponha isto em prática. É preciso falar com clareza e neste momento considero que estou a falar como tal.

Que o Sr. Secretário queira convencer que isto tem que ser assim, que só pode ser assim e só deve ser assim, aí nós vamos votar favoravelmente, mas não aceitamos que assim seja.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário da Economia.

Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu só queria convencer das razões porque estão aqui colocados.

Quando estou a dizer que se apoia aqui as rent-car, nós não vamos apoiar veículos automóveis. Vamos apoiar computadores ou outra coisa qualquer de inovação dentro da empresa, mas não veículos automóveis. Também não vamos apoiar a compra de bicicletas. Nós achamos que não se devia, tal como a Câmara de Comércio e os técnicos também acharam.

Não é que não tenhamos o sentido ecológico da questão. Eu gostaria imenso que houvesse muitas empresas a alugar bicicletas e motoretas nos Açores e acho que elas têm o seu lugar, só que este sistema de incentivos não é para apoiar esse material, mas sim para a aquisição de material informático e isso será restringido nos regulamentos.

Quando se fala aqui nas rent-car, é porque como já são empresas de grande dimensão, elas precisam também de renovar os seus sistemas informáticos. Nós estamos a falar de investimentos muito pequenos.

Quando estamos a falar de motoretas e de bicicletas, estamos a falar de processos quase familiares, de pequena dimensão, que não precisam de suporte informático. Basicamente é isto.

Não foi com o sentido de dizer que se ia apoiar os carros. Nós não vamos. Nenhum sistema de incentivos aqui vai privilegiar a compra de automóveis.

Aliás, é bem restritivo como no decorrer dos documentos vão verificar, que só se podem considerar elegíveis, despesas em viaturas imprescindíveis. Neste caso

concreto, nós vamos fazer no regulamento com que não seja possível, senão é uma renovação da frota e não tem nada de inovatório.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Berta Cabral.

Deputada Berta Cabral (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Depois desta intervenção do Sr. Secretário Regional, eu começo a ficar mesmo preocupada, mas muito preocupada, porque nós estamos a aprovar aqui um diploma que não tem os regulamentos e o que o Sr. Secretário está aqui a dizer é que os regulamentos vão frisar que isto é só para apoio a material informático.

Na prática, é isso que o senhor está a dizer, ou seja, para nós aprovarmos aqui os sistemas de incentivos que vão abranger toda esta gente, ficam de fora uns que não interessam, mas não vão apoiar o que eles quiserem, apoiam apenas o material informático. Com certeza que é isso que vai vir no regulamento.

Então a boa fé que trazia aqui para discutirmos o diploma, porque os regulamentos seriam alguma coisa de interesse para os nossos empresários, eu começo a pô-la em dúvida, porque os senhores desde que descobriram a *arroba*, só querem material informático e provavelmente o Decreto Regulamentar vai ser só para isso.

Então porque é que estamos a fazer uma coisa tão abrangente?

Eu espero, sinceramente, que o senhor se levante e me diga que não vai ser assim!

A última intervenção que fez, preocupa-me seriamente.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Fernando Menezes.

Deputado Fernando Menezes (PS): Sr. Presidente, é para fazer uma interpelação à Mesa.

Srs. Deputados, nós tínhamos acordado em conferência que os trabalhos poderiam prolongar-se um pouco mais, desde que fosse possível em tempo útil resolver este problema.

Eu começo a verificar que há aqui muitos problemas levantados pela oposição, e muito bem, porque estão no seu direito, e prevejo que isto tenha outro prolongamento. Nós temos algumas necessidades, como comer qualquer coisa e voltar para aqui com outra disposição.

Sugeria que fizéssemos um intervalo para jantarmos e voltássemos de novo aqui para debatermos este diploma como deve ser, porque ele realmente tem que se bem debatido para não suscitar dúvidas.

O Grupo Parlamentar do PS está interessado que ele seja bem debatido, mas penso que não estão criadas as condições para fazer isso neste momento.

Eu proponha que fizéssemos um intervalo e voltássemos.

Presidente: Eu agradecia aos líderes parlamentares que se aproximassem da Mesa, para podermos conversar sobre esta sugestão.

(Pausa)

Srs. Deputados, vamos suspender os nossos trabalhos e recomeçá-los-emos às 23 horas e 30 minutos.

(Eram 21 horas e 45 minutos)

Presidente: Srs. Deputados, agradecia que retomassem os vossos lugares para darmos continuidade aos nossos trabalhos.

(Eram 23 horas e 50 minutos)

Tem a palavra o Sr. Secretário da Economia.

Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Talvez fosse bom passar uma por uma, todas as CAE's que aqui estão designadas para tirar qualquer dúvida que exista neste processo.

Devo dizer que tive a oportunidade de voltar a confirmá-las e nenhuma delas está aqui por acaso, foram feitas, estudadas, consertadas e resultaram de um consenso muito alargado com os empresários, com a Câmara de Comércio e com a Associação dos Jovens Empresários.

As discrepâncias que existem estão bem mencionadas nos seus pareceres.

Nas divisões 10 a 37, julgo que não há qualquer problema.

Na divisão 45 (construção), julgo que também está correcto e que não existe qualquer dúvida sobre isso.

Nas divisões 50 a 52 (comércio), à excepção da subclasse 52310 que são farmácias, julgou-se que não deveriam ser apoiadas.

Na divisão 55 (alojamento e restauração), à excepção da classe 5551, que são cantinas, julgou-se que as mesmas não deveriam ser apoiadas.

Na divisão 60 (transportes terrestres, transportes por oleoductos), subclasse 60220, que é transporte ocasional de passageiros em veículos ligeiros. É isso que se pretende apoiar, no fundo as rent-car.

Na subclasse 60240, transitários rodoviários, estão aqui bem definidos.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Há bocadinho o Sr. Secretário disse que não estava!

O Orador: Sr. Deputado, eu disse que estavam os transitários e que nos regulamentos, tal como aconteceu nos Decretos Regulamentares do SITRAA, do SIRAPA, do SIRALA e dos outros, foram todos definidos e as suas modelações foram feitas nos Decretos Regulamentares.

Se reparar bem, o SIRAA foi aprovado, no Decreto Legislativo de 20 de Fevereiro de 1995, enquanto que o Decreto Regulamentar foi de Julho de 95. Portanto, uma série de meses depois.

Na divisão 61 (transportes por água), grupo 611 (transportes marítimos), julgo que está claro.

Na divisão 62 julgo que também não há qualquer dúvida.

Havia na divisão 92 (actividades recreativas, culturais e desportivas).

Deputado Jorge Valadão (PSD): Havia na 60230!

O Orador: Eu já expliquei que os transportes terrestres regulares de passageiros têm apoios noutros sistemas de incentivos e eu já disse isto anteriormente, por isso não estão aqui colocados.

Isso foi feito com toda a minúcia, foi visto CAE por CAE com os técnicos da Secretaria Regional da Economia que estão extremamente treinados, uma vez que trabalham há muitos anos em sistemas de incentivos, pelos técnicos da Câmara de

Comércio que também já trabalham nesta área há muitos anos e têm boa experiência, pelos técnicos da Direcção Regional do Turismo e pela Associação dos Jovens Empresários.

Portanto, foi visto um por um e se algumas coisas não existem aqui, os senhores poderão colocar, mas isto foi o resultado consensual das posições tomadas e não estão aqui por acaso.

Devo dizer que é normal que num Decreto Legislativo Regional não esteja colocada a intensidade. Basta olhar o que aconteceu com o SIRAA, que no mês de Fevereiro foi publicado um Decreto Legislativo e em Julho foi publicado o Decreto Regulamentar, ou seja, nas férias. Portanto, não houve aqui nenhuma consulta à Assembleia.

Aí é que está de facto a intensidade dos diversos sistemas de incentivos, para as diversas actividades. Aqui terá que ser feito da mesma maneira.

Continuando, na divisão 92, onde havia algumas dúvidas, parece-me que está tudo certo, mas errar é humano.

Quando se diz classe 9211, produção de filmes e de vídeos e não se colocam outras classes, foi porque propositadamente se achou que não se devia pôr na distribuição de filmes e de vídeos, a projecção de filmes e de vídeos, a actividade de rádio e de televisão e outras actividades. Portanto, não foram colocadas propositadamente as outras actividades.

Na classe 9232, gestão de salas e espectáculos e actividades conexas, foi colocada propositadamente.

Na 9233, parques de diversão, outras actividades de espectáculos, também foi colocada aqui.

A gestão de instalações desportivas também foi considerada, tal como outras actividades desportivas e recreativas.

O que está aqui foi feito com o máximo de cuidado.

É evidente que poderá haver algum erro e se os senhores quiserem introduzir as modificações aqui podem introduzi-las já, mas é sempre possível introduzir mais uma CAE ou outra.

Foi feito um trabalho sério sobre este assunto e não foi feito num dia, foi durante semanas com a Câmara de Comércio, com os seus técnicos, com os técnicos do Gabinete de Sistema de Incentivos que viram isso minuciosamente.

Errar é próprio do homem, por isso é possível que haja aqui alguma CAE que esteja mal colocada.

Eu voltei a consultar os meus técnicos e eles não acharam isso.

Com certeza que é aquilo que diz a Câmara de Comércio que tem algumas actividades que poderiam deixar de estar aqui e que estão incluídas na área dos serviços. Nós achamos que deviam estar, mas a Câmara de Comércio tem uma posição diferente. É isso que ela expressa no seu parecer e é apenas isso que nos diverge neste processo.

Presidente: Não havendo mais pedidos de esclarecimento, vamos passar à votação.

Os Srs. Deputados que concordam com o artigo 3º, façam o favor de permanecer como estão.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: O artigo 3º foi aprovado com 22 votos a favor do PS, 22 votos a favor do PSD, 1 voto a favor do PCP e 2 votos de abstenção do PP.

Presidente: Artigo 4º.

Está aberta a discussão.

(Pausa)

Não havendo intervenções, vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O artigo 4º foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Está aberta a discussão para o artigo 5º.

(Pausa)

Não havendo intervenções, vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O artigo 5º foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Artigo 6º.

Está aberta a discussão.

Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Valadão.

Deputado Jorge Valadão (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Relativamente aos promotores, há aqui uma questão que gostaria de colocar ao Sr. Secretário.

Diz-se aqui que *"a regulamentação específica de cada subsistema definirá o respectivo universo de beneficiários"*.

Esta é mais uma área que nos parecia importante ficar no Decreto Legislativo Regional, mas o regulamento é que vai definir quem são os beneficiários de cada subsistema. Acho que isto é uma matéria fundamental para ficar neste diploma, é mais uma delegação das nossas competências para o Governo regulamentar quem são os beneficiários de cada um desses subsistemas, mas a par disso há uma questão que devia ficar no Decreto Legislativo Regional e não no regulamento.

Depois diz que *"poderá incluir empresas ou associações de qualquer natureza e sob qualquer forma jurídica"*.

Esse *poderá* é deixado ao poder do Governo de incluir no regulamento ou excluir?

O que quer dizer com *poderá incluir empresas*?

O regulamento que irá fixar quais são os beneficiários de cada subsistema poderá, por si só, no subsistema incluir empresas? Não há a obrigação, nesses regulamentos, de se prever as empresas ou é apenas uma faculdade deixada ao Governo de, no regulamento, incluir empresas ou associações?

Era esta a questão que gostaria de colocar ao Sr. Secretário.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário da Economia.

Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Como já reparou, nos pareceres que estão anexos, não houve unanimidade neste artigo 6º.

A Câmara de Comércio e Indústria dos Açores pretendia apenas as empresas privadas com fins lucrativos e gostaria de retirar associações de qualquer natureza.

A Associação de Jovens Empresários não pensa assim.

Aqui não há nenhum juiz nem há nenhuma influência obscura, mas a realidade é esta.

Eu acho — e essa mesma filosofia foi defendida para o SITRAA — que em determinadas áreas, nós temos toda a conveniência em ter um universo mais abrangente.

Reparem bem o que é que acontece no Programa Operacional de Economia.

"Beneficiários.

Podem ser beneficiários dos apoios previstos no presente diploma, entre outros:

— empresas de qualquer natureza e sob qualquer forma jurídica;

— associações e confederações empresariais, sindicais e profissionais;

— administração pública, central, regional e local;

— fundações;

— organizações privadas sem fins lucrativos e;

— escolas tecnológicas.

A regulamentação específica de cada um dos apoios deve conter a explicitação dos respectivos beneficiários."

É evidente que no caso, por exemplo, da promoção, nós temos todo o interesse — pelo menos é essa a filosofia que eu defendo e é essa a filosofia que o Governo Regional defende — que empresas como a SATA, a TAP, que fazem escala nos Açores e que querem fazer a promoção de determinados destinos, sejam bem vindas. Só vêm melhorar e beneficiar a imagem dos Açores no exterior.

Quanto mais pessoas fizerem a promoção, mesmo que sejam empresas públicas, clubes navais, clubes de golfe ou outras associações, como os Amigos dos Açores ou a Associação Terramar, que queiram fazer um site na Internet ou a promoção dos Açores, são bem vindas, porque cada vez mais penso que os Açores é uma Região de diversos segmentos de mercado, não é um destino de sol e de praia que o Governo possa fazer a sua promoção e que a promoção institucional seja única. Aqui, deve prevalecer uma variedade.

Há outras áreas que devem ser só salvaguardadas para as empresas e aqui está a distinção.

Como isto é um Decreto Legislativo abrangente para todos os sistemas de incentivos, tínhamos que colocar todas as associações, todas as empresas exactamente como está aqui definido.

Com certeza que os senhores têm o direito e o dever de poder interpretar, julgar e colocar aqui as dúvidas que entenderem.

De facto, a Câmara de Comércio não pensa assim e devo dizê-lo de uma forma clara. A Associação dos Jovens Empresário pensa assim.

Nós pensamos que esta é a forma mais aberta e mais abrangente e é na regulamentação para cada área específica que se deve colocar qual o universo dos beneficiários.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Fernando Menezes.

Deputado Fernando Menezes (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu talvez não percebi bem a pergunta do Sr. Deputado Jorge Valadão.

Este artigo 6º não levanta qualquer problema. Tem é que ser lido todo: "*poderá incluir empresas ou associações de qualquer natureza e sob qualquer forma jurídica*".

No que se refere às empresas, poderão ser públicas ou privadas, poderão ser por quotas, sociedades anónimas, etc..

No que se refere às associações, poderão ser com fins lucrativos ou sem fins lucrativos.

Deputada Berta Cabral (PSD): Não percebeu a pergunta, não foi?

O Orador: Se calhar não percebi.

Portanto, poderá incluir empresas ou associações desta natureza. Não estou a ver qual é a questão.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Valadão.

Deputado Jorge Valadão (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar, já que o Sr. Deputado Fernando Menezes se levantou, eu chamo a atenção para uma questão de redacção (não é bem de redacção), ou seja, diz que as empresas são de natureza pública e privada e podem assumir diversas formas. Eu não conheço associações públicas nem associações privadas.

Portanto, a forma como está aqui deve ser objecto de alteração de redacção, porque pode incluir empresas de qualquer natureza e sob qualquer forma jurídica ou associações.

Não há associações privadas, nem associações públicas, nem associações por quotas.

Deputado Fernando Menezes (PS): Está bem escrito assim!

O Orador: Associações é aqui para o fim.

A questão que se coloca é diferente.

Primeiro, num diploma desta natureza, embora o Sr. Secretário tenha dito que este é um diploma abrangente, um dos elementos fundamentais do diploma é saber quem é que beneficia com os apoios aqui previstos.

Desde logo, os beneficiários, deviam estar previstos no Decreto Legislativo Regional. No regulamento é que se vai dizer quem é que beneficia dos apoios deste diploma. É remeter para um Decreto Regulamentar aquilo que é um dos elementos que deve ser a essência deste diploma, ou seja, saber quem é que beneficia com ele.

Não está aqui previsto em cada um dos subsistemas quem são os beneficiários.

A primeira questão que eu coloco é uma questão de princípio.

Atendendo à natureza deste diploma, é nele que devem estar quem são os beneficiários.

Nós quando fazemos aqui um Decreto Legislativo Regional, temos que ter o objecto, o âmbito e a quem é que ele se destina.

Aqui não está explícito a quem é que ele se destina.

Diz que os beneficiários vão ser divulgados num Decreto Regulamentar Regional.

No fundo, não é só demitirmo-nos das nossas competências.

Eu penso que o próprio Governo nem sequer tem competência para estar a dizer quem é que é beneficiário de um diploma destes.

No fundo, é um diploma que por si só — como há outras coisas à frente que são aberrantes — não reflecte quem beneficia dele e atribui para o Governo que venha

regulamentar depois quem é que vai beneficiar dos apoios que estamos aqui a prever. Esta situação é caricata e no fundo é como o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro diz, é encostar a Assembleia contra a parede.

Nós temos consciência que vamos aprovar aqui coisas aberrantes, porque estamos a aprovar um diploma que não sabemos, nem prevemos nele quem são os seus beneficiários.

Mais. Diz aqui *poderá*. Ou seja, vai ficar ao critério do Governo dizer quais são as empresas que vão ou não beneficiar, porque não se diz aqui beneficiarão, mas sim *poderá incluir*.

Portanto, não diz quais são as empresas que vão incluir, é uma faculdade. Além de não dizer quem são os beneficiários, dá-se uma faculdade ao Governo de poder incluir ou excluir as empresas. Isto é uma aberração em todos os aspectos, por isso é quero que tenhamos a consciência de que estamos aqui a legislar em branco.

No fundo, não é passar um cheque em branco, é uma carta em branco, é um cartão em branco ao Governo e acima de tudo, para quem critica o papel desta Assembleia, nós temos que ter consciência que vamos votar algo que em nada dignifica esta instituição.

Nós estamos a votar um diploma apenas para esta Assembleia não ser acusada de não ter colaborado com as justas pretensões dos empresários que há muito tempo queriam esta legislação posta em prática.

Agora, que é lamentável que esta Assembleia esteja a aprovar um diploma estruturante, com esta importância, sem saber a quem é que ele se destina, é de facto lamentável.

Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte): Estão aqui os beneficiários!

Presidente: Não havendo mais pedidos de esclarecimento, vamos passar à votação.

Os Srs. Deputados que concordam com o artigo 6º, façam o favor de permanecer como estão.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: O artigo 6º foi aprovado com 21 votos a favor do PS, 1 voto a favor do PCP, 21 votos de abstenção do PSD e 2 votos de abstenção do PP.

Presidente: Artigo 7º.

Está aberta a discussão.

Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Valadão.

Deputado Jorge Valadão (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A questão que coloco, prende-se com a interpretação da alínea b) do nº 2 e tem a ver com as condições de acesso dos produtores.

Depois de alguma tentativa em percebermos o alcance desta medida, não conseguimos descortinar.

Aqui diz-se:

"Os promotores devem comprometer-se ainda:

*b) Afectar o projecto à actividade e à localização geográfica durante um período mínimo de 5 anos, ou até ao final do prazo de reembolso do incentivo, se este for superior, contado a partir da data de conclusão do investimento, **salvo nos casos...**"*

— no fundo, criamos regras e depois as excepções é que definem — *"...a definir nos regulamentos, em que a atendibilidade de tais prazos não seja viável;"*

Eu não percebo o que é que isto significa. Se o Sr. Secretário puder explicar, eu agradecia.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário da Economia.

Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Há casos em que há investimento em equipamentos ou num edifício e há outros casos, por exemplo, a promoção ou a animação, em que depois de feito o processo terminou. Quem for abrangido pelo projecto, como por exemplo no caso da promoção, depois dela estar feita acabou.

Por isso é que se tem que salvaguardar e definir os regulamentos, de forma a que até determinados prazos não seja viável e isto para salvaguardar certos casos em que não é possível afectar o projecto à actividade durante 5 anos, porque termina imediatamente.

Presidente: Não havendo mais pedidos de esclarecimento, vamos passar à votação.

Os Srs. Deputados que concordam com o artigo 7º, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O artigo 7º foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Está à discussão o artigo 8º.

Tem a palavra o Sr. Deputado Duarte Freitas.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Atendendo ao esclarecimento que o Sr. Secretário fez há pouco, eu gostaria de pedir um esclarecimento em relação ao artigo 8º, alínea b), que diz: "*Viabilidade económica e financeira, devidamente demonstrada de acordo com critérios a definir na regulamentação*".

Se percebemos aquilo que o Sr. Secretário explicou no âmbito da promoção que tinha feito posteriormente, gostaria que me concretizasse como é que se vai provar, por exemplo para a divisão 73 (investigação e desenvolvimento), a viabilidade económica?

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário da Economia.

Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Infelizmente nos Açores e em Portugal, nós não estamos habituados em encarar a investigação como sendo um projecto de viabilidade económica com lucro, mas nos Estados Unidos, na Europa civilizada, numa Europa mais desenvolvida isso acontece. Há investimentos em investigação e em desenvolvimento que dão lucro.

É nesse aspecto que estamos a pensar aqui e isso algum dia há-de chegar à nossa terra.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Berta Cabral.

Deputada Berta Cabral (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu penso que a questão aqui, Sr. Secretário, é que nas condições de acesso dos projectos, tinha que vigorar uma outra condição para esse tipo de projectos. É isso que está a faltar e não é dizer que nós em Portugal não estamos habituados a fazer viabilidade económica de projectos de inovação, internacionalização, ciência e tecnologia, qualidade, segurança, gestão ambiental, introdução de novas tecnologias. Não consegue demonstrar viabilidade desses projectos.

Tem que ter outros critérios de acesso que não estão cá.

Os critérios que estão aqui aplicam-se a investimentos corpóreos, não tem critérios para investimentos incorpóreos e a questão é esta. Não é que em Portugal ainda não se faz isso. Em Portugal não se faz, porque não se faz em lado nenhum.

O que há são outros critérios de apreciação que não estão previstos. Essa é que é a questão.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário da Economia.

Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte): Sr. Presidente, Srs. Deputados: Eu recomendo-lhe novamente a leitura da frase: *"Viabilidade económica e financeira, devidamente demonstrada de acordo com critérios a definir na regulamentação"*.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Mas não há viabilidade, começa logo por aí!

Presidente: Não havendo mais intervenções, vamos passar à votação.

Os Srs. Deputados que concordam com o artigo 8º, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O artigo 8º foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Artigo 9º.

Para este artigo há uma proposta de eliminação do PSD para o nº 5.

Está aberta a discussão.

Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Valadão.

Deputado Jorge Valadão (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do PSD apresenta uma proposta de alteração relativamente ao artigo 9º, porque este artigo fala em despesas elegíveis. Tem vários números que falam de vários projectos que são elegíveis para efeitos deste diploma e o nº 5 fala em despesas não elegíveis.

Por uma questão de metodologia, entendemos fazer um aditamento criando um artigo para despesas não elegíveis, eliminando o nº 5 deste artigo. É esta a razão de ser da proposta de alteração do PSD.

Aproveito também esta oportunidade para questionar o Sr. Secretário sobre uma questão que não sei se é intencional, se é por lapso.

No que se refere ao nº 2 deste artigo 9º, fala-se nos casos de projectos de promoção turística nas áreas de actividades abrangidas pelas alíneas d), f), g), h), n) e o).

Há alguma razão especial para ter sido excluída a alínea i)? Foi intencional?

A alínea o), por exemplo, refere-se aos ginásios e aí podem ser contempladas pelas despesas de promoção dos ginásios.

Porque é que na alínea i), que se refere às rent-car, não está previsto fazer promoção?

Era esta a minha pergunta.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário da Economia.

Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Devo dizer que a redacção proposta pelo Grupo Parlamentar do PSD, vem melhorar o documento.

É bem vinda e é uma maneira formal, mais correcta, de pôr esta questão.

Em relação à alínea i), divisão 71 (aluguer de máquinas e de equipamentos sem pessoal e de bens pessoais domésticos), eu não descortino nenhuma razão. Se calhar poderá existir, por isso poderá ser incluída aqui a alínea i), não vejo mal nenhum.

No caso dos projectos de promoção turística, para mim, quanto mais promoção turística houver, melhor.

Se acham que se deve colocar aqui a alínea i), sinceramente eu não consigo descortinar, mas poderá ter havido um lapso.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Valadão.

Deputado Jorge Valadão (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Uma vez que o Sr. Secretário admitiu que pode haver aqui algum lapso, que quanto mais abrangente for o diploma melhor e não há oposição do Sr. Secretário, — se fosse uma decisão do Governo, nós respeitaríamos essa decisão como temos feito nos outros artigos — nós propúnhamos que se pusesse à votação abrangendo o nº 2 deste artigo 9º, também a alínea i).

Presidente: Sendo assim, vou submeter à votação o artigo 9º, incluindo a proposta de eliminação apresentada pelo PSD para o nº 5 e no nº 2 a alínea i).

Os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O artigo 9º foi aprovado por unanimidade, incluindo as propostas de alteração apresentadas pelo PSD.

Presidente: Deu entrada na Mesa uma proposta de aditamento, que cria o Artigo 9º-A e tem como epígrafe *despesas não elegíveis*.

Julgo que esta proposta já foi distribuída pelos Srs. Deputados, por isso submetia à discussão.

Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Valadão.

Deputado Jorge Valadão (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Como já foi referido na análise do artigo 9º., nós entendemos — e penso que com a concordância de toda a Câmara após o resultado da votação que agora acabámos de obter, onde foi retirado do capítulo das despesas elegíveis o nº 5 que se referia a despesas não elegíveis — por uma questão de metodologia, criar um artigo próprio para as despesas não elegíveis.

Relativamente a esse artigo, como o Sr. Secretário e os Srs. Deputados podem verificar, nós apresentámos a proposta de alteração com a mesma redacção que estava no nº 5, não alterámos uma única vírgula, o que não significa que estejamos de acordo com todo o seu conteúdo.

Há aqui duas questões que me parece importante sublinhar.

A primeira questão que coloco e a Câmara de Comércio também faz referência, vai no sentido de saber porque é que o Governo entende que não são elegíveis as despesas com terrenos, exceptuando algumas situações e porque é que retiraram as indústrias extractivas contra a opinião da Câmara de Comércio que está de acordo com isso?

Outra questão que gostaria de colocar — julgo que é uma situação ainda mais aberrante — prende-se com o que é que consideram despesas não elegíveis?

Nós, Grupo Parlamentar do PSD, apresentámos a mesma redacção:

- Aquisição de edifícios (despesas não elegíveis)
- Aquisição de bens em estado de uso (o mesmo princípio)
- Custos internos da empresa.

Esta é que devia ser a regra, mas nós estamos aqui a considerar como despesas elegíveis, a aquisição de edifícios, à excepção das situações previstas no regulamento.

Isso é uma proibição que no fundo não proíbe nada, porque estamos a considerar nas despesas não elegíveis a aquisição de edifícios, mas depois diz-se *à excepção das situações previstas no regulamento*.

O mesmo acontece em relação à aquisição de bens em estado de uso que são despesas não elegíveis, mas à excepção das situações previstas nos regulamentos.

Quanto aos custos internos das empresas, também vêm referenciados nas despesas não elegíveis, mas com excepção dos admitidos no regulamento.

No fundo, estamos a considerar no Decreto Legislativo Regional despesas não elegíveis, mas deixamos a porta aberta para no regulamento se estabelecer despesas elegíveis. Isto é um contrasenso, estamos a considerar por um lado despesas não elegíveis, mas dando desde logo a abertura que o regulamento preveja como despesas elegíveis.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário da Economia.

Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Eu vou explicar.

Isto resulta de um trabalho muito profundo e de muito de pormenor.

Quando se está a dizer que a *"aquisição de edifícios, à excepção das situações previstas na regulamentação do SIDET e do SIDEPA"*, isto já tem um destinatário, ou seja, o turismo.

O SITRAA também tinha essa situação.

Nós vamos privilegiar — já estamos a fazê-lo, isso já vem do SITRAA — por exemplo, alguém que queira comprar uma casa que esteja em ruínas e que queira fazer uma adaptação para o turismo de habitação, para o turismo rural ou mesmo fazer um hotel rural, pode adquirir, porque nós gostaríamos de privilegiar o nosso património.

O nosso património existente, logo que tenha qualidade e que exista com qualidade, uma boa maneira de preservá-lo, é através do turismo, porque vão adaptar edifícios antigos com alguma memória até histórica para esta situação.

No caso dos bens de uso, é também para o turismo.

No turismo de habitação, muitas vezes é preciso colocar peças de mobília que estão ligadas àquele local e que não são peças novas, não se vão adquirir na fábrica. São restaurações de peças antigas, peças que já têm uso.

É importante que isso esteja aqui. Isso tem que estar nos regulamentos, porque é tão específico que não pode estar no Decreto Legislativo, só no Decreto Regulamentar é que se pode explicitar isso.

Quanto à indústria extractiva, chegámos à conclusão que isto, no fundo, ia privilegiar as saibreiras, as cascalheiras. É isso que nós temos nos Açores, não temos minas. Esta terminologia existe no Continente.

Nos Açores o que existe são as saibreiras e as cascalheiras. Foi o parecer do CRI.

Nós não somos consensuais em tudo.

O Conselho Regional de Incentivos disse isso. A Câmara de Comércio se calhar não notou, nem a Associação de Jovens Empresários. Mas o CRI pronunciou-se sobre isso e achámos que devíamos atender a tal desejo.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Berta Cabral.

Deputada Berta Cabral (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário Regional da Economia:

Um esclarecimento adicional.

Na alínea i) vem referido *custos internos* .

O que é que considera custos internos não elegíveis?

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário da Economia.

Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Isso está aqui explicitado e foi feito pelos técnicos que se debruçaram sobre o assunto.

Esta terminologia é utilizada em documentos análogos, por isso eu não posso explicitar porque não sou especialista nem estou por dentro dessa área.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Berta Cabral.

Deputada Berta Cabral (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário Regional da Economia:

Eu só chamo a atenção para que não fique aqui incluído os custos de instalação que a própria empresa pode fazer para si nos projectos de investimento.

Se for assim, vão fazer na mesma e vão arranjar subterfúgios, porque pode estar aqui — é bom que não esteja — esse tipo de custos. É só esta chamada de atenção que gostaria de fazer.

Presidente: Vamos passar à votação do artigo 9º-A.

Os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O artigo 9º-A foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Artigo 10º.

Está aberta a discussão.

(Pausa)

Não havendo intervenções, vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O artigo 10º foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Está aberta a discussão para o artigo 11º.

(Pausa)

Não havendo intervenções, vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O artigo 11º foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Artigo 12º.

Está aberta a discussão.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Há pouco, na discussão na generalidade, levantei a questão das associações empresariais analisarem as candidaturas.

O Sr. Secretário Regional esclareceu o assunto, mas de qualquer maneira, nesta altura em que estamos a analisar na especialidade, queria deixar o apelo para que ao celebrarem os protocolos que aqui estamos a aprovar, se tivesse em atenção que as entidades com as quais se vai celebrar os protocolos possam, em tempo útil, fazer a devida análise dos projectos.

Presidente: Vamos passar à votação.

Os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O artigo 12º foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Está à discussão o artigo 13º.

(Pausa)

Não havendo intervenções, vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O artigo 13º foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Artigo 14º.

Está aberta a discussão.

(Pausa)

Não havendo intervenções, vamos passar à votação.

Os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O artigo 14º foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Está aberta a discussão para o artigo 15º.

Deu entrada na Mesa uma proposta de alteração para o nº 3 deste mesmo artigo.

Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Valadão.

Deputado Jorge Valadão (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Esta proposta de alteração apresentada pelo Grupo Parlamentar do PSD tem a ver com o articulado que aqui previa a capacidade da concessão em caso de não ser celebrado o contrato no prazo fixado no regulamento.

Nós entendemos que essa caducidade só deve ocorrer se a não assinatura dentro do prazo, for imputável ao promotor.

Portanto, caso haja alguma demora que não possa ser imputável ao promotor, ele não deve ser penalizado por essa demora, porque a responsabilidade não é sua.

Sendo assim, limitámos a possibilidade da caducidade da concessão dos incentivos, apenas e tão só, quando a responsabilidade pela não assinatura do contrato dentro de prazo for imputável ao promotor. É essa a razão de ser da nossa proposta de alteração.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Fernando Menezes.

Deputado Fernando Menezes (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Para dizer que o Grupo Parlamentar do PS concorda inteiramente com esta alteração. Finalmente é uma boa aportação do Grupo Parlamentar do PSD. Melhora o diploma, introduz justiça nele, esclarece claramente que se a culpa não for da pessoa, "do desgraçado", não será penalizado por isso.

Aí está uma belíssima proposta que nós temos todo o gosto e alegria em votar com Vs. Exas..

Presidente: Vamos passar à votação.

Os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O artigo 15º foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Está à discussão o artigo 16º.

(Pausa)

Não havendo intervenções, vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O artigo 16º foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Artigo 17º.

Está aberta a discussão.

(Pausa)

Não havendo intervenções, vamos passar à votação.

Os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O artigo 17º foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Está aberta a discussão para o artigo 18º.

Tem a palavra a Sra. Deputada Berta Cabral.

Deputada Berta Cabral (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário Regional da Economia:

Gostaria de perceber um pouco melhor o teor do nº 4, ou seja, qual é o papel do Conselho Regional de Incentivos ao abrigo deste novo diploma?

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário da Economia.

Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Como sabe, o Conselho Regional de Incentivos, neste momento, tem duas grandes missões.

A primeira, é a avaliação dos subsistemas e aconselhamento do Governo — basta ler o Decreto Regulamentar — e essa missão vai continuar, ou seja, a avaliação dos subsistemas e do grau de sucesso dos respectivos projectos de investimento.

Mas há uma missão que julgo que é muito mais operacional e que deve ser feita pela Comissão de selecção e que será separada.

É nesta missão mais supra, mais abrangente de verificar o que está acontecendo nos diversos sistemas de incentivos, se há ou não há sucesso, se o sistema está a funcionar bem ou mal, que o Conselho Regional de Incentivos deve ser colocado, por isso é que deve ter também uma composição diferente da composição da comissão de selecção. Deve ser muito mais operacional, muito mais ligado ao sistema, ao subsistema em causa.

Num caso mais genérico, mais abrangente, com pessoas ligadas a diversos sectores e com a maior composição, porque é uma comissão mais alargada.

A outra deve ser mais pequena, mais operacional, para dar resposta no sentido dos projectos analisados na Câmara de Comércio ou na Secretaria Regional de Economia, serem aprovados rapidamente.

Portanto, é separar duas funções que me parecem ser diferentes e distintas.

Presidente: Vamos passar à votação.

Os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O artigo 18º foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Está à discussão o artigo 19º.

(Pausa)

Não havendo intervenções, vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O artigo 19º foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Para o artigo 20º, o Grupo Parlamentar do PSD apresentou uma proposta de alteração.

Está à discussão a proposta de alteração para este artigo.

Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Valadão.

Deputado Jorge Valadão (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Esperando a anuência do Grupo Parlamentar do PS e até a congratulação com esta proposta de alteração, o que nós pretendemos acima de tudo, é, já que não tivemos oportunidade de poder ter os regulamentos connosco para ficarmos melhor elucidados do seu conteúdo, uma vez que há urgência na entrada em vigor deste diploma e na sua regulamentação e atendendo a que a proposta do Governo não fixava qualquer prazo para aprovação dos Decretos Regulamentares Regionais, o Grupo Parlamentar do PSD apresentou uma proposta de alteração limitando o prazo de 60 dias — julgo que mereceu a concordância do Sr. Secretário — porque nos parece um prazo razoável para que os mesmos sejam aprovados.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário da Economia.

Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Nós gostaríamos de fazer em menos de 60 dias e vamos tentar fazer, por isso estamos a trabalhar afincadamente nesse aspecto. Aliás, se os regulamentos da medida 1.2, do Programa Operacional de Economia, saírem a meados de Junho, como parece que vão sair, nós, garantidamente, teremos isso em menos de 60 dias.

Sendo assim, não vejo nenhum inconveniente. Julgo que 60 dias é um prazo razoável, a não ser que haja uma coisa excepcional, mas parece-me razoável e por isso o Governo Regional aceita essa decisão.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Fernando Menezes.

Deputado Fernando Menezes (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Respondendo à expectativa do meu ilustre amigo, esta é também uma aportação fundamental por parte do Grupo Parlamentar do PSD, merece a nossa aprovação, o nosso regozijo e a nossa alegria

Presidente: Vamos passar à votação do artigo 20º, tendo em conta a proposta de alteração apresentada pelo PSD.

Os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O artigo 20º e proposta de alteração apresentada pelo PSD, foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Está à discussão o artigo 21º.

(Pausa)

Não havendo intervenções, vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O artigo 21º foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Artigo 22º.

Está aberta a discussão.

(Pausa)

Não havendo intervenções, vamos passar à votação.

Os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O artigo 22º foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Está à discussão o artigo 23º.

(Pausa)

Não havendo intervenções, vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O artigo 23º foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Srs. Deputados, chegámos ao fim da discussão deste diploma, vamos passar à votação final global.

Os Srs. Deputados que em votação final global concordam com este diploma, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: A Proposta de Decreto Legislativo Regional foi aprovada em votação final global por unanimidade.

Presidente: Para uma declaração de voto tem a palavra a Sra. Deputada Berta Cabral.

Deputada Berta Cabral (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Ao fim desta maratona que nos tomou umas longas horas — e temos que dizer porque não tivemos conhecimento deste diploma mais cedo, foi por isso que tivemos que trabalhar aqui durante todo o dia — não deixámos porém de fazer o nosso trabalho, não deixámos de levantar todas as dúvidas e de pôr aqui todas as questões, com vista a melhorar um diploma ou, pelo menos, a criar aqui alguns compromissos que ficam no diário das sessões, para que os regulamentos correspondam àquilo que deve ser o interesse dos beneficiários deste diploma.

O PSD fez o esforço que lhe competia.

É um partido responsável e consciente das implicações que poderia haver para os empresários, caso não fizéssemos este esforço que aqui foi feito hoje, caso não conseguíssemos aprovar este diploma e conscientes dessa realidade, fizemos o nosso melhor, aprovámos um diploma que quanto a nós deveria ser muito mais pormenorizado, aprovámos aqui coisas que em nossa opinião têm até algumas incongruências, têm muitas lacunas.

Esperamos que o Governo corresponda a tudo aquilo que aqui foi discutido e que faça regulamentos que vão de encontro ao espírito do que aqui foi aprovado, porque o

que nos interessa é corresponder a quem nos elegeu, é fazer um diploma que sirva os empresários, é fazer um diploma que dinamize o tecido económico regional.

Nesse sentido, fizemos um esforço especial e esperamos ser correspondidos na segunda parte, ou seja, na parte que diz respeito aos regulamentos.

Por tudo isso, Sr. Presidente, Srs. Secretários e Srs. Deputados, espero que os nossos empresários também correspondam e que isto sirva para aparecer melhores projectos e para dinamizar e promover o crescimento económico da nossa Região.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

Presidente: Para uma declaração de voto, tem a palavra o Sr. Deputado Fernando Menezes.

Deputado Fernando Menezes (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Uma simples declaração de voto para dizer que o Grupo Parlamentar do PS congratula-se com esta aprovação agora verificada, congratula-se também porque entende que o Governo apresentou este diploma em tempo útil, portanto fez o esforço para apresentar este diploma em tempo útil, como de resto era reclamado por toda a gente e estamos convencidos que ele será um instrumento, ou digamos, a lei que vai enquadrar todos os incentivos que poderão potenciar daqui para a frente e durante os próximos 7 anos, o nosso desenvolvimento, criando mais emprego, propiciando maior qualidade de vida para os açorianos.

Esperamos também que a atribuição destes incentivos se processe com critérios rigorosos e que possamos aqui, na Assembleia Regional, acompanhar esta evolução, sentindo em cada dia uma melhoria da qualidade de vida da nossa gente.

Muito obrigado.

Presidente: Srs. Deputados, vou pôr à votação a seguinte Proposta de Resolução:

"A Mesa da Assembleia Legislativa Regional dos Açores propõe que a Assembleia declare findo o período legislativo de Junho."

Os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: A Proposta de Resolução foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Srs. Deputados, muito obrigado pela vossa colaboração.

Boa noite e bom regresso às vossas ilhas.

(Eram 00 horas e 40 minutos)

Deputados que entraram durante a Sessão:

Partido Socialista (PS)

Augusto António Rua Elavai

Dionísio Mendes de Sousa

Fernando Manuel Machado Menezes

Francisco Couto de Sousa

Partido Social Democrata (PSD)

António Manuel Silva Almeida

Berta Maria Correia de Almeida Melo Cabral

Duarte Nuno de Ávila Martins de Freitas

Humberto Trindade Borges de Melo

Deputados que faltaram à Sessão

Partido Social Democrata (PSD)

Aires António Fagundes Reis

Partido Popular (PP)

Nuno Barata Almeida e Sousa

DOCUMENTO ENTRADO

Proposta de Resolução

Publicitação e Informação sobre o acesso aos Fundos

Comunitários

Entendeu por bem um grupo de cidadãos enviar à Assembleia Legislativa Regional uma petição solicitando que a "Assembleia Legislativa Regional intervenha no sentido de ser conseguida a publicitação e a informação a todos os açorianos, sem excepções, dos recursos postos ao dispor pela União Europeia, para o desenvolvimento da Região ...".

A União Europeia vive dos seus cidadãos e para os seus cidadãos.

As diversas instituições da União Europeia têm vindo, ao longo dos anos, a fazer um relevante esforço no sentido de prestar a melhor informação sobre os seus objectivos, o seu funcionamento e os direitos dos cidadãos europeus.

Os Fundos Comunitários foram criados tendo como grandes objectivos a coesão económica e social da União e, entre outros, também, o reforço da cidadania europeia.

Os Fundos Comunitários foram criados para servir os cidadãos da União Europeia.

O uso dos dinheiros públicos, e os recursos financeiros dos Fundos Comunitários também são públicos, merece sempre a maior transparência para que os cidadãos possam melhor conhecer onde, como e quando são aplicados e mais facilmente possam candidatar-se aos apoios provenientes da sua aplicação.

Assim, tendo em conta o exposto e considerando a solicitação feita através da petição do referido grupo de cidadãos, o Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata na Assembleia Legislativa Regional propõe, ao abrigo das disposições regimentais e estatutárias aplicáveis, a seguinte Resolução:

Recomendar ao Governo Regional a "criação de formas diversificadas, eficazes e múltiplas de levar a todos os cidadãos da Região a informação necessária e conveniente" sobre os diversos Fundos Comunitários e outros Programas de Apoio da União Europeia, sobre os seus objectivos, o seu funcionamento e, sobretudo, sobre o modo de acesso às verbas orçamentadas para os mesmos.

Horta, Sala das Sessões, 7 de Junho de 2000

Os Deputados, *Victor Cruz, Manuel Azevedo, José Maria Bairos, Francisco Xavier Rodrigues e João Cunha.*

A Redactora: Maria da Conceição Fraga Branco